

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Arquitetura  
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

# **ESPAÇO PÚBLICO POLÍTICO E URBANIDADE**

## **o caso do centro da cidade de Aracaju**

**César Henriques Matos e Silva**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA) para obtenção do título de doutor.

Orientadora:  
Profa. Dra. Ana Maria Fernandes

Salvador  
2009

Faculdade de Arquitetura da UFBA - Biblioteca

SS86 Silva, César Henriques Matos e.  
Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju / César  
Henriques Matos e Silva, 2009.  
314 p. : il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Fernandes.  
Doutorado (tese) – Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura, 2009.

1. Espaços públicos - Aracaju, SE. 2. Sociologia urbana - Aracaju, SE. I. Título.

CDU: 711:316.334.56

**A meus pais, Henrique e Lúcia, pelo apoio e dedicação, enfim, pelo amor;**  
**a Fábio e Vanessa;**  
**a Luisa e Laura.**

## Resumo

Ao abordar a relação entre o espaço público urbano e segregação social, esta tese de doutorado busca entender o significado social e político do espaço público no contexto de uma sociedade desigual, em uma perspectiva transformadora. Neste sentido, discute-se a questão da centralidade das cidades brasileiras, a partir da análise dos processos de transformação do centro da cidade de Aracaju como objeto empírico. Com o intuito de ajudar a entender os processos de resignificação das áreas centrais e seus espaços públicos, o trabalho desenvolve o conceito de *espaço público forte* – como espaços públicos significativos que detêm forte representatividade no imaginário dos habitantes da cidade e apresentam intensa vida social em função das atividades e edificações ali existentes, como uma espécie de “pólo” de intensa urbanidade.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: BAIRRO DO COMÉRCIO, SALVADOR-BA. ....	65
FIGURA 2: ARACAJU EM 1857.. ....	87
FIGURA 3: ARACAJU EM 1865. ....	90
FIGURA 4: ÁREA CENTRAL DE ARACAJU HOJE. ....	90
FIGURA 5: RUA DA AURORA (PROVAVELMENTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX) ....	97
FIGURA 6: PONTE DO IMPERADOR MET ÁLICA ..... ..	97
FIGURA 7: RUA JOÃO PESSOA COM BONDES ELÉTRICOS, PROVAVELMENTE NA DÉCADA DE 40. ....	101
FIGURA 8: CRESCIMENTO DE ARACAJU ATÉ A DÉCADA DE 60..... ..	104
FIGURA 9: ENTORNO DAS PRAÇAS FAUSTO CARDOSO, ALMIRANTE BARROSO E OLÍMPIO CAMPOS COM SUAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES E SEUS DIFERENTES USOS AO LONGO DO TEMPO.....	107
FIGURA 10: INAUGURAÇÃO DO JARDIM OLYMPIO CAMPOS EM 1907. ....	109
FIGURA 11: CARTÃO POSTAL DO PARQUE TEÓFILO DANTAS, APÓS A REFORMA PAISAGÍSTICA DE 1928. ....	111
FIGURA 12: PALÁCIO DE GOVERNO NA PRAÇA FAUSTO CARDOSO.....	111
FIGURA 13: CONJUNTO DAS PRAÇAS CENTRAIS E DA PONTE DO IMPERADOR.....	112
FIGURA 14: LOCALIZAÇÃO ATUAL DOS MERCADOS MUNICIPAIS ANTONIO FRANCO E THALES FERRAZ E DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	114
FIGURA 15: DETALHE DE MAQUETE DO CENTRO DA CIDADE DOS ANOS 40.. ....	115
FIGURA 16: MERCADO ANTONIO FRANCO.....	115
FIGURA 17: RUA JOÃO PESSOA INTERLIGANDO O MERCADO E PRAÇA FAUSTO CARDOSO.....	118
FIGURA 18: CAFÉ CENTRAL, NA RUA DE JAPARATUBA, ATUAL JOÃO PESSOA. ....	119
FIGURA 19: PAISAGEM URBANA DA ÁREA CENTRAL NOS ANOS 70. ....	124
FIGURA 20: FOTO AÉREA DO BAIRRO 13 DE JULHO, EM 1977.....	126
FIGURA 21: VISTA AÉREA DA COROA DO MEIO EM 2005. ....	126
FIGURA 22: INTERVENÇÕES SIGNIFICATIVAS NO CENTRO NOS ANOS 60/70.....	129
FIGURA 23: REGIÃO DO ENTORNO DOS MERCADOS MUNICIPAIS E DA RODOVIÁRIA VELHA – SITUAÇÃO ATUAL.....	132
FIGURA 24: ESTAÇÃO RODOVIÁRIA NOS ANOS 60/70. ....	133
FIGURA 25: VISTA AÉREA PARCIAL DE ARACAJU NOS ANOS 70.....	133
FIGURA 26: RUA JOÃO PESSOA NA DÉCADA DE 60. ....	134
FIGURA 27 RUA JOÃO PESSOA EM 2007.....	138
FIGURA 28: CONJUNTO HABITACIONAL LEIPZIG-GRÜNAU.....	152
FIGURA 29: VISTA AÉREA DE EISENHÜTTENSTADT.....	152
FIGURA 30: ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS: MAQUETE DO CENTRO DE BERLIM ORIENTAL NA DÉCADA DE 80.....	156
FIGURA 31: LOCALIZAÇÃO DE LEIPZIG NA ALEMANHA. ....	160
FIGURA 32: MAPA DE LEIPZIG EM 1989 COM PRINCIPAIS LOCALIZAÇÕES: ....	164
FIGURA 33: HAUPTBAHNHOF PROMENADE:.....	168
FIGURA 34: GALERIA <i>PETERSBOGEN</i> COM CINEMA MULTIPLEX.....	174
FIGURA 35: PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DE BELAS ARTES E DO MUSEU DE HISTÓRIA DA CIDADE.....	175
FIGURA 36: IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS DA UNIVERSIDADE NO CENTRO DA CIDADE.....	175
FIGURA 37: NOVA LINHA DE METRÔ COM ESTAÇÕES ATRAVÉS DO CITY-TUNNEL.....	176

FIGURA 38: ÁREA CENTRAL DE LEIPZIG COM PRINCIPAIS INTERVENÇÕES MAIS RECENTES. ....	177
FIGURA 39: BAIRROS DE ARACAJU (AMOSTRA) DE ACORDO COM RENDA MÉDIA SALARIAL. ....	184
FIGURA 40: SUB-CENTRO DO BAIRRO SIQUEIRA CAMPOS.....	186
FIGURA 41: SUB-CENTRO EM TORNO DO BAIRRO 13 DE JULHO.....	188
FIGURA 42: AV. FRANCISCO PORTO, BAIRRO 13 DE JULHO.....	189
FIGURA 43: CALÇADÃO DA 13 DE JULHO.....	189
FIGURA 44: GALERIA COMERCIAL NA 13 DE JULHO.....	189
FIGURA 45: GALERIA COMERCIAL NA 13 DE JULHO.....	189
FIGURA 46: MAPA DE USO DO SOLO DO CENTRO DE ARACAJU.....	192
FIGURA 47: LOCALIZAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS URBANOS IMPLANTADOS EM ARACAJU NOS ANOS 70/80 ...	195
FIGURA 48: RODOVIÁRIA VELHA NO CENTRO DA CIDADE,.....	196
FIGURA 49: TERMINAL RODOVIÁRIO GOV. ROLLEMBERG LEITE (RODOVIÁRIA NOVA).....	197
FIGURA 50: SAGUÃO CENTRAL DA RODOVIÁRIA NOVA, VISTA PARA O EXTERIOR.....	197
FIGURA 51: CENTRO ADMINISTRATIVO DE SERGIPE.....	199
FIGURA 52: PAISAGEM INÓSPITA DO CENTRO ADMINISTRATIVO ESTADUAL.....	199
FIGURA 53: PALÁCIO DE DESPACHOS, SEDE DO GOVERNO ESTADUAL.....	202
FIGURA 54: REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFS.....	204
FIGURA 55: FOTO AÉREA ATUAL DO SHOPPING RIOMAR. ....	206
FIGURA 56: FOTO AÉREA COM LOCALIZAÇÃO DOS <i>SHOPPING CENTERS</i> E ENTORNO.....	206
FIGURA 57: EMPREENDIMENTOS SIGNIFICATIVOS DE CULTURA, EDUCAÇÃO E LAZER.....	210
FIGURA 58: VISTA AÉREA DO TEATRO TOBIAS BARRETO E ENTORNO.....	211
FIGURA 59: TEATRO TOBIAS BARRETO.....	211
FIGURA 60: MODELO REDUZIDO DA FICHA DE REGISTRO DAS NOTÍCIAS DE JORNAL.....	219
FIGURA 61: DETALHE DA COLUNA POLÍTICA PERISCÓPIO, DO JORNAL DA CIDADE, EM 25/05/1989. ....	232
FIGURA 62: MANIFESTAÇÃO DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) EM 1989.....	233
FIGURA 63: MANCHETE SOBRE A OCUPAÇÃO DA CALÇADA DO PARQUE TEÓFILO DANTAS POR CAMELÔS.....	247
FIGURA 64: NOTÍCIA SOBRE A OCUPAÇÃO DA CALÇADA DO PARQUE TEÓFILO DANTAS POR CAMELÔS.....	247
FIGURA 65: DETALHE DA COLUNA NOTAS E COMENTÁRIOS.....	250
FIGURA 66: LOCALIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO PODER NAS PRAÇAS CENTRAIS.....	253
FIGURA 67: SITUAÇÃO ATUAL DO EDIFÍCIO DO ANTIGO HOTEL PALACE.....	259
FIGURA 68: REFERÊNCIAS AO HOTEL PALACE NA COLUNA NOTAS E COMENTÁRIOS, 21/05/1989. ....	260
FIGURA 69: VISTA AÉREA ATUAL DOS MERCADOS CENTRAIS DE ARACAJU.....	264
FIGURA 70: MERCADO ANTONIO FRANCO.....	264
FIGURA 71: ANÚNCIO PUBLICITÁRIO COM A PROGRAMAÇÃO DOS CINEMAS DO CENTRO (DÉCADA DE 80).....	269
FIGURA 72: NOVAS INTERVENÇÕES URBANAS: RUA 24 HORAS E CALÇADÃO DA RUA SÃO CRISTÓVÃO.....	277
FIGURA 73: NOTÍCIA (RECORTE) SOBRE A POLÊMICA DO MERCADO 1994. ....	283
FIGURA 74: NOTÍCIA (RECORTE) SOBRE A POLÊMICA DO MERCADO 1994. ....	283
FIGURA 75: ANÚNCIO PUBLICITÁRIO SOBRE INAUGURAÇÃO DO SHOPPING RIOMAR.. ....	290
FIGURA 76: PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL DA CIDADE SOBRE A INAUGURAÇÃO DO RIOMAR.....	290

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: NÚMERO DE TRABALHADORES EM ARACAJU E SÃO CRISTOVÃO EM 1872 .....	93
TABELA 2: POPULAÇÃO DA CIDADE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO 19.....	93
TABELA 3: TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE ARACAJU.....	183
TABELA 4: BAIRROS CENTRAIS DE ARACAJU. VARIAÇÃO DE POPULAÇÃO, 1996-2000. ....	191
TABELA 5: RESULTADOS FINAIS DO LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS SOBRE O CENTRO DA CIDADE DE ARACAJU (EM NÚMEROS ABSOLUTOS). ....	223
TABELA 6: RESULTADOS FINAIS DO LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS SOBRE O CENTRO DA CIDADE DE ARACAJU (EM NÚMEROS PERCENTUAIS). ....	224
TABELA 7: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>ATOS E MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) .....	231
TABELA 8: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>EVENTOS CULTURAIS NO ESPAÇO PÚBLICO</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) .....	236
TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE <i>EVENTOS CULTURAIS NO ESPAÇO PÚBLICO</i> , AGRUPADAS POR TEMAS PREDOMINANTES.....	237
TABELA 10: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>COTIDIANO: ORGANIZAÇÃO/REGULAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, USO E APROPRIAÇÃO</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).....	243
TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DAS NOTÍCIAS DO EIXO <i>COTIDIANO: ORGANIZAÇÃO/REGULAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, USO E APROPRIAÇÃO</i> , AGRUPADAS POR TEMAS PREDOMINANTES.....	243
TABELA 12: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>CALÇADÃO DA RUA JOÃO PESSOA</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) .....	250
TABELA 13: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>EDIFICAÇÕES DO PODER</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).....	252
TABELA 14: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>HOTEL PALACE</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).....	256
TABELA 15: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>MERCADO</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).....	262
TABELA 16: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>EQUIPAMENTOS CULTURAIS</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) .....	267
TABELA 17: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>OUTRAS EDIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) .....	272
TABELA 18: DISTRIBUIÇÃO DAS NOTÍCIAS DO EIXO <i>OUTRAS EDIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS</i> , AGRUPADAS POR TEMAS PREDOMINANTES.....	272
TABELA 19: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>ATOS E MANIFESTAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) .....	275
TABELA 20: DISTRIBUIÇÃO DAS NOTÍCIAS DO EIXO <i>PROJETOS E INTERVENÇÕES</i> , AGRUPADAS POR TEMAS PREDOMINANTES.....	276
TABELA 21: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>ATIVIDADES TERCIÁRIAS</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).....	288
TABELA 22: LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS DO EIXO DE ANÁLISE <i>SHOPPING CENTER</i> (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).....	288

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PRINCIPAIS PROJETOS NO CENTRO DA CIDADE DE LEIPZIG.....	171
QUADRO 2: PRINCIPAIS PROJETOS NO CENTRO EXPANDIDO DE LEIPZIG.....	172
QUADRO 3: EVENTOS OU EQUIPAMENTOS URBANOS SURGIDOS A PARTIR DA DÉCADA DE 80..	213
QUADRO 4: EIXOS TEMÁTICOS UTILIZADOS PARA A CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS NOTÍCIAS COLETADAS EM JORNAIS DE ARACAJU.....	221
QUADRO 5: EIXOS DE ANÁLISE E POSSIBILIDADES DE INTER-CONEXÕES.....	230

<b>APRESENTAÇÃO</b>	11
Capítulo 1	
<b>ESPAÇO PÚBLICO COMO CERNE DA CIDADE</b>	15
1.1 Espaço público e esfera pública	16
1.1.1 Abordagens clássicas sobre a esfera pública	19
1.1.2 Espaço público: signo de uma sociedade aberta?	25
1.1.3 A vida pública e a sociabilidade urbana	28
1.2 Considerações sobre a noção de política	33
1.2.1 Política: um percurso histórico-conceitual, ou um ensaio urbano sobre a lucidez	35
1.2.2 Da modernidade à pós-modernidade	44
1.3 Considerações sobre o espaço urbano contemporâneo	50
1.4 Centralidade urbana: o centro da vida pública	61
1.4.1 Quando o coração da cidade se torna um vazio	61
1.4.2 A centralidade espacial e a centralidade social	67
Capítulo 2	
<b>OS ESPAÇOS PÚBLICOS FORTES NO CENTRO DE ARACAJU</b>	80
2.1 O conceito de espaço público forte	81
2.2 Cidade sobre o mangue: fundação e implantação – 1855-1900	85
2.2.1 Espaço público forte	95
A. Rua da Aurora	95
2.3 Cidade capital: consolidação e afirmação – 1900-anos 60	98
2.3.1 Espaços públicos fortes	105
A. Praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos	106
B. Mercado Municipal	113
C. Rua João Pessoa (I)	117
2.4 Cidade moderna: expansão e verticalização – anos 60-anos 80	122
2.4.1 Espaços públicos fortes	129
A. Rodoviária	130
B. Rua João Pessoa (II)	134
Capítulo 3	
<b>A CIDADE CONTEMPORÂNEA: QUEM PRECISA DO CENTRO?</b>	140
3.1 As cidades brasileiras contemporâneas e o declínio dos centros	141
3.2 Regresso ao centro da cidade – As transformações recentes em Leipzig.	148
3.2.1. A cidade socialista e a questão da centralidade	149

3.2.2. O centro de Leipzig no capitalismo	157
3.2.3. Espaços públicos em Leipzig: entre a política e a economia	178
3.3 Um êxodo: quem precisa do centro da cidade de Aracaju?	182
3.3.1 Caracterização do centro principal e das novas centralidades	182
3.2.2 Esvaziamento funcional do centro	195
Capítulo 4	
<b>A CIDADE E O JORNAL – UMA CRONOLOGIA DO CENTRO DE ARACAJU</b>	214
4.1 Metodologia	215
4.2 O que dizem as notícias sobre o centro de Aracaju	222
4.2.1 Eixos temporais	224
4.2.2 Eixos temáticos	229
Capítulo 5	
<b>REFLEXÕES FINAIS</b>	301
<b>ANEXO</b>	308
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	309

## APRESENTAÇÃO

Privatização da vida urbana e erosão do espaço público são expressões recorrentes na discussão atual sobre a cidade. A convivência entre as pessoas, sentido fundamental da cidade, tem sofrido profundas mudanças na contemporaneidade, não apenas em função das novas tecnologias de comunicação e novos valores culturais pautados no individualismo, mas, especificamente na realidade brasileira, a partir da emergência de uma onipresente “cultura do medo”, estruturada principalmente pelas extremas desigualdades sócio-econômicas e pela ausência do Estado. No bojo destas mudanças, o sentido do espaço público e as potencialidades desperdiçadas configuram-se como parte de um debate mais amplo e fundamental em torno de uma cidade democrática, com possibilidades transformadoras.

Estas re-significações do espaço público contemporâneo podem ser lidas nas cidades brasileiras através do fenômeno da exacerbação e proliferação do seu oposto, o espaço privado, na forma, por exemplo, de *shopping centers* e condomínios residenciais fechados, que procuram deliberadamente reproduzir certas características de espaço coletivo de convivência, não obstante projetem para si muito mais uma convivência entre iguais.

De modo geral, a erosão do espaço público está inserida, na verdade, em uma crise da própria noção daquilo que é público, tomado em um sentido mais amplo, referente à vida em coletividade, ao mundo comum. O conceito de política se deteriora, sendo substituído por ações e estratégias de cunho privatista. Estamos no reinado dos particularismos e no fim da política, nas palavras de Dupas (2003).

Paralelamente, é cada vez mais perceptível que nos encontramos diante de uma esfera pública heterogênea e plural – ou seja, esferas públicas no plural – não sendo mais possível iludirmo-nos com uma dimensão pública da vida pretensamente unificada e homogênea. O espaço público como materialização desta esfera pública heterogênea tem, desta forma, uma dimensão política, onde idéias e pessoas diferentes se encontram, abrigando divergências, consensos, conflitos e diversidade. Quando não há violência para a manutenção e gestão da sociedade, há política. A governabilidade de uma sociedade se dá através da palavra, da troca de idéias face a face, daí a importância do espaço público.

Esta tese de doutorado busca compreender o sentido político do espaço público contemporâneo nas cidades brasileiras e sua potencialidade transformadora, especialmente em uma sociedade desigual como a nossa. Aqui o espaço público é enfrentado como *espaço político*, na contramão das tendências de despolitização da vida pública urbana e de

privatização da cidadania. De que maneira pode contribuir a atuação de arquitetos e urbanistas na produção de um novo pensar e de uma nova cultura – que sempre é construída coletivamente – para que a cidade seja de fato um espaço de liberdade política e de democracia?

O **capítulo inicial** deste trabalho trata das questões que se imbricam no espaço público e do conceito de esfera pública, a partir de, fundamentalmente, autores clássicos como Hannah Arendt (2000) e Jürgen Habermas (1984). Para Arendt, o modelo de espaço público é a *ágora* da *polis* grega clássica, onde emerge uma democracia originariamente associada ao espaço público. Sua concepção de espaço público com um sentido político está ligada à noção de liberdade, em contraponto à esfera da economia, que está associada às emergências da sobrevivência e da reprodução da vida material, e, portanto, se localiza no âmbito doméstico, no espaço privado. Para o pensamento grego, liberto das necessidades de sobrevivência (diferenciando-se da condição animal, portanto) a condição humana se realiza na política, ou seja, na esfera pública. A liberdade do indivíduo dentro de uma coletividade só é possível a partir da existência do espaço público.

Também Bauman (2001) aposta na necessidade de espaços públicos como aporte para aprendermos a viver em coletividade. A busca da civilidade – “a busca da arte e das habilidades para compartilhar a vida pública” (op. cit., p. 110) – só é possível em espaços públicos com características civis, o que vem sendo inibido pela vigente cultura do medo. Afastando-se dos espaços públicos, o indivíduo contemporâneo vivencia a vida pública de forma plena, não conseguindo ser, de fato, um cidadão.

O centro das cidades é tomado neste trabalho como objeto de estudo, pois as centralidades urbanas podem absorver, como nenhuma outra região da cidade, a substância política do espaço público. Como afirma Fernandes (2007), uma centralidade não é apenas uma polarização na malha espacial urbana, mas especialmente uma polarização na vida social. Esvaziar o centro das cidades de suas funções produz também o seu esvaziamento simbólico e político. Seguindo o mesmo raciocínio, os espaços públicos são polarizações no centro da cidade, lugares que potencialmente estão revestidos de uma sociabilidade intensa e rica. Entretanto, um dos grandes problemas da cidade brasileira contemporânea é o fato de que a sociabilidade urbana e a vida pública passam a ocorrer, cada vez mais, em espaços privados. E que, nestes espaços, ainda que de acesso semi-público, como os *shopping centers*, estão ancoradas as novas centralidades urbanas. Neste sentido, o capítulo 1 também trata do significado e da necessidade do centro das cidades, assim como da dimensão política

associada inexoravelmente aos seus espaços públicos. Com novas centralidades em espaços semi-públicos, quem precisa do centro das cidades?

O conceito de *espaço público forte*, apresentado no **capítulo 2**, traduz esta idéia de polarização na estrutura urbana. Ele dá nome a um conjunto de espaços públicos que apresentam, comparativamente a outros espaços, uma maior densidade de elementos urbanos significativos, fluxos de circulação e atividades urbanas, resultando em uma situação de intensa sociabilidade pública, algo como um *pólo de urbanidade*. Pode-se fazer uma analogia com as palavras de Arantes (1995, p. 100) de que “uma praça é antes de tudo um lugar público, no sentido *forte* desta última palavra”. Não sendo, no entanto, apenas praças, mas também ruas ou uma combinação de espaços abertos diferenciados, ou até mesmo edifícios públicos, como mercados, os espaços públicos fortes são mutáveis, podendo transformar-se ao longo do tempo na medida em que o contexto urbano muda. Afinal, “às transformações de ordem econômica e social se seguem a adequação das estruturas, das formas e das imagens das cidades” (Vaz, 2004). Suas características e sua densidade estão sempre em contínua transformação, em decorrência de novas demandas de funcionamento da cidade e, especialmente, de mudanças na correlação de forças da sociedade.

Em sendo uma cidade de porte médio, Aracaju, nosso objeto de estudo, teve o seu centro principal ainda relativamente forte até a década de 1980, aproximadamente, sofrendo a partir daí um processo de dispersão espacial e funcional, com a descentralização de importantes atividades administrativas, políticas e comerciais.

Assim, após uma caracterização detalhada, ao longo do capítulo 2, dos diversos espaços públicos fortes que identificamos no centro da cidade de Aracaju em diferentes recortes temporais, acompanhada de uma contextualização de suas condições históricas (importante para que se possa compreender como estes espaços públicos fortes se constituíram e se transformaram), passamos no **capítulo 3** a tratar desta ruptura observada nos anos 80/90. A questão principal é entender como se comportam os tais *espaços públicos fortes* centrais ao longo deste processo de esvaziamento e se as novas centralidades, em função de suas diferenciadas características espaciais e funcionais, têm condições de fazer emergir espaços urbanos com um sentido fundamentalmente público e, portanto, político.

Como contraponto à “fuga” do centro observada em Aracaju nestes anos recentes, apresentamos um estudo de caso sobre a cidade de Leipzig, uma das principais cidades do leste alemão, no qual analisamos as várias transformações urbanas ocorridas após o fim do regime socialista em 1989, e que desencadearam, mais recentemente, um processo de

fortalecimento das áreas centrais, de “retorno” ao centro. Observadas, naturalmente, as diferenças de contexto cultural, político e socioeconômico, de um lado temos uma cidade brasileira de porte médio em que novas centralidades trazem consigo novas formas de urbanidade e de sociabilidade em espaços (muitas vezes privados) fora do centro principal; de outro, uma cidade que fortalece os espaços públicos centrais. Em ambos os casos, busca-se compreender de que maneira o espaço público é potencialmente o lugar da política e/ou um espaço fundamentalmente dedicado ao consumo. Por extensão, uma das chaves fundamentais desta tese é compreender a relação entre economia e política no campo da esfera pública e do espaço público.

Como uma possibilidade de melhor compreender as transformações processadas em Aracaju ao longo dos anos 80 e 90, desenvolvemos uma metodologia de levantamento de notícias de um jornal local, o qual é apresentado no **capítulo 4**. Foram anotadas e registradas todas as referências encontradas sobre o centro da cidade, em um universo amostral que abarcava quatro períodos de um ano de duração: 1989, 1994, 1999 e 2004. Ao abordar a relação entre jornal e cidade dentro de um recorte temporal específico, buscamos neste viés de investigação um olhar diferenciado sobre os acontecimentos e fatos do cotidiano, as imagens e representações públicas desta parte da cidade, muito embora esteja claro que a mídia, ao fazer parte de um sistema ideológico e econômico, também representa interesses específicos (como qualquer agente social) e nos retrata apenas uma parte daquilo que acontece na esfera pública do centro.

O entendimento de que o centro das cidades brasileiras e seus espaços públicos, por serem hoje fortemente monofuncionais (concentrando basicamente atividades comerciais) e tenderem a apresentar uma maior homogeneidade do ponto de vista de grupos sociais que o frequentam, manifestam uma *dimensão política enfraquecida*, ou seja, não são mais o lugar onde tensões e conflitos sociais se materializam – justamente em um momento de grandes desigualdades sociais, quando mais seria necessária a sua visibilidade – é, talvez, a mais forte premissa deste trabalho.

De modo geral, como aponta Abrahão (2005, p. 1), são poucos os projetos recentes de intervenção nas áreas centrais que “qualificam politicamente os espaços públicos urbanos” e atribuem “à materialidade (destes) espaços uma realização sócio-política”, através de propriedades como cidadania, vida pública e direitos. Os espaços públicos são frequentemente objetos de apreciação estética, funcional e/ou ambiental, mas raramente entendidos como espaços políticos.

**ESPAÇO PÚBLICO COMO CERNE DA CIDADE**

## 1.1 ESPAÇO PÚBLICO E ESFERA PÚBLICA

“Que nunca se diga: isso é natural, para que nada passe por imutável...”

Bertold Brecht

Como elemento de morfologia urbana, uma praça é um dos principais espaços públicos estruturantes de uma cidade, assim como extremamente significativo para a vida social. Mas, independente desta valoração positiva, uma praça – ou um espaço público qualquer – pode representar também uma espécie de ameaça em potencial.

No rastro do maior acidente da aviação brasileira, ocorrido com uma aeronave da TAM na cidade de São Paulo em 17 de julho de 2007<sup>1</sup>, os moradores da vizinhança recusaram posteriormente a construção de uma praça proposta pela Prefeitura Municipal no terreno vazio surgido após o desastre, por temer que “o local vire ponto de drogas”<sup>2</sup>. O Presidente da Associação de Moradores de Campo Belo, Antônio Cunha, argumenta que a venda de drogas é “uma epidemia fora de controle” na região: “Se deixar aquilo virar uma praça, tranquilamente vai virar um ponto de droga. Aqui, de madrugada, em cada esquina tem alguém se drogando. Como praça só vai piorar”. Como solução, ele prefere um espaço urbano com acesso restrito e com um caráter mais contemplativo: “A nossa idéia era de que uma parte do prédio devia ter ficado como estava para que se transformasse em um monumento fúnebre, *devidamente cercado com cerca metálica*” (grifo nosso).

Revertendo a lógica segundo a qual o espaço público, a princípio (ou seja, por ser público e não o seu oposto: privado, restrito) é uma espacialidade urbana aberta e, desta forma, revestida de uma valoração positiva com um *potencial* para proposição e criação de novas possibilidades, nas cidades brasileiras contemporâneas ele é, ao contrário, sob o imperativo do medo, uma ameaça em *potencial*. Em detrimento da sociabilidade e solidariedade, opta-se pela cerca metálica.

Nos últimos anos, têm se intensificado os debates sobre a questão do espaço público nas cidades contemporâneas de forma transversal, por diversas áreas do conhecimento, não

---

<sup>1</sup> Naquela ocasião, um Airbus A320 da empresa TAM ao aterrisar sai da pista de pouso, atravessa uma avenida do lado de fora do aeroporto de Congonhas e se choca contra um depósito da própria empresa, matando 187 pessoas a bordo e outras no solo.

<sup>2</sup> Araújo, Patrícia. “Associação não quer praça em local de acidente da TAM”. Portal G1, 06/08/2007. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL83878-5605-9920,00.html>>. Acesso em 07/08/2007.

apenas na Arquitetura e Urbanismo. Ao mesmo tempo, outras abordagens sobre a questão vêm à tona, embora muitas vezes de maneira superficial, em diversos ambientes não-acadêmicos como na televisão e na mídia impressa. Razão para a efervescência deste tema tão amplo parece ser a crescente preocupação com insegurança e violência nas cidades brasileiras, questão tão cotidiana como aparentemente insolúvel. Espaço público está, desta forma, quase sempre associado a perigo e ameaça, sendo necessário evitá-lo.

Esta significação negativa do espaço público pode ter o nome de agorafobia, espécie de síndrome do indivíduo urbano contemporâneo cujos sintomas são a reclusão e o enclausuramento em espaços privados, protegido das ameaças externas. Para atender a um desejo por sociabilidade urbana (por uma urbanidade perdida?), este indivíduo busca, é verdade, espaços de uso e acesso coletivo, mas com características de segmentação e homogeneização social, onde apenas os semelhantes se encontram, como no caso dos *shopping centers*. A este esvaziamento e perda de significado segue uma despolitização do espaço público, concomitante com sua espetacularização (ver Jacques, 2004).

Esta agorafobia não é um fenômeno apenas contemporâneo: embora sob outra forma, este medo e aversão aos espaços públicos urbanos já era detectado por Camilo Sitte em fins do século XIX, que criticava o furor modernizador nas cidades européias e lamentava a perda do sentido estético e social das praças. Como lembra Arantes (1995, p. 100), a preocupação de Sitte não era com a praça como espaço meramente físico, mas com a perda do caráter público da vida. “Uma praça é antes de tudo um lugar público, no sentido forte desta última palavra”, e no bojo das reformas urbanas do século XIX “as praças estaria sendo substituídas por espaços pura e simplesmente exteriores, vazios residuais, impróprios para uso coletivo” (op. cit., p. 101-102).

É este caráter público da vida urbana contemporânea que, mais do que nunca, está ameaçado. Embora tangível e palpável no âmbito da espacialidade, o que se observa é uma aversão a tudo que está associado ao domínio do público. Mas esta fuga do espaço público coloca-se não apenas para a sociedade brasileira contemporânea com suas cidades inseguras. De modo geral, podemos apontá-lo como parte de um processo característico do mundo ocidental capitalista em constante transformação, como apontado por diversos autores (cf. Castells, 1999, Harvey, 1993, Sassen, 1991 e Giddens, 1991). Neste momento de esgotamento da modernidade, estamos no que Augé (1994) designa de “sociedade da supermodernidade”, marcada por um excesso de tempo e de espaço – uma superabundância expressa nas rápidas mudanças de escala, na multiplicação das referências e nas acelerações dos meios de

transporte (op. cit., p. 36) –, e dominada pelo discurso privatista e pelo poder arrasador da imagem. Novamente a questão do espaço se coloca: o que significa refugiar-se no âmbito privado quando as espacialidades da cidade contemporânea já não são mais as mesmas? Paralelamente às constantes transformações tecnológicas e sociais e da fluidez que caracteriza a dita “supermodernidade”, produzimos cidades onde dominam processos de espetacularização, animação sócio-cultural e simulação da vida urbana (Jacques, 2004; Jeudy, 2005) e a compartimentação espacial na forma de espaços públicos e privados protegidos e socialmente controlados. Nestes termos, a dicotomia público-privado aparece de forma bem clara em forma de tensão.

No isolamento e na indiferença se perde uma potencialidade. Em um sentido oposto à referida conotação negativa do espaço público, trabalhamos nesta tese com a premissa de que o espaço público urbano encerra em si fortes atributos positivos, pois tem o potencial de ser socialmente transformador: por ser o lugar do confronto e da espontaneidade, ou se quisermos, da liberdade em seu sentido moderno<sup>3</sup>, é o espaço fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Antes de ser definido como aquele espaço urbano coletivo, acessível a todos, ele é, acima de tudo, um espaço político. Neste sentido, faz-se necessário detectar e compreender os efeitos políticos resultantes de uma construção simbólica negativa do espaço público – associando-o apenas ao perigo -, para tentarmos elaborar formas de revertê-los. Em sendo assim, um dos pressupostos deste trabalho diz respeito à condição do espaço público urbano como espaço da ação política, ou ao menos como *possibilidade* da ação política (Serpa, 2007, p. 9).

Como projeto coletivo, a cidade é, por definição, uma construção pública. Não apenas em sua materialidade física – por exemplo, espaços e vias de circulação pública e uma infra-estrutura urbana que atuam diretamente sobre a vida privada dos indivíduos – mas especialmente como construção cultural e simbólica. Muito embora a definição de cidade passe pela diferenciação clássica entre público/privado, os seus limites são tênues, quase impossíveis de se determinar mesmo quando nos restringimos à materialidade espacial.

Entretanto, ao mesmo tempo em que, entre o público e o privado, os limites são fluidos e quase imperceptíveis, eles são complementares. Etimologicamente, os dois conceitos possuem significados opostos, excludentes, mas que se completam. “Privado” significa estar desprovido de algo; o que não é público, que é particular. E está relacionado também com a

---

3 Caldeira (2000, p. 305) trata do conceito de liberdade na Modernidade que, em contraponto com a liberdade na Antiguidade, está baseado no princípio da universalidade. Mas a própria autora ressalta que “a comunidade política que incorpora a todos os cidadãos nunca existiu”.

privação. Por outro lado, o conceito de “público” adjectiva o que é do povo, o que é comum; o que é de uso de todos<sup>4</sup>; o que é “relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade”<sup>5</sup>. Trazendo estas palavras para o contexto urbano, deparamo-nos com dicotomias do tipo: espaço público/propriedade privada, transporte público/automóvel particular, hospital privado/sistema de saúde público etc.

No entanto, mesmo sabendo que a cidade é constituída por esta oposição/complementariedade entre público e privado, sabemos também que ela é, ao mesmo tempo, *fundamentalmente pública* – um projeto coletivo -, ou seja: só enquanto coletividade a cidade tem existência como tal. Ela não se resume a uma simples aglomeração de pessoas, mas pertence e é comum a todos, transcendendo a vida de cada indivíduo isoladamente. À esta esfera pública associamos a noção de política, pois ambas versam sobre a vida coletiva. A dimensão privada, como seu contraponto, é associada à manutenção da vida material e à economia no âmbito do lar, como veremos a seguir. Na Antiguidade grega clássica começa a tomar forma uma diferenciação conceitual público/privado que correspondia, de modo geral, a uma separação tradicional de papéis sociais entre homem e mulher, com suas respectivas especializações: enquanto o homem se dedicaria a questões coletivas (políticas) na esfera pública, nos *espaços* das ruas e praças da polis antiga, a mulher se ocuparia dos processos de reprodução e manutenção da vida, no âmbito privado (doméstico), no *espaço* do lar.

### 1.1.1 Abordagens clássicas sobre a esfera pública

É no campo da filosofia política que alguns autores inicialmente elaboram a esfera pública como dimensão fundamental da vida social, em especial a já mencionada Hannah Arendt com “A Condição Humana”, editado primeiramente em 1958, e Jürgen Habermas com seu livro de 1962, “Mudança Estrutural da Esfera Pública”. Enquanto isso, o sociólogo Richard Sennett ressalta, posteriormente, a relação entre esfera pública e os espaços públicos urbanos enquanto materialidade, em sua obra “O Declínio do Homem Público”, de 1974.

A *polis* grega, como lugar de reunião entre cidadãos, é nomeada por Hannah Arendt como o modelo histórico de esfera pública, onde se verificam as primeiras cristalizações de uma política democrática originariamente associada ao espaço público<sup>6</sup>. É certo que a *polis* política

---

<sup>4</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

<sup>5</sup> CUNHA, Antônio Geral da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.

<sup>6</sup> Muito embora, como veremos mais adiante, o modelo contemporâneo de espaço público, enquanto parte da

é numericamente pequena, pois como sabemos as mulheres, estrangeiros, não-proprietários rurais e escravos eram privados da participação política e, portanto, apenas uma pequena parte dos seus indivíduos detinha a condição de cidadão. Apesar desta estrutura de exclusão, especialmente Atenas é a referência da democracia por excelência, por ter conseguido reduzir a distância entre governantes e governados, incluindo no corpo cívico aqueles que em outras cidades oligárquicas estavam excluídos. Ou seja, é neste momento histórico que uma esfera pública emerge nas cidades, de forma a ter um sentido político.

Para a autora, o que diferencia as duas esferas constitutivas da vida social na cidade grega é que, na esfera pública, as decisões coletivas são tomadas basicamente a partir da palavra, da persuasão e argumentação, ao contrário da vida privada em família, onde impera uma espécie de violência e de força, em função do centralismo e autoritarismo do patriarca. Desta forma, por estarem baseadas na argumentação de idéias por meio da palavra, as decisões coletivas processadas no espaço público fazem deste um lugar essencialmente político. Para os gregos, segundo Arendt (2000, p. 36), “forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos *pré-políticos* de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos” (grifo nosso).

Assim, só nos é possível tratar de temas da coletividade no espaço público porque nele estamos livres das urgências da necessidade (reprodução da vida material e problemas de sobrevivência), ou seja, das coisas da economia, características da vida no âmbito doméstico, privado. Aqui destacamos uma clara diferenciação que a autora assinala entre política e economia. Para tanto, ela esclarece que se perdeu ao longo do tempo, em nosso mundo ocidental, a diferença original fundamental dos significados de *social* e de *político*. Na concepção original grega, político dizia respeito à associação dos homens de forma coletiva, como estratégia de manutenção de um corpo coletivo, o que vai além de uma simples associação natural (social) de seres decorrentes da busca pela sobrevivência - e que é inerente a todos os seres animais, não sendo fundamentalmente uma condição humana. “A companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, necessidades estas que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal”<sup>7</sup> (op. cit., p. 33). A capacidade humana de *associação*

---

dimensão social da vida urbana, seja oriundo da Modernidade, período marcado pelo crescimento e multiplicação das cidades nos séculos XVIII e XIX e pela consolidação de uma sociedade burguesa a partir do alargamento do mercado capitalista.

7 Neste sentido, Hannah Arendt ressalta que a palavra social é de origem latina, sem correspondência na língua grega. Ao longo do tempo, na tradição ocidental, derivada da cultura romana, as diferenças de sentido entre

*política* é fundamentalmente diferente da *associação natural* com base na casa e na família. Com a cidade-estado grega, o homem adquire, para além de sua vida no âmbito privado, uma segunda vida na esfera pública, a *bios politikos*.

Em assim sendo, para o pensamento grego é na política – ou seja, na esfera pública - que a condição humana se realiza (se distinguindo da condição animal), e não na esfera privada relacionada às estratégias de manutenção da sobrevivência e, portanto, à economia. Nas palavras de Arantes (1995, p. 114-115), referindo-se a Hannah Arendt:

*“Ao lado luminoso da vida pública em comum [Arendt] atribuiu a liberdade e a individuação, ao passo que no âmbito privado viu o seu contrário, a estreiteza da família, hierarquizada, dominada pela autoridade incontestável do patriarca, confinada às dimensões estreitas de uma casa, também lugar etimológico (oikós) da reprodução ‘econômica’ da vida, reino do ‘labor’ e da necessidade – aqui privado era sinônimo de privação”.*

Para a emergência desta liberdade se fazia necessário a existência do espaço público, um espaço próprio para que duas atividades fundamentais pudessem acontecer: a ação (práxis) e a palavra (discurso, conversação). A vida pública está, portanto, associada em sua origem ao espaço público.

O que não queria dizer que a esfera privada fosse de alguma forma estigmatizada. Havia um entendimento claro da complementariedade entre as duas esferas da vida<sup>8</sup>: se a esfera pública da *polis* era a esfera da liberdade e o *lar* era a esfera da necessidade (as pessoas eram compelidas a constituírem uma comunidade do *lar* por ser necessária à sobrevivência), havia uma relação entre as duas no sentido de que “a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía condição natural para a liberdade na polis. (...) Sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo” (Arendt, 2000, p. 39-40). Em outras palavras: apenas se pode elaborar o coletivo, ou seja, ser político, quando se está livre da necessidade.

Como veremos adiante, no capítulo onde buscaremos esmiuçar um pouco mais o conceito de política, a “invenção” da política pelos gregos se dá na medida em que as leis que regem a cidade passam a ser o resultado de uma vontade coletiva, através de discussões e deliberações em Assembléias, o que só se fez possível quando os indivíduos puderam sair de sua casa

---

político e social se confundiram, perdendo-se a concepção original grega de política.

<sup>8</sup> A autora ressalta que mesmo Platão, que pleiteava pela abolição da propriedade privada e expansão da esfera pública, ainda reverenciava Zeus Herkeios, o protetor das fronteiras (Arendt, 2000, p. 39).

(libertos do reino da necessidade) e, como cidadãos, ir para a rua ou, se preferirmos, para a ágora como principal praça pública. Mas, como vimos, não é o espaço que define a vida pública, mas a ação e a conversação.

Esta relação complementar entre as esferas pública e doméstica era fundamental para aquele modelo de democracia. Para Arantes (op. cit., p. 115), na passagem do antigo para o moderno se desfez esta “distribuição harmoniosa das relações sociais” na medida em que se implanta o conceito burguês de propriedade. Além desta expansão da dimensão do privado, a noção de comportamento, como um enquadramento social dentro de uma economia capitalista, substitui a de ação, como práxis dos antigos. Para a autora, esta idealização da política dos antigos é “incompatível com a atual articulação capitalista de estado e sociedade” (op. cit., p. 117). Mesmo assim, como lembra Habermas (1984, p. 16-17), este modelo de esfera pública helênica se mantém até os dias de hoje como “autêntica força normativa”, a partir da qual, através do Direito Romano, nos foi transmitida a concepção de esfera pública como *res publica*.

A esfera pública enquanto categoria burguesa é o ponto de partida de Jürgen Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984). Enquanto em Arendt, ao tratar da esfera pública na *polis* grega, as categorias “espaço” e “Estado” pouco apareciam ou eram secundárias<sup>9</sup>, Habermas procura logo de início esclarecer a especificidade de seu objeto de estudo, diante da confusão terminológica que se instaurou em nosso tempo no que diz respeito ao que seja “público”. Ele mostra que, no senso comum, associa-se o conceito de público a determinados espaços acessíveis a qualquer pessoa, como no caso de casas ou locais públicos, assim como ao Estado, representado por prédios públicos que abrigam instituições estatais (op. cit., p. 13-14). De fato, Habermas trata da esfera pública enquanto uma dimensão da vida burguesa que apenas em sua expansão conceitual tem alguma relação com o espaço.

No mundo moderno se faz pouca diferenciação entre as esferas social e política, como já destacamos anteriormente. Diferentemente do mundo antigo, que localizava as atividades econômicas no âmbito doméstico, com a expansão do mercantilismo a economia torna-se algo público, do interesse da coletividade<sup>10</sup>. Habermas (1984, p. 169) mostra que é a partir desta expansão das relações econômicas de mercado e da implosão gradativa do feudalismo que surge uma esfera “social”, se fazendo necessário o desenvolvimento de uma autoridade

---

9 Como vimos, estas associações com o espaço e com o Estado enquanto instituição não ocorriam a um cidadão da polis, que apelava muito mais à noção de política.

10 “As condições econômicas estão fora dos limites da própria casa; são, pela primeira vez, de interesse geral” (Habermas, 1984, p. 33).

administrativa à parte, o Estado nacional. Com o desenvolvimento do sistema de trocas, o setor econômico produtivo (os agentes privados de produção), inserido na “sociedade”, se liberta do Estado. É nesta tensão entre Estado e sociedade, característica da modernidade, que surge a esfera pública burguesa — fundamentada, portanto, na separação entre as formas de reprodução social e o poder político — e que vai se instalar como parte do setor privado, por não estar ligada ao Estado como instituição. Surge uma sociedade “privatizada” — e acima dela um poder público que se concentra nos Estados nacionais e territoriais, e não na cidade. A modernidade constitui “o poder político como esfera pública impessoal separada da sociedade civil e capaz de regulá-la por intermédio do Estado, tido tanto como instrumento de regulação (pelos liberais) quanto como instrumento de dominação de classe (pela esquerda socialista e comunista)” (Chauí, 1992, p. 346).

É, portanto, com a emergência do Estado moderno burguês e suas instituições burocráticas que se transforma a relação original, oriunda da Antiguidade, entre público e privado, como tratada por Arendt. A dimensão pública da vida em sociedade, como oposição à dimensão privada, em seu sentido moderno passa a estar associado ao poder público, sinônimo de um aparelho governamental, como resultado da decadência das instituições feudais e da antiga ordem social medieval.

*“‘Público’ torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à ‘corte’ representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento de regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização da força. O poderio senhorial transforma-se em ‘polícia’; as pessoas privadas, submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder, constituem um público” (Habermas, 1984, p. 32).*

A nova relação entre público e privado se faz através da economia. Habermas define a esfera pública burguesa como a esfera de pessoas privadas que se relacionam entre si como um público, onde são discutidas as leis gerais do trabalho social e das trocas econômicas que ocorrem na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante. Como pessoas privadas, e que por isso não governam, os burgueses constituem a esfera pública como uma forma de contraposição e contestação ao poder público, ou seja, ao Estado (*op. cit.*, p. 42-43). Observa-se aqui o que Habermas chama de duplicidade da esfera privada, quando o homem privado combina o papel de dono de mercadorias ou proprietário (sua nova privacidade) com o de pai de família. É o primeiro que estará no café ou no salão, o espaço público/privado que abriga a nascente esfera pública burguesa. Mas, como ressalta o autor, esta não tem ainda

funções políticas, pois os embates políticos das pessoas privadas que ali ocorrem não levam à contestação do poder público constituído. Esta esfera pública sem configuração política é muito mais um “campo de manobras de um raciocínio público que ainda gira em torno de si mesmo – um processo de autoconhecimento das pessoas privadas em relação às genuínas experiências de sua nova privacidade” (op. cit., p. 44).

Além dos mencionados cafés e salões, a partir do século XVIII surgem novos espaços culturais tornados públicos, como teatros e salas de concertos, salas de leituras e museus, representando novas práticas e novos espaços de convívio – ao tempo em que, não obstante, a cultura vai se transformando aos poucos em mercadoria. A cidade não é apenas a base econômica da sociedade burguesa, mas o centro político e cultural que se contrapõe à antiga corte feudal. Desta forma, a sociabilidade urbana que se constrói nas mesas dos cafés, onde os herdeiros da aristocracia conviviam com intelectuais burgueses, representa a transição da decadente representatividade pública da corte para uma esfera pública burguesa.

Além da urbanização e da expansão do mercado, outros importantes fatores vão consolidar esta esfera pública, como a proliferação do hábito social da leitura e o auge da imprensa através de instituições que permitem a veiculação pública de opiniões representativas dos interesses da burguesia, como os jornais, clubes e associações políticas extra-parlamentares (Abraão, 2005, p. 7). Assim, se no mundo antigo o espaço público é o lugar da ação política, para Habermas o espaço público burguês é o lugar da ação comunicativa. É importante então ressaltar que, para ele, na sociedade burguesa do século XVIII a esfera pública política e literária – sem funções contestatórias - tende a se situar mais como parte do setor privado, onde se inclui a esfera privada propriamente dita da família, em oposição ao poder público (o Estado e a corte). Desta forma, pode-se reconhecer o caráter universalizante e homogeneizante desta esfera pública burguesa, onde pessoas privadas se encontram construindo e fortalecendo uma opinião pública única, não se constituindo (independente de qualquer relação com o Estado, mesmo que de oposição) em um espaço para o embate de posições diferentes e divergentes, um lugar do conflito.

Ao tentar entender a chamada “crise” de valores morais da contemporaneidade, Chauí (1992, p. 380-381) vai buscar neste surgimento da modernidade, momento histórico de transição de saída do Antigo Regime, e na nova relação entre vida pública e vida privada, a chave para se entender a crise moral e política de nosso mundo. Para prevenir regimes despóticos, rompe-se na modernidade com a idéia de *comunidade* una e indivisa, centrada em um único governante, e se estabelece a idéia de *sociedade*, dividida em grupos sociais diversificados e antagônicos,

com interesses conflitantes, desprovida de centro. Neste mundo moderno, a sociedade burguesa ou civil constitui uma esfera privada com aspirações à esfera pública do poder. Como resultado, ressalta a autora, esta “absorção da esfera pública (o Estado) pela sociedade civil” (op. cit., p. 380) foi entendida por Marx como domínio de classe. Nesta linha de pensamento, o atual neoliberalismo significaria, por conseguinte, uma privatização do público. Paralelamente, o surgimento na modernidade da idéia de opinião pública “como reflexão que um indivíduo ou um grupo de indivíduos realiza a propósito de seus interesses e direitos e a expõe livremente em público” (op. cit., p. 380) é a tradução desta ruptura com a arcaica sociedade da corte. Para Habermas, nesta opinião pública única e representativa de um grupo social, como de todo na esfera pública burguesa, não está presente a idéia do conflito, mas do consenso como meta política para se contrapor ao Estado. Ao mesmo tempo, ao localizá-la como parte do âmbito privado, em oposição ao Estado como poder público, o autor assinala a crise que se desenha na relação entre público e privado na modernidade.

Neste contexto histórico de ruptura, a concepção de esfera pública como uma construção burguesa, como Habermas a define, pode ser criticada como normativa e idealista, mas para Sheikh (2006), ela é basicamente a “reconstrução dos ideais e do auto-entendimento de uma burguesia emergente, se colocando como um sujeito racional capaz de se expressar publicamente sobre si mesmo, na sociedade e sobre a sociedade”. Na contemporaneidade, porém, sob novas condições históricas e sócio-culturais, é necessário reconhecer que a idéia de esfera pública, como uma arena onde as pessoas se encontram e agem, se desmaterializa e se expande<sup>11</sup>. Segundo o autor, a esfera pública deve ser entendida como fragmentada, constituída por um número de espaços e formações que às vezes se conectam, às vezes se retraem, e que estão em relações conflituosas e contraditórias entre si. A questão central está na transfiguração, em nossa forma de pensar, de uma esfera pública genérica, caracteristicamente burguesa, moderna e ainda hoje bastante presente, para uma que privilegie a heterogeneidade e a pluralidade da sociedade contemporânea, quiçá pós-moderna. No lugar da noção, ainda persistente, de esfera pública como uma entidade única, o que existe talvez seja um conjunto de diversas esferas públicas que se sobrepõem. Esferas públicas no plural, portanto (Sheikh, 2006).

### **1.1.2 Espaço público: signo de uma sociedade aberta?**

---

<sup>11</sup> Para isso contribuiu o surgimento dos meios de comunicação de massa, entendidos também como um bastião da liberdade de pensamento e de opinião, que irá aos poucos pulverizando aquela opinião pública burguesa aparentemente homogênea.

O espaço público urbano – como materialidade física, concreta – pode agora nos acompanhar nestas reflexões sobre a esfera pública, antes de, em outra parte deste capítulo, tratarmos especificamente das espacialidades contemporâneas. As abordagens a respeito da decadência do espaço público como efeito da expansão exacerbada da esfera privada e do individualismo estão sempre relacionadas com a perda de significado da política ou, em outras palavras, com a diminuição da capacidade da sociedade de se articular politicamente. Um dos principais dilemas da contemporaneidade é a “aversão à esfera pública, ocasionando assim a sua degradação. A liberdade passa a ser possível unicamente na esfera privada, o que leva à progressiva privatização da cidadania” (Dupas, 2003, p. 61).

O que também não quer dizer que a esfera pública seja, por si só, promotora da liberdade e da justiça. Considerando-se a heterogeneidade implícita em uma coletividade de indivíduos, deve-se sempre pressupor a existência de relações de poder que se manifestam e que procuram se afirmar na esfera pública, materializando-se no espaço público. É assim que indivíduos e grupos sociais detêm uma acessibilidade simbólica maior ou menor a determinados espaços urbanos em função, por exemplo, de seu poder aquisitivo. Em especial, àqueles espaços públicos nas áreas centrais das cidades que sempre mantiveram ao longo da História uma relação bastante estreita com o poder hegemônico e os aparelhos de Estado – e, por extensão, com o gênero masculino. A instrumentalização do espaço público é clara em exemplos como o dos Arcos de Triunfo, que na Roma Antiga funcionavam como marcação monumental do poder estatal. O espaço, em sua própria materialidade, está sujeito a dispositivos de poder tanto na definição de seus limites propriamente físicos, quanto às formas simbólicas de acesso e apropriação. Ou seja, a condição pública de um espaço da cidade não é necessariamente sinônimo de liberdade política ou de democracia. Como vimos anteriormente, historicamente a associação idealizada entre espaço público urbano e uma esfera pública com ingredientes de liberdade política é recente e está atrelada à modernidade e a uma concepção burguesa de vida em sociedade.

Neste sentido, Malcolm Miles (2001) aponta três abordagens contemporâneas do espaço público que colocam em xeque sua condição de ícone político, mesmo que idealizado, de uma sociedade burguesa moderna. A primeira delas diz respeito à identificação do espaço público com a democracia, com o modelo de uma cidade de convívio entre pessoas diferentes. Para o autor, ao longo de diversos momentos da civilização humana o espaço público não tem sido um “local de conquista do poder social” (op. cit., s/p), mas de sua manutenção - e ele cita Atenas no tempo de Péricles, berço da democracia clássica, onde apenas 10% da população da

cidade – todos eles homens e proprietários, o que excluía as mulheres, escravos e estrangeiros – podia participar das atividades democráticas, seja na ágora, seja nas Assembléias e Tribunais.

Desta forma, ter o espaço público como signo, por si só, de uma sociedade aberta é uma construção histórica equivocada, pois na maioria das vezes os espaços abertos (frise-se: abertos) não passavam de lugares para exibição do poder central e dos grupos sociais hegemônicos. Para o autor, existe, portanto, uma relação problemática do espaço público com a democracia e identificá-lo como parte de um domínio público onde surgem idéias políticas pode ser um argumento frágil.

Aqui se abre uma possibilidade para elaborarmos um dos pressupostos desta tese, a ser retomada mais adiante: compreender o espaço público como uma *possibilidade*, a ser usufruída ou não, de ser um espaço político democrático. Se, por sua condição de espaço aberto e acessível a (quase) todas as pessoas, o espaço público não é o lugar onde a política necessariamente se instaura, ele de certo contém em si, ao menos, a *potencialidade* para tal.

O segundo ponto abordado por Miles deriva deste primeiro. A constituição de uma esfera pública é marcada na modernidade, ou mesmo já em suas origens na *polis* grega clássica, pela apropriação do espaço público pelo gênero masculino, resultando na marginalização do domínio doméstico, destinado ao gênero feminino. Às mulheres sempre foi imposta um afastamento das questões coletivas e da dimensão pública de modo geral. São os homens que, historicamente, freqüentam os locais de acesso público como bares e cafés, estando as mulheres “confinadas ao domínio do espaço do privado e da subserviência” (op. cit., s/p). Mesmo na Paris iluminista, o flunar despreocupado como observadores do espetáculo do público, como Baudelaire o fez, não era algo para as mulheres.

O autor cita Massey<sup>12</sup>, que argumenta ser o predomínio do sentido visual no planejamento da cidade e de seus espaços “mais adequado à masculinidade, como meio para objetificar e distanciar aquilo que é observado”, ao contrário do tato e do gosto, que são sentidos imediatos e corporais. O espaço público é, historicamente, o lugar dos homens.

Por último, o terceiro problema em relação ao espaço público refere-se à categorização binária e rígida dos espaços urbanos como sendo, por um lado, público, institucionalizado e coletivo e, por outro lado, o seu oposto, privado, doméstico, o que ignora os espaços e situações de transição. Para ilustrá-los, o autor apresenta exemplos espaciais clássicos como

---

12 Massey, Doreen. Space, Place and Gender. Cambridge, Polity, 1994.

as varandas (como um tipo de espaço privado que permite um contato intencional, mas controlado, com o mundo público da rua), assim como situações mais complexas, como o fato de que os meios de comunicação de massas, como televisão e internet, trazem acontecimentos públicos para dentro do âmbito privado. Uma outra situação em que os limites entre público e privado são tênues é quando a rua se torna um espaço doméstico, de moradia, para pessoas sem-teto.

Para Miles (*op. cit.*), o problema neste modelo binário é que ele não considera espaços de transição onde, por exemplo, os habitantes “produzem seus próprios espaços mutáveis”. A complexidade das formas de apropriação e de criação de espaços urbanos seria assim obscurecida por uma divisão simplista entre espaço público e espaço privado – por consequência, entre esfera pública e esfera doméstica.

Diante destes problemas – quais sejam, o espaço público não sendo necessariamente o lugar onde se disputa o poder de forma democrática; sendo um espaço basicamente para homens, renegando as mulheres à condição de subserviência; uma diferenciação conceitual bastante rígida entre público e privado não dando conta dos espaços mutáveis e de transição existentes - o autor questiona, por conseguinte, o que resta deste espaço público como ícone da modernidade. Assim, ao que parece, esgota-se na contemporaneidade o modelo ainda recorrente de uma esfera pública construída historicamente a partir de um projeto burguês, sendo necessário “reformular criticamente o projeto do Iluminismo de dentro para fora” (*op. cit.*, s/p). Estas palavras reforçam a avaliação de Chauí (1992), como já tratado anteriormente, de que vivemos em nosso tempo uma crise de valores.

### **1.1.3 A vida pública e a sociabilidade urbana**

Uma das primeiras chaves de entendimento da dimensão pública da cidade e sua relação com a política está na noção de sociabilidade urbana. O sociólogo alemão Hans-Paul Bahrtdt<sup>13</sup>, apoiando-se em Max Weber, aponta o mercado urbano como a forma mais antiga de esfera pública, definindo-o como uma “ordenação institucionalizada permanente” onde contatos sociais acontecem de acordo com regras determinadas (Huning, 2003, p. 111). No ambiente do mercado, pessoas estranhas entre si se encontram e decidem por livre vontade se querem ou não entrar em contato umas com as outras, mantendo sempre o anonimato preservado. Ao

---

13 Em obra clássica da sociologia urbana alemã, “Die moderne Großstadt” (a moderna metrópole), publicada em 1961.

contrário do ambiente de um povoado ou vila, que é um “sistema social fechado”<sup>14</sup>, no mercado de uma cidade as individualidades não apenas *podem* como *devem* ser preservadas. As pessoas precisam agir como indivíduos, pois não há rede social que os amarre como acontece em uma comunidade pequena de um povoado: elas são desconhecidas umas das outras, assim como suas reações e comportamentos.

Como um microcosmo, o mercado expressa uma das características fundamentais da cidade: a possibilidade, e não a obrigatoriedade, de se encontrar pessoas desconhecidas. A cidade oferece ao indivíduo a liberdade de escolha: *se* e *quando* ele quer explorar a heterogeneidade e diversidade do ambiente urbano, as diferentes e novas pessoas ou lugares. Ao mesmo tempo em que esta liberdade de manter distância dos outros reforça a sua individualidade, ela permite que, nestas incursões pelo desconhecido, ela possa ser também preservada (Schroer, 2006, p. 244).

Entretanto, na esfera pública do mercado, o comportamento das pessoas estranhas entre si precisa ser “estilizado”, onde cada um executa uma espécie de representação teatral, para que esta manutenção da intimidade e da individualidade seja possível. A partir do momento em que o contato e a comunicação entre as pessoas são estabelecidos, apesar das estratégias de preservação da individualidade, constitui-se, então, uma esfera pública. Para Bahrtdt, “o principal produto do desenvolvimento de uma esfera pública consiste na criação de formas de comunicação entre os indivíduos que superem a distância entre eles, distância que existe e que deve ser mantida” (*apud* Huning, 2003, p. 112). Fica evidenciada a importância de que as distâncias pessoais devam continuar existindo, sob pena de inviabilizar a construção de contatos e comunicação de forma livre por parte de cada indivíduo. De qualquer forma, é esta tensão social (entre se preservar em sua intimidade e se comunicar) que assinala não apenas a sociedade contemporânea, mas a modernidade.

Logo no início de “A metrópole e a vida mental”, publicado inicialmente em 1902, Georg Simmel (1979) coloca o dilema da vida urbana moderna da seguinte forma: “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida” (op. cit., p. 11), o que vai resultar na formação do que Simmel denomina de caráter indiferente, *blasé*, do indivíduo moderno. Este tipo de comportamento é a personificação da tensão vivenciada pelo cidadão na metrópole

---

14 Conceito da sociologia que indica haver uma integração completa entre os participantes de uma aglomeração ou organização: todas as pessoas se conhecem, as relações sociais estão praticamente interligadas de maneira completa, de modo que as individualidades não emergem, mas se mantêm “sufocadas” pela rede social.

moderna, cujas formas de sociabilidade são marcadas pela relação ambígua entre “proximidade corporal e distância espiritual” (Frúgoli Jr., 2007, p. 14). Diante da complexidade, intensidade e o aumento das interações interpessoais possíveis em uma grande cidade, os indivíduos representam diferentes e múltiplos papéis em diferentes círculos sociais, ao mesmo tempo em que são anônimos na multidão da grande cidade.

*“Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. (...) O homem metropolitano negocia com seus fornecedores e clientes, seus empregados domésticos e freqüentemente até com pessoas com quem é obrigado a manter relações sociais” (Simmel, 1979, p. 12 e 13. Grifo nosso).*

Entre máscaras sociais e anonimato, o indivíduo desenvolve este comportamento *blasé*, ou seja, impessoal e reservado. Da profusão de estímulos contrastantes e intensos, da imposição da sociedade metropolitana para que mantenha relações sociais com quem não deseja, surge no indivíduo da grande metrópole a “incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada” (op. cit., p. 16), o que pode levar não apenas à indiferença, como a uma leve aversão ou mesmo ao ódio.

Para Simmel, a modernidade está associada à ampliação da economia monetária no capitalismo e tem no dinheiro, com a indiferença que lhe é própria, seu signo maior. Nele se traduz a racionalidade capitalista em termos como objetividade, calculabilidade e padronização. A ambigüidade das relações sociais modernas está presente no dinheiro, “que ao mesmo tempo aproxima e afasta, alarga os círculos sociais e os torna dele dependentes, circula sem parar e, ao mesmo tempo, é o ponto fixo em torno do qual homens e objetos orbitam continuamente” (Frúgoli Jr., 2007, p. 14-15).

O mercado é o lugar das trocas, onde emerge pela primeira vez uma esfera pública, como vimos, e a moeda é o elemento intermediário destas transações. A cidade pode ser entendida como um grande mercado ampliado, que potencializa as possibilidades de encontro de estranhos e de relações entre eles, ao mesmo tempo, no entanto, que os afasta. Podemos dizer que as relações sociais de natureza econômica, inicialmente meramente utilitárias de *troca de mercadorias* em um mercado, podem ser convertidas em *troca de idéias* que caracteriza a esfera pública (de natureza política).

Prosseguimos com Bahrtdt que, neste sentido, faz uma diferenciação entre esfera pública social e política (Huning, 2003, p. 112). A primeira é a dimensão em torno da qual giram as

atividades de produção e reprodução da vida – onde se insere o mercado urbano, o comércio. É com a modernidade e a expansão do mercantilismo e do capitalismo, como já observado, que estas atividades deixam a exclusividade da esfera privada, do ambiente doméstico da casa (*oikos*). Ela é, a partir de então, a condição para que seja possível uma esfera pública de cunho político, que se caracteriza por ser o lugar das instituições, cidadãos e cidadãs com direitos e deveres políticos em um sentido burguês. Neste sentido, Bahrtdt não trata o mercado como um espaço público propriamente, mas como o lugar onde a esfera pública pode se constituir como esfera social e se expandir. Para Huning (op. cit., p. 112), o fundamental nesta questão é o fato de que espaços urbanos ligados ao comércio podem fazer surgir uma esfera pública social<sup>15</sup> – uma pré-condição para a emergência, ou não, de uma esfera pública política. Para que isso se efetive, é importante que, em resumo, os critérios para a constituição da esfera pública sejam preenchidos: os indivíduos se encontrem no espaço como individualidades que não se integram completamente (ou seja, preservam sua intimidade); suas intenções e movimentos sejam imprevisíveis; mas sigam, ainda assim, determinadas regras de comportamento informais.

A liberdade e a imprevisibilidade das ações dos indivíduos fazem parte da condição pública urbana. No que tange à sociabilidade urbana, os contatos entre indivíduos podem não ocorrer nos espaços públicos, em determinados momentos – muito embora para Simmel a vida na grande metrópole torne-os inevitáveis. Mas a cidade talvez seja muito mais o lugar que faz a ponte entre o conhecido e o desconhecido, entre o próprio e o estranho, pois só na cidade existe a concomitância entre realizar e evitar contatos pessoais, cabendo aos indivíduos, em cada momento, a possibilidade de escolha.

Na modernidade, cada vez mais o espaço público define-se, basicamente, a partir das atividades de mercado e consumo, ainda que com um componente político notadamente liberal. Podemos reconhecer este sentido político do espaço público em duas noções principais que vão caracterizar, de maneira idealizada, a cidade liberal democrática e a vida pública moderna a partir da urbanização industrial e burguesa do século XIX: a idéia de que o espaço da cidade é um espaço aberto a todos, sem distinção, e a de que a sociedade de consumo que ela abriga é também acessível a todos (Caldeira, 2000, p. 303).

Aqui localizamos um dos fundamentos da política democrática que a cidade moderna tão bem representa como construto humano: o princípio da universalidade. Entretanto, como idealização de uma sociedade que pressupõe a abertura, indeterminação e, especialmente, a

---

<sup>15</sup> Mesmo que, do ponto de vista jurídico, o espaço seja de propriedade privada.

coexistência de diferenças não-assimiladas<sup>16</sup>, esta cidade/comunidade política aberta, que incorpora todos os cidadãos, nunca existiu de fato, pois as desigualdades e a segregação social sempre estiveram presentes, especialmente na sociedade industrial capitalista. Não obstante, estas idéias de liberdade, igualdade e justiça, constitutivas da modernidade, marcaram profundamente a nossa concepção de espaço público. Especialmente o entendimento de que a democracia é fundada na indeterminação e incerteza – o poder, a lei e as interações sociais são incertos, no sentido de que se transformam continuamente a partir de negociações - está expresso no espaço público moderno, visto como o *locus* da política democrática (op. cit., p. 305-307).

A despeito da ausência desta universalidade, para Caldeira (p. 307) há no “espaço público moderno e democrático” um potencial para contestação e para “desafiar e nivelar as hierarquias”. Nele os indivíduos são obrigados a se confrontar, a reconhecer e respeitar o outro, interagindo socialmente apesar das diferenças e desigualdades. Aqui a autora destaca a necessidade dos indivíduos negociarem, no espaço público, os termos dessa interação, considerando os diferentes interesses individuais que se confrontam.

Naturalmente que há sempre um desgaste em confrontos sociais deste tipo e, associado à eventual falta de habilidade dos indivíduos em lidar com isso, torna-se muito comum a tendência de criar refúgios para grupos sociais mais homogêneos, onde se prefere resolver as diferenças pelo desvio do confronto, e não pela negociação no âmbito público. Sabemos que a idéia de harmonia social não é nova e sempre esteve presente, por exemplo, na instituição de comunidades de vizinhança que oferecem proteção contra os supostos perigos vindos de estranhos. No entanto, quanto maior se torna a dificuldade em lidar com o estranho, com o diferente, como na sociedade contemporânea brasileira, maior a busca por segurança em âmbitos cada vez mais privados da vida, seja fechando-se em casa, em casos extremos, seja em comunidades homogêneas de bairros e condomínios fechados contemporâneos. Cada vez mais disseminado, o medo urbano afasta as pessoas da possibilidade de elaborar e compartilhar uma cultura pública (Bauman, 2001, p. 110).

---

16 Ou seja, diferenças que não devem desaparecer, sendo aceitas como diferenças, sem que se busque algum tipo de homogeneização.

## 1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE POLÍTICA

A idéia de instabilidade, própria da democracia, pois baseada na incerteza e na transformação constante do poder instituído e das leis que regem a coletividade, como acabamos de destacar, é uma das faces do conceito de política que nos parece fundamental para compreender o espaço público contemporâneo; afinal, um dos pressupostos deste trabalho é que o espaço público urbano possui imprescindíveis qualidades políticas, além do substrato físico-material. Considerando, entretanto, que o conceito de política é muitas vezes mal-compreendido e visto de forma reduzida e simplista, convém aqui determo-nos um pouco na busca de sua compreensão.

Como vimos, por oposição ao privado o sentido de *público* está ligado inexoravelmente ao de coletividade, o que pressupõe a idéia de heterogeneidade nas formas de pensar e nos interesses dos seus indivíduos constituintes. Por conseguinte, divergências e conflitos são sempre inevitáveis. Corpos coletivos aparentemente homogêneos podem ser encontrados apenas de forma excepcional em um contexto totalitário, como resultado de processos sociais impositivos de determinadas formas de pensar e de ser, onde impera o controle e a repressão. Ainda assim, esta suposta homogeneidade está localizada apenas na “superfície” deste corpo. Abaixo dela, livres da imposição e do controle, mas impedidas de subirem à superfície e tornarem-se visíveis, existe uma intensa diversidade de subjetividades.

Da mesma forma que buscamos ampliar o conceito de política, a noção de superfície tem também aqui um sentido mais amplo (diferentemente de como ela é encontrada na linguagem cotidiana), com o objetivo de nos possibilitar novas formas de compreender a realidade. Podemos nos afastar da acepção negativa normalmente contida na idéia de superficialidade como oposto de profundidade. No senso comum, por exemplo, este último é utilizado de maneira positiva quando dizemos, metaforicamente, ser necessário aprofundar uma reflexão ou uma discussão e, neste sentido, “manter-se na superfície” indicaria o contrário: restringir-se aos aspectos mais visíveis e acessíveis de uma questão, muitas vezes entendidos como não-significativos, sem buscar o que a princípio seria relevante, mas que se encontra “na profundidade”, escondido.

Mas, é necessário “descer” a um nível mais profundo para se abordar os aspectos significativos? E quem os manteria na profundidade? Numa democracia, a transparência (de processos, de relações) é extremamente importante. Assim, a noção de superfície tem aqui um

sentido positivo, pois ligado à visibilidade, ao tempo em que a idéia de profundidade remete à escuridão, onde nunca se sabe exatamente quais são e onde estão os objetos lá existentes - e quem os manipula ou controla. Os aspectos tidos como mais profundos (como raízes que parecem fixas, imutáveis) de uma realidade social devem ser trazidos à superfície, se queremos que todos os vejam.

Uma das definições de política pode ser então este movimento de “trazer à superfície” alguns aspectos da construção de uma sociedade, para que possam ser vistos por todos. Trazer à esfera pública, portanto. Se buscamos uma nova constituição de sociedade, sua base, ou seja, seu fundamento, sua fundação (utilizando a metáfora da edificação) pode e deve ser modificada e transformada. Em uma sociedade democrática, suas fundações devem estar sempre visíveis, na superfície, e não enterradas embaixo da terra, inacessíveis à maioria, e por isso imutáveis. Assim, política pode ser inicialmente definida como o processo de subverter o juízo, naturalizado pelo senso comum, de que os aspectos mais significativos e importantes de um tema estão sempre na profundidade e de lá não saem.

As cidades gregas antigas, tidas como o primeiro grande exemplo de democracia na História, têm a praça pública como espaço político por excelência, como vimos (Arendt, 2000). O protagonismo da ágora ateniense representa a emergência do poder – até então monárquico, localizado dentro dos palácios e oculto dos súditos – tornando-se democrático ao adquirir visibilidade e transparência para a sociedade.

As possibilidades conflitivas da sociedade (inerentes à sua condição de heterogeneidade) tornam-se visíveis à percepção de todos apenas quando se encontram na “superfície”, no que podemos chamar de esfera pública. É o espaço público que faz com que esta idéia de superfície, aqui esboçada, tenha sentido na cidade, qualificando-se, portanto, como espaço político e constituindo-se em um elemento essencial na experiência urbana para a resolução de conflitos. O espaço público é a “pele” da cidade. A leitura desta “pele urbana”<sup>17</sup> é uma forma de compreender os processos sociais que são mantidos “abaixo da superfície” e que não emergem para a esfera pública, assim como uma forma de refletir sobre o visível e o invisível na cidade – enfim, sobre o indivíduo e o social, o privado e o público. O sentido da política está na manutenção desta diversidade, prevenindo-nos da instalação de uma certa homogeneidade artificial.

---

17 Laura Collini e Lorenzo Tripodi na palestra “On the city's skin”, galeria de arte ACC, Weimar, Alemanha, em 22 de maio de 2007.

### **1.2.1 Política: um percurso histórico-conceitual. Ou: um ensaio urbano sobre a lucidez**

No senso comum, o conceito de política é definido de forma precária e reduzida a partir de elementos como partidos políticos, instituições e cargos públicos, assim como pelas estratégias de ação dos sujeitos, sempre em sua relação com o poder institucionalizado de uma coletividade. É uma acepção jurídico-administrativa, relacionando-a ao poder oficial e às instituições a ele associadas, e acaba tornando-se sua única e visível faceta. Este sentido institucional de política obviamente não é um equívoco, mas seria uma redução conceitual não complementá-lo com seu sentido mais amplo, de caráter não-institucional. Mais amplo e ao mesmo tempo mais impreciso: refere-se ao pensar e atuar sobre a sociedade. A política é também a troca de idéias cotidiana sobre questões de interesse coletivo, entre pessoas “comuns” – seja através de instituições e mecanismos oficiais ou não. Ou seja, a política não se localiza (apenas) nas instituições, mas na coletividade em si. Em sendo assim, a cidade, como aglomeração e construção coletiva, é também uma construção política, independente de instituições.

Em 2004, o escritor português José Saramago publica o romance “Ensaio sobre a lucidez”, uma obra eminentemente política. Podemos identificar neste livro uma discussão sobre a vida em coletividade e a relação da sociedade (urbana) com o poder. Esta obra de ficção nos parece bastante interessante como ponto de apoio para a busca, que faremos nas próximas páginas, de um entendimento amplo do que vem a ser política – e por isso o romance nos acompanhará neste percurso.

No romance, Saramago nos propõe uma situação bastante improvável - uma eleição presidencial na qual os eleitores optam majoritariamente (mais de 80%) pelo voto em branco, uma escolha aparentemente espontânea. Não é feita referência a nenhum fato histórico concreto e específico, nem a alguma sociedade em particular. Assim como a cidade não é identificada, os personagens também não o são. É como se pudesse acontecer em qualquer lugar, em qualquer tempo, ou mesmo em lugar nenhum, já que a situação apresentada parece inverossímil. O debate que o livro se propõe a fazer está na relação entre indivíduo e sociedade: a reflexão sobre as responsabilidades de cada indivíduo que vive em coletividade.

De início, ilustramos o conceito restrito de política (como aquela atividade situada nas instituições de poder) com a fala de um dos personagens de “Ensaio sobre a lucidez” (doravante: ESL): “aquele harmonioso binômio autoridade-obediência à luz do qual floresceram as mais felizes sociedades humanas e sem o qual, como a história amplamente o

tem demonstrado, nem uma só delas teria sido exequível” (Saramago, 2004, p. 103). Com o voto em branco consciente de mais de 80% da população, ocorre um questionamento democrático (através de um mecanismo legal do sistema político vigente, qual seja, a eleição) das instituições e do poder constituído. Mas temos também aqui um questionamento do sistema em si, já que o voto em branco em maioria significa que nenhum dos candidatos na disputa foi escolhido. Quem então deve governar? Ninguém?

Nove anos após lançar “Ensaio sobre a Cegueira”, José Saramago nos mostra novamente uma cidade às voltas com uma situação extremamente singular. Em ambas as obras, acompanhamos em cada página a coletividade sendo colocada à prova (como no caso da Cegueira) ou afirmada. No primeiro momento, a epidemia da cegueira branca atinge a todos os moradores de forma indistintiva, praticamente tornando sem efeito algum todas as leis até então existentes. Sem regras, o que vemos é o desmoronamento de uma organização coletiva já estabelecida. Em meio ao caos surgido, a cidade é obrigada a desenvolver um novo sentido de coletividade.

Em ESL, entretanto, o que temos é aparentemente uma afirmação da coletividade, apesar (ou em função) da negação da escolha de um governo. Se a cegueira causava uma sensação de impotência, neste segundo momento o voto foi intencional e efetuado de forma concatenada por todos. Nesta nova “epidemia”, a do voto em branco, são os próprios habitantes, coletivamente, que escolhem não ter nenhum governante. Não estamos diante de uma situação de “desordem” coletiva, como em “Cegueira”, provocada pela inviabilidade da aplicação das leis, mas, ao contrário, de um “lúcido” questionamento da ordem política e institucional estabelecida, através da utilização em massa de um meio legal, o voto. Sendo provocada pelos próprios cidadãos, o episódio em ESL traz em si, portanto, uma vontade coletiva bastante clara e decidida, provocando deliberadamente um certo tipo de caos.

É uma atitude política que questiona o sistema de governo, mas que é entendida pelos governantes como uma ameaça à própria democracia, como ilustra Saramago na narrativa através da fala do personagem Presidente da República, em discurso aos habitantes:

*“Vós, sim, sois os culpados, vós, sim, sois os que ignominiosamente haveis desertado do concerto nacional para seguides o caminho torcido da subversão, da indisciplina, do mais perverso e diabólico desafio ao poder legítimo do estado de que há memória em toda a história das nações” (Saramago, 2004, p. 95).*

Quando o governo decide abandonar a capital, transferindo a sede de governo para outra cidade como uma forma de pressionar a população a rever seu voto em branco, temos, em

uma outra fala do Presidente da República, um exemplo do lugar do governo e das instituições dentro da política contemporânea:

*“Agora sois uma cidade sem lei. Não tereis aqui um governo para vos impor o que deveis e o que não deveis fazer; como deveis e como não deveis comportar-vos, as ruas serão vossas, pertencem-vos, usai-as como vos apeteça, nenhuma autoridade aparecerá a cortar-vos o passo e a dar-vos o bom conselho, mas também, atentai bem no que vos digo, nenhuma autoridade virá proteger-vos de ladrões, violadores e assassinos, essa será a vossa liberdade, desfrutai dela. Talvez imagineis, ilusoriamente, que, entregados ao vosso alvedrio e aos vossos livres caprichos, sereis capazes de organizar melhor e melhor defender as vossas vidas que o que em favor delas nós havíamos feito com os métodos antigos e as antigas leis. Terrível equivoco o vosso. Antes cedo que tarde sereis obrigados a tomar chefes que vos governem, se é que não serão eles a irromper bestialmente do caos inevitável em que ireis cair, e impor-vos a sua lei” (op. cit., p. 96).*

O medo de um iminente vazio institucional, que surge com a opção de não eleger ninguém, embaça a visão<sup>18</sup> dos governantes para o fato de que o voto em branco em massa não busca necessariamente *destituir* o poder constituído, mas está significando a possibilidade do poder *mudar de lugar*. Nas palavras do personagem do Primeiro-ministro, é necessário impedir “o surgimento de um vazio de poder, (entretanto) outra expressão, essa mais terrível, é o poder na rua, de desastrosas conseqüências” (op. cit., p. 64).

Para melhor compreendermos o vasto significado da política para além deste reducionismo conceitual que o associa apenas ao poder institucional, convém buscar saber *onde* e *como* se manifesta a política no dia-a-dia da coletividade e, especificamente, da cidade.

De forma genérica, podemos utilizar a definição de política como a atividade dos homens para a manutenção de uma coletividade, através de uma gama variada de formas de ação para resolver ou minimizar conflitos de interesses - que sempre haverão de existir. Assim, política está presente em todas as dimensões do cotidiano coletivo.

Partindo dos princípios de que a realidade social é dinâmica e está em constante transformação, e que a política é a atividade dos homens que faz a intermediação entre os diversos interesses individuais e de grupos que surgem de dentro da coletividade, podemos

---

18 Não poderíamos deixar aqui de fazer referência à um tipo de cegueira.

concluir que a política é um processo contínuo e produzido pelos próprios homens, ou seja, é um processo social.

Rancière (2007, p. 457-458) relaciona a política à própria democracia quando afirma que esta não é uma forma de governo nem uma forma de vida social, mas o poder de cada um dos indivíduos de participar da vida política. Fazer com que os que não têm voz na sociedade possam participar da vida coletiva é atribuição da política.

Nas origens da política estão dois princípios básicos e antagônicos (Rancière, 2007, p. 452): por um lado o princípio da *polícia*, a partir do qual o poder está nas mãos de quem tem detém qualidades e capacidades específicas para governar. Os governantes seriam então especialistas na arte de governar, com competência para proteger a sociedade do “domínio da multidão” (massa amorfa de indivíduos) ou do “império do individualismo”, quando haveria uma perda da coesão social e a coletividade estaria subordinada aos interesses individuais apenas. Uma elite oligárquica resguardaria a sociedade do “excesso de vida democrática”. Por outro lado, existe o princípio *político* propriamente dito, que alude justamente ao fato de que o poder não está fundamentalmente atribuído a ninguém específico. Após as revoluções burguesas do século XVIII, tornou-se lugar-comum afirmar que a política é o poder do povo, ainda que devesse, ao mesmo tempo, ser protegida da sua falta de qualificação para exercê-lo.

Inerente a estes dois princípios está a noção de *coletivo* como a referência principal da Política – a pluralidade e a heterogeneidade<sup>19</sup> cimentadas pelo discurso e pela argumentação de idéias, ou regidas pela força física, como no caso do princípio policial.

Em tempos de globalização e de “triunfo” do capitalismo após a queda do bloco socialista no leste europeu, a idéia de política como “poder do povo” sofre na contemporaneidade sérias restrições, assim como os Estados nacionais: as redes globais de circulação de capital se impõem quando da tomada de decisões e não podem estar à mercê do poder da “multidão” (Rancière, 2007). Por extensão, é desqualificada também a própria concepção de política, o que o autor denomina de “abandono da política”.

---

19 No romance Ensaio sobre a Lucidez, a propósito, a respeito da ação conjunta e coincidente, aparentemente concatenada, da maioria da população em votar em branco, chegou-se a falar em “caso único, nunca visto na história, de unanimidade ideológica”. O narrador refuta que, se isso fosse verdade, teríamos um “interessantíssimo caso de monstruosidade política”, pois a realidade é bem diferente, “as pessoas são diferentes uma das outras, pensam diferentemente, não são todas pobres nem todas ricas, e, quanto aos remediados, uns são-no mais, outros são-no menos” (Saramago, 2004, p. 71). Em outra passagem, temos o seguinte diálogo: “por muito tempo que se tenha tentado e continue a tentar-se, nunca se há-de conseguir que as pessoas pensem todas da mesma maneira, Desta vez até se diria que sim, Seria demasiado perfeito para ser verdadeiro (...)” (Saramago, 2004, p. 86).

Percebemos também em outras obras bibliográficas referências a este descrédito da política nos tempos contemporâneos: “A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo” (Lipovetsky, 2005), “Em busca da política” (Bauman, 2000), “O mal-estar da pós-modernidade” (Bauman, 1999) ou “A corrosão do caráter – as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo” (Sennett, 2000)<sup>20</sup>.

Existe descrença, desânimo e impotência para imaginar alguma possibilidade de interferência nos destinos do mundo. Se a política, como mencionamos anteriormente, é um processo social, ou seja, produzido pelos homens, a sensação de impotência que o homem contemporâneo sente demonstra uma incapacidade de si mesmo, uma sensação de fracasso. Esta é uma contradição do projeto da modernidade. Para Bauman (2000, p. 9), a liberdade que o Homem moderno ocidental conquistou não foi acompanhada da “capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo”. Nas palavras do autor: “que liberdade é essa que desestimula a imaginação e tolera a impotência das pessoas livres em questões que dizem respeito a todos?”.

Com a emergência do capitalismo, as cidades tornaram-se cada vez mais sede da divisão econômica e social do trabalho, papel acentuado com o início da Revolução Industrial. A cidade oferece as condições para a divisão técnica do trabalho, através de uma diversificada variedade de serviços, e para isso exige uma maior especialização dos indivíduos, conformando o caráter competitivo da vida urbana moderna. Esse processo de especialização “promove a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, o que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais desse público” (Simmel, 1979, p. 22).

Este lento processo de busca de individualização numa sociedade cada vez mais padronizante e homogeneizante, acentuado com a expansão urbana desenfreada na metrópole capitalista industrial, de certa forma consolidou a libertação do indivíduo das restrições sociais de cunho político, religioso, corporativo e agrário, remanescentes do período medieval. Na cidade moderna, o indivíduo, agora liberado dos vínculos históricos, procura (re)definir seu lugar na sociedade e se distinguir dos outros indivíduos, em uma dimensão não apenas econômica, através da divisão social do trabalho e da competição capitalista, mas também numa dimensão pessoal, na formação de personalidades individuais.

Paradoxalmente, este ideal de liberdade individual e igualdade do homem moderno como

---

<sup>20</sup> Lipovetsky, Gilles. A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo, Ed. Manole, 2005; Sennett, Richard. A corrosão do caráter – as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

resultado da emancipação do econômico na vida social (que se desenvolve agora na esfera pública, deixando gradativamente a esfera privada, como em épocas pré-capitalistas), é preocupante sob o ponto de vista da liberdade política e social. Para Arendt (2000), esta predominância da economia na configuração e definição de rumos da vida social ocasiona uma degeneração do espaço público em “pseudo-espaço de interação”, perdendo sua força política, pois os indivíduos, deixando de lado sua condição de cidadãos, passam a representar papéis como o de consumidor ou de produtor<sup>21</sup>.

No início do século XX, Sigmund Freud havia analisado em sua obra “O mal-estar na civilização” que as conquistas do Homem moderno vêm acompanhadas de renúncias e restrições. A civilização (termo entendido como sinônimo do modo ocidental de vida moderna) oferece aos homens a sua grande conquista, a segurança contra os perigos da natureza e contra outros homens. Em troca, exige dele uma renúncia da liberdade de agir sobre seus próprios instintos “naturais”. O Homem civilizado seria aquele que renuncia à sua própria liberdade individual, pelo menos em parte. “Você ganha alguma coisa, mas, habitualmente, perde alguma coisa em troca”, seria a mensagem de Freud a respeito do projeto da modernidade, segundo Bauman em “O mal-estar da pós-modernidade” (1998, p. 7), onde o autor faz uma leitura da contemporaneidade retomando a idéia de mal-estar. Assim, na chamada pós-modernidade, a permuta seria outra: o mal-estar é resultado justamente da perda de segurança, que se sacrifica em função de uma liberdade individual em expansão. “Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais” (Bauman, 1998, p. 10).

A crença atual é que as “questões que dizem respeito a todos” - as questões políticas - não podem mais ser resolvidas por todos, conjuntamente. Cada vez mais o que importa são apenas as ansiedades pessoais. A liberdade do homem ocidental contemporâneo é a liberdade individual e existem cada vez menos “pontes entre a vida pública e privada”. Desta forma, em nossa sociedade não há como “traduzir preocupações pessoais em questões públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados” (Bauman, 2000, p. 10). Com a exacerbação do indivíduo (ou do individualismo, com a expansão dos seus limites) e a descrença na coletividade, perde sentido a política, cuja referência principal é o coletivo.

---

21 Como já tratado anteriormente, esta perda do caráter político do espaço público é algo perigoso, por abrir espaço para formas impositivas de resolução de problemas, como a violência (Arendt, 2000).

A referência ao coletivo, contida no significado de política, aparece já em Platão (muito embora o filósofo grego não fosse favorável à forma democrática de governo): para ele, a qualidade que diferencia o político dos demais homens não é a força física, mas sua capacidade de conhecer melhor os fins da *polis* – a busca por uma melhor vida em comum<sup>22</sup> –, e por isso só ele poderia guiar os homens nesta empreitada (Maar, 1994, p. 31). Embora descrente da política, por discordar da forma como ela é exercida na Atenas do século IV a.C., Platão torna-se o primeiro dos filósofos gregos a “concatenar um sistema de idéias político, com vista na formulação de um modo especial de governar a cidade-estado” (Bittar, 2002, p. 44-45), levando-o a formular um tipo de idealismo político<sup>23</sup>. Este princípio idealista platônico parte da crença de um Saber indubitável, a Verdade (Châtelet, 2000, p. 18). Segundo esta premissa, a harmonia da sociedade (e da cidade) só seria possível a partir de uma ciência<sup>24</sup> política que alcançará esta Verdade: uma ordem racional alcançada através de leis e de legisladores, homens distintos que detém o Saber e podem manter a sociedade organizada, sem guerras e conflitos – a partir do qual, aliás, emerge o princípio político da “policia”, conforme vimos anteriormente.

Para os sofistas, ao contrário, não há certezas e nem uma única verdade. O mundo é uma construção mutável e incerta dos homens – ou seja, que se edifica constantemente ao longo do tempo, através de convenções acerca da justiça ou da moral, sem nunca chegar a uma forma “ideal” ou verdadeira. Segundo esta concepção, não existiria a possibilidade da existência de uma enunciação válida duradoura e, portanto, não existiria uma política coerente.

Em desacordo com esta idéia de que as leis são uma convenção humana, Platão acredita que, caso não existisse uma ordem superior (dos deuses ou da natureza) que garanta e legitime as leis de convivência em sociedade, cada indivíduo teria então o direito de agir livremente, segundo sua própria vontade, seus desejos individuais e “apetites sensíveis”, podendo ser tirano. Desta forma, a crença dos sofistas na inconstância da vida em sociedade, regulada por convenções, por um lado daria margem à existência da democracia, mas por outro admitiria

---

22 Em Ensaio sobre a lucidez, percebemos na fala dos integrantes do governo uma idealização desta vida em comum em harmonia, a qual seria perseguida pela política. Ao final de uma reunião do conselho de ministros, é dito: “que deus vos acompanhe e guie na vossa missão sagrada para que o sol da concórdia volte a iluminar as consciências e a paz restitua à convivência dos nossos concidadãos a harmonia perdida” (Saramago, 2004, p.66).

23 “Como político teórico, o seu mérito é incontestável. Platão é o primeiro filósofo grego a concatenar, numa síntese vasta e grandiosa, a complexa engrenagem de todo um sistema político. Como filósofo que é, como estadista que sempre pretendeu ser, raciocina, viaja e elabora, sobre os dados fornecidos pela experiência, a concepção sublime e original de um Estado ideal.” (FREIRE, Antonio. “O pensamento de Platão”, Braga: Cruz, 1967, apud BITTAR 2002, p. 45).

24 Importante distinguir esta atividade científica da ciência moderna, surgida no Iluminismo do século XVIII, como veremos adiante. O homem iluminista, racional, busca se libertar dos dogmas religiosos e das explicações divinas a respeito da realidade vivida, o que não acontece com a sociedade helênica.

também a tirania.

O idealismo platônico busca uma Verdade que poderá domar esses “apetites sensíveis” dos indivíduos, exercitando o seu *logos*, sua atividade discursiva. Somente em um mundo inteligível, por meio de um conhecimento exato da ordem das coisas é que se chegará a uma “política coerente” – e esta busca será elaborada pelos filósofos. O homem justo é aquele que privilegia a razão sobre os desejos, da mesma forma que uma sociedade justa é aquela onde predomina a racionalidade da legislação, elaborada por homens sábios. É desta forma que se atinge o bem geral da coletividade, conservando em segundo plano os interesses individuais.

Esta linha de pensamento privilegia a razão na construção de um mundo organizado de forma coletiva, e vai ser obviamente a fonte de onde beberão os filósofos modernos: o conhecimento é elemento dominante na fundação da modernidade. O conceito de essência, tão caro ao mundo moderno, é decorrência desta idéia de se reduzir a complexidade da vida à busca pela Verdade, por um Ideal.

É este fundamento da filosofia moderna que Nietzsche irá questionar no século XIX: o princípio idealista da busca por uma essência é reducionista e homogeneizante. O essencialismo nega a vida, pois esta é uma totalidade de diferenças, não podendo ser reduzida a uma identidade. Para Nietzsche, a vida é irreduzível a uma essência (Lechte, 2003, p. 243).

O Idealismo de Platão contrapõe-se às idéias políticas de Aristóteles a respeito da sociedade, muito embora eles compartilhem a idéia de que, de alguma forma, vem da Natureza a necessidade do Homem de se organizar em coletividade, e que, em última instância, é da própria Natureza a determinação da justiça e da lei entre os homens. Ambos afirmam ser natural que os homens se organizem coletivamente, mas, ao contrário do platonismo que privilegia a sabedoria (detentora da Verdade) de determinados homens naturalmente predestinados a liderar, o pensamento aristotélico parte da idéia de que todos os homens, por Natureza, detêm a capacidade de articular e de expor suas opiniões acerca da realidade em que vivem: por serem “seres de comunicação”, possuindo o *logos*, ou seja, a palavra como fala e pensamento, os humanos se distinguem dos animais e são, assim, animais que vivem em sociedade: somos animais políticos, diz Aristóteles. A política faz parte da Natureza humana, da “essência” do Homem.

É por isto que Aristóteles não privilegia as virtudes e a educação dos governantes e dos filósofos que racionalizam os conflitos e buscam harmonizar a sociedade, como Platão, mas desloca o centro da vida política para as instituições – as Assembléias, os tribunais, os órgãos públicos etc. –, criadas pelos homens para manter a coletividade em equilíbrio. A “cidade

justa” depende da qualidade das instituições, que são por sua vez construção humana. Podemos afirmar, portanto, que a democracia ocidental tem um fundamento aristotélico.

No final das contas, é das instituições que trata basicamente Saramago em seu *Ensaio sobre a lucidez*. O que são as instituições no sistema democrático, elas substituem a participação dos indivíduos na decisão dos rumos da coletividade? Quem detém o poder?

“O inimigo, permita-me chamar-lhe desta maneira, não é fora que está, mas dentro” (Saramago, 2004, p. 61). Esta declaração feita numa reunião de ministros em ESL não está se referindo necessariamente a um “dentro” e “fora” do ponto de vista espacial (dentro e fora da cidade, como em povoações fechadas medievais), mas certamente fala de uma confusão sobre a identificação da origem do poder. “Esse é precisamente o problema, não sabemos onde o inimigo está, nem sequer sabemos quem ele é” (*op.cit.*, p. 88).

No decorrer da narrativa de Saramago, observamos que o entendimento da intrincada relação entre o povo e o governo mostra-se confuso por parte dos governantes. De início, há uma reação natural de se buscar as causas do voto maciço em branco em um movimento organizado, através de uma demonstração de poder por parte do governo, como forma de intimidar o “comportamento sedicioso a todas as luzes inexplicável” (*op. cit.*, p. 81). Declara-se Estado de Sítio que deveria naturalmente vigorar para todos, “sejam eles culpados, sejam eles inocentes de intenção”, mas a oposição questiona sua validade: “era totalmente desprovido de sentido suspender direitos a quem não havia cometido outro crime que exercer precisamente um deles” (*op. cit.*, p. 37), no caso, exercer o direito do voto.

Depois, com um tom um pouco mais ameno, faz-se referência à “vontade fraternal de união de todo o resto do país, esse que com um sentido cívico credor de todos os elogios cumpriu com normalidade o seu dever eleitoral”. De forma paternalista e colocando-se numa posição de destaque em relação ao “povo”, o governo recorda “como pai amantíssimo” à parte da população da capital que “se desviou do recto caminho a lição sublime da parábola do filho pródigo, e dizer-lhe que para o coração humano não há falta que não possa ser perdoada” (*op. cit.*, p. 36).

Mas aos poucos, alguns membros do governo se apercebem que existe uma relação fortemente orgânica entre o governo e a coletividade (a cidade), e passam a admitir que o poder não se separa da sociedade. Assim, se a identificação do “inimigo” é difícil, não é apenas porque não se sabe quem são os supostos organizadores do movimento do voto em branco, mas também porque ele pode estar diluído nos próprios indivíduos. Ainda que as instituições e cargos públicos sejam elementos importantes de uma organização coletiva,

ainda assim não são as únicas formas de materialização do poder.

Não sendo uma instância separada da sociedade, o poder de alguma forma está presente nas relações entre os indivíduos, cada um com seus específicos interesses. Afastamo-nos do modelo institucional e jurídico de política, quando compreendemos, de acordo com o pensamento de Foucault (1979), que o poder não pode ser localizado em algum lugar específico, pois não é algo que se detém, mas que se exerce. Ele não se localiza apenas em determinados setores e pessoas especialmente designados para isso, como as instituições públicas e seus ocupantes, mas está difuso e atravessa a sociedade.

### **1.2.2 Da modernidade à pós-modernidade**

Antes de nos aprofundarmos um pouco mais em Foucault, faz-se necessário compreender, numa perspectiva histórica, onde é possível identificar, a partir da modernidade, uma nova forma de entender política e também como se dá, a partir de então, uma certa “demonização do poder”.

A ruptura com o pensamento político da Antiguidade pode ser demarcada especialmente em Maquiavel, a partir de sua obra “O Príncipe”, de 1513. Em um contexto histórico de grandes transformações sociais, econômicas e culturais marcado pelo Renascimento, Maquiavel refuta a idéia cristã (cuja fundamentação advém do idealismo platônico) da comunidade homogênea, harmoniosa e pacífica, nascida da vontade divina, e para a qual a boa política tem como objetivo realizar o bem comum e a justiça. Esta idéia da unidade e indivisão da sociedade é, segundo Maquiavel, “uma máscara com que os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo” (Chauí, 2003).

A ruptura consiste basicamente em entender a política como independente da ordem divina ou de qualquer outra ordem “natural” das coisas. Segundo Châtelet (2000, p. 38) “a política como propriedade natural do homem ou como ordem imposta ao mundo cá de baixo é substituída pela política como atividade constitutiva da existência coletiva” – *vita activa*, portanto. Esta laicização do poder significa que a política deve ser entendida como uma atividade social (puramente humana), exercida em uma realidade sempre constituída por toda sorte de heterogeneidades e conflitos de interesses – o fundamento da política não está em Deus ou na Natureza humana, mas nas lutas internas de uma sociedade, resultado de sua heterogeneidade.

Uma demonização do poder e da política se esboça neste momento a partir da condenação

destas idéias de Maquiavel por parte dos teólogos cristãos do século XVI, marcando a origem do pensamento político moderno. A partir daí, a política recobre-se de negatividade para o senso comum, o que a torna quase sinônimo de violência e dominação tirânica.

O advento da modernidade trouxe em seu bojo a valorização do papel do indivíduo na sociedade – base do pensamento iluminista, como já visto anteriormente. As profundas transformações sociais e econômicas vividas pela Europa entre os séculos XV e XVIII produziram um mundo desestabilizado, onde não se podia mais invocar sangue, família e linhagem para explicar sua posição social e seus privilégios. A ascensão da burguesia e seu crescente fortalecimento econômico desmontaram a idéia de um mundo regido por uma ordem hierárquica e fixa, que alegava o indivíduo como origem e destinatário do poder político. No entanto, alerta Hall (1997, p. 27) que “isto não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos, mas que a individualidade era tanto ‘vívda’ como ‘conceitualizada’ de forma diferente”.

Toma forma na modernidade a noção de *corpo político*. À idéia de coletividade política como “uma sociedade de homens reunidos para viverem bem e felizes”, vinda da Antiguidade, contrapõe-se uma concepção moderna da “coisa pública” (*res publica*, em latim): “reto governo de várias famílias e do que lhes é comum, havendo um poder soberano”, segundo definição do francês Jean Bodin, em *Seis Livros da República*, de 1576, onde se ressalta a noção do “comum” (*apud* Lebrun, 1999, p. 32). Ou seja, os indivíduos são diferentes entre si, mas tem “algo em comum”. Para Bodin, reconhece-se que os indivíduos e suas atividades privadas têm uma existência própria, além de prévia à cidade, mas “é preciso que haja alguma coisa comum e pública: como o domínio público, o erário público, as ruas, as muralhas (...) as leis, os costumes, a justiça (...), pois não existe República se não há nada público” (Bodin, *apud* Lebrun, op. cit., p. 32). Desta forma, quando os indivíduos apenas vivem de forma dispersa e sozinhos, apenas constituiriam uma multidão, um aglomerado, nunca um *corpo político* – uma comunidade entendida como corpo “único”. Nesta situação, fãr-se-ia necessária uma instância que pudesse coordenar e unificar os indivíduos, ou seja, um governo.

A necessidade ou não desta instância é abordado em *Ensaio sobre a Lucidez*. Trata-se do momento em que a capital é transferida para uma outra cidade do país. O abandono da capital pelas autoridades tem como objetivo produzir o caos na vida da cidade “sediciosa”. Na fala do primeiro-ministro:

“isolar a população, deixá-los cozer a fogo lento, mais cedo ou mais tarde é inevitável que comecem a dar-se conflitos, os choques de interesses irão suceder-se, a vida

*tornar-se-á cada vez mais difícil, em pouco tempo o lixo invadirá as ruas (...) haverá graves problemas no abastecimento e distribuição de alimentos...” (Saramago, 2004, p. 86).*

Ou, como já mencionado páginas atrás:

*“Agora sois uma cidade sem lei (...) Talvez imagineis, ilusoriamente, que, entregados ao vosso alvedrio e aos vossos livres caprichos, sereis capazes de organizar melhor e melhor defender as vossas vidas que o que em favor delas nós havíamos feito com os métodos antigos e as antigas leis. Terrível equívoco o vosso. Antes cedo que tarde sereis obrigados a tomar chefes que vos governem, se é que não serão eles a irromper bestialmente do caos inevitável em que ireis cair, e impor-vos a sua lei” (op. cit., p. 96).*

Mas logo se percebe o engano, como se o governo não fizesse falta. Já antes da decisão dos governantes de bater em retirada e abandonar a cidade, o Estado de Sítio decretado que a isolou do restante do país não provocou conflitos. Apesar dos problemas, “a firmeza moral da população não parecia inclinada a rebaixar-se nem a renunciar àquilo que havia considerado justo e que expressara no voto, o simples direito a não seguir nenhuma opinião consensualmente estabelecida”. Observava-se “com estranheza a ausência absoluta de conflitos” (op. cit., p. 70).

Um olhar sobre as transformações da noção de sujeito, ao longo do percurso histórico desde o momento de ruptura da modernidade até o mundo contemporâneo, nos dará uma idéia do que se pode esperar da política hoje. O pensamento iluminista e as revoluções burguesas marcaram a modernidade e, segundo Hall (1997, p. 11), no Iluminismo o sujeito possui uma concepção muito “individualista”, pois “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação”. A crescente complexidade do mundo moderno transforma gradualmente essa noção de sujeito, que deixa de ser entendido como autônomo e auto-suficiente e passa a ser moldado pela relação com outras pessoas. “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o seu ‘eu real’”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ (op. cit., p. 12).

A principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”, segundo o autor, é que estas últimas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Segundo Marx, “todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se.

Tudo que é sólido se desmancha no ar<sup>25</sup>.

Na contemporaneidade, este mundo exterior, no qual o sujeito está inserido, tem se tornado cada vez mais fragmentado, mais inconstante. A noção de uma identidade “fixa” do sujeito dá lugar a um processo constante de identificação – provisório e problemático. O sujeito pós-moderno assume identidades diferentes em diferentes momentos, contraditórias entre si, “identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, mas são formadas e transformadas continuamente (*op. cit.*, p. 13).

É neste contexto da chamada pós-modernidade que, como forma de nos ajudar a compreender o mundo em que vivemos, emergem conceitos como multiplicidade, diversidade, contradição, fragmentação, efemeridade etc. O sujeito e suas “identidades” sofrem um processo de deslocamento ou descentramento, acarretando numa perda de um “sentido de si” estável. O conceito de deslocamento<sup>26</sup> se refere a uma estrutura que tem seu centro deslocado, não havendo sua substituição por outro centro, mas por uma pluralidade de centros. Ou seja, as sociedades contemporâneas não têm um princípio articulador único, não se desenvolvem a partir de uma única causa ou lei.

Esta condição de permanentes deslocamentos e descentramentos tem aspectos positivos. Se ela desarticula as identidades estáveis do passado, abre também possibilidades para o novo: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos (Hall, 1997, p. 9).

*“que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a primeira, não os estará a desviar da direcção correta, a empurrar para o desastre extremo que seria o desmoronamento talvez definitivo de um sistema político que, sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça, transportava desde a origem, no seu núcleo vital, isto é, no exercício do voto, a semente da sua própria destruição ou, hipótese não menos inquietante, de uma passagem a algo completamente novo, desconhecido...” (Saramago, 2004, p. 175-6).*

Política diz respeito a poder. O conceito de deslocamento do sujeito no mundo contemporâneo implica na premissa de que há uma pluralidade de centros de poder, de que a política está descentralizada em várias instâncias de poder – e nos próprios indivíduos.

Neste trabalho já mencionamos Nietzsche, que questionava o idealismo platônico – como base do pensamento moderno – por reduzir a complexidade da vida à busca pela Verdade, à

---

25 Marx, K. e Engels, F. The Communist Manifesto. In: Revolutions of 1848. Harmondsworth: Penguin Books, 1973, apud HALL (1997, p. 15).

26 Laclau, E. New Reflections on the revolution of our Time, Londres, Fontana, 1967, apud HALL, 1997, p. 17.

busca por uma essência. Para Nietzsche, este essencialismo é reducionista, nega a vida, pois a vida é uma totalidade de diferenças. Foucault (1979) acompanha este pensamento e afirma que a política só tem sentido se não pretender indicar “a” verdade. Para sermos mais precisos, ele entende que cada sociedade tem seu “regime de verdade” próprio, ou seja, seus próprios enunciados segundo os quais se distingue o verdadeiro do falso. “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (idem, p. 12). Assim, sendo a verdade algo produzido pelos homens, há em cada sociedade um “combate pela verdade ou em torno da verdade” (ou, em torno daquilo que cada uma entende por verdadeiro), pois a este “verdadeiro” se atribuem efeitos de poder.

Foucault propõe uma análise não-economicista do poder. Analisando, por exemplo, a concepção liberal clássica, ele observa que nela o poder político é considerado um direito individual que se possui como um bem, que se pode transferir, através de um contrato (o contrato social) para a construção de uma soberania. Assim, o modelo formal desta concepção é a economia (troca e circulação de bens). Foucault refuta esta concepção, ao dizer que o poder não é um bem que se dá, se troca ou se retoma. O poder só existe na ação, ele se exerce. Perpassando o marxismo (mas seguindo adiante), ele vê o poder também como uma relação de forças.

Assim, sendo o poder ação e desdobramento de uma relação de forças, ele só pode ser analisado em termos de guerra, de combate, confronto: “a política é a guerra prolongada por outros meios”. Existe uma “guerra silenciosa”, não apenas nas instituições, mas na linguagem, no corpo dos indivíduos. Foucault (1979) fala em poder difuso, em micropoderes: é algo enigmático, visível e invisível, presente e oculto.

Por isso, para ele a análise tradicional dos aparelhos de Estado é insuficiente, pois não são os governantes quem detém o poder: “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é seu titular” (idem, p. 6). “Esse é precisamente o problema, não sabemos onde o inimigo está, nem sequer sabemos quem ele é” (Saramago, 2004, p. 88).

Em Ensaio sobre a Lucidez, Saramago descreve uma situação de tensão entre a cidade (os indivíduos, os homens comuns) e o governo, democraticamente constituído. Este não pretende buscar um entendimento profundo daquilo que gerou a tensão (os motivos pelos quais 80% dos eleitores votaram em branco). O que há é uma tentativa de se resolver da forma mais rápida possível o impasse criado, afastando as suas causas aparentes. Um imediatismo e uma “cegueira” que não se coadunam com a política como atividade social, que pressupõe um

pensamento a longo prazo e uma “visão” ampla do contexto social – “detesto ouvir os cães a uivar” (idem, p. 325) é uma das frases mais emblemáticas do romance e traduz muito bem esta postura.

A quase unanimidade do voto em branco ilude: não estamos diante de um corpo social homogêneo, mas, ao contrário, diante do fato de que formas diferentes de pensar talvez não encontrassem eco naquele ambiente político vigente e por isso, buscando a garantia da heterogeneidade e a diversidade, descobriram naquela única e efêmera ação uma forma de luta.

Em tempos de apatia e de desencanto da política na sociedade contemporânea, Saramago demonstra seu otimismo. O autor nos apresenta uma conjuntura em que os cidadãos deixam de ser autômatos e despertam para a reflexão crítica e a ação coletiva, o que também esclarece a lucidez contida no título do livro.

*“... o voto em branco é uma manifestação de cegueira tão destrutiva como a outra, Ou de lucidez, disse o ministro da justiça, Quê, perguntou o ministro do interior, que julgou ter ouvido mal, Disse que o voto em branco poderia ser apreciado como uma manifestação de lucidez por parte de quem o usou, Como se atreve, em pleno conselho do governo, a pronunciar semelhante barbaridade antidemocrática, deveria ter vergonha, nem parece um ministro da justiça, explodiu o da defesa...” (Saramago, 2004, p. 172).*

### 1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

A afirmação de que o espaço público urbano tem um sentido político implica na idéia de que o espaço é, enquanto conceito, algo mais do que sua materialidade, com suas qualidades dimensionais. Neste capítulo buscamos desenvolver um eixo de pensamento que nos leve a esclarecer o que faz um espaço qualquer ter um sentido atribuído, seja ele político ou qualquer outro.

As considerações mais abstratas feitas anteriormente a respeito das esferas pública e privada se materializam no concretude do espaço urbano, mas não sem problemas de entendimento. A condição pública de atividades coletivas, seja um espetáculo teatral ou práticas espontâneas de sociabilidade, se manifestam de formas diferenciadas se ocorrem em praça pública ou em espaços de propriedade privada, mas de uso coletivo com algum tipo de restrição de acesso – sem que, *a priori*, seja necessariamente imputado algum sentido negativo em um ou outro.

O desafio, como coloca Serpa (2007), é articular a abstração da esfera pública com a materialidade do espaço público urbano - este que é, antes de tudo, morfologia determinada por forma e estrutura física. Ou seja, como relacionar os espaços urbanos “concretos” às dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana. Forma e conteúdo são indissociáveis, “são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, auto-referentes e historicamente determinados” (op. cit., p. 15).

De início, o espaço é normalmente entendido como algo passível de ser apreendido objetivamente em suas dimensões, a partir de área, forma ou volume. Da mesma maneira que a noção de tempo, o espaço é igualmente “naturalizado”, ou seja, visto como um atributo objetivo das coisas, muito embora a nossa experiência subjetiva possa produzir outras formas de espaços e situações de tempo diferentes do “real” (Harvey, p. 188). Mas ainda assim há sempre, na experiência cotidiana, uma objetividade embutida nos nossos conceitos de espaço e tempo.

Esta é uma das heranças incorporadas em nossa forma de ver, pensar e perceber o mundo, advinda de um projeto de modernidade subordinado à razão. Não apenas no que tange à cultura urbanística, este pensamento positivista nos legou um funcionalismo extremamente racional atrelado a uma forma de pensar hegemônica e totalizadora. Entretanto, as transformações do mundo em decorrência dos avanços tecnológicos em uma nova era informacional exigem novas formas de pensar. O capitalismo renovado com roupagem

neoliberal a partir do discurso da globalização produz igualmente novas formas de organização da sociedade, que nos impõem a necessidade de rever as noções de espaço, especialmente o espaço urbano. Nas cidades, por exemplo, processos como a circulação de pessoas e bens e a troca de informação e conhecimento adquirem outras dimensões. O repertório urbano modernista, com vistas notadamente à homogeneização dos espaços urbanos, vê-se confrontado com uma sociedade em rede onde existem múltiplas relações entre pessoas e espaços. Assim, muito embora se observe que ainda prevalece na cultura urbanística dos dias de hoje a idéia de espaço urbano reduzida a objeto passível de ser medido e apreendido, vemos surgir outras noções como a de não-lugar (Augé, 1994), de heterotopia (Foucault, 1979) e de espaços de fluxos (Castells, 1999), para dar conta da complexidade da sociedade urbana contemporânea.

O sociólogo Emile Durkheim<sup>27</sup> buscou abarcar o espaço em sua complexidade. Ele o concebe, assim como o tempo, como um produto social, estando indissociável da sociedade que o habita. O espaço é, portanto, uma categoria do entendimento, sendo produto do pensamento coletivo (Silvano, 2007, p. 8). Em sendo assim, faz-se necessário entender quais relações existem entre o espaço e esta sociedade. Espaço e tempo são representações coletivas e dependem da forma como determinada sociedade é organizada e constituída, com suas instituições sociais (*op. cit.*, p. 9).

Esta é uma construção conceitual que se aproxima do sentido aristotélico do espaço, segundo o qual existe uma forte relação entre o espaço e as coisas. Desta forma, Aristóteles constrói a idéia de lugar: o espaço “emana” das coisas, as coisas têm sempre “seu” espaço. De certa forma ele se opõe, embora não totalmente, ao conceito platônico de espaço que o concebe como mero receptáculo das coisas, e que marca definitivamente a idéia de oposição entre cheio e vazio, definidora de espaço na Filosofia Antiga. Para Platão, espaço é “aquilo que não é”, mas que apenas pode ser preenchido – uma espécie de “container” das coisas criadas pelo Homem, um “contínuo” sem qualidades. Esta concepção platônica de *espaço absoluto* significa que ele constitui a totalidade do corpo cósmico e é algo vazio, sempre preenchido com corpos. Ao contrário, a concepção aristotélica de espaço é *relacional*, partindo do princípio de que o espaço é definido mediante a posição e a ordem dos corpos. Mas Aristóteles não foge totalmente da idéia de espaço como receptáculo: ele cria o conceito de lugar, que está contido no espaço.

---

27 Ver Durkheim, E. As Formas Elementares da Vida Religiosa, Oeiras: Celta, 2001 (1912), apud Silvano (2007).

Este conceito tradicional de espaço como mero receptáculo de coisas e seres fez com que ele fosse pouco tematizado como conceito. Mesmo a partir do Iluminismo, momento histórico marcado pelo surgimento do capitalismo pré-industrial, pelas revoluções burguesas e desenvolvimento tecnológico e das ciências, e dos decorrentes questionamentos de concepções até então dogmáticas de compreensão do mundo, a questão do espaço se manteve freqüentemente em segundo plano como tema nas emergentes ciências sociais, em detrimento, por exemplo, das preocupações a respeito do tempo.

Podem ser apontados dois problemas na concepção disseminada até hoje de que o espaço é algo como uma caixa onde são colocados objetos, segundo a socióloga alemã Martina Löw (1999, p. 162). De um lado, do ponto de vista político cria-se a idéia de que as pessoas podem encher ou esvaziar a caixa (o espaço) e ordenar ali dentro as coisas e seres da forma com lhe convém. A partir disso, pressupõe-se a possibilidade do fato de que, em determinadas situações, a caixa que se manipula, ou seja, o espaço sobre o qual se exerce o poder, pode ser considerado pequeno demais e o que se tem a fazer é, dentro dessa lógica, conquistar novos espaços. De outro lado, do ponto de vista teórico, continua Löw, a idéia de espaço como mero recipiente produz a percepção de que o significativo do ponto de vista sociológico é o conteúdo (indivíduos ou coisas), e não o recipiente. Implícita está a idéia de que as pessoas poderiam, portanto, se emancipar do espaço onde se encontram, o que o confirma como algo irrelevante.

Em ambos os casos, o problema a que a autora se refere está no fato de que esta construção conceitual não encontra ressonância nos problemas de espaço observados empiricamente. Não se verifica que seja possível reduzir o espaço a uma simples “condição ambiental” que pode ser manipulada, a algo irrelevante e secundário para se compreender as complexas relações sociais. Os conhecimentos empíricos apontam para transformações constantes e recíprocas das estruturas espaciais e das ações dos indivíduos no espaço. A autora apresenta como exemplo as transformações sociais e econômicas provocadas pela globalização e a sua relação com o espaço (*op. cit.*, p. 163).

No mundo contemporâneo marcado pela globalização do capitalismo, apresentam-se ultrapassadas as formas tradicionais de organização dos Estados nacionais, surgidas quando da emergência da modernidade, e seu específico modo de divisão do espaço. Com efeito, o capital globalizado não conhece fronteiras territoriais, nem está sujeito a algum tipo de regulação política de instituições internacionais. Ao mesmo tempo, consolidam-se no mundo

as chamadas *global cities* (Sassen, 1991) como monopólio de poder, que operam independentes das fronteiras nacionais e estão interconectadas entre si pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Poderíamos, portanto, afirmar que os processos globais prescindem do espaço. Entretanto, verifica-se que a globalização está fortemente baseada em *localizações* específicas - em específicas cidades e regiões. Por exemplo, decisões sobre a implantação de empresas internacionais passam por questões como imagem e cultura (específicas) de cidades; para a elite do capital financeiro, a cidade e até mesmo o bairro onde se mora continua importante como definição de *status* econômico. Assim, seria reducionismo conceitual afirmar que o espaço é irrelevante (Löw, 1999, p. 163). O que temos é um entrelaçamento estrutural entre espaços globais e locais, que se apresentam tanto em forma de espaços internacionais interconectados como em forma de espacializações urbanas e regionais, ou mesmo em escala de bairro. São diversos tipos e níveis de espaços em estreita relação de dependência entre si, e é esta diversidade e complexidade de espaços que estruturam as sociedades urbanas contemporâneas.

As qualidades objetivas do espaço (a sua materialidade) não podem ser reduzidas a um papel secundário. Para Harvey (1989, p. 189), as referidas diversidade e complexidade no que diz respeito aos espaços devem levar em conta os processos materiais. É necessário reconhecer a “multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção”. Assim, em uma perspectiva materialista defendida por pensadores como Durkheim, não existe um sentido único e objetivo de espaço e tempo, mas diversas concepções de espaço social, em função de diferentes práticas materiais de reprodução da vida social: “cada modo distinto de produção e formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço” (*op. cit.*, p. 189). Desta forma, as transformações tecnológicas e científicas do capitalismo globalizado contemporâneo provocam mudanças em nosso aparato conceitual de espaço e de tempo, que por sua vez produzem efeitos nas nossas práticas materiais de organização da vida social.

Antes de nos aprofundarmos na abordagem dos espaços da chamada pós-modernidade, retornemos rapidamente a Durkheim (1912, p. 13, *apud* Silvano, *op. cit.*) que, já no início do século XX, trata o espaço como parte da realidade social e o concebe, desta forma, como um objeto complexo. De início, define-o como uma representação coletiva, como vimos; é produto do pensamento coletivo, da mesma forma que a noção de tempo. A disposição espacial das coisas não se faz de forma homogênea, pois as partes do espaço não são

equivalentes umas às outras do ponto de vista qualitativo, mas diferem de acordo com a experiência sensível dos indivíduos dentro de cada sociedade específica. As coisas são ordenadas de forma diferente no espaço em função da heterogeneidade de suas partes. “Representar o espaço é, desta forma, ordenar o heterogêneo” (Silvano, 2007, p. 8), e estas distinções do espaço são decorrentes das atribuições da sociedade.

Mas além desta dimensão como representação social, para Durkheim o espaço tem também uma dimensão material, objetiva, em contraponto ao plano subjetivo e cultural das representações. O substrato material da sociedade é a base do que ele denomina de morfologia social.

A constatação de que o espaço, enquanto materialidade, se transforma, leva à inclusão da dimensão do tempo na relação do espaço com a sociedade que a habita. Quando a materialidade (plano objetivo) se modifica, mudam também as representações coletivas do espaço (plano subjetivo), muito embora apenas de forma gradual e a longo prazo. Para Durkheim, é a compatibilidade entre os dois planos que leva a uma estabilização do espaço social – que, no entanto, nunca é permanente, ocorrendo a anomia (ausência de leis e de regras de organização) sempre que houver a transformação de uma destas dimensões (a materialidade ou as representações sociais) ou a incompatibilidade entre elas (Remy<sup>28</sup>, 1991, p. 33, *apud* Silvano, *op. cit.*, p. 12).

A partir desta concepção de que as práticas materiais e a subjetividade se entrelaçam construindo diferentes espacialidades e lugares, recorremos a Michel de Certeau (1994), para quem o ato de andar na cidade é uma das formas mais claras de construção (conceitual) do espaço pelos indivíduos. Ele compara o andar do pedestre com o ato de falar – ambos constroem um discurso enunciativo: “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a anunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados preferidos” (de Certeau, 1994, p. 177). Caminhando, o pedestre se apropria da topografia e permite que o lugar se realize espacialmente, da mesma forma que o locutor se apropria da língua ao falar e a palavra falada permite que a língua se realize sonoramente. O espaço, neste caso o urbano, “diz” alguma coisa, formula um discurso, mas apenas ao ser apropriado pelo usuário em seus passos. Ou seja, não há uma dissociação entre espaço e movimento e, conseqüentemente, entre espaço e tempo. Ao ser percorrido pelos pedestres, o espaço constrói e é construído. “A experiência do movimento do corpo no espaço articula outros tempos, resgata memórias que

---

28 Remy, Jean. Morphologie sociale et représentations collectives: Le statut de l'espace dans la problématique durkheimienne. *Recherches Sociologiques*, XXII (3), p. 33-52, 1991.

acompanham os ritmos dos passos” (Freire, 1997, p. 122).

De Certeau faz uma distinção conceitual entre lugar e espaço: apenas a partir da apropriação pelos indivíduos é que o espaço se realiza como lugar. Para o autor, lugar está relacionado à distribuição de elementos em relações de coexistência. Indica a situação de “estar aí”, na qual as coisas estão em seus lugares próprios e distintos, que os definem. Traduz uma situação de estabilidade momentânea, portanto; é uma “configuração instantânea de posições”. Espaço, por sua vez, é definido por uma situação de movimento: entram em jogo “vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo”. Diferente do lugar, não tem a estabilidade, mas é marcado por transformações, pela ação de sujeitos. Para Certeau, “o movimento sempre condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história”; assim, “o espaço é um lugar praticado” (p. 202). Se a rua é um lugar geometricamente desenhado pelo urbanismo formal (com suas posições definidas, sua estabilidade de desenho), ela é “transformada em espaço pelos pedestres”.

Freire (1997, p. 123) recorre a Michel de Certeau quando afirma que, ao andar, o indivíduo transforma o lugar abstrato em espaço, que acolhe simbologias como lembranças, sonhos e desejos. O ato de andar contém “pequenos ritos, fantasias, insere-se numa rede simbólica”.

A noção de lugar é definida de forma diferente por Marc Augé (1994) em seu texto referencial sobre os não-lugares. Para o antropólogo, diferentemente do espaço, lugar refere-se a algo experiencial, a partir da vivência dos indivíduos. Ele não é definido pelo urbanismo a partir da geometria, como o trata Certeau: “é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico” (*op. cit.*, p. 76). Isto significa que ele não existe por si só, mas é preciso que este sentido seja ativado, ou seja, que percursos sejam efetuados e que discursos sejam pronunciados. Augé não trabalha com o termo de espaço por ser este utilizado no nosso dia-a-dia de forma bastante abstrata e se remeter a “superfícies não-simbólicas”, ausentes de caracterização, como nos termos espaço de lazer e espaço verde, por exemplo. Lugar, ao contrário, é algo que se define como “identitário, relacional e histórico” (*op. cit.*, p. 73). No entanto, o mundo contemporâneo, que o autor caracteriza como supermodernidade, produz não-lugares, tipos de espaços que não integram nem fazem referência a diferentes temporalidades do lugar.

A cidade na pós-modernidade, ou na supermodernidade, tem a velocidade acelerada como um de seus elementos mais significativos. Não apenas as pessoas e coisas circulam em alta velocidade, mas também a vida propriamente dita é mais “rápida”, com relações humanas impessoais e passageiras. Tudo assume uma nova dimensão: a tecnologia, o consumo, o

trabalho, a informação. Assim, proliferam não-lugares nestas cidades de passagem, onde “a permanência é uma abstração” (Freire, 1997, p. 125).

A supermodernidade é fundada a partir de três figuras de excesso: excesso de individualismo, de tempo e de espaço. Para Augé, o *individualismo exacerbado* é uma resposta a processos contemporâneos de homogeneização da cultura. Há um enfraquecimento das referências coletivas nas sociedades ocidentais, fazendo com que se fortaleçam as referências individuais e as singularidades dos objetos ou dos grupos de pertencimento organizem cada vez mais nossa relação com o mundo (Silvano, 2007, p. 79). Nas palavras de Augé (1994, p. 38), “o indivíduo quer um mundo para ser seu mundo”. É sobre isso que trata o sociólogo Zigmunt Bauman quando fala em “mal-estar da pós-modernidade” (1998). O mal-estar acontece por abdicarmos da sensação de segurança em troca de uma liberdade individual sempre em expansão<sup>29</sup>. A segunda destas figuras da supermodernidade – o *excesso de tempo* – é traduzida por Augé (*op. cit.*, p. 27) pela idéia de superabundância factual, que acontece porque, em função da superabundância de informação, rapidamente perdemos as referências presentes e temos a percepção de que “a história se acelera”. Este excesso de fatos e informações traz dificuldades para o homem contemporâneo em pensar o próprio tempo. Por fim, o *excesso de espaço* está vinculado com a idéia paradoxal de que o planeta encolheu. Temos condições de saber tudo o que acontece no mundo e estamos próximos de tudo. Com a aceleração dos meios de transporte é possível estar em qualquer lugar em pouco tempo, multiplicam-se as “referências energéticas e imaginárias” e os satélites, captados por antenas, nos trazem imagens em abundância; não mais conseguimos distinguir as imagens da informação daquelas da publicidade e da ficção. “Essa superabundância espacial funciona como uma isca, mas uma isca cujo manipulador teríamos dificuldade em identificar” (*op. cit.*, p. 35).

É assim que, para Augé, dentre as transformações físicas decorrentes destes excessos está a multiplicação dos não-lugares – aqueles que não são, em si, lugares antropológicos: espaços que não são identitários, nem relacionais, nem históricos. Segundo o autor (*op. cit.*, p. 36), estes podem ser, por exemplo, as instalações para a circulação acelerada de pessoas e bens, como vias expressas e aeroportos, os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais. Muda a relação do indivíduo com o espaço, com a paisagem. Se, na modernidade baudelairiana, o *flâneur* podia fazer uma articulação entre espaço antigo e espaço moderno, produzindo algo constituído de sentido, na supermodernidade o viajante (não há mais o caminhante) se desloca por não-lugares que não pertencem a ninguém, mas ele se sente livre

---

29 Conforme já tratamos na abordagem sobre política. O individualismo exacerbado tem muito a ver com o descrédito na política e nas questões que se referem à coletividade (Bauman, 2000).

“dos constrangimentos da relação com os outros e da identificação com o grupo” (Silvano, 2007, p. 81). Na condição de não-lugares, os espaços não mais articulam passado e presente, não mais “preservam as temporalidades do lugar” (Augé, 1994, p. 73), como na modernidade.

Este conceito de não-lugar não tem necessariamente um sentido negativo (como em de Certeau). Lugares e não-lugares coexistem e se embaralham entre si de uma forma fugidia, em constante transformação; de uma forma líquida, diria Bauman. Nas palavras de Augé (*op. cit.*, p. 74), enquanto um “nunca é completamente apagado”, o outro “nunca se realiza totalmente”. É assim que, para o autor, é necessário reaprender a pensar o espaço, pois “o mundo da supermodernidade não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar” (*op. cit.*, p. 37).

A fluidez da vida contemporânea e o medo urbano são as questões fundamentais na “modernidade líquida” de Bauman (2001). Para o autor, esta cultura do medo afasta as pessoas dos espaços públicos, da “busca da arte e das habilidades para compartilhar a vida pública” (*op. cit.*, p. 110), ou seja, da civilidade.

Reportando-se a Sennett (1988), ele reitera que este conjunto de habilidades só podem ser aprendidas e praticadas na esfera pública, em espaços com características civis. Existem na cidade contemporânea, entretanto, duas categorias de espaços que Bauman denomina de “públicos-mas-não-civis”: de um lado, os *espaços sem hospitalidade*, normalmente monumentais, imponentes e inacessíveis, que desencorajam a permanência das pessoas e são muitas vezes meramente lugares de passagem; de outro, os *espaços do consumidor*, como salas de concerto, pontos turísticos, shopping centers e cafés, entre outros. Nestes, o cidadão se converte em consumidor e para isso são formalmente concebidos para inibir a interação e encorajar a ação. O consumo é o que importa (uma ação basicamente individual), “qualquer interação dos atores os afastaria das ações em que estão individualmente envolvidos e constituiria prejuízo, e não vantagem para eles” (*op. cit.*, p. 114).

Utilizando-se de categorias da antropologia de Claude Lèvi-Strauss, Bauman (*op. cit.*, p. 118-119) nomeia os espaços sem hospitalidade de *ênicos* – aqueles que “cospem e vomitam” o cidadão visto como estranho. São espaços públicos que rechaçam e impedem o contato entre os indivíduos, o diálogo e a interação social. Já os espaços do consumo são denominados *fágicos*, referindo à estratégia antropofágica de alguns povos de “engolir e devorar” o estranho. Uma espécie de assimilação do outro, tornando-o idêntico a si. Os espaços fágicos, neste sentido, buscam eliminar a alteridade do outro; seriam representados especialmente pelo shopping center como espaço de consumo, através de suas estratégias de homogeneizar

comportamentos e formas de agir: um “espaço purificado”, onde “as diferenças dentro, ao contrário das diferenças fora, (são) amansadas, higienizadas e garantidas contra ingredientes perigosos – e por isso não são ameaçadoras” (*op. cit.*, p. 116).

Observando, entretanto, a evolução do modelo brasileiro de *shopping center*, que vem se tornando um equipamento urbano cada vez mais diversificado – com diversas modalidades de lazer, entretenimento e grande variedade de ofertas de alimentação e serviços, não se restringindo ao consumo de mercadorias propriamente dito –, podemos nos perguntar se estes templos de consumo também não promovem a interação e a sociabilidade entre as pessoas, ainda que as vejam claramente como potenciais consumidoras (interação com vistas a uma ação de consumo).

Sob o ponto de vista jurídico da propriedade, está claro que não são públicos os espaços interiores de um *shopping center*, embora sejam de uso coletivo. Mas ainda que sob controle privado, há claramente nestes espaços a produção de um tipo de sociabilidade urbana.

Neste sentido, nos parece interessante as considerações de Huning (2003) que, apesar de se situar no contexto europeu, especificamente alemão (onde o modelo estadunidense de *shopping center* não conseguiu se consolidar), indaga, em seu título, se “seriam os *shopping centers* os melhores espaços públicos”. Rebatendo as críticas apenas negativas (como as de Bauman), a autora encara o fenômeno *shopping center* como algo, no mínimo, ambivalente: ele pode ser um mecanismo de exclusão e disciplinamento, mas é também uma tentativa de suprir deficiências de outros espaços considerados públicos, para que a esfera pública como esfera social – requisito para uma esfera pública política<sup>30</sup> – possa de fato existir (*op.cit.*, p. 109).

Como vimos, o espaço não é neutro, nem homogêneo. Na cidade, o espaço está sujeito às tensões e ao jogo de forças existente no interior da sociedade urbana: “o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão (...). As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social” (Castells, 1999). Em uma sociedade desigual como a brasileira, as nossas cidades vão ser a expressão desta desigualdade, que estrutura espaços, lugares e práticas sociais. Como ideal, a cidade deveria ser o lugar da realização da cidadania, onde direitos e deveres do cidadão poderiam ser efetivados de forma igualitária. Mas se a cidade é a própria sociedade na qual está inscrita, as desigualdades sociais são obra e causa de

---

30 Como vimos anteriormente quando abordarmos a sociabilidade urbana, no capítulo 1.1.3.

uma espacialidade excludente, na forma de territórios isolados e alienados. Suas marcas estão impressas no espaço urbano, que por sua vez a reforça e a mantém.

Esta condição de desigualdade social não está explicitada apenas nas relações econômicas (como resultado de um sistema produtivo capitalista que exclui economicamente grande parte da população), mas se expressa de maneira implícita em formas desiguais de acesso a equipamentos e espaços da cidade como, por exemplo, na “destinação”, através de mecanismos tanto de mercado quanto de políticas públicas de habitação, dos bairros periféricos precários às populações mais pobres. As relações sociais estão atravessadas por dispositivos de poder (Foucault, 1979), construídos em nome de um maior controle social. A desigualdade toma a forma de segregação, em especial uma segregação sócio-espacial, designando, como algo supostamente naturalizado, o “lugar de cada um” no interior da cidade.

A centralidade urbana traduz, na malha urbana, esta condição de espaço heterogêneo atravessado por relações de poder. Em sendo assim, no próximo capítulo buscaremos tratar dos centros das cidades como polarização da estrutura urbana e da vida social, assim como de sua relação com o espaço público. Muito embora sendo, até então, uma área significativa para a cidade sob diversos aspectos, o centro principal das cidades brasileiras sobrevivem na contemporaneidade a um processo de esvaziamento funcional e simbólico, ao tempo em que novas centralidades surgem – este processo é produto de um quadro de relações de poder que se transformam continuamente, potencializando novas espacialidades e excluindo outras.

A propósito, o conceito de espaço público forte, a ser desenvolvido posteriormente ao longo do capítulo 2, faz jus à existência desta dinâmica de forças. Como veremos, convergências de interesses (desejos) e de atividades (ações, fluxos) fazem com que determinados espaços públicos apresentem uma maior densidade de elementos urbanos significativos para a vida social da cidade, constituindo um “pólo de urbanidade”.

É esta relação entre poder e espaço que nos remete à condição política do espaço urbano. Em condições tão extremas de dilaceramento e, se podemos assim dizer, de agressividade na vida social, impera a necessidade de *distanciamento* - e a produção social do espaço passa a refletir este imperativo, resultando no que Caldeira (2000) denomina de cidades de muros. Não há diálogo e comunicação nesta lógica do distanciamento, ainda que seja no espaço que as pessoas, queiram ou não, se encontrem de alguma forma, em algum momento.

A respeito da espacialização do poder, podemos retomar a figura do viajante para concluir este raciocínio. Em um trabalho mais antigo, Bauman (1998) recorre às figuras do turista e do

vagabundo para ilustrar dois tipos de indivíduos que têm relações completamente opostas com o espaço e com a mobilidade contemporâneas. Eles são, respectivamente, “os heróis e as vítimas da pós-modernidade”. Enquanto um pode ou não circular quando bem entender, o outro não tem escolha: ele tem que circular.

A marca do turista é a “liberdade, autonomia e independência” em relação ao espaço.

*“Os turistas podem sair de novo a caminho, de uma hora para outra, logo que as coisas ameaçam escapar do controle, ou quando seu potencial de diversão parece ter-se exaurido, ou quando aventuras ainda mais excitantes acenam de longe. O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou quando os sonhos solicitam. (...) A peculiaridade da vida turística é estar em movimento, não chegar” (Bauman, op. cit., p. 114).*

Os vagabundos, por outro lado, são “as luas escuras que refletem o brilho de sóis brilhantes”; estão em movimento constante por terem sido deixados para trás na sociedade e não tem escolha. Não têm espaço próprio, não têm lar, e por isso perambular não é uma manifestação de liberdade ou autonomia. Para eles, “estar livre significa não ter de viajar de um lado para outro. Ter um lar e ser permitido ficar nele” (*op. cit.*, p. 117).

## 1.4 CENTRALIDADE URBANA – O centro da vida pública

### 1.4.1 Quando o coração da cidade se torna um vazio

“Quem precisa do centro da cidade?” A pergunta lançada por Saskia Sassen em Lisboa durante os três dias da Conferência Internacional O Coração da Cidade<sup>31</sup>, em 2007, traduz de forma clara o senso comum atual a respeito de uma parte das cidades que comumente sempre foi percebido como o mais importante dos bairros. As palavras de Sassen têm um sentido abrangente e fala das cidades contemporâneas de modo geral, em um mundo globalizado e permeado de novas possibilidades tecnológicas de comunicação e de mobilidade, mas também toca, naturalmente, a realidade das cidades brasileiras de maneira bastante direta<sup>32</sup>.

De modo geral, as transformações recentes do centro das cidades brasileiras – mesmo que entendido como decadente, esvaziado ou apenas re-significado – muitas vezes não é problematizado como algo que diga respeito a todos. No senso comum, ao se colocar esta questão em debate, há uma certa estranheza sobre a “necessidade” de se ocupar dela: porquê a preocupação com o *centro principal* das cidades, se outras centralidades surgem na medida em que a cidade cresce e a estrutura urbana se torna mais complexa? Qual o sentido do *antigo* centro, se os *novos* centros suprem de forma mais eficiente o que os moradores esperam de uma centralidade urbana? Enfim, “quem precisa do centro da cidade?”

Não por acaso, estas conferências sobre o Coração da Cidade fizeram parte da Trienal Internacional de Lisboa de 2007, cujo tema geral se intitulava Vazios Urbanos. Não é muito difícil imaginar o centro da cidade como um vazio, mesmo que densamente construído, em contraponto ao dinamismo das novas centralidades contemporâneas. Naturalmente que o termo vazio tem aqui uma conotação mais ampla, não se restringindo ao não-construído.

*“Sendo no seu âmago uma falta, o “vazio” não deve ser encarado como meramente a inexistência do objecto, porque aquilo que consideramos como “cidade” não se faz unicamente de matéria palpável, ultrapassa a noção de físico e implica valores que não são contabilizados em termos de “matéria”: signos, significados e significantes*

---

31 Conferência Internacional “O Coração da Cidade”, evento de abertura da Trienal de Arquitetura de Lisboa, de 31 de maio a 2 de junho de 2007. Ver também: Milheiro, Ana Váz. “Um coração vazio ou cheio”, Jornal Público, caderno P2, Lisboa, 04/06/2007.

32 Em um certo sentido, pode-se afirmar que Saskia Sassen, por ser norte-americana, se aproxima mais da realidade das cidades brasileiras do que os europeus, no que se refere ao sentido do centro da cidade na vida social urbana, em função das aproximações das cidades norte-americanas e brasileiras em termos de cultura urbana e de processos de produção e estruturação do espaço da cidade.

*que, embora apoiados num suporte físico, não existem pela mera sobreposição de tijolo.*”<sup>33</sup>

Seguindo o mesmo raciocínio, neste jogo entre matéria física e significações sociais, notamos que em termos morfológicos o espaço público é um vazio na cidade que, no entanto, pode estar cheio de fluxos, atividades e relações sociais dinâmicas, articulado com outros elementos urbanos das mais diversas formas, ou seja, um “vazio útil”. Ao mesmo tempo, em outra escala, a área central de uma cidade pode se esvaziar de atividades urbanas e de significados sociais, apresentando pouca articulação com a vida social de muitos de seus moradores, muito embora densamente construída: talvez um “cheio inútil”.

No âmbito da discussão sobre a decadência dos espaços públicos contemporâneos, a conotação negativa destes como vazio é normalmente decorrente da “dupla ausência que neles se manifesta: uma ausência de ocupação material/funcional e uma ausência de interesses/significados sociais”<sup>34</sup>. Faz-se necessário, portanto, não apenas entender as causas destas ausências, mas enxergar os espaços públicos como “ricos potenciais para o fazer arquitectónico, para a valorização urbanística e para a própria cidadania”, investigando formas experimentais de requalificar a cidade a partir dos seus próprios vazios<sup>35</sup>.

Neste sentido, afirma-se o diálogo entre centro da cidade e espaço público: a partir dos espaços públicos e da potencialidade que o vazio, morfológico ou social, apresenta, a ausência de funcionalidade e de significação social das áreas centrais de uma cidade também pode ser encarada como uma possibilidade de requalificar a cidade com novos sentidos, buscando a democratização do espaço público de uma nova forma, sem recorrências nostálgicas.

Ao mesmo tempo, a questão que se coloca é se o centro da cidade como um vazio — ou um cheio esvaziado de sentido — é de fato um problema e para quem. Como interroga o arquiteto, também americano, Mark Wigley no mesmo evento de abertura da Trienal: “e se a cidade pretender um coração vazio?”

Sabemos que a produção da cidade é coletiva e está submetida não apenas a processos sociais e econômicos, mas é fundamentalmente uma construção cultural, muito embora atrelada, é verdade, às necessidades “construídas” pelo capital imobiliário. Em um determinado contexto, a cidade pode desejar um coração vazio, de fato, ao tempo em que novas centralidades

---

33 Fonseca Jorge, Pedro Antonio. “Vazios úteis – cerzir a cidade”. In: <http://seu2007.saau.iscte.pt/>, acesso em 15/02/2009. Comunicação apresentada no Seminário de Estudos Urbanos, sob o tema Vazios Úteis, ocorrido entre 19 e 21 de julho de 2007, um outro evento da programação oficial da Trienal de Arquitetura de Lisboa.

34 Texto de apresentação do Seminário de Estudos Urbanos “Vazios Úteis”. In: <http://seu2007.saau.iscte.pt/>, acesso em 15/02/2009.

35 Ver nota anterior.

surgem.

A idéia de *cheio inútil* associada às áreas centrais, como mencionado anteriormente, se coaduna muito bem com o conceito de *centralidade subtraída*, por Fernandes (2007), utilizado para compreender o modo atual de expansão das cidades brasileiras e a dinâmica das suas centralidades. A autora trabalha com a noção de centralidade a partir de duas vertentes: em uma perspectiva territorial, a centralidade é entendida como uma “polarização aguda da malha espacial”, enquanto que, por outro lado, inspirado em Hannah Arendt, é também domínio da política: “polarização da vida pública e do mundo comum”.

Conforme Fernandes (op. cit., 2007), a subtração da centralidade nas cidades brasileiras é um produto atual de um tipo de crescimento urbano *por fragmentação*, em saltos espaciais, já perceptível a partir dos anos 60<sup>36</sup>, em contraposição ao crescimento *por extensão*, em espaço contínuo, como ocorria até então. A própria ação do Estado produziu naquele momento esta fragmentação espacial ao apostar na descentralização de importantes atividades administrativas e políticas (construção de sedes de governo, criação de centros administrativos e de cidades universitárias), resultando em um esvaziamento funcional e político das áreas centrais. A partir da segunda metade dos anos 90, transformações estruturais globais na forma de organização do trabalho e do capital<sup>37</sup> têm como efeito um novo modelo corporativo privado de produção do espaço urbano. São novas lógicas de cunho imobiliário, financeiro e de marketing que se interpenetram, “em arranjos instáveis, mas em processos permanentes e altamente especulativos de produção de novos espaços” (Fernandes, op. cit., 2007). Assim, ressalta a autora, a partir de critérios de seletividade e de visibilidade surgem novos espaços como complexos turísticos e parques temáticos, grandes condomínios fechados e mesmo novas cidades.

Com esta mesma racionalidade são criadas novas centralidades urbanas. Entretanto, desta centralidade que se produz é subtraída a sua condição de núcleo da vida pública, aponta a autora. Ainda que o espaço seja central apenas como polarização da malha urbana, ele não se constitui como espaço público, mas como espaço corporativo de acesso público.

Para Fernandes (op. cit., 2007), a subtração da centralidade acontece a partir de três

---

36 A partir dos anos 60 este processo de crescimento por fragmentação ocorre basicamente nas metrópoles; em cidades de porte médio apenas posteriormente, como se percebe em Aracaju a partir dos anos 80, como veremos adiante.

37 Flexibilização dos modos de organização do trabalho, reorganização corporativa com centralização do capital, expansão dos mercados mundiais a partir do fim do bloco comunista no leste europeu e a abertura comercial da China, recuperação do setor imobiliário, novo patamar de produção de infra-estrutura (aeroportos, portos, ferrovias etc) com novas formas de comunicação e mobilidade (Fernandes, op. cit., 2007).

processos: por asfixia (i), quando centros tradicionais, densamente construídos, se esvaziam de atividades funcionais (habitação, trabalho) resultando em “vazios construídos e vazios políticos”. São como “cheios inúteis”<sup>38</sup>, em que a centralidade se transfere para novas áreas de expansão urbana. Apesar da densidade morfológica, são espaços com ausência de funcionalidade e de significação social. Por congestionamento (ii), quando há uma sobreposição de funções e uma saturação da ocupação do espaço a partir de uma intensa atividade terciária e quaternária. Característico deste tipo de centralidade são os grandes equipamentos urbanos como *shopping centers* e as avenidas comerciais baseadas no automóvel, onde inexistente uma vida pública associada à escala do pedestre ou onde ela está subordinada a interesses corporativos privados, como no caso dos *shopping centers*. Por fim, há a subtração da centralidade por difusão (iii), no qual o tecido urbano se dilui pela produção de espaços monofuncionais, fechados em si mesmo e por isso indiferentes ao espaço circundante. Fundamentalmente são os condomínios residenciais fechados de grandes dimensões que constituem este tipo de tecido urbano rarefeito. Um bom exemplo de um espaço difuso, “que prescindem da cidade”, é o bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, modelo para diversos projetos urbanos e arquitetônicos no Brasil:

*“o próprio encontro na cidade entre os indivíduos (mesmo que pertencendo à mesma classe social) é cada vez mais algo a ser evitado. As inúmeras propagandas dos condomínios de luxo construídos neste bairro afastado do resto da cidade indicam um determinado modo de habitar na cidade: câmeras de segurança, grades e cancelas, portarias blindadas, sistema de identificação e monitoramento no trajeto dentro dos condomínios, profissionais de segurança treinados, escolas anexas aos condomínios, lojas, academias, áreas de lazer, etc. Tudo estruturado e apresentado aos futuros moradores de modo que compreendam que, ao adquirir um apartamento nestes condomínios, estarão “comprando” também um novo conceito de morar, um novo estilo de vida. Estilo este que prescinde ou quase prescinde da cidade”<sup>39</sup>.*

---

38 Pedro Janeiro. “Cheios inúteis”. In: <http://seu2007.saau.iscte.pt/>, acesso em 15/02/2009. Comunicação apresentada no Seminário de Estudos Urbanos de Lisboa, 2007. Neste texto, o autor trabalha com os conceitos de cheio e vazio basicamente em um sentido morfológico e de tipologia urbana, com espaços construídos e não-construídos.

39 Rodrigues, Ana Cabral. A politização do vazio. Comunicação apresentada no Seminário de Estudos Urbanos de Lisboa, 2007. In: <http://seu2007.saau.iscte.pt/>, acesso em 15/02/2009.



**Figura 1:** Bairro do Comércio, Salvador-BA. Exemplo de uma centralidade subtraída por asfixia. Fonte: Fernandes, 2007.

Independente de qual destes três processos urbanos estejamos lidando, há que se fazer frente, conclui Fernandes (2007), a uma crise no modo de viver, fazer e pensar a centralidade: reconquistar a centralidade significa discutir a produção de espaços corporativos e sua cisão em relação aos espaços populares, conseqüentemente discutir a segregação do espaço urbano; significa fazer frente à banalização e esvaziamento da centralidade como produto da depreciação do político e da emergência do “império do privado”.

Estes processos e fenômenos aqui descritos mostram que nos encontramos em um momento de ruptura. Em momentos como esse, é imperativa a problematização da centralidade (como polarização do espaço urbano e, especialmente, da vida social) para e pelo urbanismo, sob pena de não problematizarmos a cidade enquanto espaço de vida coletiva.

O tema da referida Conferência Internacional de Lisboa em 2007 – O Coração da Cidade – já fazia referência ao CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) de 1951, na cidade inglesa de Hoddesdon, que na ocasião assinalava também uma tentativa de mudança de rumo, neste caso do modernismo pós-guerra. Com o objetivo de pensar a cidade contemporânea, a Conferência de 2007 questionou, entre outros, se a noção de centro - no

sentido primário de centro cívico - ainda seria capaz de agir como condensador cultural e emocional da idéia de comunidade<sup>40</sup>. Estas questões também haviam movido o espírito dos arquitetos na década de 50 – afinal o urbanismo modernista produzia grandes vazios nas áreas centrais – fazendo com que a noção de centro de cidade fosse objeto de reflexão no mencionado CIAM. No entanto, é importante contextualizar o urbanismo modernista, no que tange às suas premissas sobre a centralidade, para também compreender o contexto contemporâneo.

Ao longo do século XIX, as cidades-metrópoles, no decurso da industrialização capitalista, haviam experimentado um crescimento urbano extensivo que, entretanto, não enfraqueceu a centralidade existente. Hassenpflug (2007) aponta duas razões para isso: uma delas foi a implantação de “templos civis modernos” nos centros existentes, como teatros, universidades, bibliotecas, salas de concerto, museus etc., por parte de uma nova sociedade civil composta por uma burguesia estabelecida, composta por empreendedores, intelectuais, artistas, banqueiros, e outros grupos de profissionais. Um outro fator de fortalecimento do centro foi a chegada da ferrovia, emblema de progresso. Este novo sistema de transporte de massa trazia e levava as novas massas urbanas para as bordas das áreas centrais, sem no entanto cruzá-las nem promover destruições na estrutura edilícia antiga; ao contrário, reforçava o padrão tradicional de crescimento radial concêntrico.

Novas experimentações urbanas foram feitas com o objetivo de rever a cidade industrial capitalista – degradante moralmente, caótica e poluída. A aversão pela grande cidade tomou dois caminhos, segundo Choay (1996). Um movimento denominado culturalista, a princípio mais conservador, buscava resgatar algumas características das cidades do passado, dentre as quais a decantada centralidade sócio-cultural com seus sistemas integrados de espaços públicos. Um movimento mais progressista deu as bases para o modernismo do início do século XX ao assentir ao progresso tecnológico e à máquina. Assim, uma das bases da industrialização do século XX foi a idéia de produção em massa, em série, tendo a máquina se

---

40 “Em homenagem à 8a conferência dos CIAM intitulada " O Coração da Cidade" que teve lugar em Hoddesdon em 1951, o tema tenta provocar um debate sobre a permanente evolução da definição de cidade contemporânea. Será que a noção de centro - no sentido primário de centro cívico - ainda é capaz de agir como condensador cultural e emocional da ideia de comunidade? Será que a cidade ainda funciona como iluminada instituição de uma realidade para além do domínio romanceado da indústria do turismo ou da projecção do nosso ideal? Poderá a noção de cidade, como todo coeso e característico, suportar as contradições do cosmopolitismo como nova materialidade de uma espécie de não-comunidade? Será que a ideia de cidade como lugar de permanência e memória pode ser posta à prova pela crescente espiral de fluxos culturais, físicos e migratórios? Será que a condição da periferia da cidade é a de permanecer para sempre um lugar sem centro ou será possível uma forma palpável de mutação que permita a criação de um centro periférico; tornar-se-á o não-lugar algum dia um lugar?” Texto de apresentação da Conferência Internacional, em <http://www.trienaldelisboa.com/>. Acesso em 15/02/2009.

incorporado também à forma de pensar do homem moderno – período denominado de fordista<sup>41</sup>. Esta lógica se reflete nas formas de pensar a cidade, vista como uma máquina a ser “corrigida” e a ser organizada segundo parâmetros científicos. As regras fordistas podem ser vislumbradas na Carta de Atenas, derivada do CIAM de 1933, que tinha como premissa a produção de cidades mais “eficientes” e saudáveis. Idealizava-se uma “cidade-máquina polida e zoneada” (Hassenpflug, 2007), através de recomendações como o zoneamento de funções urbanas e a implantação de edificações isoladas, separados por espaços verdes para melhor aproveitar a luz solar e a ventilação, rejeitando, portanto, a alta densidade construtiva tradicional com os correspondentes espaços públicos integrados. O zoneamento significava a especialização dos espaços da cidade, separando as atividades urbanas entre si, como habitação, trabalho, circulação, educação, lazer, consumo etc.

Estas duas premissas da Carta de Atenas são fundamentais para o entendimento da produção de espaços públicos e da centralidade urbana da cidade modernista. Rejeitava-se a cidade pré-industrial com sua centralidade cívica e integrada do ponto de vista funcional. Para Hassenpflug (2007), a produção espacial fordista não estava interessada em centralização como uma estratégia de desenvolvimento urbano. A indiferença com relação à centralidade pode ser observada tanto na reconstrução das cidades européias ocidentais como na produção espacial das cidades do leste europeu durante a era comunista. A respeito deste último caso, apresentamos adiante, no capítulo 3, uma abordagem um pouco mais aprofundada, ainda que sintética, da centralidade nas cidades do leste alemão durante o período socialista.

#### **1.4.2 A centralidade espacial e a centralidade social**

Em contraponto aos vazios – espaços abertos – e ao zoneamento de funções urbanas do modernismo, as cidades contemporâneas brasileiras apresentam normalmente áreas centrais densamente construídas, mas com um potencial de diversidade e mistura funcional não aproveitado e com sua condição de centralidade subtraída, como vimos. A monofuncionalidade dos centros é agora produto de mercado, associado a políticas de planejamento urbano que não conseguem fazer frente aos interesses imobiliários nas novas áreas de expansão. Não podemos esquecer que o próprio planejamento urbano, pelo menos até a década de 80, tinha pinceladas funcionalistas que ainda reforçavam o zoneamento de funções.

---

41 Na indústria automobilística, Henry Ford desenvolveu a produção em série de automóveis. O automóvel torna-se cada vez mais um produto de massa, um símbolo do desenvolvimento tecnológico e da emergente sociedade de consumo.

Basicamente são os aspectos funcionais, associados à oferta e acessibilidade a bens e serviços, que são colocados em primeiro plano em muitas das falas do senso comum sobre a degradação dos centros. Aqui se explica em parte o grande desinteresse de boa parte da sociedade urbana pela dita “decadência” dos centros, pois as novas centralidades urbanas incorporam muito bem as atividades do antigo centro. Entre o velho e o novo, congestionamentos de tráfego e confusão de pedestres em ruas apertadas do centro tradicional se contrapõem às novas avenidas espaçosas em áreas de expansão imobiliária.

Todavia, em um contexto cada vez mais forte de concorrência econômica entre cidades, recentemente os centros têm sido objeto de um novo interesse, sendo (re)apropriados fundamentalmente para as atividades ligadas ao turismo, consumo e entretenimento – ou seja, ainda como espaço funcional. Neste sentido, a complexidade do centro é enfrentada de forma simplificada, sendo reduzida a um problema de patrimônio arquitetônico e cultural, com seus edifícios e espaços públicos históricos e de grande valor simbólico. O centro como um espaço do cotidiano, por exemplo, é colocado em segundo plano.

Alguns centros históricos significativos sofreram uma série de intervenções urbanas recentes, como o Pelourinho e o Bairro do Recife na década de 90, e estão localizados bastante próximos às ruas centrais onde pulsa o comércio “popular”, como a Av. Sete, em Salvador, e o bairro do São José, em Recife, com seus edifícios também apresentando alto valor histórico, mas degradados atrás de placas de publicidade das lojas, e com suas ruas de intensa vida urbana, espaço de passantes e camelôs<sup>42</sup>. Nesta lógica, apenas um recorte restrito do centro principal é objeto de preocupação para uma apropriação turística e de lazer em função de sua qualidade estética e de seu valor de memória, onde se descartam, em boa parte, as funções residenciais e comerciais. A defesa do centro se faz possível apenas ao ser convertido em “centro histórico”.

Fora deste recorte turístico, dissemina-se a idéia de degradação e ocaso do centro, cujo processo está associado a mudanças estruturais da sociedade urbana. As transformações da organização físico-espacial das cidades são resultado das novas demandas do sistema econômico-produtivo e tecnológico, assim como das mudanças culturais e de novos modos de vida. Na sociedade brasileira contemporânea, o acirramento das diferenças sociais nas últimas décadas é outro componente fundamental deste processo e tem como um dos efeitos mais importantes o surgimento de novos modos de vida urbana como estratégia de proteção contra

---

42 Até mesmo dentro das áreas enobrecidas, “revitalizadas” para o turismo, se impõe uma sobreposição com pessoas e atividades não previstas, na forma de contra-usos, como mostra Leite (2004) a respeito do Bairro do Recife.

os perigos da cidade, através da disseminação cada vez maior de espaços de vivência e convivência com forte caráter segregador, como *shopping centers* e condomínios fechados. Ao mesmo tempo, formas contemporâneas de comunicação e de circulação urbana (com a opção cada vez maior das classes médias pelo automóvel) concorrem para uma nova estrutura urbana onde a acessibilidade a lugares da cidade tem um novo sentido.

Paralelamente ao discurso de degradação no senso comum, os debates mais especializados e ampliados a respeito dos centros das cidades giram fundamentalmente em torno de alguns principais temas correlacionados entre si, como sintetiza Mayer (2001, p. 31): a erosão dos espaços públicos como resultado das exigências da circulação viária e metroviária; a esterilização urbana a partir de intervenções esteticistas e nostálgicas, sem comprometimento com as funções contemporâneas das metrópoles; e as práticas de renovação urbana que, em nome da reversão do declínio habitacional, implicam em expulsão e substituição de antigos moradores (em processos de gentrificação).

Contudo, estes temas tangenciam apenas em alguns pontos a decadência do centro da cidade como espaço político, no qual o confronto e a visibilidade de diferentes grupos sociais são parte de um ambiente civil.

É certo que tensões entre grupos sociais sempre existiram, mas, como ressalta Cardoso (2001, p. 39), “isso se constitui um problema quando começa a fazer parte de uma vida cotidiana e de um mesmo entorno onde as pessoas têm que *viver com a diferença, sem conviver*, porque aí falta o espaço público onde essa convivência possa se manifestar” (grifo nosso). É importante destacar esta idéia acima: numa coletividade somos obrigados a *viver com a diferença*, mas na cidade contemporânea brasileira não *convivemos* com ela – seja porque não queremos, seja porque não podemos (pois não nos é colocada a possibilidade)<sup>43</sup>. A inexistência de espaços públicos onde a convivência possa se manifestar – e onde possamos aprender e praticar a vida em coletividade (Bauman, 2001) – é também um produto do modo de vida urbano da cidade contemporânea, produto de uma construção coletiva e histórica.

Sendo um processo também cultural, é possível a construção de novas formas de viver. Não sendo “natural”, não é imutável. Como afirmamos, existe uma potencialidade para a convivência que pode ser explorada nos espaços públicos. No centro de uma cidade, por sua condição de centralidade, estão alguns desses espaços potenciais privilegiados.

Enfim, há um diálogo entre centro da cidade e espaços públicos. Tratar do centro da cidade

---

43 Muito embora a diferença entre querer e poder, em um plano individual, se dilui no contexto da coletividade. O não-querer (vivenciar o espaço público) é muitas vezes decorrente do não-poder.

significa falar dos espaços públicos centrais da vida social de uma cidade. Considerando que neste trabalho o espaço público é tratado não apenas sob uma perspectiva de morfologia urbana, em sua concretude como espaço físico propriamente dito, mas como parte da esfera pública, em uma dimensão política que engloba qualidades urbanas como tolerância e compreensão à diversidade, esta associação intrínseca entre espaços públicos e o centro de cidade faz com que este último seja entendido da mesma forma: como espaço político, para além de aspectos funcionais.

A primeira questão que se coloca, no intuito de compreendermos a condição de centralidade de uma determinada região urbana, é a respeito da razão desta determinada região ser centro da cidade. O que faz a centralidade de uma área?

A condição de centralidade de um espaço em relação à totalidade da estrutura urbana pode ser definido, *a priori*, a partir da concentração de determinadas funções urbanas e pela convergência de pessoas, mercadorias e capitais, estando está associada à possibilidade de redução do tempo e dos custos de deslocamentos espaciais dentro da cidade. É o principal núcleo polarizador de atividades econômicas e de fluxos. Em modelos urbanos mais antigos, anteriores à explosão demográfica produzida pela industrialização, a centralidade se manifestava em uma parte da cidade com uma estrutura urbana compacta e marcada por uma rede de espaços públicos integrados às edificações, pois produzida pelas demandas do habitante que caminha a pé. Como núcleos iniciais de formação das cidades, elas são ocupadas por funções civis e religiosas, ali se localizando também, posteriormente e devido à sua localização e acessibilidade, as atividades de comércio e serviços. Centros secundários podem surgir gradativamente, de acordo com sua localização relativa na estrutura urbana e com as funções que exercem.

A centralidade é uma das condições para a própria existência de cidades, que pode ser definida, ela mesma, como uma centralidade cultural. O centro dá legibilidade e distinção às cidades: “as cidades são cidades porque – e quando – elas têm um centro (ou mais centros, por exemplo, uma hierarquia de centro principal, subcentros e centros de vizinhança)” (Hasselpflug, 2007). Em tese, o centro é o lugar com o maior significado simbólico, o solo mais escasso e a melhor acessibilidade, como já demonstrado pela Escola de Chicago. Mas na contemporaneidade, as formas urbanas mais dispersas e segmentadas revelam um outro modelo de cidade, como veremos adiante.

Para Villaça (1998, p. 238), o centro de uma cidade não se define por si. Uma determinada

área da cidade não é, mas *torna-se* centro como fruto de um processo, pois “no social, nada é; tudo torna-se ou deixa de ser”. Considerando uma aglomeração urbana, a fonte da centralidade estaria, portanto, na possibilidade de se controlar o tempo gasto e os custos dos deslocamentos espaciais na cidade pelos diferentes grupos sociais, não sendo necessariamente coincidente com o centro geográfico de um território. A acessibilidade ao centro é determinante na estruturação intra-urbana da cidade. Considerando uma idealizada condição de sociedade homogênea, teríamos como resultante uma estrutura urbana radioconcêntrica.

Mas nem sempre as condições de acessibilidade são iguais. Neste caso, o centro se apresenta como resultado de uma disputa, quando diferentes classes sociais, com diferentes condições de acessibilidade, buscam uma melhor otimização e o controle sobre o uso do tempo e energia gastos nos deslocamentos, mais do que a sua minimização (*op. cit.*, p. 239). Em uma sociedade desigual do ponto de vista sócio-econômico, como a brasileira, alguns habitantes e grupos sociais têm melhores condições de deslocamento e, portanto, melhor acessibilidade a determinados lugares da cidade do que outros, o que pode ser ilustrado pela utilização do automóvel como meio de transporte ou pelo acesso econômico ao solo urbano.

Se, portanto, historicamente as camadas de alta renda se localizavam próximas aos centros de poder, bem como do comércio a elas direcionado, a partir da disseminação do uso do automóvel o centro se torna mais acessível de praticamente qualquer ponto da cidade; a proximidade espacial deixa, conseqüentemente, de ser primordial para quem possui uma boa mobilidade – normalmente as camadas sociais de renda mais alta. Aliás, não apenas o centro, mas qualquer outra área da cidade torna-se mais acessível, o que implica na possibilidade de influir, política e economicamente, na localização do comércio, dos órgãos de poder ou das atividades de lazer, que não precisam estar necessariamente centralizadas geograficamente. As elites econômicas passam a deter um maior controle dos seus deslocamentos (e da infraestrutura viária produzida pelo Estado), podendo optar por morar em regiões periféricas e afastadas, mas com melhores condições climáticas ou inseridos em ambientes naturais atrativos, por exemplo, e levar até ela os equipamentos e atividade de lazer, cultura, comércio – promovendo uma dispersão espacial urbana.

É assim que, mesmo com estes afastamentos de um modelo teórico de iso-acessibilidade abrangente decorrente de complexos processos sociais, de modo geral as centralidades (em especial o centro principal, no caso de uma hierarquia de centralidades) suprem uma importante necessidade funcional de uma aglomeração urbana, qual seja a reunião, em localizações próximas umas das outras, de diversas atividades urbanas importantes.

No entanto, longe de ser meramente o palco onde tais atividades se localizam e acontecem, o centro principal da cidade adquire uma importância simbólica que transcende uma abordagem meramente funcional, pois “não será mais um ponto do mapa ou do território; será um conjunto vivo de instituições sociais e de cruzamentos de fluxos de uma cidade real” (*op. cit.*, p. 238).

Para Panerai (2006, p. 141), uma centralidade urbana pode ser caracterizada

*“...pela existência de uma massa edificada onde coexistem antiguidade, variedade e diversidade, pela clareza de espaços públicos e cuidado no seu tratamento, por uma forte concentração de equipamentos públicos e instituições, pela presença expressiva de atividades comerciais, pela complexidade das funções. Por fim, a concentração de meios de transporte e a superposição de suas diferentes escalas são um indicio inequívoco da centralidade (...). É também o contexto de um consumo em que se mesclam turismo e lazer, em que se concentram teatros e museus, monumentos e bairros pitorescos, em que se encontram bares, restaurantes e lanchonetes, lojas de souvenirs e de produtos locais, casas de espetáculo, boates e clubes”.*

Esta pode ser uma descrição das cidades do século XIX, onde o centro se confundia com a cidade como um todo, em função das dimensões relativamente limitadas. A explosão demográfica do século seguinte nos trouxe uma cidade contemporânea marcada por um aumento de escala e uma ruptura morfológica (*op. cit.*, p. 140-141). Em uma escala urbano-territorial, surgem novos pólos de centralidade, mas também as novas cidades e metrópoles nos mostram mais claramente que o centro não é um espaço unificado. O autor afirma que, muito embora sempre existissem espaços e formas de apropriação diferenciadas, as restritas dimensões espaciais e a proximidade dos lugares dentro do centro “favorecia a fusão das imagens e representações de cada um deles em uma identidade compartilhada por todos” (*op. cit.*, p. 145), construindo a imagem de um centro único, homogêneo, com uma identidade fixa. Esta imagem mítica é proveniente de um espaço da cidade com uma forte densidade social e cultural e que agrupava a autoridade política e os símbolos da religião, o comércio e um espaço público central, aberto, destinado à reunião dos habitantes e ao debate dos assuntos cidadãos.

A ágora grega foi a primeira forma de centralidade urbana com uma função fortemente civil e mercantil, um marco da fundação de uma nova cidade (*polis*) democrática e desligada das manifestações da monarquia, ainda que centrada na vida rural. A convergência de atividades

profanas e civis fez da ágora uma “instituição total”, um sistema sócio-espacial que não se diferencia funcionalmente como os sistemas modernos, abrigando todas as funções e instituições importantes da sociedade antiga, sendo também um antepassado da praça de mercado (Hassenpflug, 2007). Para o autor, a ágora era “a representação espacial da transformação da economia palaciana (rural e de subsistência) para a economia civil (urbana e de mercado)”. Um elemento central, portanto, que possibilitava uma leitura unificada da cidade.

Na cidade contemporânea, já é possível perceber melhor a multiplicidade e a diversidade do centro (que sempre estiveram lá), com suas complementaridades e concorrências entre os diferentes pólos e lugares que o compõem. Ou seja, a leitura unificada não é mais possível.

*“Há muito que o centro é múltiplo, quer dizer, formado pela soma dos centros correspondentes aos diferentes grupos sociais ou aos diferentes usos (que variam conforme a época) de um mesmo grupo social. O centro dos alunos de ginásio não é o mesmo centro dos aposentados, o centro dos escalões superiores não é aquele dos funcionários municipais. O dia não tem o mesmo centro do que a noite. Os locais de trabalho, do consumo e do lazer, as dependências administrativas, as instituições religiosas e as preferências culturais desenham um centro particular para cada grupo” (op. cit., p. 145).*

Distante, portanto, da imagem de espaço homogêneo, com uma identidade fixa, o centro é o lugar onde se acentua e se torna visível a diversidade e as contradições da cidade como um artefato humano, onde se desdobram com maior visibilidade também as disputas por prestígio e reações muitas vezes intolerantes quanto à diferença, não podendo ser entendido a partir de uma leitura reduzida e única. Remetendo à analogia feita pelo CIAM de 1951, já mencionado anteriormente, o centro é uma espécie de “coração da cidade” onde se intensificam seus “pulsares”. A densidade dos espaços centrais não é obra apenas da concentração de atividades e grupos, mas das várias significações que se entrecruzam, se complementam e se contradizem (Frúgoli Jr., 1995, p. 12).

Também Castells (1983) nos alerta que o espaço urbano não deve ser entendido apenas em seus aspectos físicos e funcionais, pois é resultado de processos sociais, econômicos e políticos. O centro da cidade é, portanto, produto deste processo e expressão das forças sociais em ação, sendo definido pelo autor a partir de quatro perspectivas: sob um ponto de vista econômico (i), é o ponto de convergência dos canais de troca entre os processos de produção e o processo de consumo em um aglomerado urbano. Em uma perspectiva político-institucional

(ii), o centro é o lugar da articulação da estrutura institucional do poder no espaço urbano. Sob um ponto de vista ideológico (iii), é o lugar que condensa de uma forma intensa os valores simbólicos de uma coletividade, constituindo o centro simbólico. Finalmente, o autor apresenta um quarto enfoque que diz respeito à interação social (iv). O centro da cidade é marcado pelos processos de reprodução e transformações das relações sociais, o lugar das interações, dos encontros.

Retomando, portanto, estes dois últimos pontos (como espaço simbólico e de sociabilidade) e considerando também que a cidade é parte de um processo dinâmico da acumulação capitalista e que a estrutura urbana tem formulações específicas para cada momento da organização social, cabe investigar até que ponto os centros das cidades contemporâneas (as brasileiras especialmente, em função de sua estrutura social extremamente desigual) ainda carregam uma carga valorizante e simbólica forte, assim como é válido questionar se podem ser entendidos (ainda) como espaços de interação social.

Se entendermos como um fato que as trocas comerciais tradicionais sempre deram sentido às aglomerações urbanas, Frúgoli Jr. (1995) enfatiza que o capitalismo moderno atrelou a centralidade urbana ao consumo, além de desfigurar as centralidades tradicionais. Reportando-se a Lefebvre (1991), o autor afirma que, “na cidade capitalista moderna, a dimensão lúdica – ligada ao imprevisto, ao jogo de relações sociais, aos encontros, ao ‘teatro espontâneo’ – muitas vezes se entrelaça à dimensão do consumo, que é um tipo peculiar e específico de centralidade criado pela cidade capitalista” (*op. cit.*, p. 12).

Um painel das transformações da cidade moderna usualmente tem como ponto de partida a passagem da cidade medieval e renascentista européia para a metrópole industrial desumanizada, cuja ilustração das mais interessantes é feita por Camilo Sitte (1992) ao tratar das rupturas do tecido morfológico e das praças urbanas no século XIX, e especialmente dos reflexos disso tudo para a vida pública, em sua obra referencial “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos”, publicado em 1889:

*“Na vida pública da Idade Média e da Renascença houve uma valorização intensa e prática das praças da cidade e uma harmonização entre elas e os edifícios públicos, enquanto hoje as praças se destinam, quando muito, a servir como estacionamento para os automóveis, quase não mais se discutindo a relação artística entre praças e edifícios” (Sitte, 1992, p. 30, apud Frúgoli Jr., 1995, p. 13).*

Para Sitte, a dimensão artística da cidade estava sempre associada à utilização e apropriação

dos espaços públicos e às formas de sociabilidade urbana. Para ele, há uma correlação bem clara entre a configuração do espaço público e a cidadania; cidade e espaço público são sinônimos e a construção da cidade tinha como sentido a organização de espaços de convívio cotidiano e cerimonial (Kohlsdorf, 2005). “É preciso ter em mente que a cidade é o espaço da arte por excelência, porque é esse tipo de obra que surte efeitos mais edificantes e duradouros sobre a grande massa da população, enquanto os teatros e concertos são acessíveis apenas às classes mais abastadas” (Sitte, 1992, p. 118).

O que Sitte observava era que na metrópole industrial a vida comunitária se afastava das praças e ruas, gerando o que ele denominou de agorafobia, como já fizemos menção anteriormente. Em suas palavras, era

*“...compreensível que tenha diminuído tanto o interesse da grande massa pela beleza das praças, que acabaram por perder grande parte de seu sentido original. Decididamente, a vida dos antigos era muito mais favorável à concepção artística da construção urbana do que a nossa vida moderna, matematicamente compassada e onde o próprio homem acaba por tornar-se máquina” (op. cit., p. 113).*

A intensa migração de camponeses para os núcleos urbanos industriais, transformados em massa de operários, produzia cidades irreconhecíveis para seus próprios habitantes. A multidão, composta por todo tipo de figura humana possível, emerge como algo fascinante e ao mesmo tempo amedrontador na paisagem urbano-industrial, captado por Edgar Allan Poe em seu conto “O Homem das Multidões”. É o “espetáculo da pobreza”<sup>44</sup>, produzido por uma enorme quantidade de desenraizados do campo, operários e desempregados “em condições de vida degradantes, que passam a trafegar pelas ruas, despertando uma nova consciência sobre a pobreza e o medo quanto à obscura possibilidade de transgressão criminosa ou de revolta política organizada” (Frúgoli Jr., 1995, p. 15). Os espaços centrais das grandes metrópoles são os lugares onde este “espetáculo” ocorre, dando total visibilidade às contradições da sociedade capitalista naquele momento histórico, apesar das transformações urbanas a que são submetidos, especialmente em Paris e Londres. As intervenções urbanísticas com caráter ordenador e estetizante, como as de Haussmann, foram a base para as referidas críticas de Camilo Sitte.

A criação de grandes espaços abertos monumentais e de jardins tinha como finalidade

---

44 Ver Bresciani, Maria Stella. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

disciplinar o uso de determinados espaços centrais pela multidão e enfraquecer as praças como ponto central da vida social urbana. Como menciona Sennett (1988, p. 76), à medida que a população de Paris crescia, as grandes praças “já não serviam como pontos onde a população pudesse se juntar em várias atividades num mesmo local”. Já no início do século XVIII, tendo Versalhes como espelho, as praças parisienses não eram feitas para concentrarem diversas atividades, mas para serem um monumento em si, “com atividades restritas acontecendo em seu meio, atividades constituídas principalmente de passagem e de transporte”. Não foram concebidas “tendo em mente uma multidão que se congrega”, mas buscavam eliminar das praças “barracas, bandos de acrobatas e outras formas de comércio de rua, bem como (procuravam) manter os cafês em sua volta, mantidos por detrás das portas”. E ainda: “onde antes as praças tiveram uma multiplicidade de funções (...), agora a vida urbana em grupo estava fragmentada e dispersa” (*op. cit.*, p. 75).

Ressaltamos aqui a expressão “vida urbana em grupo” utilizada por Sennett como correlata às idéias de multidão e de sociabilidade urbana. Para o autor, nas novas metrópoles do capitalismo industrial esta sociabilidade ocorria cada vez mais de maneira especializada, em basicamente três espaços específicos, destinados para este fim: o café, o parque para pedestres e o teatro. Os espaços públicos, além de destinadas à passagem, passam a ser também objetos de contemplação. Em Londres, as novas praças em bairros residenciais não foram feitas “para serem ocupadas por vendedores de rua, acrobatas, floristas e assim por diante, como acontecia em Coventry Garden; deveriam ser preenchidas com arbustos e árvores” (*op. cit.*, p. 76-77).

Entretanto, marcado pelo fenômeno da multidão, a vida nas ruas e praças centrais das metrópoles estava ainda cheia de vitalidade. A “sociabilidade circunscrita e reconhecível” das praças tradicionais deu lugar à heterogeneidade caótica, ao estranhamento e à imprevisibilidade das multidões e dos seus fluxos – marcas da modernidade –, trazendo novas possibilidades de experiência urbana (Frúgoli Jr., 1995, p. 15-16). São nas áreas centrais das cidades que as novas formas de vivenciar o urbano se materializam de forma mais intensa. Naturalmente é o *flâneur* de Walter Benjamin, inspirado na poesia de Charles Baudelaire, enfrentando e desafiando as novas possibilidades que as ruas oferecem, a principal figura da modernidade urbana: “em vez de se refugiar da massa urbana, nela mergulha, recusando-se no entanto a se submeter ao seu fluxo anônimo” (*op. cit.*, p. 15).

Featherstone (2000) chama a atenção para o fato de que o *flâneur* benjaminiano marcava a dimensão da locomoção e dos fluxos na vida social da cidade moderna, pois “ele é constantemente invadido por ondas de experiências novas e desenvolve novas percepções

enquanto cruza a paisagem urbana e as multidões” (*op. cit.*, p. 189).

Como aponta o autor, as transformações urbanas a partir da industrialização interferiram decisivamente na construção de uma nova “cultura pública”, mas não apenas negativamente: ao mesmo tempo em que praças e ruas centrais tradicionais da cidade moderna se desvaneciam como referência de sociabilidade urbana, em detrimento dos imperativos da circulação e dos fluxos, por outro lado a nova vida pública expressavam novas possibilidades libertadoras do cotidiano.

Na cidade contemporânea, as novas formas de vivenciar a cidade são marcadas por recentes transformações tecnológicas e culturais. Quais são as novas formas de *flânerie* contemporâneas, indaga Featherstone (2000). Teriam as novas formas de locomoção (trem, metrô, carro) levado ao eclipse do *flâneur* ou elas, ao contrário, permitem novas percepções e novas vivências da paisagem urbana – e, ainda, produz a tela da televisão fluxos experienciais semelhantes (*op. cit.*, p. 189-190)? Especificamente, quais as possibilidades de vida pública nos centros?

O *flâneur* contemporâneo tem à disposição também uma nova variedade e diversidade de locais culturais para percorrer na cidade: centros restaurados e renovados, com seu apelo turístico, shopping centers, museus e monumentos, parques temáticos, aponta Featherstone. Novamente provoca o autor, questionando qual a dimensão experiencial do turismo cultural e do consumo, diante da crescente cultura do consumo e do turismo cultural. Há lugar para o caminhar descompromissado e imerso na multidão nesta cidade contemporânea destituída de espaços públicos ou “deveríamos considerar a *flânerie* como uma forma de uma época e de um lugar específico, que não existem mais” (*op. cit.*, p. 189)?

Retomamos a relação entre centralidade e consumo. De fato, o capitalismo moderno deu uma nova forma às áreas centrais, tornando-a basicamente um espaço de consumo e mudando as formas de interação social e os encontros. Featherstone vê uma convergência entre centros de cidades e *shopping centers* contemporâneos, no sentido de que estes últimos têm se tornado, cada vez mais, verdadeiras cidades em função da diversidade de funções e das dimensões e, ao mesmo tempo, os centros das cidades estão sendo equipados com sistemas de vigilância e monitoramento por circuitos fechados de televisão, da mesma forma que os *shopping centers* o fazem para garantir o controle do espaço e expulsar os indesejáveis (*op. cit.*, p. 197).

Para o autor, uma outra aproximação entre os dois espaços diz respeito às dimensões simbólicas e de sociabilidade. O consumo deve ser entendido de forma mais complexa, pois o próprio ato de fazer compras não é uma experiência banal e fortuita, mas carrega em si um

forte simbolismo, contendo associações de imagens e de estilo de vida em função de um determinado *status* social. O “*flâneur* das compras contemporâneo” consome não apenas mercadorias, mas experiências buscando estímulos e sensações estéticas dos espaços urbanos, sejam estes privados/semi-públicos, como nos shopping centers, sejam estes espaços públicos de fato. Através da seleção de mercadorias e experiências, o *flâneur* contemporâneo expressa sua identidade a ser vista pelos outros. Featherstone assinala que os espaços onde estes atos ocorrem (*shopping centers*, lojas de departamento, parques temáticos, museus) são produzidos para serem lugares de sociabilidade e interação social através de uma estetização e uma “disneyficação” mais elaborada (*op. cit.*, p. 197). É preciso, entretanto, não esquecer que estes fenômenos estão associados a um declínio do espaço público enquanto lugar da vida pública e da política, a partir de sua normatização e homogeneização.

Ao mesmo tempo, o autor alerta para não cairmos na “retórica do declínio”, reproduzindo a postura de intelectuais críticos do século XIX que, horrorizados com a racionalização do mundo, temiam a “ascensão das massas”, sendo o termo “massa” utilizado como uma metáfora para multidões irracionais movidas por paixões incontroláveis, que deveriam ser educadas e se ocupar de atividades mais produtivas e elevadas. As avaliações negativas na contemporaneidade<sup>45</sup> a respeito dos *shopping centers* muitas vezes caíam nesta armadilha, sugere Featherstone, ao aludirem às experiências de passear e fazer compras nos seus corredores como “a utopia degenerada da vida como *flâneurisme*” e “apodrecimento mental” (*op. cit.*, p. 198).

Mas, se por um lado estas críticas têm um cunho nitidamente nostálgico e buscam de maneira implícita uma “era heróica e perdida”, por outro lado, pondera o autor que elas nos chamam a atenção para sobre como devemos julgar o consumo e o lazer na cidade (*op. cit.*, p. 198). A questão maior aqui é a compatibilidade entre a busca do prazer e o dever da responsabilidade civil, entre estética e ética.

Enfim, como entender, especialmente no contexto brasileiro, o lugar dos centros das cidades como espaço de consumo e de lazer, mas também como espaço político? Como vimos, o ato contemporâneo de ir às compras – o que inclui o passear, olhar vitrines, se divertir –, também pode ser um ato de flânar e, como uma atitude individual dentro de um coletivo, tem de algo de político: contém simbolismos que expressam valores individuais e uma identidade parcial que são exibidas aos outros, seja como confrontação ou adequação ao contexto, indicando também uma posição social. Entretanto, é cada vez mais crescente a ocorrência deste flânar

---

45 Entre outros, Bauman (2001).

contemporâneo em espaços, ainda que coletivos, sob controle de uma instância privada. Os espaços públicos centrais apresentam-se de forma mais homogênea socialmente e, neste processo de segmentação e segregação, há cada vez menos *confronto* (ainda que fosse apenas nas formas de se vestir ou de consumir “mercadorias e experiências”), predominando a *adequação* ao entorno social.

***OS ESPAÇOS PÚBLICOS FORTES NO CENTRO DE ARACAJU***

## 2.1 O CONCEITO DE *ESPAÇO PÚBLICO FORTE*

Os espaços públicos centrais, como qualquer outro espaço urbano, são continuamente produzidos pelas relações sociais e pela correlação de forças existentes na sociedade urbana na qual se inserem. São, portanto, constantemente modificados, a depender da convergência de determinados interesses, valores culturais e simbólicos e, conseqüentemente, das atividades funcionais e dos fluxos em cada momento histórico específico. O resultado é um espaço ou conjunto de espaços públicos, em áreas diferentes da cidade, apresentando uma maior densidade de elementos urbanos significativos para a vida social da cidade, constituindo algo como um *pólo de urbanidade*.

Existe aqui uma questão de escala a ser observada, para compreendermos a urbanidade nestes espaços. Relembrando de Certeau (1994), é a partir do entrelaçamento entre a materialidade e a subjetividade, através do ato de caminhar, que as diferentes espacialidades se constroem. Urbanidade é definida por Choay (1996, p. 12) como “o ajustamento recíproco entre uma forma de tecido urbano e uma forma de conviviabilidade”. Por isso, é a escala do pedestre que produz a dinâmica das relações sociais nos espaços urbanos.

Para Milton Santos, o espaço, como uma construção social, é “um conjunto de fixos e fluxos” (Santos, 1999, p. 50), produzido pela interrelação entre a materialidade (configuração territorial) e as relações sociais (vida que anima a materialidade). Os sistemas de objetos e os sistemas de ações, que formam o espaço, não podem ser tomados separadamente, pois são um conjunto indissociável.

Para o espaço público forte, são fundamentais as relações de proximidade entre os indivíduos e as relações inter-pessoais daí decorrentes. Para Santos (op. cit., p. 205), no cotidiano, quanto maior a intersubjetividade, o contato face-a-face, e o compartilhamento do lugar, maior o que ele denomina de densidade comunicacional. A proximidade

*“tem a ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidades das relações”* (Santos, op. cit., p. 255).

E ainda:

*“No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e*

*instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre a organização e a espontaneidade” (Santos, op. cit., p. 258).*

Nos espaços públicos fortes, uma maior densidade de funções e equipamentos urbanos, atrelado a uma confluência de diversos e variados fluxos de circulação de pessoas, resultam em uma intensa vida social. Considerando a variável tempo, não os entendemos como objetos estanques que se esgotariam e seriam simplesmente substituídos por outros em seguida, como numa simples troca, mas como textualidades espaciais que podem se sobrepor umas às outras, se complementando e coexistindo, de acordo com o contexto em que estão envolvidas. São espaços urbanos cujas condições de sociabilidade são dinâmicas e mutáveis. Podem, por exemplo, repor qualidades antes perdidas por espaços protagonistas anteriores, ou mudar de “consistência” ao longo do tempo em decorrência de novas demandas de funcionamento da cidade e, especialmente, de mudanças no jogo de forças no interior da sociedade.

Uma boa ilustração de um espaço público forte e de sua mutabilidade ao longo do tempo é a Praça Castro Alves, em Salvador. Sua distinção como “pólo de urbanidade” funda-se no fato de que está ou já esteve rodeado de importantes espaços e edifícios significativos para a cidade, como o já demolido Teatro São João, a antiga redação do Jornal A Tarde, o Cine Guarani/Glauber Rocha, complementado por sua localização estratégica como elo entre a Av. Sete de Setembro, a outrora chique e elegante Rua Chile e a ladeira da Barroquinha, e sua implantação como um terraço com vista para a Baía de Todos os Santos. Foi também a principal espaço do Carnaval até os anos 80, até entrar em decadência no bojo do esvaziamento do centro tradicional de Salvador.

A cidade de Aracaju é, considerando a realidade urbana brasileira, uma aglomeração urbana de porte médio. Implantada às margens do Rio Sergipe, a capital do estado de Sergipe tem uma população de mais de 544.039 habitantes (IBGE – Estimativa de população 2009) e apresenta uma configuração urbana ainda relativamente compacta, embora atravessando um processo recente de dispersão espacial e funcional, característico de muitas cidades brasileiras contemporâneas. A descentralização de importantes atividades administrativas, políticas e comerciais, como iremos detalhar adiante, resulta em um esvaziamento funcional e político das áreas centrais. Neste sentido, algumas questões se impõem: como se comportam os aqui denominados *espaços públicos fortes* centrais ao longo deste processo de esvaziamento e

como as novas centralidades, em função de suas características espaciais e funcionais, respondem ou não à emergência de espaços urbanos com um sentido fundamentalmente público e, portanto, político.

Com o objetivo de compreender o lugar do centro principal dentro da estrutura urbana atual de Aracaju, é apresentado neste capítulo – de forma periodizada a partir da bibliografia existente sobre Aracaju<sup>46</sup> – um panorama das transformações sócio-espaciais pelas quais a cidade passou; uma cronologia urbana com os principais acontecimentos históricos e intervenções urbanísticas de cunho público ou privado.

O processo de estruturação urbana é analisado a partir dos contextos político, econômico e cultural, e tem como foco principal os efeitos e implicações diretas e/ou indiretas deste processo sobre o centro da cidade e seus espaços públicos. Em assim sendo, opto por seguir basicamente os períodos históricos já firmados por diversos autores da história de Aracaju.

Entretanto, para evitar uma abordagem meramente historicista e considerando a necessidade de apreender o sentido político do centro da cidade e de seu conjunto de espaços públicos, busca-se aqui ressaltar e caracterizar alguns dos principais espaços urbanos do centro que, em diferentes momentos históricos, passam a apresentar um significado especial na vida social da cidade – como um espaço protagonista. Assim, pertinente a cada um dos recortes temporais que estruturam este capítulo, se sobrepõem outras leituras da história urbana a partir de recortes espaciais, com o objetivo de ressaltar espaços públicos significativos na vida da cidade. Este protagonismo é a marca daquilo que aqui denomino de espaços públicos fortes.

Desta maneira, associados a cada um dos períodos históricos, ou seja, dos recortes temporais – iniciando com a fundação e implantação da cidade como capital da então Província de Sergipe em 1855, passando pela consolidação e afirmação de Aracaju como centro urbano e capital no início do século 20 (do qual decorreram significativas intervenções urbanísticas por parte do poder público), por momentos de estagnação até a posterior recuperação econômica a partir dos anos 60 – serão elaborados alguns recortes espaciais que apontam conjuntos de espaços públicos que se tornaram protagonistas na vida urbana. Esta “forte urbanidade” pode, como vimos, desaparecer de alguns lugares, dissolver-se gradualmente e/ou se deslocar para outros espaços, concomitante com as transformações pelas quais a cidade passa – quando, por exemplo, a decadência das atividades portuárias provoca o enfraquecimento da rua do porto como espaço urbano de sociabilidade e concentrador de fluxos de pessoas; e, em outro

---

46 Em especial Cabral (2001), Barboza (1992), Loureiro (1983), Nogueira (2006), França (1999) e Ribeiro (1989).

momento histórico, o fortalecimento do transporte rodoviário faz emergir um espaço público de grande força no entorno de uma recém-construída estação rodoviária.

Nas próximas páginas pretendemos mostrar estas transformações urbanas, com o objetivo de entender quais características têm os espaços de encontro e de sociabilidade atualmente produzidos. Partimos do pressuposto de que, a partir do final dos anos 80 aproximadamente, Aracaju passará por transformações estruturais que, especialmente em função da migração de diversas atividades urbanas para fora das áreas centrais, irão re-significar o lugar do centro tradicional na estrutura da cidade<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Este processo será abordado ao longo do capítulo 3, com uma análise mais detalhada destas transformações macroestruturais de Aracaju.

## 2.2 CIDADE SOBRE O MANGUE

### fundação e implantação da capital – 1855 a 1900

*“São Cristóvão passageiro  
Santo de fazer milagre  
Pelo amor dos sergipanos  
Fazei voltar a cidade”*  
(verso popular. In: Cabral, 2001. p. 32)

#### A idéia de uma nova cidade

Aracaju nasceu sob a égide do “novo” e do progresso. É fundada em 1855 em oposição ao “velho”, representado pela antiga capital da província de Sergipe, São Cristóvão. À parte o significado simbólico de uma nova cidade, fatores político-econômicos foram primordiais para legitimar a decisão do então Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa de transferir a sede político-administrativa para uma nova localização às margens do Rio Sergipe, pouco antes de sua foz. O pequeno e pouco acessível porto de São Cristóvão, às margens do rio Vaza-Barris, precisava ser substituído por uma outra localização para que se efetivasse um melhor controle do escoamento das mercadorias vindas da região do vale do Cotinguiba, que tinha a cidade de Laranjeiras como centro da agroindústria açucareira, a principal atividade econômica da província<sup>48</sup>. Em 17 de março daquele ano, Inácio Barbosa transfere oficialmente a capital para o povoado Santo Antonio do Aracaju, na época um amontoado de poucos casebres no alto de uma colina, próxima à desembocadura do rio Cotinguiba, hoje rio Sergipe. Devido à sua função portuária, a nova cidade e capital não é implantada no povoado existente, mas algumas centenas de metros adiante, nas margens do rio, onde se constrói paulatinamente uma nova estrutura urbana.

Para explicar melhor o conflito político em que se insere a fundação da cidade de Aracaju, é importante mencionar o Barão de Maruim, importante senhor de engenho do rico Vale do Cotinguiba, onde se localizavam os mais importantes engenhos de açúcar. Oliva (2002), ao

---

48 A economia da província de Sergipe tinha caráter agro-exportador, baseada na produção e exportação de cana-de-açúcar e algodão para o mercado mundial. A expansão da produção da região do Cotinguiba foi resultado do aumento do consumo destes e outros produtos tropicais no mundo, durante a Revolução Industrial (Ribeiro, 1989, p. 30).

estudar a historiografia sobre Aracaju, menciona dois autores<sup>49</sup> da primeira metade do século XX que abordaram o importante papel do Barão no processo que culminou na mudança da capital. Clodomir Silva entende que Inácio Barbosa apenas atendeu a interesses políticos, fazendo valer a força política do grupo de senhores de engenho do Vale do Cotinguiba, comandados pelo Barão de Maruim, em detrimento do grupo político do vale do Vaza-Barris. Também Sebrão Sobrinho nega o mérito da fundação da cidade a Inácio Barbosa e o atribui à “força, prestígio e dinheiro do Barão de Maruim” (Oliva 2002, p. 118).

*“Nunca lhe passou pela cabeça a idéia de transferir de San-Cristovam para o Aracaju a Capital da Província! Inácio Joaquim Barbosa foi, tão só, um executor da vontade do Barão de Maruim, um responsável direto dos despistamentos do futuro Conde sergipano, que, como chefe político, não poderia arcar com tamanhas responsabilidades, pessoalmente” (Sebrão sobrinho, 1954, p. 85)*

Seja como for, São Cristóvão aos poucos deixa de ser, de direito, o centro político-administrativo da província, muito embora, de fato, a nova capital ainda não pudesse cumprir esta função, por ser um aglomerado urbano bastante incipiente.

A antiga capital é abandonada em detrimento de uma planície alagada. Em função do porto, não é em cima da colina que a nova cidade nasce, mas às margens do rio, em área insalubre, formada por lagoas e pântanos. Uma nova cidade teria que ser construída a partir de aterros constantes, apesar das preocupações higienistas no século XIX. Além de ser um testemunho desta “vitória” sobre a Natureza, a nova capital teria que apresentar também uma forma diferente e nova, que se opusesse à arcaica configuração das cidades coloniais, com suas ruas tortuosas e irregulares. O sentido progressista de Aracaju teria a forma de um traçado ortogonal, uma retícula quadriculada idealizado pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro a pedido do governador da Província. A sua geometria racional se contrapunha à sinuosidade das ruas da antiga capital.

O traçado, também conhecido como “Quadrado de Pirro”, consistia em uma área de 1188 metros de lado, com quarteirões quadrangulares com 110 metros de cada lado, separados por vias com 13,20 metros de largura, medidas consideradas como padrão em meados do século XIX (Nogueira, 2006, p. 144). De fato, em função da pressa em ocupar o sítio e marcar efetivamente o nascimento da nova capital, o traçado ortogonal era o mais fácil e rápido de se implantar, prescindindo de uma mão-de-obra especializada. O sentido ideológico deste

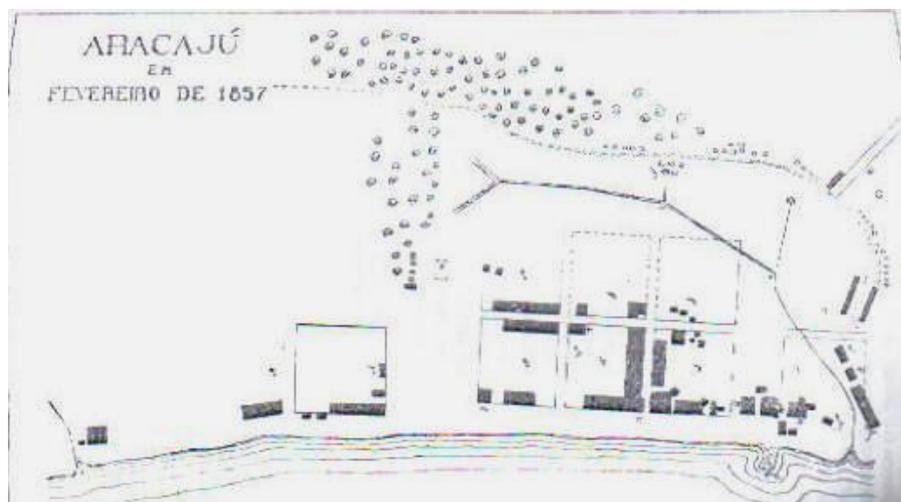
---

49 Silva, Clodomir. Álbum de Sergipe. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920 (publicado por ocasião do centenário de emancipação de Sergipe) e Sebrão Sobrinho. Laudas da História de Aracaju. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955 (publicação no centenário da fundação da cidade).

traçado racional é refutado por Loureiro (1983, p. 51-52):

*“Alguns estudos a respeito de Aracaju propagaram a idéia de que o ‘plano’ da cidade havia sido concebido a partir da implantação dos modelos urbanísticos de vanguarda na época – Washington, Camberra, Chicago, Buenos Aires etc. (...) No entanto, a solução do traçado de xadrez foi adotada, isto sim, mais em função da facilidade com que podiam as ruas ser demarcadas no terreno, pois havia pressa, e muita, em se tornar Aracaju um ‘fato consumado’: existia ainda o perigo da mudança da capital não ser aprovada pela Corte”.*

De qualquer forma, também não se pode deixar de considerar a simbologia da escolha de um sistema ortogonal, na qual se insere a noção de progresso, e não apenas a de pragmatismo. O traçado ortogonal era, naquele momento, a tradução de uma forma moderna de se pensar (ver figuras 2 a 4), que deixava para trás a “irregularidade arcaica” da cidade colonial. Desta forma, assim como a própria decisão em si de construir uma nova capital não foi pura e simplesmente uma decisão econômica (sua função portuária), a opção pelo traçado em tabuleiro de xadrez também teve um sentido político-ideológico: o “novo” se impõe à Natureza e à velha capital, “uma cidade artificial com um traçado moderno (...) resultado da capacidade de engenharia em drenar pântanos e charcos” (Nunes, 2003).



**Figura 2:** Aracaju em 1857. In: Porto, 1945.

Independente do traçado ser oriundo de um pragmatismo e/ou de uma simbologia, é de fato questionável a noção disseminada no discurso local de que Aracaju seja uma cidade planejada. Nogueira (2006, p. 146) incorre sobre a necessidade de se traçar diretrizes mais amplas de ordem social, econômica e cultural para que se configure o planejamento de uma cidade, além da configuração espacial, o desenho.

Ressalte-se ainda o lugar histórico da questão: o que poderia significar “planejar uma cidade” naquele momento, em meados do século XIX? Uma análise mais contemporânea deve tratar Aracaju como uma cidade *projetada* (em termos de desenho de um arruamento), e não *planejada*. Esta opinião é corroborada por Vilar (2004) ao afirmar que “o famoso Quadrado de Pirro não pode ser sinônimo de planejamento urbano”, já que o engenheiro não pensava no crescimento desordenado e nos problemas urbanos que poderiam surgir depois, pois o “objetivo era construir rapidamente uma cidade e consolidá-la como capital provincial”.

De qualquer forma, pode-se questionar também a pertinência de se estender a toda uma cidade a condição de cidade projetada (ou planejada), quando na verdade apenas o foi o seu núcleo inicial, ou seja, uma parte muito pequena do que se tornou Aracaju ao longo dos tempos.

### **O processo de ocupação**

Por haver interesse político para que a nova capital se consolidasse, a atuação do poder público foi decisiva na medida em que elabora o referido desenho da cidade, concede aforamentos de terrenos de marinha e promove adiantamentos para que particulares construíssem as primeiras casas (Ribeiro, 1989). Muito mais do que isso não fez o poder público. O Plano de Pirro não previa nem mesmo a localização dos edifícios públicos, pois era basicamente um plano de arruamento da nova cidade, definindo o alinhamento das edificações, tamanho das quadras e largura das ruas. Uma espécie de “*laissez-faire* urbanístico” aconteceu, pois a construção da cidade aconteceu de fato a partir do livre arbítrio dos construtores particulares, tendo o Governo contribuído nas obras de aterro e abertura de ruas. Segundo Porto (1945, p. 32), a concentração dos principais edifícios públicos no entorno das atuais Praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos (Praças do Palácio e da Matriz, respectivamente; ver figura 4 mais adiante) foi resultado “antes do acaso que de uma idéia preconcebida”.

A ocupação e expansão urbana de Aracaju se davam “de forma espontânea e desordenada” (Ribeiro, 1989). Por isso, em setembro de 1856 a Câmara Municipal resolve definir as primeiras posturas reguladoras para a edificação da cidade e o comportamento de seus habitantes, “quando se verificou que a liberalidade até então prodigalizada aos edificadores ameaçava comprometer o aspecto e a regularidade do plano da capital” (Porto, 1945, p. 42). Este Código de Posturas tornava obrigatório o alinhamento das casas, estabelecia o pé-direito mínimo de 20 palmos, mandava cair as frentes das casas duas vezes por ano, definia largura das calçadas, ente outras medidas. Além disso, delimitava um perímetro dentro do qual não se

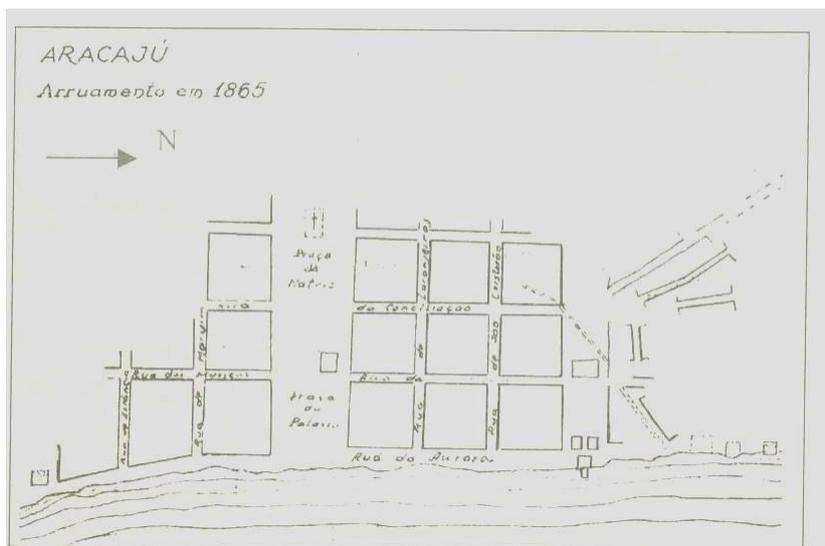
podia construir com coberturas de palha. Muito embora estas exigências nem sempre pudessem ser cumpridas nem mesmo pelos grupos mais abastados em virtude da precariedade reinante, como veremos mais adiante, isto vai gerar uma ocupação das populações mais pobres no lado de fora do Quadrado da cidade, para além do riacho do Caborge, em direção ao povoado Santo Antonio (figura 2).

Pelo fato de o sítio escolhido para a nova capital ser pouco propício para um assentamento urbano em virtude dos mangues e das dunas, a ocupação da cidade e de seu porto, assim como a implantação do seu aparelho político-administrativo foram bastante lentas nesta segunda metade do século 19. O núcleo urbano inicial correspondia ao entorno da Praça da Cadeia, atual Praça General Valadão (ver figura 3), onde se implantou a Alfândega, o Quartel e a própria Cadeia Pública (Barreto, 2006). As edificações que se seguem nestes primeiros momentos da cidade se localizavam ao longo da Rua da Aurora, de frente para o rio e próximas ao porto – atual Av. Rio Branco, que por razões óbvias é popularmente conhecida como Rua da Frente. Em 1859, a cidade se estendia por apenas cerca de 600m ao longo do rio e avançava pouco mais de 100m para dentro (Loureiro, 1983, p. 53). Neste momento, a população da cidade era de pouco mais de 1400 habitantes, como se observa na tabela 1 adiante.

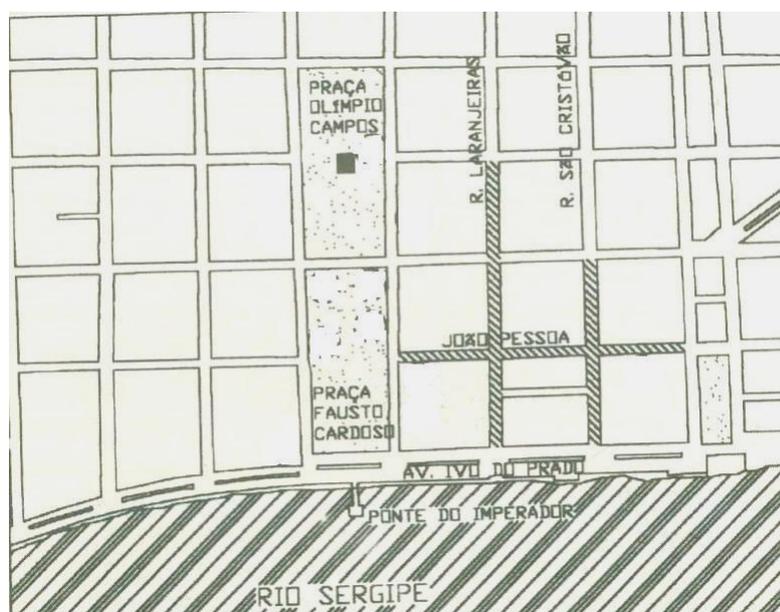
No ano seguinte à sua fundação, a cidade se reanima com o fim de uma epidemia de cólera que assolou a Província de Sergipe<sup>50</sup>. O sucessor de Inácio Barbosa, Salvador Correa de Sá e Benevides, deu seguimento à cidade, como descreve Ribeiro (1989, p. 44): promoveu o aterro e melhoramento de várias ruas; construiu a primeira igreja, São Salvador, na esquina das ruas de Laranjeiras e Rua da Conceição (atual João Pessoa); concluiu em 1860 o antigo Palácio do Governo, obra iniciada por Inácio Barbosa; e promoveu pequena expansão da cidade para oeste com a abertura da estrada para São Cristóvão, atual Rua São Cristóvão (figura 4).

---

50 O próprio Inácio Barbosa, promotor da nova cidade e capital, viria a falecer em outubro do mesmo ano de 1855, vítima do cólera. Segundo Cardoso (2003), cerca de 23% da população da Província foi dizimada pela epidemia entre 1855 e 1856.



**Figura 3:** Aracaju em 1865. Dois espaços abertos se distinguem: à esquerda, as Praças do Palácio e da Matriz (atuais Praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos, respectivamente) e, à direita, a atual Praça General Valadão. Em diagonal, o caminho para o povoado de Santo Antonio. (Fonte: Porto, 1945).



**Figura 4:** Área central de Aracaju hoje (Fonte: Nogueira, 2006).

### As contradições da capital de palha

Em um interessante trabalho sobre Aracaju como uma “cidade de palha”, Cardoso (2003) nos apresenta uma cidade contraditória. Apesar da construção de uma imagem (pertinente ou não) de vanguarda urbanística para a época, a cidade vivenciou durante as primeiras duas décadas após sua fundação um período de, segundo o autor, “ceticismo inicial na concretização da mudança”, fazendo surgir uma cidade de casas de palha paralela à cidade “oficial” com seu novo aparato político-administrativo, contrariando desta forma a ideia de

“civilização”.

Depois de implantado parte do arruamento inicial e os primeiros lotes, ocorre uma intensa especulação do valor dos terrenos em função da grande expectativa típica de uma nova capital, fazendo com que seus preços se tornassem proibitivos para a população pouco afortunada. Conforme o autor, a isso se soma a mencionada desconfiança na construção de uma cidade sobre mangues, os poucos investimentos da administração pública e do capital privado, assim como a dificuldade de transporte de material e escassez de mão-de-obra especializada em alvenaria: assim temos um quadro de extrema precariedade na ocupação dos terrenos impróprios e na construção da nova cidade, mesmo para uma parte da população mais abastada.

Uma das idéias correntes na historiografia de Aracaju é a de que teria havido já desde sua gênese um processo de segregação sócio-espacial bastante explícito (e intencional, se quisermos), pois a nascente Câmara Municipal havia sancionado em 1856 um Código de Posturas, conforme mencionado, que regulamentava as edificações na cidade, proibindo que se construísse dentro do “Quadrado de Pirro” casas fora do alinhamento e sem cobertura de telhas. “A maioria da população era pobre, impossibilitada de construir com telhas, então, agrupou-se e cresceu desordenadamente ‘fora’ do Quadrado. Surge o primeiro ‘fenômeno de diferenciação social’ de Aracaju” (Nogueira, 2006, p. 149-150). Também Loureiro (1983, p. 52-53) se refere ao Quadrado de Pirro como a “zona nobre da cidade”.

Ao descrever a cidade de palha, Cardoso (2003) contraria em parte esta versão. Através de anúncios e notícias de jornais da época, o autor demonstra que nos anos iniciais da cidade ainda existiam edificações com cobertura de palha no núcleo inicial, configurando-se claramente um desrespeito à Postura Municipal. Ainda em 1856, lê-se no Correio Sergipense que o presidente da província se sente “comovido pela sorte dos empregados públicos, habitando em pequenos ranchos de palha” (Cardoso, 2003, p. 112), em função do alto valor dos aluguéis. Mesmo depois de alguns anos, ainda se verifica um quadro de pobreza material das edificações nas áreas mais centrais e significativas da cidade: em 1862, o cidadão Torquato Martins Fontes anuncia no Correio Sergipense a venda de “duas casas de palha na Praça da Matriz e do novo Palácio” (*op. cit.*).

A precariedade atinge não apenas a “cidade oficial”, mas também os mais abastados. O juiz Antonio Joaquim da Silva Gomes adia em 1856 sua transferência de São Cristóvão para Aracaju devido à falta de casa “decente”. O advogado Francisco Felino Peixoto de Carvalho publica no mesmo jornal e ano uma nota divulgando o escritório em sua residência: “uma

pequenina casa coberta de palha, sito na rua do Quartel”. Este mesmo Quartel do Exército, localizado dentro do Quadrado de Pirro, é objeto de lamentação do Presidente da Província em 1858, que afirma funcionar ainda em “tosco barracão de palha (...) indigno de conservar-se no centro duma cidade, sede de governo” (Cardoso, *op. cit.*, ainda citando o Correio Sergipense).

A mesma elite do século XIX que buscava o refinamento e o ideal de civilização europeu não conseguia escapar das casas de palha neste início de ocupação urbana, muito embora estas fossem associadas a uma situação de inferioridade social, pois remetiam às taperas indígenas e mocambos de escravos fugidos (Cardoso, *op. cit.*, p. 113).

Assim, este desrespeito à Postura Municipal parece demonstrar que ainda não havia uma diferenciação clara em termos de infra-estrutura e qualidade das habitações entre dentro e fora do loteamento inicial. A pobreza material estava em todo lugar. “Aracaju era o deserto, a praia inóspita, os terrenos cheios de mangue e de lagoas, terra sem dono, terra de ninguém, povoada, em principio, pela gente pobre, modesta e sem tradição, sem dinheiro e sem fidalguia”, assim descreve Cabral (2001, p. 35-36) o que ele denomina de “cidade de empregados”, complementando que ela não possuía sobrados e casas luxuosas, pois “os ricos, os grã-finos, os senhores feudais viviam, orgulhosamente, em seus engenhos, em seus latifúndios, em suas casas-grandes, no Cotinguiba, no Vasa-barris”.

Todas estas dificuldades resultaram numa clara hesitação da população mais abastada em mudar-se definitivamente de São Cristóvão para a nova capital, como se verifica no quadro comparativo abaixo referente à quantidade de boa parte dos trabalhadores nas duas cidades em 1872 (ver tabela 1)<sup>51</sup>. Mesmo após 20 anos de transferência da capital, a maioria dos trabalhadores ainda morava na antiga capital, obviamente excetuando os militares e marítimos, por se tratar Aracaju de uma cidade portuária.

---

51 Só a partir da década seguinte (1884) com a implantação das primeiras fábricas de tecido é que este quadro vai mudar radicalmente, como veremos adiante.

**Tabela 1:** Número de trabalhadores em Aracaju e São Cristóvão em 1872

Atividades	Aracaju	São Cristóvão
advogados	2	5
médicos	-	2
funcionários públicos	2	25
comerciantes, caixeiros	14	26
manufatureiros, fabricantes	9	16
professor e homem de letras	4	7
militares	319	4
marítimos	206	4

Fonte: Diniz (1987, p. 72, simplificado por Nogueira, 2006)

**Tabela 2:** População da cidade na segunda metade do século 19

ano	população (hab.)
1856	1.484
1872	9.559
1890	16.332
1900	21.132

Fonte: Ribeiro (1989, p. 45-46)

### **Crescimento urbano e estagnação econômica**

Para Cardoso (2003), o período inicial de fundação e início da ocupação da capital (1855-1875) seria marcado, portanto, pela falta de confiança no projeto de uma nova cidade, em função de todas as dificuldades encontradas. Apesar disso, seu crescimento populacional é intenso, devido principalmente a uma migração de pessoas de mais baixa renda: entre 1856 e 1872 sua população cresce em quase sete vezes (Ribeiro, 1989. Ver tabela 2).

No período seguinte (1875-1900), a Província de Sergipe vive um momento de estagnação econômica, reflexo da instabilidade política do Brasil na transição do Império para a República (1889), assim como pelo movimento abolicionista, já que a libertação dos escravos fez decair a produção da cana-de-açúcar, principal atividade econômica da Província. A crise econômica, aliada às grandes secas no sertão, produz uma migração campo-cidade que faz com que Aracaju vivencie um crescimento populacional composto fundamentalmente por uma população mais pobre, que vai se alojar fora do Quadrado de Pirro. Concomitantemente a estes fatores, inicia-se a industrialização em Aracaju com a instalação das primeiras fábricas ao norte (atual Bairro Industrial), acentuando a ocupação naquela região e consolidando-a

como zona operária<sup>52</sup>.

Considerando os dados populacionais de 1872, pouco mais de 20 anos depois sua população mais que dobrou, alcançando 21.132 habitantes em 1900. Mas, como mencionado, o crescimento da cidade ocorre fora do Quadrado. “É um período obscuro na vida física da cidade. A província abandonou a cidade e a Câmara Municipal era economicamente impotente para tomar-lhe o lugar. A cidade cresceu por si mesma, casa por casa...” (Porto, 1945, p. 11). É, portanto, neste momento que observamos as primeiras diferenciações sócio-espaciais na cidade, ainda que pouco nítidas.

---

<sup>52</sup>A primeira fábrica de tecidos (Sergipe Industrial) surge em 1884.

### 2.2.1 Espaço público forte

Espaços públicos que proporcionam intensa urbanidade podem ser facilmente encontrados em cidades dotadas de uma vida pública relativamente dinâmica e consolidada. Por este motivo, parece apressado apontar algum espaço urbano que poderia ser aproximar do conceito de espaço público forte em uma cidade recém-fundada, com uma população que atinge, no final do século XIX, apenas algo em torno de 21 mil habitantes. Entretanto, Aracaju foi fundada com o objetivo e o aparato funcional para ser a capital da então província e, fundamentalmente, abrigar funções portuárias. Ainda que de forma lenta, os edifícios administrativos foram sendo implantados, a população crescendo, como vimos, e a cidade se firmando como cidade portuária e cidade-capital.

Neste sentido, os espaços ligados ao porto, ao longo da **Rua da Aurora**, são aqueles que primeiros se consolidam, em torno dos quais se aglutinam diversas funções complementares, como mercado e armazéns, assim como as ligadas à imprensa e hotelaria, próprias de uma cidade com funções administrativas. Apesar da precariedade da nova cidade, é possível conjecturar, através de relatos descritivos<sup>53</sup> das atividades sediadas nestes espaços em torno do porto, a existência ali de uma vida pública embrionária com alguns indícios de urbanidade, ainda que também precária.

#### A. Rua da Aurora

Na zona portuária, a Rua da Aurora transforma-se no principal espaço urbano da nova capital. É lugar de comércio, serviços, lazer e também residência. Conforme Cardoso (2004), a rua foi sede, nas primeiras décadas da cidade, de dois dos mais importantes jornais da Província, o *Correio Sergipense* (pertencente ao Governo e que já funcionava na antiga capital São Cristovão desde 1836) e o *Jornal de Sergipe*, do Partido Liberal. Na Aurora estavam importantes trapiches ligados ao porto, entre eles a companhia alemã *A. Schram & Cia*, casa de importação e exportação, crédito financeiro e agro-negócio. Importantes hotéis se localizaram na rua, como o *Sergipe* e o *União*, pois ali existia um serviço de navegação fluvial em direção aos portos do vale do Cotinguiba, como Laranjeiras e Maruim, através dos vapores *Pirajá* e *Ganhamoroba*. Lojas de confecção e armazéns de secos e molhados se misturavam a pescadores, marinheiros do porto e ao comércio ambulante feito por escravos de ganho (que iam a rua comercializar produtos a mando de seus patrões). Na altura da Rua de

---

<sup>53</sup> Basicamente os trabalhos de Cardoso (2004) e Barreto (2006).

Laranjeiras havia “uma feira semanal, às segundas, com banca de peixe fixa e feirantes espalhados, com suas mercadorias, produtos da terra, animais, e outras coisas” (Barreto, 2006). Tudo isso nos faz imaginar uma rua bastante movimentada à beira do rio, onde barcos e vapores faziam parte da paisagem urbana.

Se a extremidade norte da Rua da Aurora (proximidades da Praça da Cadeia) vai se configurar anos mais tarde como a zona portuária propriamente dita<sup>54</sup>, no outro extremo se conforma um espaço com outras características, mais representativo do poder político constituído. A Praça do Palácio começa a se delinear, como foi dito anteriormente, com a construção do Paço Provincial em 1860, e ali se constrói também neste mesmo ano um atracadouro para recepcionar a comitiva de D. Pedro II, em visita à Província. Denominada “Ponte do Imperador” (figura 5), ela é ainda hoje um importante símbolo da memória de Aracaju. Como um elemento construído que avança por sobre o rio, marca urbanisticamente o espaço da Praça Fausto Cardoso na paisagem da cidade.

Através de uma das plantas da cidade reconstituída por Porto (1945) e reproduzida na figura 2, pode-se perceber que em 1865 a mancha urbana já se estendia até o Palácio do Governo. Apesar da nascente representatividade política deste espaço urbano e de ter recepcionado o Imperador sete anos antes, a Praça do Palácio ainda era em 1867 um “pântano intransitável” (Ribeiro, 1989), o que atesta a lentidão do processo de consolidação da nova capital.

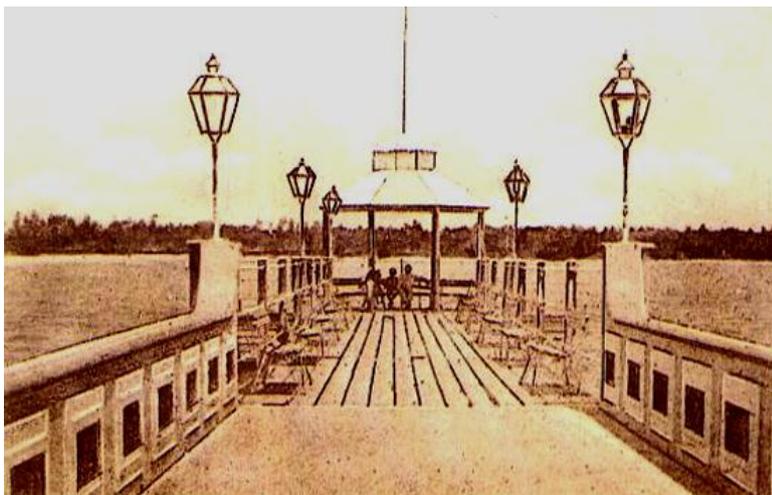
Na beira do rio, a Rua da Aurora, ao contrário, era um espaço dinâmico, girando em torno do porto e do abastecimento da cidade, configurando-se como espaço de ligação com o mundo externo. Ao longo dos anos, novas atividades ligadas à imprensa, por exemplo, se incorporam ao ambiente tipicamente portuário. Assim, comparando também com as demais ruas da pequena capital de uma província pobre (ruas basicamente residenciais e com baixa densidade populacional), a Rua da Aurora apresentava uma relativa riqueza e diversidade de funções urbanas e de pessoas (portuários, comerciantes, militares, empregados de jornais, políticos e funcionários da administração pública, moradores de cidades da região, entre outros), o que denota uma certa polarização da vida urbana e a constituição de uma embrionária esfera pública.

---

<sup>54</sup> Até hoje essa região apresenta um caráter mais “popular”, consolidada com a construção dos mercados municipais na primeira metade do século 20. O porto, modernizado também no último século, vai ser desativado apenas nos anos 1980/90.



**Figura 5:** Rua da Aurora (provavelmente no início do século XX)



**Figura 6:** Ponte do Imperador metálica, que substituiu a construção em madeira de 1860; Uma segunda reforma aconteceria em 1937 e a deixaria com o aspecto atual, em estrutura de alvenaria.

## **2.3 CIDADE CAPITAL**

### **Consolidação e afirmação da capital – 1ª metade do século XX até os anos 60**

#### **1ª fase: investimentos públicos e melhoramentos urbanos – 1900-1930**

A partir de uma incipiente industrialização no início do século XX, Aracaju se consolida finalmente como o mais importante centro urbano de Sergipe. A província recebe um impulso nas suas atividades econômicas após a eclosão da 1ª Guerra Mundial, que fez com que os preços do açúcar e do algodão subissem consideravelmente no mercado mundial, expandindo o setor industrial na capital: Aracaju possuía 41 estabelecimentos industriais em 1907, passando a 237 em 1920 (Ribeiro, 1989).

No contexto nacional, vivem-se os primeiros anos da República, um período de modernização do país. As transformações ocorridas na sociedade brasileira se refletiram na paisagem das principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, que passam a sofrer intervenções urbanísticas de cunho técnico, com caráter embelezador, higienista e de controle social, com restrições às ocupações das camadas populares (Santos, 2002, p. 143).

As primeiras décadas do século XX vão nos mostrar uma Aracaju mais heterogênea em termos socioeconômicos, com desigualdades sociais visíveis em sua paisagem urbana e arquitetônica. Segundo Cabral (2001, p. 36), é a partir do primeiro pós-guerra que dois grupos sociais pertencentes às classes mais abastadas vão se instalar de vez na cidade, deixando para trás as regiões rurais (especialmente as localizadas em torno dos rios Cotinguiba, onde se localiza a cidade de Laranjeiras, e Vaza-barris, importantes pólos açucareiros de Sergipe), e começam a edificar na capital uma arquitetura residencial mais representativa e com ostentação: os chamados novos ricos, edificando “casas luxuosas e de gritante mau gosto, procurando chamar a atenção da sociedade”, e os senhores de engenho enriquecidos que buscam na cidade “a continuação do fãusto e do prestígio”. Aracaju passa a ser “uma cidade como outra qualquer, cidade de ricos e de pobres, de patrões e de empregados, de burgueses e de proletários: os palácios e os casebres, os bangalôs e os mocambos, demarcando, nitidamente, o aspecto evolutivo do problema social” (Cabral, 2001, p. 37).

É por ser agora o lugar de moradia de uma burguesia ainda rural, mas que passa a “se urbanizar”, que o poder público passa a atuar de forma significativa na cidade, após o período anterior de estagnação econômica.

Com 21.000 habitantes em 1900, aos poucos a cidade se transforma espacialmente. Segundo Ribeiro (1989) e Porto (1991), no início do século XX o núcleo urbano propriamente dito ainda consistia basicamente no atual centro, mas com uma mancha urbana a noroeste constituída por dois outros núcleos à parte: o já citado Bairro Industrial, com suas fábricas têxteis e população operária, e a colina de Santo Antonio, povoado já existente antes da fundação da nova capital, e que aos poucos se integra urbanisticamente a Aracaju como bairro.

O crescimento da cidade se dá em direção ao sul e oeste. A ocupação mais intensa acontece a oeste e por uma população mais pobre, com a abertura das primeiras ruas do bairro Aribé (hoje denominado Siqueira Campos) em função da localização das oficinas da Rede Ferroviária Federal. A chegada da ferrovia<sup>55</sup> a Sergipe em 1914 vai provocar também uma reestruturação e uma reafirmação do papel da capital na economia regional (Nogueira, 2006). A linha ferroviária adentra a malha urbana a partir do oeste até a região dos atuais mercados municipais (o primeiro deles será edificado na década de 20, como veremos adiante), onde se implanta a primeira estação de trens (figuras 14 e 15, mais adiante).

Os moradores que fazem nascer o Aribé são provenientes do campo, fugindo da seca e dos problemas fundiários, mas também do centro da cidade, 'expulsas' pelo deslocamento da burguesia. Esta população mais abastada começa a ocupar também a região sul, o chamado arrabalde Presidente Barbosa "com suas ruas elegantes" (Ribeiro, 1983, p. 46), o atual bairro São José.

O traçado urbano das novas áreas de expansão reproduzia o quadriculado existente no núcleo inicial (o Quadrado de Pirro), mas com grandes vazios urbanos que correspondiam aos mangues e áreas alagadiças (Nogueira, 2006). A área central passa a ser ocupada de forma cada vez mais intensiva. O formato de quadra urbana com grandes dimensões (aproximadamente 100m de lado) resultou em lotes estreitos e compridos, que alcançam o miolo da quadra, além de permitirem até mesmo a construção de vilas em seu interior. As dimensões desproporcionais dos lotes (muitos com largura de 5 a 10m e comprimento que podia chegar até 50m, metade da quadra) resultaram numa ocupação intensiva da área do terreno e na edificação de uma paisagem urbana com casas geminadas (também como herança da arquitetura colonial). Além disso, segundo Loureiro (1983, p. 56), "o trabalho de aterro dos alagados resultava extremamente oneroso para a população, que não raro, para se 'compensar'

---

<sup>55</sup> Neste ano é inaugurada a ligação ferroviária para o norte até Propriá, nas margens do Rio São Francisco e divisa com Alagoas, e para o sul até Salvador, Bahia.

dos gastos, ocupava quase 100% do terreno na construção”.

As diferenças socioeconômicas se rebatem, portanto, no plano espacial, e “inicia-se neste período, sem qualquer imposição do poder público, o *zoneamento espontâneo* da cidade, ficando caracterizados os bairros do comércio, de residências abastadas, de habitações operárias e das indústrias” (Porto, 2001, p. 11, grifo nosso). Vemos com reserva esta afirmação de que uma espécie de “zoneamento” (aqui no sentido de segregação) ocorreu de forma espontânea, sem participação do poder público, quando o próprio autor afirma que nesta fase “o governo estadual retoma seu interesse pela cidade e aí executa obras de saneamento e embelezamento” (2001, p. 11).

Sendo decorrência deste crescimento urbano associado ao fortalecimento e fixação das classes mais abastadas na cidade, o maior interesse do poder público sobre Aracaju se revela, ao longo das três primeiras décadas, em um projeto de modernização a partir de intervenções públicas que consistem basicamente na remodelação do sistema viário e na implantação de uma moderna infra-estrutura urbana e de novas instituições.

*“Construíram-se diversas escolas (Colégio Estadual Atheneu Sergipense, a Escola Normal Ruy Barbosa), edifícios públicos (Palácio do Governo, Hospital de Cirurgia, Penitenciária Modelo), inaugurou-se a primeira casa de espetáculos, o Teatro Carlos Gomes (atual cine Rio Branco), o Instituto Parreiras Horta, o Instituto de Química, fundou-se o Banco Estadual de Sergipe. (A cidade) recebeu também beneficiamentos urbanísticos como água encanada (1908), energia elétrica (1913), serviços de esgotos (1914), rede telefônica (1919), bondes de tração animal (1908), o que permitiu maior extensão do perímetro urbano. Estes foram substituídos pelos bondes elétricos em 1926, e para atender à introdução desses transportes, a velha estrutura foi adaptada às novas necessidades: varias ruas irregulares foram retilineadas, bem como as ruas estreitas, alargadas deram lugar a avenidas ou ruas alinhadas e arborizadas” (Ribeiro, 1989: 46).*

Ainda segundo a mesma autora, por volta de 1920 no bairro operário “as ruas irregulares seriam substituídas por largas avenidas que se traçaram e delinearão” (1989, p. 44).

Estas modificações viárias referidas pela autora não foram tão significativas a ponto de redesenhar a malha urbana original da cidade. Aracaju não foi ‘contemplada’ com projetos urbanísticos do tipo ‘bota abaixo’, como aconteceu em outras cidades brasileiras naquele

início do século XX.

Os bondes elétricos tiveram neste momento um papel fundamental no processo de desenvolvimento urbano (figura 7), pois as principais linhas (em direção aos bairros Santo Antonio e Siqueira Campos) acompanham, ao mesmo tempo em reforçam, os eixos de expansão da cidade. Aqui (oeste e norte) começam a se esboçar as regiões mais pobres da cidade, com alta densidade habitacional e características proletárias, em contraposição ao bairro de São José ao sul, que nasce abastado.



**Figura 7:** Rua João Pessoa com bondes elétricos, provavelmente na década de 40.

Fonte: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler2.asp?id=79145&titulo=cidade>. Acesso em 27/02/2009.

Conforme mencionado, o primeiro serviço público implantado foi o sistema de abastecimento de água encanada em 1908, seguido no mesmo ano de um sistema de transporte por bondes a tração animal, de gestão pública mas operado por uma empresa particular – que seria posteriormente adquirida pelo poder público em função da precariedade do serviço prestado. Em 1926 há a substituição por bondes elétricos. O mesmo procedimento de estatização acontece com o serviço de energia elétrica: em 1913 uma empresa particular inaugura o fornecimento de energia em substituição à iluminação por querosene, que em 1916 passa a ser operado pelo poder público (Loureiro, 1983, p. 56).

Um dos motivos principais para o grande volume de intervenções públicas para completa

remodelação urbanística de Aracaju foram as comemorações do centenário de emancipação política de Sergipe (separado da Bahia em 1820), quando se procurou dar uma feição moderna para a cidade e torná-la o “cartão de visitas” do desenvolvimento de Sergipe, especialmente nos governos de Pereira Lobo e Graccho Cardoso. Para as festividades em 1920 foi convidada a classe política importante do país, e a divulgação do estado foi feita como matéria paga em jornais e revistas de circulação nacional, como se pode ler no trecho a seguir da Revista Fon-Fon, do Rio de Janeiro.

*“O coronel Pereira Lobo (...) com a larga visão do mais louvável descortínio administrativo empreendeu e tem levado a efeito a modificação profunda das condições estheticas da capital e do Estado. Realmente, Aracaju é hoje uma cidade em plena phase de remodelação estrutural; em todos os pontos de seu perímetro urbano e suburbano observa-se o mesmo esto de construções gigantescas, que transformam a olhos vistos a insalubre e humilde cidade de antanho numa garrida e confortável capital moderna, digna de figurar ao lado das mais modernas da República” (Revista Fon-Fon, no. 43, Rio de Janeiro, Ano XIV, 24/10/1920. In: Medina, 1999, p. 39-40).*

## **2ª fase: crescimento à margem do poder público – 1930 até década de 60**

Desde a década de 1920, o Centro-Sul brasileiro já buscava diversificar sua produção agrícola, que vai se acentuar posteriormente com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, o que faz com que o Nordeste perca uma boa parte do mercado consumidor de seus principais produtos econômicos: o algodão e o açúcar. Com o declínio da exportação, uma forte crise econômica se instala em Sergipe (como em todo o Nordeste), por ter uma economia baseada na agricultura, com fraca industrialização. O porto de Aracaju entra em processo de decadência, concomitantemente ao fato de que o Brasil investe de forma decisiva no sistema rodoviário a partir da década de 50: a construção de estradas facilita o contato de muitas regiões com as capitais, intensificando a migração campo-cidade. Com estas facilidades de transporte, associadas à crise na zona rural, Aracaju recebe a cada ano um afluxo cada vez maior de migrantes, tornando-se um pólo urbano para além das fronteiras do Estado. Além disso, o declínio de sua função portuária a faz redefinir seu papel econômico na região, consolidando-se como centro administrativo e comercial.

É nesse contexto de crise que o poder público passa a investir pouco na cidade, apesar de seu fortalecimento como pólo urbano na região. A produção do espaço urbano é resultado muito menos de intervenções públicas, característico das décadas anteriores, e mais da iniciativa

privada, com a ocupação “espontânea” do solo urbano e a produção de habitação por parte dos imigrantes do campo. É um período, portanto, de crescimento urbano desordenado.

A cidade continua a se expandir em direção a oeste, inicialmente por causa da ferrovia<sup>56</sup>. Na década de 30, o Aribé, que abriga as oficinas da ferrovia, passa a se chamar Siqueira Campos e começa a se tornar um dos bairros mais populosos, apresentando-se como um embrião de subcentro comercial. Este e outros bairros adjacentes “surgiram e cresceram quase sem o apoio governamental, a partir da iniciativa privada da população mais pobre, que buscou o solo mais barato e, portanto, mais distante do centro da cidade, zona ‘rica e elegante’, com terrenos a preços proibitivos” (Loureiro, 1983, p. 60). Na região sul da cidade, que se define como espaço para as classes mais abastadas, são executadas algumas intervenções públicas, como a abertura de novas vias no São José e implantação de iluminação pública na Praia 13 de julho.

A “segregação espacial espontânea” (*sic*) que, segundo Porto (2001, p. 11), estaria se conformando em Aracaju já desde as primeiras décadas do século, é um processo que se mantém neste período estudado. Mas da mesma forma que, naquele momento, não poderíamos falar em “espontaneidade” na produção do espaço urbano (quando havia uma atuação decisiva do poder público nesse processo), agora também questionamos o conceito de crescimento “espontâneo”. Não há aleatoriedade na ocupação das terras mais baratas (norte e oeste) por parte da população mais pobre, enquanto as regiões ao sul do centro da cidade se estabilizam como bairros elitizados, embora sendo alvo de relativamente poucas intervenções públicas. O preço da terra e o acesso à infra-estrutura urbana (pública) definem as formas de ocupação e produção do espaço urbano. Loureiro (1983, p. 53) chama a atenção para o fato de que na década de 50 o abastado Iate Clube de Aracaju é construído no bairro 13 de julho em terreno de 2000 m<sup>2</sup> doado pela Prefeitura, que alega que “cabe também ao poder público ajudar e cooperar com a iniciativa privada”.

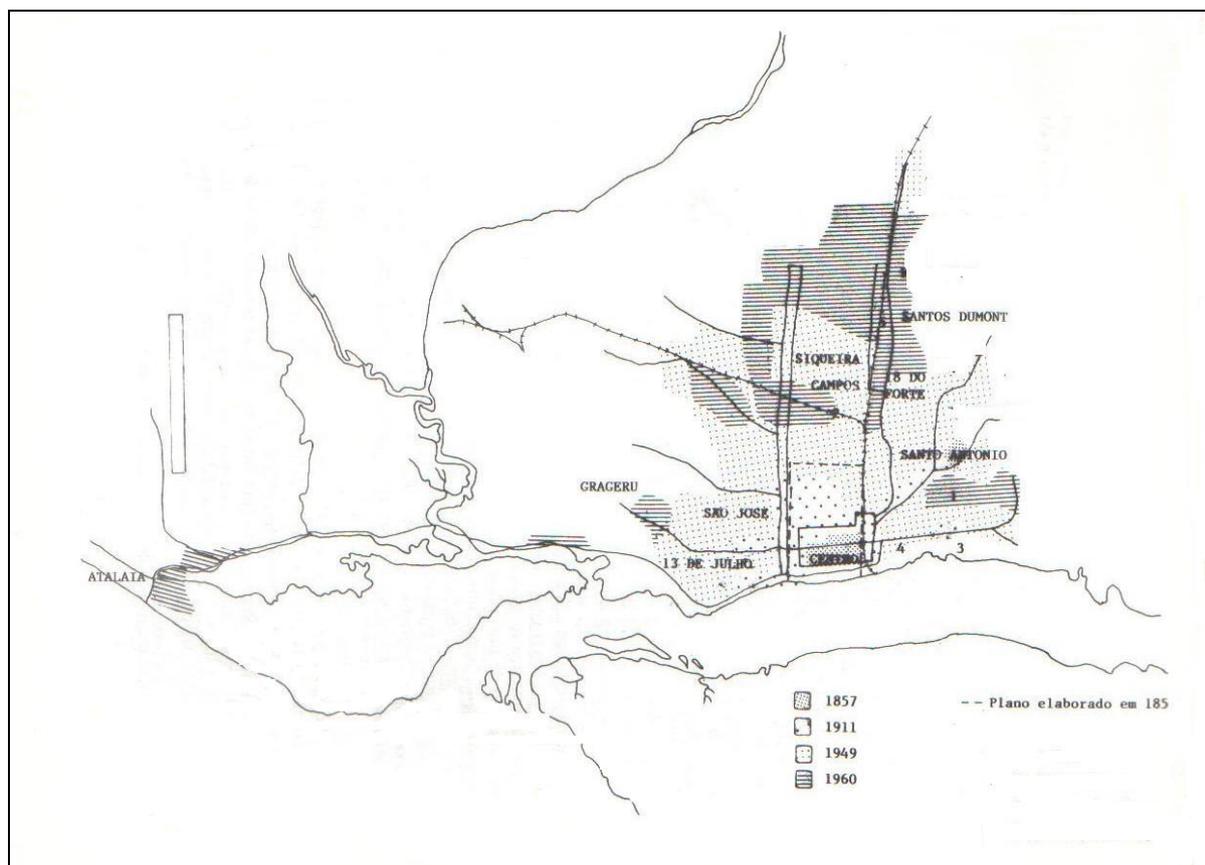
O aumento das exportações de produtos primários em decorrência da Segunda Guerra Mundial significou um pequeno alento na economia brasileira, com repercussões em Sergipe. Já na década de 40 o Estado brasileiro intervém na habitação da classe média através de empréstimos da Caixa Econômica Federal e das carteiras imobiliárias das autarquias, que resultou num aumento das edificações residenciais em Aracaju (Ribeiro, 1989, p. 50). A cidade se moderniza, especialmente com a abertura da BR-101 em meados nos anos 50 e a

---

<sup>56</sup> Posteriormente também por causa da implantação do eixo rodoviário, com a construção da BR-101 nos anos 50.

inauguração do aeroporto Santa Maria em 1958. Nesta estrutura urbana cada vez mais expandida, mas também dispersa, circula em 1955 o último bonde elétrico e o sistema de transporte público passa a ser operado apenas por ônibus. Uma grande perda para a cidade, uma vez que este modo de transporte (juntamente com a popularização do automóvel particular, posteriormente) possibilita uma dispersão espacial cada vez maior, ao invés de consolidar uma estrutura urbana compacta a partir do centro da cidade.

O período entre a década de 30 e o início dos anos 60 (nosso marco histórico é a instauração do regime militar no Brasil através de golpe de Estado em 1964) é marcado por poucas modificações na estrutura urbana de Aracaju, além do fato de ela apresentar uma expansão espacial horizontal significativa em decorrência do aumento da população migrante do campo, quase à revelia do poder público – sem algum tipo de planejamento ou controle. Poucas intervenções públicas de peso são registradas.



**Figura 8:** Crescimento de Aracaju até a década de 60 (Ribeiro, 1989, p. 43)<sup>57</sup>.

<sup>57</sup> Note-se a expansão para oeste em direção ao bairro Siqueira Campos, antigo Aribé, em torno do qual se aglomeram populações de menor poder aquisitivo, e a configuração da Atalaia na orla atlântica, separado na malha urbana, como espaço de veraneio para os mais abastados.

### 2.3.1 Espaços públicos fortes

No período descrito acima, que abarca a primeira metade do século XX até o início da década de 1960, o centro de Aracaju apresenta alguns conjuntos de espaços públicos que vão se delineando como polarizações importantes na cidade, que agora se encontra em uma condição mais fortalecida como capital e centro econômico do Estado. Surgem novas atividades e equipamentos urbanos. Edificações são construídas, no entorno dos quais uma nova dinâmica urbana se constrói. Onde antes existiam literalmente grandes vazios urbanos, muitas vezes com lama e água, observamos que na virada do século, com a República, surgem espaços públicos em forma de praças, rodeados por edificações representativas e com fortes sentidos simbólicos e funcionais, que ajudam a constituir, aos poucos, uma nova esfera pública para Aracaju.

Alguns destes espaços que se tornam agora protagonistas na vida da cidade não são propriamente novos, como as **Praças Fausto Cardoso** e **Olimpio Campos**, e a **Rua João Pessoa** (então denominada Rua da Conceição ou do Barão). Já existiam no final do século XIX, mas com o início do novo século eles tomam uma nova forma, não apenas espacial, mas notadamente social. Apenas neste momento pode-se reconhecê-los como espaços públicos fortes.

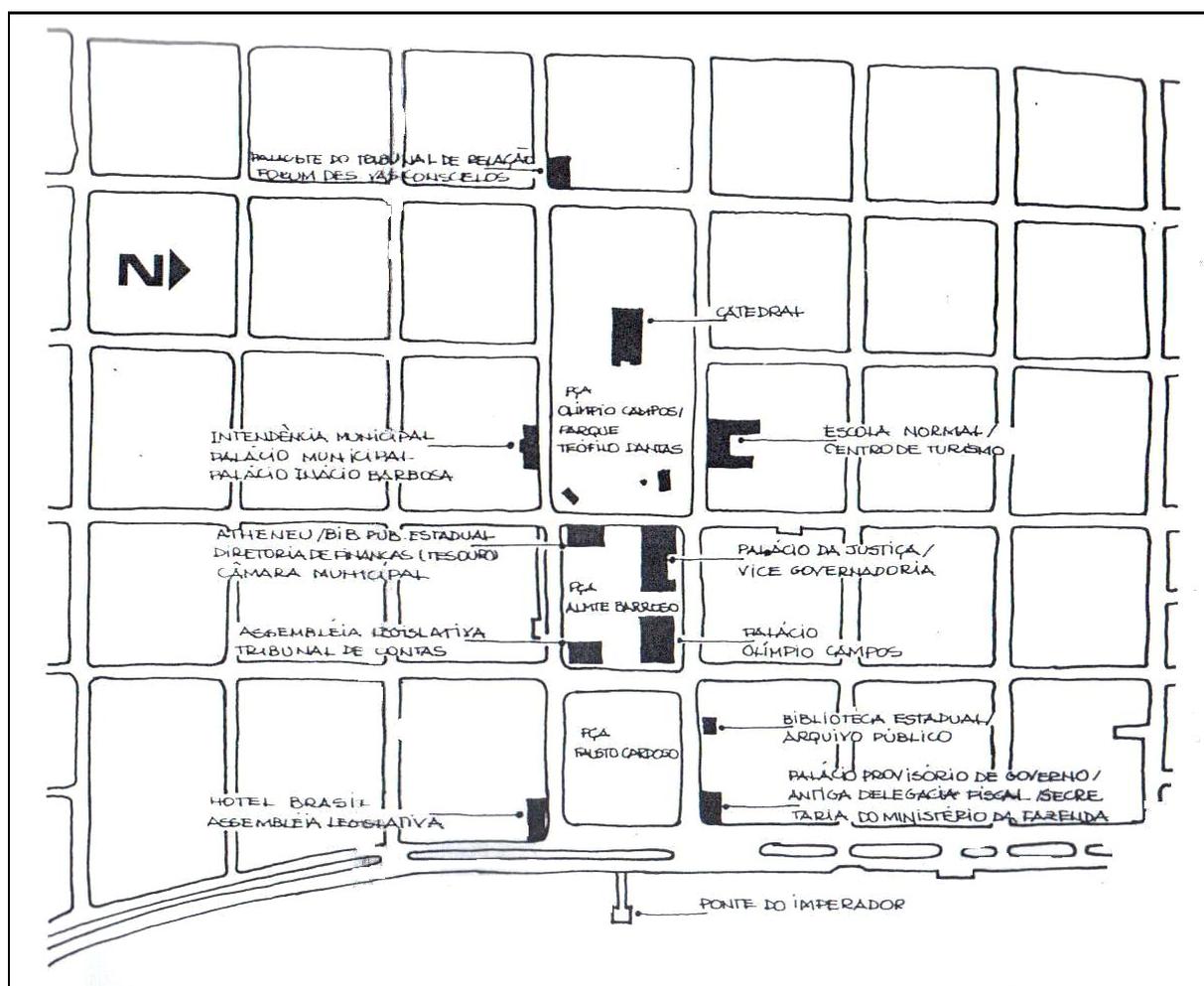
Além disso, um outro espaço surge (no caminho para as fábricas do Bairro Industrial) com a construção na década de 20 do **Mercado Municipal**, antes localizado de forma precária na “frente” da cidade, a antiga Rua da Aurora. Com a saída do mercado de suas imediações e a paulatina decadência do porto, esta rua, aos poucos, passa para a parte de trás da “cena urbana” e deixa de ser um espaço protagonista.

## **A. Praças Fausto Cardoso e Olimpio Campos**

Como vimos anteriormente, a Praça Fausto Cardoso, antiga Praça do Palácio, foi um dos primeiros espaços livres na cidade em fundação. No entanto, sua configuração urbanística como espaço aglutinante dos edifícios representativos do poder, o que a faz justamente se tornar um dos espaços protagonistas da vida da cidade, não foi prevista no plano inicial da cidade. Como afirmam os historiadores, essa foi mais uma “obra do acaso”; mais adequado seria, entretanto, afirmar que é resultado das circunstâncias históricas, assim como o foi a constituição da uma outra praça em seqüência, a Olimpio Campos (onde se insere o denominado Parque Teófilo Dantas), na qual se localizou logo nos primeiros anos da cidade a Igreja Matriz N. Sra. da Conceição, mais tarde Catedral Metropolitana. Os dois espaços serão de início apenas um grande vazio urbano, em parte alagado e encharcado, desprovidos de vegetação, com poucas e espaçadas edificações em volta. Ainda que seus principais edifícios já tivessem sido levantados – Palácio do Governo e a Catedral no século XIX – o conjunto urbano que margeia as praças e a dinâmica social daí resultante só se estabelece mais tarde, na virada do século (figura 9).

Entre as duas surgiu a Praça Almirante Barroso, completando o complexo de praças centrais de Aracaju. Ela tem muito mais uma função de ligação entre as duas praças principais (a praça cívica e a religiosa), mantendo-se, no entanto, em segundo plano. Muito embora os quatro vértices desta praça sejam ocupados em períodos diferentes por quatro edificações importantes – Palácio do Governo, Assembléia Legislativa, Palácio da Justiça e o edifício do colégio público Atheneu Sergipense, que depois passa a abrigar a Biblioteca Pública – sem que houvesse um planejamento prévio para isso, estes edifícios foram implantados voltados de costas para esta praça.

Na mesma figura 9 pode-se observar, às margens do rio Sergipe, a Ponte do Imperador – ainda hoje um forte elemento arquitetônico na paisagem de Aracaju – marcando o eixo central do conjunto das três praças.



**Figura 9:** Entorno das praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos com suas principais edificações e seus diferentes usos ao longo do tempo (Fonte: Barboza, 1992, p. 38).

No entanto, o protagonismo e a força destes espaços públicos se estabelecem na virada do século. É com a proclamação da República no Brasil em 1889 que as instituições políticas nas Províncias tomam um sentido mais consistente. O regime republicano fortalece os poderes executivo, legislativo e judiciário, e em Aracaju as referidas praças se constituem como espaço político por concentrar as sedes dos poderes constituídos, especialmente a Fausto Cardoso. Segundo Barboza (1992, p. 36),

*“é justamente esse conjunto das três praças (Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olympio Campos) que denominamos centro histórico, porque representa a tradição arquitetônica e cultural da cidade. É também o centro urbano, porque nele se concentram ‘funções múltiplas’ e ‘aglutinantes’, constituindo-se assim uma área de circuito comunitário, ao se dar com mais intensidade os contatos humanos e o intercâmbio cultural”.*

Caracterizando os centros de cidade como espaços polifuncionais, por aglutinar instituições de grande significação para a sociedade, a autora continua: “no caso em questão, o centro urbano de Aracaju coincide com o centro do poder político-administrativo-religioso”. A figura 8 nos mostra as diversas instituições políticas e religiosas aglomeradas neste conjunto de praças, assim como suas transformações de uso das edificações ao longo do tempo. Numa das praças (a Olímpio Campos) temos a Catedral, imponente, implantada em seu centro, frente a frente com a Intendência Municipal e o Palácio de Justiça; na outra (a Praça Fausto Cardoso) se impõe a sede do governo provincial (Palácio Olímpio Campos) e a Assembléia Legislativa.

Compreendendo que estas instituições “representam a cultura burguesa”, Barboza (1992) se reporta a Roberto Segre a respeito dos atributos da centralidade urbana, para mostrar o significado das praças centrais para a vida urbana. Seriam elas “espaços livres (que) atuam como articulações que equilibram a presença simbólico-formal (das instituições políticas) com a participação social, ou seja, com o uso comunitário do centro”<sup>58</sup>. Desta forma, em Aracaju “desenvolvem-se nas praças as funções de lazer e civismo, nelas acontecendo as festas populares (Ano Novo, Natal, Bom Jesus dos Navegantes etc.), as retretas nos coretos, os desfiles militares e posses de governo, que proporcionam certo grau de participação popular” (Barboza, *op. cit.*, p. 37). Estas manifestações populares e eventos são ilustrados por Medina (1999, p. 24), que relata suas experiências de infância quando, morando em uma cidade do interior em meados do século XX, viajava à capital:

*“a preparação que envolvia o Ano Bom em Aracaju revestia-se para mim de significados muito especiais, porque lúdicos. Vinha-se de trem, trazendo na bagagem as esperanças infantis de descobrir a Capital com a sua magia de luzes de néon, passeios de bonde, de visitas ao aquário no Parque Teófilo Dantas, da feirinha natalina, e de ver a Ponte do Imperador ou do cais a procissão do Bom Jesus dos Navegantes”.*

Assim, portanto, só a partir da virada do século que o espaço urbano constituído pelas três praças (em especial as praças do Palácio e da Matriz) e suas imediações se torna um dos espaços protagonistas na vida da cidade. Na primeira década do século, outras construções mais simples, como casas de porta e janela, e o antigo e tradicional Hotel Brasil compunham o conjunto urbano das praças, além da velha Ponte do Imperador, ainda em madeira. Duas alas de palmeiras reais formavam um corredor imponente até a Igreja da Matriz, unindo

---

<sup>58</sup> Segre, Roberto, “Las estructuras ambientales e América Latina”. México: Siglo Veintiuno, 1981, p. 119-65, *apud* Barboza (1992, p. 37).

paisagisticamente as três praças (Barboza, 1992, p. 40-41). A igreja, implantada no centro da praça, acabava dividindo-a em duas, o que vai explicar a confusão, ainda hoje persistente, estabelecida por dois nomes diferentes: Praça Olimpio Campos na frente da igreja, Parque Teófilo Dantas atrás dela (denominações atuais).

Através da arborização e o ajardinamento deu-se o embelezamento dos espaços públicos urbanos no início do século, e a primeira destas intervenções foi a criação da referida alameda de palmeiras imperiais no eixo central das praças. Posteriormente, em 1907, aconteceu a inauguração do Jardim Olympio Campos<sup>59</sup>, atual Praça Almirante Barroso (figura 10). Seguindo as concepções urbanísticas da época, o Jardim recebe um coreto de ferro importado da Europa, assim como, também pela primeira vez na cidade, um gradil de ferro que contorna todo seu perímetro, cujo acesso se dá através de portões. Essa forma de controle do Estado sobre o acesso e uso do espaço público pode ser ilustrada através de um dos itens do regulamento expedido em 1911, que determina que “o ingresso só será permitido para aquele decentemente vestido”, segundo Barboza (1992, p. 43-44).



**Figura 10:** Inauguração do Jardim Olympio Campos em 1907.

O contraponto do Jardim poderia ser a Praça da Matriz (ou Olimpio Campos, atual Parque Teófilo Dantas) por ser uma área livre e aberta às manifestações populares, principalmente os tradicionais festejos natalinos com presépio e brinquedos, incluindo o lendário “carrossel do Tobias”, um brinquedo infantil bastante conhecido à época, no qual as crianças podiam sentar em cavalos de madeira que giravam em círculos. Entretanto, embora os passeios e as festas

<sup>59</sup> Não confundir com a Praça Olimpio Campos, onde está implantada em seu centro a Catedral Metropolitana.

nesta praça fossem eventos com participação de diferentes classes sociais, havia nelas em certo grau de elitismo como se pode deduzir pela existência de bancos de praça que eram “privativos” de certas famílias, o que denota claramente uma indistinção entre os conceitos de público e privado na configuração física e social de alguns espaços urbanos, resultando na apropriação privada do espaço público, notadamente por parte da elite. Barboza admite que a Praça da Matriz tenha tido uma função social intensa como espaço de sociabilidade de forte referência na cidade, por ali ocorrerem festas de grande aceitação popular, mas ressalta que existiam restrições bastante claras: “os membros de camada mais baixa não têm poder aquisitivo para competir, em termos de entretenimento, com aqueles de classe mais elevada. É possível que a diversão maior do pobre se resuma ao papel de espectador. Assim entendendo, é questionável considerar esses festejos como sendo de alto grau de participação popular” (Barboza, op. cit., p. 44).

A Praça Olimpio Campos e o Parque Teófilo Dantas, tratados como uma unidade espacial que envolve a atual Catedral Metropolitana, são objetos de uma nova remodelação paisagística em 1928 (figura 11) com a introdução de alamedas, nova iluminação, pavimentação a paralelepípedos dos quatro lados do logradouro, além de elementos decorativos como taba de índios, lago das ninfas, cascatas, zoológico e aquário<sup>60</sup>.

A Praça Fausto Cardoso concentra espacialmente as principais instituições políticas, sendo dominada na primeira metade do século XX pelos prédios do Palácio do Governo e da Assembléia Legislativa. Complementando o conjunto arquitetônico, o antigo palacete provisório do Governo abriga a Delegacia Fiscal Federal, enquanto na esquina da Rua do Barão é construído em 1909 o prédio da Intendência Municipal. No entanto, as demais edificações no entorno são construções simples, de porta e janela, com exceção do tradicional Hotel Brazil, com doze janelas, embora também térreo, além de alguns pequenos palacetes de famílias tradicionais.

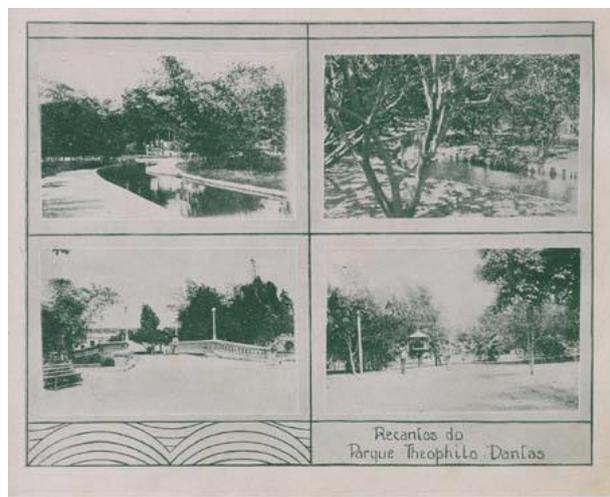
A arquitetura representativa complementava o ambiente burguês da praça. O estilo neoclássico havia pautado a estética dos primeiros edifícios representativos e simbólicos no final de século XIX, espelhando-se no Rio de Janeiro, capital do país. No início do século XX, a prosperidade econômica de Aracaju buscou em São Paulo e em seu ecletismo italiano a inspiração para sua arquitetura representativa. Por isso, os edifícios do Palácio do Governo e da Assembléia Legislativa sofreram modificações em seus elementos decorativos.

---

<sup>60</sup> É neste ano de 1928 que a praça da igreja passa a ter a denominação oficial de Teófilo Dantas, substituindo o nome anterior Tobias Barreto.

A Ponte do Imperador sofre duas reformas no início do século. Em 1904 a velha e abandonada ponte de madeira é substituída por uma metálica, importada da Inglaterra, cujo pórtico passa a ter dois torreões semelhantes a um castelo medieval. A reforma de 1920 fez parte das comemorações do centenário da Emancipação Política de Sergipe. Segundo o escritor Fernando Porto, citado por Medina (1999, p. 30), “as duas reformas (...) deram à velha Ponte do Imperador um lugar destacado no panorama urbano e social da cidade. Erecta em local despojado, sem nada de obstáculo à sua visão, por sua estrutura e conformação destacava-se das demais pontes da praia aracajuana”.

Como centro do poder político, é nesta praça que acontecem alguns eventos políticos significativos para a cidade. Em 1906 é assassinado em frente à sede do governo o influente político Fausto Cardoso, e em sua homenagem o seu nome passa a ser, a partir de 1910, a denominação oficial da praça, até então Benjamim Constant. Posteriormente, como uma “homenagem à liberdade”, é erguido em 1912 o busto de Fausto Cardoso na praça, sendo este o primeiro monumento em espaço público na cidade. Segundo Barboza (1992, p. 53), este monumento público e a construção na mesma época de um coreto na praça fazem com que este espaço público atraia agora uma maior atenção dos habitantes da cidade, que deixam de frequentar o Jardim Olympio Campos.



**Figura 11:** Cartão postal do Parque Teófilo Dantas, após a reforma paisagística de 1928.



**Figura 12:** Palácio de Governo na Praça Fausto Cardoso.

Em 1927 é introduzido um relógio público (um ano depois do relógio do mercado) entre os palácios de Governo e da Assembléia, que, conforme Barboza (1992, p. 59), era um elemento já desejado pela sociedade de Aracaju naquele momento, visto como necessário para regular a ordem urbana no mundo capitalista.

Finalmente, em 1937, a Ponte do Imperador recebe uma reforma que lhe dá as feições atuais, ganhando uma “plataforma de linhas aerodinâmicas” (Medina, 1999, p. 42) de concreto armado. Neste momento a Ponte é também utilizada como terminal de embarque e desembarque para hidroaviões que amerrisavam no Rio Sergipe (figura 13).



**Figura 13:** Conjunto das praças centrais e da Ponte do Imperador como terminal para hidroaviões. Esta foto registra trecho de uma maquete (construída em 2004) que representa o centro da cidade tal como era na década de 40. Foto do autor, 2007.

## B. Mercados municipais

Em paralelo aos espaços “elegantes” e representativos das praças do palácio e da catedral, descritos anteriormente, é edificado a partir da década de 20 o Mercado Modelo, batizado posteriormente com o nome de Antonio Franco, no extremo oposto da cidade, em direção ao Bairro Industrial, uma região mais “popular”. Apesar de ser um mercado de abastecimento, antes de ser um lugar para diversas classes sociais, em seu início ele toma contornos de um espaço também elitista, provavelmente por ser ainda novidade. Lima (2002, p. 96) menciona o jornal *Gazeta do Povo* que define o mercado como “centro de diversão da elegante família sergipana” e um depoimento pessoal, agora contemporâneo, de uma testemunha da época<sup>61</sup> que o define como “um dos precursores dos *shopping centers*”, onde noites e tardes dançantes aconteciam “animadas por conjuntos de *jazz-band*”. Além disso, “durante a noite seus passeios, bonitos e bem claros, serviam de passarelas para o passeio das famílias sergipanas, que ali realizavam uma espécie de *retreta*”.

As condições para o surgimento de um espaço público “vivo” nessa região já surgem na década anterior, com a construção da estrada de ferro (inaugurada em 1914) vinda do interior e da estação ferroviária localizada no início da atual Avenida Coelho e Campos e nas proximidades do porto (figura 14). No entorno da pequena estação surge um ambiente de feira, pois a ferrovia passa a competir com o transporte fluvial na ligação entre a capital e o interior, trazendo produtos agrícolas para comercialização na capital.

Ate então, como vimos, o mercado público se localizava precariamente na Rua da Aurora. No bojo das medidas sanitaristas e de ordenamento do espaço urbano da década de 20 (especialmente no mandato de Graccho Cardoso), visando ao desenvolvimento “sadio” e “civilizado” da cidade (Lima, 2002, p. 183), é determinada a construção de um local apropriado para o mercado de Aracaju. Aproveitando a proximidade com a estação e o porto, em 1924 são iniciadas as obras do Mercado Modelo de Aracaju (figuras 15 e 16) em frente ao novo prédio da Associação Comercial de Sergipe, mas por falta de recursos financeiros do governo provincial a obra é paralisada e só tem continuidade após empréstimo e arrendamento por parte do influente político Antonio do Prado Franco<sup>62</sup>. A inauguração se dá em 1926, inclusive com a colocação de uma torre central com um relógio de quatro faces (ao qual se seguiria um outro relógio no Jardim Olimpio Campos, como vimos anteriormente), até hoje um forte símbolo do mercado. Novamente nas palavras de uma testemunha da época:

---

<sup>61</sup> Ramos, Maria de Lourdes Barros. “Como eu vi o Mercado Thales Ferraz”. In: *Jornal Extra*. Aracaju, 10/05/2002, p. 8.

<sup>62</sup> Importante agricultor e chefe político, cujo nome foi dado ao mercado em 1948. Assim, só com a participação de recursos privados as obras do Mercado Antonio Franco puderam ser concluídas.

*“sob a torre do relógio funcionava um sofisticado café-bar, muito freqüentado (...). A maior atração do mercado era a torre do relógio, vista de praticamente qualquer ponto da cidade. Constituía a principal referência horária para os moradores locais, mesmo porque poucos eram os habitantes que possuíam relógio em suas casas”<sup>63</sup>.*



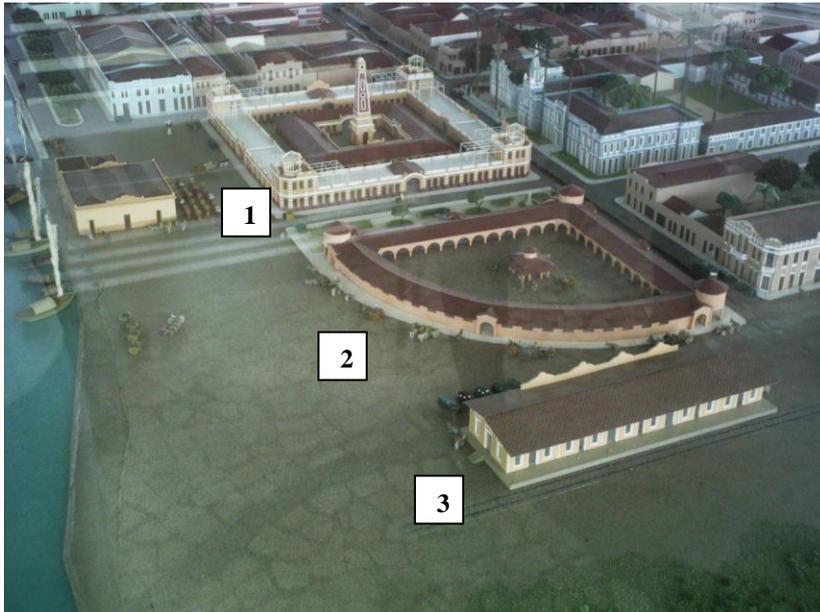
**Figura 14:** Localização atual dos Mercados Municipais Antonio Franco (1) e Thales Ferraz (2), e da antiga estação ferroviária (3), onde se vê uma praça. Nas proximidades do antigo porto (4) foi edificado, em 1999, o novo Mercado Albano Franco.

Para fins de orientação, indicamos ao sul o conjunto das Praças Fausto Cardoso e Olimpio Campos (5). Entre os pontos 1 e 5, às margens do Rio Sergipe, localiza-se a antiga Rua da Aurora, hoje Av. Rio Branco.

Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

Com o crescimento da cidade e desenvolvimento da feira, há a necessidade de ampliação do mercado, e assim é inaugurado em 1949 o novo Mercado Auxiliar Thales Ferraz. Mas, em 1950, uma nova estação ferroviária é construída no bairro Siqueira Campos, próximo às oficinas já existentes no bairro, acarretando na desativação gradativa da estação do mercado que, segundo Cabral (2001, p. 159) era um “enorme barracão, um pardieiro”. Por alguns anos poucos trens ainda vinham até o centro da cidade, até que finalmente este trecho da linha de trem foi desativado de forma definitiva e o velho “barracão” da estação foi demolido nos anos 70.

<sup>63</sup> Ramos, Maria de Lourdes Barros. “Como eu vi o Mercado Thales Ferraz”. In: Jomal Extra. Aracaju, 10/05/2002, p. 8, *apud* Lima (2002, p. 191).



**Figura 15:** Detalhe de maquete do centro da cidade dos anos 40. Mercado Antonio Franco (1) com a torre do relógio, Mercado Thalez Ferraz (2) e antiga estação de trem (3). Foto do autor, 2007.



**Figura 16:** Mercado Antonio Franco (s/d).

É, portanto, a partir da década de 20 que a região dos mercados, conjugada com o transporte ferroviário e o porto, passa a apresentar uma dinâmica intensa de pessoas e mercadorias, tornando-se um dos espaços protagonistas da cidade. Já nos anos 40 e 50, o escritor e poeta Mário Cabral (2001)<sup>64</sup> faz um relato da vida da cidade e assim descreve os mercados de Aracaju:

*“A grande feira da cidade é realizada no Mercado Modelo nos dias de sábado,*

<sup>64</sup> Em sua obra publicada em 1948, cuja 2ª edição é relançada em 1955 por ocasião dos festejos do centenário de fundação de Aracaju.

*domingo e segunda. É monstruosa, uma feira de proporções gigantescas (...) onde há fartura e variedade. (...) vem gente de longe para essa feira. Camponeses de Lagarto e de Itabaiana, da Atalaia e do Mosqueiro (...) Da rampa do mercado fica o Porto das Canoas. Canoas que chegam carregadas de frutas, carregadas de cereias, carregadas de gente para a grande feira semanal” (Cabral, op. cit., p. 89-90).*

As atividades não se restringem aos dois prédios dos mercados, mas os feirantes se instalam também nas ruas adjacentes. Dentro e fora, são várias as feiras: existem os setores de carnes, peixes, queijos e requeijões, frutas e verduras, num outro setor estão pequenos restaurantes, adiante produtos de couro, tecidos, como redes, e a feira de panelas e cerâmica popular. Existem também os armazéns, lojas de fazenda, de quinquilharias como pulseiras, argolas, broches, anéis etc.

*“Você verá as frutas da minha terra: os cajus, as graviolas, os melões, as mangabas, as melancias, as jaboticabas, as maçarandubas. Os caminhões de Lagarto e de Itabaiana trazem batatas e cebolas. Os praieiros trarão siris, peixes, aratus, camarões e caranguejos. (...) caminharemos pelas ruas do Mercado Modelo, ruas estreitas, formadas pelas pilhas e pelos sacos de cereais, ruas barulhentas e coloridas, ruas que evocam uma visão de cinema ou uma página de romance do médio oriente” (Cabral, op. cit., p. 90).*

Nestas descrições ficam evidentes a condição de centralidade dos mercados e a intensa sociabilidade que eles abrigam. Qualquer mercado é sempre um lugar de encontro para diferentes tipos de pessoas, espaço para troca de idéias e informações. As trocas são especialmente sociais, não apenas comerciais:

*“O barulho das conversas, dos pregões, do chiar dos fogareiros dos restaurantes, as cantigas dos cegos que pedem esmola, a voz de Marcelino Bitencourt recitando versos populares, os ajustes de preço, a reclamação da carestia e do cambio negro, as risadas, as pilhérias, os namoros, a exclamação de conhecidos que se encontram (...), artistas populares de Santo Amaro, de Riachuelo, de Itabaianinha, artistas que são os autênticos intérpretes da sensibilidade coletiva” (Cabral, op. cit., p. 90).*

### C. Rua João Pessoa (1º momento)

Como vimos anteriormente, em virtude de sua localização à beira do porto, a Rua da Aurora, também conhecida como Rua da Frente, havia se tornado o principal espaço público durante os primeiros anos da cidade, condição que perdurou até início do século XX. No entanto, o ambiente portuário e o burburinho típico de mercado que se desenvolvia ao seu redor provavelmente fizeram com que as famílias mais abastadas se esquivassem dela e preferissem, entre outras, a próxima rua paralela, mais interna, onde havia sido construída a primeira igreja, a de São Salvador (figura 17). Ali foi morar nas primeiras décadas, por exemplo, o Barão de Maruim, um dos personagens mais influentes da então província, incentivador da mudança da capital – razão pela qual a via ficou conhecida como Rua do Barão, embora o nome oficial fosse Rua de Japarutuba. Apenas em 1930 ela passa a ter denominação atual, Rua de João Pessoa<sup>65</sup>.

A decadência paulatina da atividade portuária concomitante com o fortalecimento de novos espaços públicos, como anteriormente mencionados, provocou uma espécie de “deslocamento de eixo” – da Rua da Aurora/“da Frente” para a Rua de Japarutuba/do Barão. Desta forma, ao longo da primeira metade do século a principal rua da cidade passa a ser não mais aquela às margens do rio e do porto, razão de ser do surgimento de Aracaju, mas aquela que liga em linha reta os já mencionados dois conjuntos de espaços públicos significativos: as praças que concentram o poder político e religioso (Fausto Cardoso e Olímpio Campos) e o conjunto urbanístico do mercado e da então estação ferroviária. Comprovação de seu significado é que a Rua do Barão é a primeira a ser calçada a paralelepípedos em 1919. Como atesta Porto (2003, p. 104), o seu calçamento “coroou uma tendência que se vinha notando há algum tempo: arrebatou da Rua da Frente o cetro de principal rua da cidade”.

Este autor, de cujo trabalho (op. cit., 2003) utilizamos aqui várias passagens, faz uma exposição detalhada das mudanças por que passa a atual João Pessoa a partir da década de 20, um período histórico importante. No início desta década,

*a Rua do Barão era, até então, eminentemente residencial, salvo um ou outro pequeno estabelecimento comercial. A instalação de uma linha de bonde a burros, a construção da estação ferroviária em seu prolongamento, o desenvolvimento dos bairros Santo Antonio e Industrial deram-lhe caráter de via de ligação com a zona norte da cidade,*

---

<sup>65</sup> Lei municipal de 5 de novembro de 1930 determina a denominação oficial de Rua João Pessoa, em homenagem ao político paraibano assassinado naquele ano, quando era Governador de seu Estado e candidato a Vice-Presidente, na chapa de Getúlio Vargas. O fato trouxe grande comoção popular, sendo praticamente o estopim da Revolução de 30.

*e com o aumento do transito veio como de hábito, o desenvolvimento, trazendo o Hotel Intercontinental – no terceiro trecho – o melhor de seu tempo, o Teatro Carlos Gomes (hoje Cinema Rio Branco<sup>66</sup>), os restaurantes e os bares, entre eles o famoso Ponto Chique, na esquina com a rua Laranjeiras, canto noroeste, e mais tarde, na mesma esquina, canto sudoeste, o Café Central” (Porto, 2003, p. 104-105).*



**Figura 17:** Rua João Pessoa (linha cheia) interligando o Mercado (1) e Praça Fausto Cardoso (2). Perpendicular a ela (linha pontilhada), localiza-se a Rua Laranjeiras. A linha tracejada indica a antiga Rua da Aurora.  
Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

Ao longo dos anos 20 começa a mudar o uso do solo; as casas comerciais vão se instalando e expulsando as residências das famílias da elite, que passam a migrar para o bairro São José. “Muitas das novas lojas da Rua de Japaratuba vieram da Rua da Frente” (Porto, 2003, p. 114), o que atesta o referido deslocamento de eixo, que não é apenas no âmbito das funções urbanas (predominância do uso comercial), mas de maneira especial no âmbito da vida social.

Como se percebe, a vida social e cultural era intensa já nas primeiras décadas do século. Inaugurado em 1904, o Teatro Carlos Gomes transformou-se em Cine-Teatro Rio Branco em 1913. Desempenhou papel importante na vida da cidade e nas décadas seguintes foi também palco de conferências, comícios políticos, festivais beneficentes, bailes carnavalescos (Porto,

<sup>66</sup> O Cinema Rio Branco foi demolido em 2003, dando lugar a uma loja comercial.

2003, p. 107), além de espetáculos teatrais e musicais de renome, em turnê pelo país. Outra sala importante foi o Cinema Universal, ao lado da Praça Fausto Cardoso, uma das localizações mais importantes da cidade.

Mas, mais adiante está (ainda hoje) a mais importante esquina do centro, a das ruas João Pessoa com Laranjeiras (figura 17). Ali se encontrava nesta primeira metade do século o Café Ponto Chique, que “funcionava como café, bar e sorveteria, com grande e contínuo movimento que se estendia até alta noite. (...) A frequência (era) quase totalmente masculina. Ali se falava de tudo, da política à vida alheia, e se comerciavam todos os frutos da variada produção da zona rural de Sergipe (...), funcionava como bolsa de mercadorias” (Porto, 2003, p. 109). O Café Universal, ao lado do cinema de mesmo nome, e o citado Café Central (figura 18) eram estabelecimentos com um público feminino também, enquanto o Bar Apolo era ponto de encontro de intelectuais e executivos.

A rua era o espaço de sociabilidade da elite, e fundamental para isso era obviamente a proximidade espacial de determinados estabelecimentos: “Nos bons tempos, terminada a sessão do Rio Branco, era chique procurar as salas do Ponto Chic e do Central ou fazer um pequeno *footing* pelo primeiro trecho da Rua João Pessoa para ver as vitrinas” (Porto, 2003, p. 109).



**Figura 18:** Café Central, na Rua de Japarutuba, atual João Pessoa. Fonte: [www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br)

Como se percebe no perfil aqui descrito, antes de ser uma rua comercial mais diversificada e para diferentes classes sociais nos anos 70 e 80 (como será detalhado mais adiante), a Rua João Pessoa nasceu como um espaço da elite. Após o período de estagnação econômica e os efeitos da Segunda Guerra, a cidade se recupera economicamente na década de 50 e a rua restabelece novamente a sua condição de “centro do centro”. O escritor e poeta Mario Cabral, que elabora uma espécie de roteiro dos espaços urbanos e sociais de Aracaju neste período, nos descreve:

*“a Rua João Pessoa equivale, em síntese, à Rua da Imperatriz, no Recife, ou à Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Lá estão situadas as melhores lojas, os mais amplos magazines da capital sergipana. Ali existe o comércio grã-fino, ali fazem as compras os burgueses e os novos ricos do pós-guerra. Tudo é mais caro. A classe média e o proletariado fogem, respectivamente, para o comércio da Rua Laranjeiras e da vizinhança do Mercado Modelo” (Cabral, 2001, p. 201-202).*

Em 1956, no contexto das comemorações do Centenário de Aracaju, é inaugurado o Cine Palace, onde antes havia o Universal, e torna-se o maior cinema da cidade. A sessão das 19 horas de domingo era a mais concorrida, ao mesmo tempo em que se celebrava a missa na Catedral.

*“Terminada a diversão e a devoção, os seus freqüentadores encaminhavam-se para a Rua João Pessoa, para o footing, para os encontros, para apreciar as vitrinas (...). Os passeios enchem-se de gente e os automóveis formavam um curso que ia de uma praça a outra. Era uma vistosa passarela social” (Porto, 2003, p. 116).*

O Cine Rio Branco permanece neste íterim como um lugar não apenas para exibição de filmes, mas se sobressai como um espaço da intelectualidade,

*“tem uma história de relevo na vida literária, política e artística (...). O Rio Branco serve para tudo. É cinema, é teatro, é recinto de conferencia, salão de concerto, é local de comício político. Lá o aracajuano ouviu (...) chefes integralistas e comunistas, como também discursos democráticos e baboseiras literárias, versos infames recitados pelos corifeus da sublitteratura provinciana” (Cabral, 2001, p. 202).*

Outros pontos de encontro da intelectualidade são as livrarias Monteiro e Regina. Segundo o autor, a Livraria Regina era a mais importante, “suas portas, à tarde, ficam cheias de literatos da terra, que, entre uma anedota fescenina e uma novidade política, olham os desfiles das

jovens que fazem o *footing*”. Havia também a Casa Leal, loja de confecções masculinas. “Lá é o ponto da magistratura. Juizes e advogados, promotores e desembargadores discutem leis, comentam acórdãos, criticam sentenças” (Cabral, 2001, p. 203).

O autor finaliza sintetizando que, na década de 50,

*“lojas, bares, sorveterias, hotéis, bancos, barbearias fazem, dessa rua, a mais movimentada da cidade, com seus transeuntes, com seus flaneurs à porta das livrarias, com seus ônibus e automóveis, e, antigamente, com bondes, morosos e superlotados (...). A cidade de Aracaju começa na Rua João Pessoa” (Cabral, 2001, p. 203).*

## 2.4 CIDADE MODERNA

### Expansão urbana e verticalização – dos anos 60 até anos 80

Os anos 60 marcam o período de modernização de Aracaju e de fortes investimentos públicos na configuração do espaço urbano. Desde a década anterior, como vimos, a cidade fortalecia sua condição de pólo econômico com grande área de influência regional, abrangendo vastas áreas de Sergipe e de estados vizinhos, e por isso já vinha recebendo continuamente fluxos intensos de migrantes do campo. Durante a década de 60 houve um crescimento populacional de 59,3% (aumento de 66.760 habitantes) em relação ao período anterior, enquanto na década de 70 o aumento foi de 60,6% (mais 108.658 habitantes), resultando em uma população de 287.934 habitantes em 1980 (Contagem da População – IBGE). Nestes períodos as taxas de crescimento urbano se mantiveram tão altas quanto nos anos 50, acarretando um crescimento horizontal em direção à periferia. Ao mesmo tempo, a cidade muda radicalmente sua feição, adquirindo símbolos de uma modernidade urbana.

Com o declínio da atividade portuária desde o início do século, a cidade se redefine economicamente como centro político-administrativo, com um grande contingente de funcionários públicos e com um setor terciário cada vez mais especializado (Nogueira, 2006; Ribeiro, 1989). Dois fatos marcantes para a consolidação do desenvolvimento econômico – em parte com reflexos positivos na estrutura social, como o fortalecimento da classe média –, foram a instalação da Petrobrás e a criação da Universidade Federal de Sergipe.

Em 1964 foi descoberto petróleo no município de Carmópolis, a 47 km da capital e, anos mais tarde, na costa litorânea de Aracaju. O início das atividades da Petrobrás no Estado, com a vinda de grande número de empregados especializados e de melhor qualificação, provocou um grande impulso na economia estadual e, portanto, da capital, ao estimular o comércio da cidade, os setores bancário e imobiliário, entre outros. Entretanto, houve um aumento do custo de vida na cidade, onerando a população local (Loureiro, 1983, p. 71). No início da década de 70, a Petrobrás transfere de Maceió para Aracaju a sede administrativa da Região de Produção do Nordeste, intensificando ainda mais o desenvolvimento da cidade. Tudo isso produz também um aumento na arrecadação de impostos, o que permite ao Estado melhorar a infra-estrutura urbana. Deste modo, para promover o desenvolvimento industrial o Governo do Estado implanta em 1971 o Distrito Industrial de Aracaju (DIA) e promove a concessão de incentivos fiscais, subsídios e investimentos diretos em infra-estrutura e sistema viário.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) é fundada em 1968, a partir do agrupamento de

diversas faculdades já existentes e da criação de outros novos cursos de graduação, e possibilitou o aumento de um mercado de trabalho local mais qualificado, além de permitir a permanência na cidade de jovens que antes buscavam a formação profissional em outras cidades, como Salvador e Recife (Ribeiro, 1989, p. 54).

Como reflexo desta fase de recuperação econômica e de crescimento urbano, são aprovados em 1966 os Códigos de Obras e de Urbanismo. Embora inovador para a cidade, por ser o primeiro documento legislador das questões urbanas e, condizente com o espírito da época, pautado na crença de um planejamento urbano moderno, de cunho técnico-funcional, como instrumento para resolver os problemas urbanos e prever o desenvolvimento futuro da cidade, os Códigos trazem poucas novidades. Entretanto, um dos efeitos mais importantes do Código de 1966 foi a limitação em 12 andares no gabarito de altura dos edifícios: deste modo, com a intensificação dos empreendimentos imobiliários voltados principalmente para a classe média na década seguinte, a partir daí a paisagem urbana ficará marcada por um padrão uniforme de verticalização, com muito pouca variação na altura dos edifícios.

### **As marcas urbanas do progresso**

Os investimentos públicos não foram destinados apenas para conjuntos habitacionais e obras de infra-estrutura, empreendimentos abundantes nesta fase, mas notadamente também para outras obras de importante valor simbólico. As marcas urbanas da modernização começam a aparecer já em 1962, quando o Governo do Estado ergue na Praça General Valadão um edifício com 12 andares onde instala o Hotel Palace (que seria arrendado para a iniciativa privada e que se tornaria durante décadas o principal hotel da cidade), além de lojas e escritórios nos andares inferiores (ver figura 19). Não é difícil imaginar o impacto deste edifício numa paisagem urbana predominantemente horizontal, onde antes apenas se destacava no centro o Ed. Mayara com quatro andares. Naturalmente esta verticalização era também o resultado de uma busca por um maior aproveitamento do solo na área central e em outras áreas de maior valor imobiliário<sup>67</sup>, o que significa um reforço da centralidade.

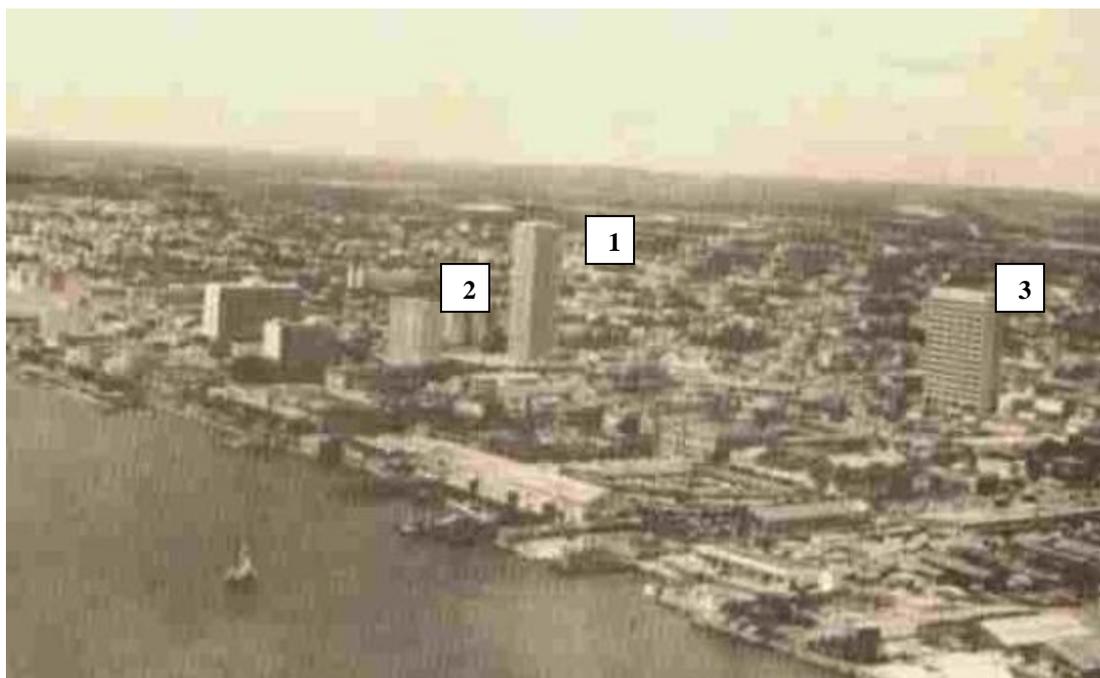
Se um edifício com 12 andares causou grande impacto no início dos anos 60, o símbolo maior deste movimento de imprimir na cidade as marcas do progresso e da prosperidade foi, no entanto, a construção, em 1970, do Ed. Estado de Sergipe<sup>68</sup> para abrigar alguns órgãos e

---

<sup>67</sup> Não por acaso é erguido no início da década de 60 no São José, um dos bairros mais valorizados, o primeiro edifício residencial verticalizado, o Ed. Atalaia com dez andares.

<sup>68</sup> Por ser o edifício mais alto da cidade, ele ficou conhecido popularmente como Ed. Maria Feliciano, em alusão à mulher mais alta de Sergipe na época, com mais de 2 metros de altura e que se apresentava em

repartições públicas. Com 28 andares e exaltado, à época, como o mais alto do Nordeste, esta era uma obra arrojada no centro da cidade, edificada para impressionar e marcar urbanisticamente a paisagem urbana. Em 1971, é erguida em sua proximidade a sede regional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, hoje INSS) com 14 andares, ainda hoje também uma arquitetura marcante na paisagem do centro.



**Figura 19:** Paisagem urbana da área central nos anos 70. Destaca-se o Ed. Estado de Sergipe (1), o edifício mais alto. À sua esquerda, o Hotel Palace (2). À direita na foto, o edifício-sede do antigo INPS, hoje INSS (3).

O Estádio Estadual Lourival Baptista (figura 20) é inaugurado em 1969, pelo governador de mesmo nome, com capacidade para 70 mil pessoas<sup>69</sup>, podendo abrigar 40% da população da cidade na época (Loureiro, 1983, p. 76). Está localizado na Praia 13 de julho, bairro das classes mais abastadas e, portanto, em solo urbano valorizado. Sua construção só foi possível após sucessivos aterros de área alagadiça; a opção pela localização do estádio em área de elite e que necessitava de grandes aterros só pode ser explicada pela pretensão de viabilizar a iniciativa imobiliária privada na região. De fato, os bairros 13 de julho, Salgado Filho e Grageru compõem hoje uma região de alto valor imobiliário e sua ocupação só foi possível após o aterro de extensas áreas de mangue.

Mas um dos projetos mais marcantes na história recente da cidade não tinha a verticalização

---

69 Segundo os critérios da época para eventos de massa. Atualmente o estádio está liberado para aproximadamente 30 mil espectadores.

como signo de progresso: a construção de um bairro planejado, a Coroa do Meio, a partir de 1977 (figuras 20 e 21). Idealizado pelo então prefeito João Alves Filho, é contratado o escritório de arquitetura do ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner (já bastante em voga na época devido às suas intervenções e projetos urbanos para a capital do Paraná), para a elaboração do projeto urbanístico de um “bairro-modelo”, como foi denominado à época, que deveria ter toda a infra-estrutura de equipamentos e serviços urbanos, moradia de maior densidade e prioridade ao transporte público, com apartamentos e lotes destinados a uma população com renda entre seis e oito salários-mínimos (Nogueira, 2006, p. 175).

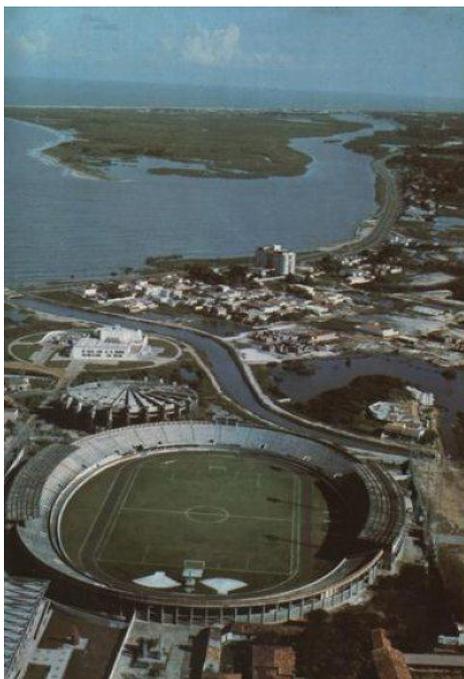
A noção de progresso, de modernidade inovadora estava presente já no próprio nome de Jaime Lerner<sup>70</sup>, o que faz com que os altos custos econômicos e sociais e as implicações ambientais<sup>71</sup> do projeto Coroa do Meio tenham passado despercebidos. Localizado a meio caminho entre o centro da cidade e a Atalaia, para que o novo bairro surgisse se fez necessário aterrar uma imensa área de mangues, o que provocou danos irreversíveis ao meio ambiente. Esta “contenção” interferiu sobremaneira no comportamento das águas na foz do rio Sergipe, que começou a tentar “reaver” a área perdida logo nos primeiros anos, avançando sobre o aterro artificial e provocando grandes erosões na orla do bairro, ainda em fase de implantação. Tudo isso aumentou ainda mais os custos da obra.

Com o passar dos anos, não houve demanda por parte da população de maior renda para a compra de lotes na Coroa do Meio, ao mesmo tempo em que as empresas incorporadoras imobiliárias não demonstraram interesse em investir na área, em função de uma legislação restritiva específica para o bairro que limitava o gabarito das edificações em quatro andares e por isso inibia um maior aproveitamento da terra urbana. Justamente a restrição à verticalização revelou-se um dos fatores para o dito “fracasso” do bairro, pois a falta de interesse do capital imobiliário teve motivações não apenas de ordem econômica (baixo aproveitamento do solo), mas atrelado a isso, de ordem cultural: a elite urbana começava a aceitar e a desejar morar em edifícios altos como um elemento que proporcionava *status* social.

---

<sup>70</sup> Na mesma época, em 1978, Jaime Lerner será também o mentor do projeto de pedestrianização da Rua João Pessoa, a principal rua comercial do centro da cidade (como será detalhado mais adiante), a exemplo do que foi executado na Rua XV de Novembro, no centro de Curitiba.

<sup>71</sup> Necessário, no entanto, ponderar que as questões ambientais ainda eram pouco discutidas naquela década de 70.



**Figura 20:** Foto aérea do Bairro 13 de Julho, em 1977. Em primeiro plano, vê-se o Estádio Lourival Batista (construído em 1969); ao fundo, a região que seria aterrada para a construção do bairro Coroa do Meio.



**Figura 21:** Vista aérea da Coroa do Meio em 2005 (posição invertida em relação à figura anterior). Ao fundo a verticalização no bairro 13 de julho. Foto do autor, 2005.

Por isso, a Coroa do Meio tornou-se “um bairro que não deu certo”<sup>72</sup>: mais tarde, em 1989, como será tratado em capítulo a seguir, a implantação no bairro do Riomar Shopping Center com participação direta do poder público municipal (praticamente em uma parceria público-privada) foi uma tentativa de valorizar a Coroa do Meio e atrair investimentos privados, mas com poucos resultados significativos.

### **Avenidas, edifícios e vazios urbanos**

No início dos anos 60, as classes mais abastadas continuam a se instalar ao sul da área central, no bairro São José e na Praia 13 de julho (antes Praia Formosa), se afastando paulatinamente da área central, em um processo vai se intensificar até a década de 80. Após um esgotamento das regiões ao norte, onde historicamente se localizaram as atividades fabris, as populações mais pobres buscaram então a ocupação da região oeste, no entorno de bairros como Siqueira Campos (um forte pólo comercial), América e Matadouro, nos vetores de expansão em direção às rodovias BR-235 e BR-101, que se tornam eixos fundamentais na estruturação

<sup>72</sup> Esta imagem que remete ao fracasso na formação do bairro está relacionada à ocupação da região por parte de uma classe média e média/baixa, especialmente em casas unifamiliares e em blocos residenciais de médio padrão construtivo, e também à ocupação ilegal por uma população de baixa renda em uma área contígua de mangue, inclusive com palafitas, não se configurando, portanto, um “bairro-modelo” para famílias de alta renda.

urbana após a desativação da ferrovia (ver figuras 39 e 47, no capítulo 3). Vários loteamentos populares e conjuntos habitacionais foram implantados nestas áreas. Já delineada em décadas anteriores, a segregação sócio-espacial em torno de uma polarização norte/oeste x sul (populações mais pobres e mais abastadas, respectivamente) se cristaliza nesta fase de expansão da cidade.

A intensificação da expansão urbana para oeste é resultado, principalmente, da ação direta do poder público e ocorreu com mais intensidade após a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) pelo regime militar a partir de 1964. As políticas nacionais de habitação que surgem neste momento, efetivadas pelas Companhias Habitacionais (COHAB's) em cada Estado, tiveram por objetivo dinamizar a economia brasileira, especialmente o mercado da construção civil, ao mesmo tempo, porém, em que aumentaram a expectativa das populações rurais da obtenção da casa própria nas grandes cidades, reavivando a migração campo-cidade, como ocorreu em Aracaju. O foco era a construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas das grandes cidades e capitais, mas sem mexer na estrutura fundiária estabelecida. Alguns dados demonstram a primazia conferida à capital Aracaju: a produção de habitação no ano de 1973 em todo o Estado de Sergipe somou 1246 unidades, das quais 94% na capital (Loureiro, 1983, p. 77), enquanto que 73% dos investimentos públicos em geral (não apenas para habitação) no período de 1966-74 foram direcionados para Aracaju (Nogueira, 2006, p. 168).

O Estado intervêm deliberadamente na conformação do espaço urbano, beneficiando o mercado imobiliário privado e a forte classe média da cidade. O sistema viário da cidade é ampliado e melhorado entre meados dos anos 60 e início dos anos 70. Duas novas importantes vias são abertas neste momento, em função do já mencionado Distrito Industrial de Aracaju (DIA): ligando-o diretamente à BR-235 é aberta a Av. 31 de março (atual Tancredo Neves), enquanto a Av. Hermes Fontes promove sua ligação viária com o centro. Assim, a implantação do DIA e esta expansão do sistema viário, a partir de investimentos públicos, possibilitaram a expansão da cidade para oeste e sul, onde são construídos uma boa parte dos conjuntos habitacionais e loteamentos. A ocupação ao sul é predominantemente destinada para a classe média, em bairros como Grageru e Luzia.

A Atalaia, na orla atlântica, aos poucos deixa de ser apenas uma praia para veraneio e passa a lugar de residência permanente. Seu principal acesso, a avenida Beira Mar, é duplicada em 1975. A partir disso, nesta década o litoral atlântico é descoberto pelo mercado imobiliário e os loteamentos para as classes média-alta e alta proliferam (ver figura 39, no capítulo 3).

Como demonstra Ribeiro (1989, p. 79) através de um estudo das formas de ocupação e das tipologias edificadas, “foi no centro-sul, no sul e sudoeste da cidade que a incorporação imobiliária esteve atuando prioritariamente, ‘criando’ zonas cada vez mais afastadas do Centro, para residência das pessoas de melhor poder aquisitivo”. A verticalização residencial, com caráter elitista neste contexto, acontece basicamente nestas regiões a partir do final da década de 70. Segundo dados da mesma autora, entre 1975 e 1983, o número de edifícios nestas regiões (centro-sul e sudoeste) passa de 10 para 65. Neles, os bairros São José e 13 de Julho apresentam um incremento da verticalização bem mais forte e nítido: não tinham nenhum edifício residencial em 1975, mas em 1983 já contava com 28. Nestas regiões com alto valor imobiliário, apenas os dois bairros na orla oceânica ficaram de fora desse processo de rápida verticalização, em função de suas restritivas legislações urbanísticas: a Atalaia, por causa da proximidade com o aeroporto, e a Coroa do Meio, em virtude da legislação urbanística específica, conforme já mencionado.

Segundo Loureiro (1983, p. 80-81), ao final dos anos 70 a cidade se expande de cinco formas:

- ocupação dos vazios urbanos em áreas alagadiças, quando os custos de aterro e drenagem são compensados pela valorização imobiliária do solo;
- em forma de loteamentos e conjuntos residenciais localizados ao longo de novas avenidas abertas;
- expansão da zona sul, áreas próximas à praia em processo de elitização (Atalaia e Mosqueiro);
- expansão da zona oeste, em direção à BR-101;
- adensamento das áreas centrais.

Assim, Aracaju chega à década de 80 após um processo de expansão urbana horizontal e vertical com uma malha urbana descontínua e fragmentada, com grandes vazios urbanos para especulação imobiliária.

### 2.4.1 Espaços públicos fortes

Os processos descritos nas páginas anteriores são a base para a produção em Aracaju de uma estrutura urbana ampliada e dispersa, mas que ainda não resulta no aparecimento de novas centralidades. Paralelamente, o centro principal mantém a dinâmica de renovação e fortalecimento de sua rede de espaços públicos fortes. A produção de uma verticalidade simbólica por parte do poder público, através da construção de marcos arquitetônicos, a exemplos do Ed. Estado de Sergipe e do Hotel Palace, corroboram a centralidade principal e reestruturam o sistema de espaços públicos e de edificações públicas e privadas significativas.

A seguir detalhamos dois espaços públicos fortes representativos para o período aqui analisado – entre as décadas de 60 e 80. Por um lado observamos a constituição da **Estação Rodoviária** como um novo espaço urbano protagonista na vida da cidade (figura 22), enquanto por outro lado identificamos transformações na **Rua João Pessoa**, uma permanência da primeira metade do século, mas que aos poucos se torna um espaço de comércio mais diversificado, atendendo a um público mais heterogêneo, menos elitizado. Reforçando sua força como pólo de urbanidade, nos anos 70 a rua sofre intervenções espaciais, quando é transformada em zona exclusiva de pedestres (“calçadão”).



**Figura 22:** Intervenções significativas no centro nos anos 60/70. À direita, vê-se o Rio Sergipe.

- (1) Ed. Estado de Sergipe/1970 (à esq.) e Hotel Palace/1962 (à dir.)
- (2) Estação Rodoviária Gov. Luis Garcia/1962
- (3) Rua João Pessoa (transformação em “calçadão”/1978)

Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

## A. Estação Rodoviária

Nas décadas anteriores, a ferrovia havia desempenhado um papel fundamental na vida das regiões e cidades pelas quais ela atravessava. A estação ferroviária era a porta de entrada e ponto de encontro, onde se reuniam as gentes que chegavam e saíam da cidade. Com a opção do governo brasileiro em priorizar o transporte rodoviário, oferecendo incentivos à indústria automobilística em detrimento do sistema ferroviário no transporte de passageiros e cargas no país, a rede de estradas se expande sensivelmente e os eixos rodoviários passam a assumir um papel cada vez mais estruturante da malha urbana das cidades.

As condições geográficas<sup>73</sup> de Aracaju limitaram as possibilidades de acesso terrestre à cidade. Seja através da ferrovia (1914), como posteriormente através das rodovias, os eixos de entrada na cidade sempre se localizam no oeste da cidade, o que propiciou a ocupação desta área por bairros que cresceram muito rapidamente – em especial o Siqueira Campos, inclusive como pólo comercial. A modernização das rodovias BR-101 e BR-235 nos anos 50 e 60 acelera o processo de decadência da ferrovia, mas a estrutura da cidade pouco mudou, pois em ambos os casos a porta de entrada era basicamente a mesma: o lado oeste.

Construída pelo governador Luiz Garcia (1959-1962), o terminal rodoviário foi a primeira edificação deste tipo na cidade, destinada a atender aos passageiros e ônibus de um serviço rodoviário em expansão, ligando Aracaju às cidades do interior e ao restante do país<sup>74</sup>. Sua construção fez parte do processo de modernização da cidade e só foi possível após o desmonte do Morro do Bomfim (cuja areia foi utilizada para aterrar outras áreas da cidade) a partir de 1955, o que permitiu a criação de novas ruas e quadras urbanas, expandindo o centro da cidade. Segundo Barreto (2006b), o desmonte do Morro do Bomfim representou a maior intervenção de engenharia no centro e criou várias alternativas para a sua urbanização.

Com o nome do governador, a Estação Rodoviária (ver também as figuras 24 e 25) é uma edificação de linhas modernistas, dentro do espírito de época, implantada de forma isolada no centro de um quarteirão, criando desta maneira um amplo espaço aberto em seu entorno, a Praça João XXIII – parte deste espaço era, no entanto, utilizado como área de manobra e estacionamento de ônibus<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> O município de Aracaju está localizado entre as bacias do rio Sergipe no norte e leste, e do rio Vaza-Barris ao sul, restando apenas o lado oeste como possibilidade de ligação terrestre a outras regiões. Apenas em 2006 foi inaugurada uma ponte sobre o Rio Sergipe, criando uma ligação direta para o litoral norte.

<sup>74</sup> Até então havia apenas um precário ponto de embarque e desembarque de ônibus na Rua da Frente (Av. Rio Branco).

<sup>75</sup> Com a construção em 1979 de um novo Terminal Rodoviário na periferia, ela vai se tornar a Rodoviária Velha abrigando apenas as linhas de ônibus intermunicipais de cidades mais próximas.

Em seu entorno imediato não demoram a surgir novas edificações e atividades com relações intrínsecas com uma estação rodoviária, como hotéis e pensões, além de um diversificado comércio varejista e atacadista com preços mais baixos, voltado principalmente para a população do interior em visita à capital.

É por este motivo que a rede de supermercados Paes Mendonça (hoje Bompreço) implanta, ao lado da Rodoviária, sua primeira “moderna” grande loja em Sergipe, constituindo-se num marco referencial para os habitantes da capital e do interior. Se ainda hoje, com a forte polarização da capital em relação ao Estado, muitos habitantes das demais cidades frequentemente viajam a Aracaju para se utilizar de seu comércio e fazer compras mais específicas, pode-se imaginar o que significava naqueles anos 60 esta primeira grande loja do Paes Mendonça. Juntas, a Rodoviária e o supermercado, materializam a praticidade da vida urbana moderna e vão atuar de modo convergente, em reciprocidade mútua, na configuração deste novo espaço urbano do centro da cidade. Interessante notar que a primeira loja do Supermercado Paes Mendonça estava localizada na Rua da Frente, próxima ao mercado municipal, e sua transferência para a vizinhança da Rodoviária traduz claramente a mudança de foco da “nova” cidade, dando as costas definitivamente para a antiga Rua da Aurora e para as margens do rio.

Completando o conjunto urbano, um outro vizinho importante é o edifício-sede do antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), hoje INSS. Inaugurado em 1971, trata-se de um novo arranha-céu na cidade (verticalidade que acompanha o Ed. Estado de Sergipe e o Hotel Palace) que se torna um marco arquitetônico na paisagem urbana da região da Rodoviária. Como no caso do supermercado, a localização deste órgão público tem muito a ver com a proximidade da Rodoviária, pois a população do interior só podia resolver questões relativas à Previdência Social em Aracaju e desembarcava dos ônibus a poucos metros de distância.

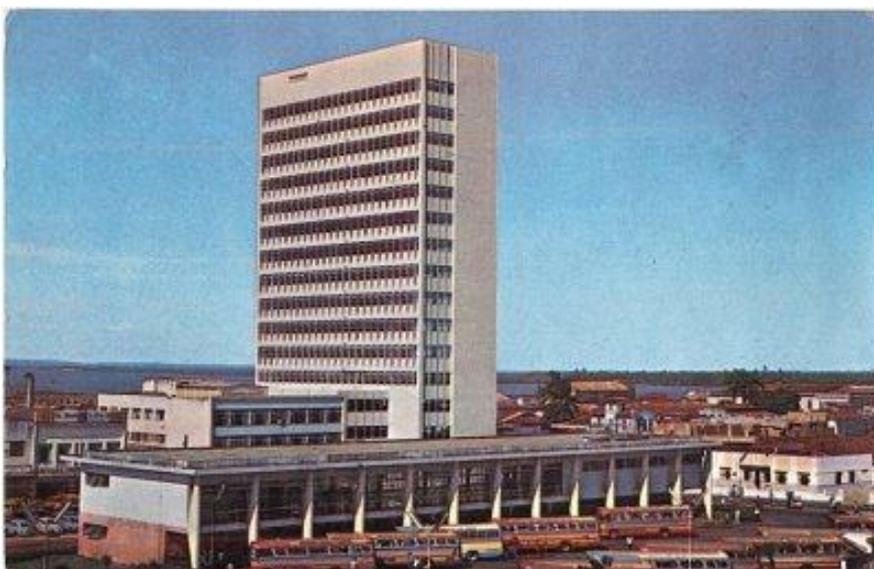


**Figura 23:** Região do entorno dos mercados municipais e da Rodoviária Velha – situação atual.

- (1) Rodoviária Velha
- (2) Terminal Urbano de Integração (construído em 1987)
- (3) Supermercado Bompreço
- (4) Edifício do INSS
- (5) Ed. Estado de Sergipe (“Maria Feliciano”)
- (6) Hotel Pálace
- (7) Rua João Pessoa (calçadão)
- (8) Mercados Municipais
- (9) Rua Santa Rosa

Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

Importante salientar aqui as relações espaciais de proximidade entre diferentes atividades urbanas, em que cada uma potencializa as demais, cujo resultado é uma configuração urbanística extremamente rica e dinâmica – algo que vai se perder com a descentralização funcional do centro nas décadas seguintes, como veremos adiante. Partindo destes dois casos (supermercado e órgão público), observamos como a Estação Rodoviária vai caracterizar em boa parte o uso do solo em seu entorno, polarizando e impregnando certa “personificação” da área em termos sociais e funcionais. Este novo espaço pode ser entendido também como uma expansão dos mercados municipais ao longo das ruas Santa Rosa e Apulcro Mota, consolidando uma mancha urbana ao norte do centro com predominância de um comércio mais “popular”, voltado a populações de renda mais baixa.



**Figura 24:** Estação Rodoviária (em primeiro plano) nos anos 60/70. Ao fundo, o edifício-sede do então INPS. Fonte: <http://www.infonet.com.br/cidade/antigas.asp>. Acesso em 01/10/2009.



**Figura 25:** Vista aérea parcial de Aracaju nos anos 70. À direita: o edifício do INPS (1), a Rodoviária (2) e o supermercado Paes Mendonça (3). Em segundo plano, o Edifício Estado de Sergipe (4), o mais alto da cidade. À esquerda, o Mercado Municipal (5). Fonte: <http://www.infonet.com.br/cidade/antigas.asp>. Acesso em 01/10/2009.

## B. Rua João Pessoa (2º momento)

Os anos 60 trouxeram a consolidação da Rua João Pessoa como um espaço público relevante na vida da cidade. Ao contrário do entorno da Estação Rodoviária, no entanto, que tendia a uma certa homogeneização concentrando um comércio mais popular, na Rua João Pessoa existiam estabelecimentos comerciais dos mais diversos tipos e destinados às mais diversas classes sociais, inclusive às mais abastadas. Essa foi uma mudança significativa que a rua sofreu em relação às décadas passadas, quando era basicamente um espaço da burguesia.



**Figura 26:** Rua João Pessoa na década de 60.

Fonte: <http://www.infonet.com.br/cidade/antigas.asp>. Acesso em 01/10/2009.

O período agora em foco representa uma fase de valorização do solo urbano central para atividades comerciais e financeiras, assim como para o uso institucional. O centro tradicional adquire gradualmente qualidades monofuncionais que conduzem a uma deterioração da qualidade de vida (poluição atmosférica e sonora, congestionamento de tráfego etc.) e à expulsão da população residente de *status* social mais elevado para bairros próximos, como São José, 13 de Julho e Salgado Filho – o que, por sua vez, reforça o alto valor da terra urbana para comércio e serviços. Com exceção do núcleo do bairro Siqueira Campos, os subcentros comerciais ainda são frágeis, em processo de formação – linearmente ao longo das avenidas Barão de Maruim, Francisco Porto, por exemplo – e esta “rigidez de localização do centro tradicional em relação ao restante da cidade permite-lhe extrair ‘vantagens’ relevantes no mercado imobiliário” (Loureiro, 1983, p. 81).

Como já foi dito, uma das formas de expansão da cidade neste momento se deu através do

adensamento de sua área central, mas isso não significou um movimento de verticalização intenso. Segundo a mesma autora, o obstáculo para isso foram as pequenas dimensões dos terrenos centrais, com uma largura média entre 8 e 10 metros, pois a implantação de edifícios altos implicava em aglutinar dois ou mais lotes. A intensificação do uso do solo não se torna viável economicamente em terrenos exíguos, e para contornar isso o empreendedor precisaria negociar com vários proprietários.

Neste contexto de expansão do comércio e especialização funcional do centro, a Rua João Pessoa manteve, no entanto, sua condição de espaço público forte. Um fato fundamental foi a transformação dos três trechos da rua em via exclusiva para pedestres (“calçadão”) em 1978, segundo projeto do arquiteto e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner, seguindo a tendência no urbanismo daquela época, popularizada pelo próprio arquiteto em sua cidade. Anos depois, em 1983, também a Rua Laranjeiras virou calçadão nos seus trechos de rua contíguos à João Pessoa. Esta intervenção urbanística intensificou a utilização da principal rua comercial como espaço de sociabilidade e lazer. Ressalte-se que a apropriação do espaço era feita por diversas classes sociais nesta época, como já observado. Como registra Ribeiro (1989, p. 109), “observa-se que (no final de década de 70) esta área central se tem popularizado. A Rua João Pessoa, que se caracterizava por um comércio de luxo (...), tem sofrido um processo de substituição por estabelecimentos comerciais populares, mas de boa apresentação (*sic*)”.

O comércio destinado às classes mais abastadas segue o mesmo caminho tomado pelo seu público-alvo e busca se instalar nos bairros residenciais da zona sul. A Av. Barão de Maruim, avenida larga na transição para o bairro São José, é um desses espaços que substituem o uso residencial por estabelecimentos comerciais ao longo dos anos 70 e 80, até mesmo em função da melhor adequação do seu espaço físico para os automóveis. “A expansão da cidade, a descentralização do comércio, o pulular de *boutiques* por bairros e ruas, o ineficiente transporte urbano, foram afastando o aracajuano de sua velha rua que, pelos anos 70, perdeu o seu esplendor”, descreve Porto (2003, p. 116-117), referindo-se de forma nostálgica à Rua João Pessoa.

É de se concluir que este esplendor, na opinião do autor, provavelmente estaria relacionado apenas ao comércio de luxo, representado pelas *boutiques*, e que este “aracajuano” que se afasta nos anos 70 da sua velha rua pertença à elite econômica. Entretanto, verifica-se que, até o início da década de 90, a Rua João Pessoa ainda era um espaço de sociabilidade importante para diversos grupos sociais e, analisando sob este ponto de vista, ela ainda estava em seu “esplendor”. Esta situação é, em boa parte, resultado de certa diversidade funcional: nesta

década de 80, os cinemas estavam em pleno funcionamento; praticamente todos os órgãos públicos se localizavam no centro tradicional; o Hotel Palace, como principal da cidade, mantinha um restaurante conceituado que funcionava como ponto de encontro da classe política e da alta sociedade; em bares como o tradicional Cacique Chá, no Parque Teófilo Dantas, aconteciam movimentados encontros de executivos e políticos – e a Rua João Pessoa era o eixo central de todos estes espaços e, desta forma, corredor de passagem quase obrigatória para todos.

Diversos registros de jornais do ano de 1989 ilustram a dinâmica deste espaço urbano – ao longo dos três trechos da rua (e suas adjacências) localizada entre duas praças e suas respectivas edificações mais representativas: de um lado a Praça General Valadão, com o Hotel Palace, de outro a Praça Fausto Cardoso, com o Palácio Olímpio Campos, sede do governo estadual. A respeito do Hotel Palace, lemos que ele “continuará sendo o preferido por executivos e empresários do sul do país, por sua invejável localização”, como afirma o colunista Jurandyr Cavalcanti<sup>76</sup>.

A Rua João Pessoa é espaço para manifestações políticas de diversos tipos, como comícios e atos públicos de campanha eleitoral. Como não poderia deixar de ser, juntamente com a Praça Fausto Cardoso, ela vai ser um espaço efervescente durante a campanha para a primeira eleição presidencial direta no Brasil após a redemocratização, em 1989. “O presidenciável Leonel Brizola virá a Aracaju em 18 de junho e realizará comício no calçadão, em frente à Brizolândia<sup>77</sup>”, noticia o Jornal da Cidade. Meses depois, na campanha para o 2º turno da eleição presidencial, o candidato Lula visita Aracaju: “Partidários do candidato Lula, da Frente Brasil Popular, preparam a sua chegada a Aracaju no dia de hoje. Haverá *showmicio* na Praça Fausto Cardoso e no calçadão será montado banquinha para venda de material de campanha”<sup>78</sup>.

A tradicional esquina com a Rua Laranjeiras é localização quase obrigatória para os eventos que desejam visibilidade pública. Um fato interessante é que, em agosto daquele ano, em plena campanha eleitoral, o vigário da pequena Igreja São Salvador, localizada nesta esquina, mostra-se incomodado com as manifestações públicas, provavelmente devido à poluição sonora, o que atesta a grande frequência destes eventos ao longo daqueles meses. Vejamos: “Ontem o juiz José Rivaldo Santos decidiu proibir a realização de manifestações políticas no

---

<sup>76</sup> Jornal da Cidade, coluna Notas e Comentários, 21/04/1989, p. 14.

<sup>77</sup> Jornal da Cidade, coluna Periscópio, 25/05/1989, p. 3. “Brizolândia” era denominado o espaço onde se aglomeravam no calçadão partidários da campanha presidencial de Leonel Brizola, com venda de material de divulgação.

<sup>78</sup> “Frentistas ultimam recepção para Lula”. Jornal de Sergipe, 07/11/1989, p. 3

cruzamento dos calçadões de Laranjeiras com João Pessoa, ponto mais tradicional da cidade. Atendeu apelo do vigário da Igreja”<sup>79</sup>.

Além dos eventos programados e organizados por entidades, o lugar é também ponto de encontro informal e bate-papos descompromissados, à forma de uma ágora. Muitas pessoas se dirigiam ao tradicional calçadão para se encontrar com amigos, sentar nos bancos e observar o fluxo incessante de pessoas. Em determinada matéria cobrando uma melhor manutenção do espaço por parte da Prefeitura, o Jornal de Sergipe dá voz a um usuário da rua: “(a degradação) poderá provocar o afastamento da população que às tardes procura o local para uma troca de idéias e de outras informações”<sup>80</sup>.

Nas diversas colunas dos jornais diários, era comum a expressão “comenta-se no calçadão que...” ou algo semelhante, muito embora este também pudesse ser um expediente dos jornais com o objetivo de “plantar” uma notícia política ou fazer uma denúncia vaga, de forma anônima. Um exemplo: “o servidor estadual de Alagoas não recebe dinheiro há três meses. A notícia foi revelada ontem no calçadão por um alagoano...”<sup>81</sup>. Em uma outra edição, a coluna política Painei reverbera as queixas de fornecedores do Governo pelo atraso no pagamento de faturas, “segundo consta de vários comentários no Calçadão”<sup>82</sup>.

Era esse o espaço público onde conversas e conchavos, críticas ou troca de informações no âmbito da política aconteciam, em boa parte, em função da proximidade com as sedes das principais instituições públicas do Estado e do Município: na Praça Fausto Cardoso estavam localizados os três poderes estaduais (o Palácio Olímpio Campos, sede do governo, a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça), no Parque Teófilo Dantas, próximo à Catedral Metropolitana, estavam o Palácio Inácio Barbosa, sede da Prefeitura, e a Câmara Municipal. Desta forma, os parlamentares e funcionários públicos circulavam com desenvoltura pelos espaços públicos do centro, entre sessões do parlamento, uma parada para um cafezinho no Caciue Chá, um bate-papo com amigos ou eleitores sentado num banco da Rua João Pessoa. O Jornal da Cidade noticia: “O presidente do PPS, Luiz Machado, e o deputado do PMDB, Rosendo Ribeiro, passaram a tarde de ontem fazendo compras juntos em lojas do calçadão da João Pessoa, enquanto discutiam política local e sucessão presidencial”<sup>83</sup>.

O Jornal de Sergipe noticia em novembro de 1989 que o governador Antonio Carlos Valadares

---

<sup>79</sup> Jornal de Sergipe, coluna Painei, 15/08/1989, p. 8.

<sup>80</sup> “Descaso total: calçadão da João Pessoa abandonado”, Jornal de Sergipe, 03/10/1989, p. 15.

<sup>81</sup> Jornal da Cidade, coluna Periscópio, 07/05/1989, p. 3. Notar que o então candidato à Presidência da República, Fernando Collor, havia sido governador de Alagoas.

<sup>82</sup> Jornal de Sergipe, 24 a 26/12/1989, p. 10.

<sup>83</sup> Jornal da Cidade, coluna Confidencial, 23, 24 e 25/03/1989, p. 5.

(PFL) fugiu da rotina imposta pelo cargo e apareceu em público sem a presença ostensiva de seguranças. Num final da tarde, ele havia saído do Palácio Olímpio Campos acompanhado de dois secretários de governo e “percorreu todo o calçadão da João Pessoa, onde foi abordado por populares, correligionários e até por adversários políticos”. Deu uma parada “no chamado Cantinho da Esquerda, espaço ocupado por intelectuais que militam nas forças progressistas em frente a uma livraria na João Pessoa”<sup>84</sup>.

Em maio de 1989 é inaugurado o primeiro *shopping center*, o Riomar, na Coroa do Meio. O impacto sobre o comércio do centro é perceptível nos meses iniciais devido à novidade. Os consumidores são atraídos pelo “novo estilo de fazer compras”, mas especialmente se utilizam do “moderno” espaço como ponto de encontro e lazer: “O calçadão sempre foi local onde os boatos ganhavam corpo... e viravam verdades. Mas hoje em dia, são poucos os grupos formados ao longo da João Pessoa. A crise está atingindo até as mentiras...”<sup>85</sup>.

Ao longo década de 90, como será abordado posteriormente, veremos como o centro da cidade se enfraquece, perdendo diversas outras atividades e instituições, assim como práticas sociais.



**Figura 27** Rua João Pessoa em 2007. Foto do autor, 2007.

<sup>84</sup> “Valadares surpreendeu populares no calçadão”, *Jornal de Sergipe*, 2 e 3/11/1989, p. 3.

<sup>85</sup> *Jornal da Cidade*, coluna Notas e Comentários, 23/05/1989, p. 14.

No capítulo seguinte veremos como esta dinâmica em torno dos espaços públicos fortes no centro da cidade de Aracaju será modificada e rompida a partir de um novo padrão de estruturação urbana com base não apenas na expansão territorial (horizontal e vertical, como vimos neste último período dos anos 60 aos 80), mas também na dispersão de grandes estruturas urbanas pelo território da cidade, processo este já perceptível nos anos 80 com a implantação de alguns equipamentos como o *campus* universitário, a nova estação rodoviária e, especialmente, com o primeiro *shopping center* da cidade. Esta nova dinâmica significará um deslocamento das atenções do centro tradicional para outras novas centralidades. Os novos espaços fortes são públicos?

**A CIDADE CONTEMPORÂNEA: QUEM PRECISA DO CENTRO?**

### 3.1 AS CIDADES BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS E O DECLÍNIO DOS CENTROS

Nas últimas décadas, as cidades brasileiras desenvolveram novos padrões espaciais que resumidamente se caracterizam, entre outros, por uma forte expansão territorial e crescimento populacional (com maior intensidade até os anos 80), conjugada com uma dispersão das funções urbanas em novas centralidades. A popularização dos *shopping centers* a partir das décadas de 80 e 90 (combinado com outros fatores) influenciou bastante este processo ao induzir a uma polarização acentuada em torno de suas localizações – apesar do fato de que, sob o ponto de vista morfológico, a maior parte destes empreendimentos comerciais foram implantados segundo uma lógica “anti-urbana”, se podemos assim dizer: negando a estrutura urbana pré-existente, com pouca ou nenhuma integração urbanística com ela. O centro tradicional deixa de ser o principal espaço da cidade, tanto sob um ponto de vista funcional e estrutural dentro do sistema intra-urbano, quanto em seu significado simbólico e cultural, em detrimento da diversidade e da mistura sócio-cultural. Como lugar de sociabilidade e de política, o centro da cidade e seus espaços públicos se enfraquecem.

Um das formas de reestruturação urbana recente das cidades brasileiras é a migração do centro para outras localizações na cidade de atividades e equipamentos urbanos como órgãos públicos ligados ao poder (através da construção de centros administrativos), atividades de lazer, cultura e de ensino (vida cultural e universitária) ou notadamente um tipo de comércio de mais alto padrão que se instala nos *shopping centers*. Se por um lado, o centro da cidade torna-se predominantemente monofuncional (baseado quase que exclusivamente em atividades comerciais e de serviços), por outro lado a região se configura muitas vezes como “popular”, ou seja, com a força de um comércio destinado a classes de menor poder aquisitivo – enfraquecendo-se, no entanto, como centralidade política, na medida em que o enfrentamento e a visibilidade das diferenças não acontecem.

Esvaziar o centro é também uma forma de esvaziar a própria cidade (e esgotar a heterogeneidade própria do urbano), pois retira aos poucos uma parte de seu “conteúdo” que se condensa em sua área central, dispersando-a pela cidade. Este esvaziamento de funções e atividades leva a uma relativa diminuição dos fluxos que convergem para o centro, resultando numa perda da urbanidade nestes espaços centrais, especialmente os espaços públicos.

A que concepção de cidade corresponde estes processos urbanos nas cidades brasileiras? No caso dos *shopping centers*, a princípio podemos afirmar que eles fazem parte de um padrão de

ocupação urbana característico de um modelo norte-americano de cidade, baseado na lógica do automóvel. Sabemos que, entretanto, no contexto brasileiro estes grandes complexos comerciais nem sempre se localizam em regiões urbanas periféricas, em função das especificidades do mercado imobiliário local, entre outros fatores. A cidade européia é, ao contrário da norte-americana, notadamente caracterizada pela compacidade do tecido urbano e pela sobreposição das diversas camadas históricas no corpo da cidade. A sua estrutura urbana é densa e os espaços públicos são parte fundamental da vida na cidade.

Obviamente que esta categorização de modelos (cidade européia/cidade norte-americana) é insuficiente e simplista se considerarmos que, ainda hoje, quando pensamos o urbano, muitas vezes nos reportamos a uma concepção modernista de cidade (o que inclui zoneamento de funções, por exemplo), que não deixa de ser também européia<sup>86</sup>. Mas o urbanismo modernista, associado aos processos de periferização urbana do pós-guerra europeu e à popularização do automóvel, especialmente no contexto norte-americano, por exemplo, produziram uma forte dispersão da malha urbana e separação de funções (que chega a nós na forma de Brasília, por exemplo), resultando em uma cidade espalhada (*urban sprawl*), muitas vezes “sem centro”, talvez “anti-urbana”.

Considerando, entretanto, a forte polarização sócio-espacial em função das grandes diferenças de poder aquisitivo da sociedade brasileira, diferentemente das cidades européias ou norte-americanas, aqui nos importa o caráter simbólico do centro para os habitantes de uma cidade (também como resultado das funções e atividades que esta região desempenha), assim como a urbanidade que se vivencia em seus espaços, devido à sua riqueza e complexidade da vida urbana. Da dispersão das atividades centrais, como resultado de políticas públicas e de novos interesses do mercado imobiliário, decorre o enfraquecimento desta urbanidade e do centro como espaço simbólico e referencial da cidade.

O conceito de espaço público forte, desenvolvido no capítulo anterior, busca relacionar a dimensão da materialidade do espaço com uma sociabilidade urbana marcada pela complexidade e diversidade. O resultado deste enfraquecimento do centro em suas dimensões simbólicas e funcionais, a partir do êxodo de atividades tradicionalmente centrais, pode ser o declínio dos espaços públicos fortes nas áreas centrais. Ao mesmo tempo, considerando que este conceito de espaço público está baseado na escala do homem a pé, que caminha, podemos afirmar que dificilmente podem surgir novos espaços públicos fortes nas novas

---

86 A própria suburbanização residencial é um fenômeno bastante comum nas cidades européias do pós-Guerra, tanto no bloco capitalista como no socialista, apesar do centro ainda ter se mantido forte, diferentemente do que ocorre com as cidades de um modelo norte-americano.

centralidades de aglomerações dispersas, “sem centro”. Se, nestas novas formações urbanas, equipamentos como *shopping centers* suprem, de alguma maneira, a demanda por espaços de sociabilidade, tornando-se “fortes”, ainda assim são espaços fortes incompletos, pois se tratam de espaços privados, onde as formas de apropriação e uso pelos usuários são controladas e gerenciadas por uma instância de poder com um caráter empresarial. Em suma, as dinâmicas de transformação destes espaços não são resultado de ações de diversos agentes (privados ou públicos), mediados por uma instância pública. Em outras palavras, não se forma pólo de urbanidade (definição do espaço público forte) no interior dos *shopping centers*.

Na contemporaneidade, estamos diante um modelo de sociedade global baseada no consumo e na cultura, acompanhado, conseqüentemente, de novas formas urbanas. Para Vaz (2004), se antes as cidades industriais buscavam se adequar à produção material a partir de estratégias de planejamento urbano, na sociedade de consumo contemporânea as cidades pós-industriais visam à produção imaterial: “serviços, informações, símbolos, valores, estética, além de conhecimento e tecnologia” (*op. cit.*, p. 32). Para a autora, a cultura é utilizada como instrumento de revitalização urbana, no que ela denomina de “culturalização do planejamento e da cidade”. Com o objetivo de oferecer condições para a produção e o consumo de cultura e para o turismo, algumas regiões da cidade são objetos privilegiados de renovação urbana, como centros históricos, áreas centrais degradadas e vazios urbanos resultantes da desindustrialização.

Nestes projetos de revitalização dos centros urbanos, especialmente a partir dos anos 90, não estão em jogo apenas as questões da infra-estrutura urbana ociosa, da habitação, da dinamização do comércio ou da preservação do patrimônio. Em um contexto de novos padrões de acumulação no capitalismo avançado, a competitividade entre cidades e a busca por novas estratégias de desenvolvimento econômico colocam nitidamente a questão do espaço público e da melhoria da imagem da cidade em primeiro plano, através de projetos e atividades ligadas ao turismo, lazer e diversão. Estamos diante de um processo cada vez mais intenso de espetacularização e mercantilização das cidades, que, segundo Jacques (2009), tem como produto a negação dos conflitos e dissensos (em espaços extremamente controlados e policiados, ou seja, “pacificados”), o empobrecimento das experiências corporais nos espaços públicos e a eliminação ou ocultamento da vitalidade dos espaços populares.

Em assim sendo, o espaço público é cada vez mais um instrumento de marketing urbano, do qual se retira toda uma carga política. Para Jacques (2009),

*“dentro desta lógica espetacular de criação de imagens e construção de consensos, os*

*espaços públicos contemporâneos, assim como a cultura, também são vistos como estratégicos para a construção e a promoção destas imagens de marca consensuais, ou seja, são pensados enquanto peças publicitárias, para consumo imediato” (op. cit., 2009).*

O que observamos é uma ênfase em intervenções arquitetônicas e urbanísticas de grande impacto, o que muitas vezes vêm acompanhadas pela promoção de eventos e festivais que animam a cidade. A cidade de Barcelona é um dos casos mais emblemáticos, quando associa diversas intervenções em espaços públicos e equipamentos urbanos de porte, que já vinham sendo desenvolvidos na década de 1980, com a realização dos Jogos Olímpicos de 1992, assim como Lisboa com a Exposição Mundial de 1998. O evento realizou-se em uma área de 350 hectares em frente ao Rio Tejo e previa a recuperação e reconversão urbanística e ambiental da região, atualmente denominada de Parque das Nações. Partindo do princípio, desenvolvido pelo chamado modelo Barcelona, de que intervenções pontuais atuariam como elementos catalisadores de profundas mudanças estruturais (urbanísticas, sociais, econômicas etc.) na cidade e na região, a Expo 98 visava, entre outras, uma qualificação da imagem e uma reestruturação da centralidade de Lisboa (Vargas & Castilho, 2006, p. 38 e 41).

Entretanto, são também objetivos inerentes à produção dos espaços públicos nestas áreas de intervenção o ocultamento das desigualdades e a negação dos conflitos. Delgado (2009) constata, no caso de Barcelona, que é preciso conceber o espaço público com um valor ideológico, onde “se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso”. Cria-se o “mito do espaço público”, dificilmente realizável nas cidades capitalistas contemporâneas se não for afastando ou pacificando qualquer indício de conflituosidade (miséria, desigualdade, exclusão, violência) que possa contestar a imagem produzida pelo marketing urbano.

No Brasil, diversos projetos de intervenção em áreas urbanas centrais foram desenvolvidos e concluídos a partir da década de 90. Para Vargas e Castilho (2006, p. 265-267), na era da imagem e da valorização da cidade como *locus* do consumo, muitos destes projetos de intervenção não parecem considerar as demandas da população local, o que culmina na subutilização ou na apropriação indevida dos espaços produzidos, assim como não ficam evidentes, em suas justificativas, as causas dos processos de deterioração e degradação às quais estes projetos, em tese, procuram responder. Para as autoras, os projetos dos Complexos de Docas, em Belém, e o Centro do Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, são exemplos de intervenções onde se busca a inserção destas cidades na rota do turismo

internacional. Neste último há o fascínio pelo novo e pela aposta em uma arquitetura monumental e marcante, ao mesmo tempo em que dá as costas para espaços consolidados que se deterioram, como a Praia de Iracema. O Porto das Docas, em Belém, inspira-se em projetos internacionais como Puerto Madero, em Buenos Aires, ao se abrir para o rio e se pautar na recuperação da história do lugar, mas desconsidera o vizinho Mercado Ver-O-Peso, um dos principais mercados de cunho popular, espaço vivo de práticas culturais na região amazônica. O projeto de revalorização da Lapa, no Rio de Janeiro, está inserido no propósito de recuperação do patrimônio cultural que consistia, além da melhoria dos espaços públicos e da valorização de edificações, na promoção de diversos eventos culturais e de uma vida noturna dinâmica, marcado pelo apelo imagético e histórico do Circo Voador, principalmente (*op. cit.*, p. 268-270).

Em alguns destes e outros projetos, paira no ar o espectro da gentrificação ou enobrecimento, entendido como o processo de ocupação de áreas urbanas requalificadas por novos grupos sociais de alto poder aquisitivo, do que decorre uma expulsão, pelo mercado imobiliário, das populações locais. Para Leite (2004, p. 19), a gentrificação designa “a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais”.

A partir das dinâmicas históricas ou estruturais, por um lado pode se constituir nestes espaços enobrecidos uma “paisagem dos poderosos” que é demarcada espacialmente em oposição à paisagem dos “sem poder” ou vernacular (Zukin, 2000), como se percebe no caso em Belém descrito anteriormente, ou, por outro lado, se infiltram nestas paisagens do poder certos “contra-usos” (Leite, 2004), práticas sócio-espaciais cotidianas indesejadas em relação às propostas oficiais dos espaços-mercadoria, como na revitalização do Bairro do Recife<sup>87</sup>. Ao desenvolverem contra-usos, os indesejados procuram marcar a sua presença nesses ambientes segmentados e pretensamente pacificados, possibilitando, enfim, a visibilidade das desigualdades e das disputas práticas e simbólicas. Conflituosidades que emergem à superfície, como vimos anteriormente.

---

87 Leite (2004) desenvolve este conceito de contra-uso ao perceber a apropriação de certos espaços do bairro antigo do Recife, de maneira subversiva, por moradores e usuários excluídos da “paisagem de poder” em que se transformou o bairro, com seus restaurantes e bares caros. Emblemático é o exemplo da Rua do Bom Jesus e a diferenciação de tratamento nos seus dois lados, produzindo o que o autor chama de calçada-luz e calçada-sombra. Apenas em um dos lados da rua, as edificações foram restauradas e transformadas em elegantes bares e restaurantes caros, percorridos pelos turistas, em cuja calçada não há árvores nem bancos para sentar, impedindo a permanência das pessoas sob o sol. Na calçada oposta, não-enobrecida, há grandes árvores e bancos para sentar, e “tudo lembra uma cidade comum: (...) mulheres de aparência simples trocavam conversa à toa, engraxates procuravam clientes, meninos em situação de rua dormiam nos bancos. (...) Havia bares onde se vendia comida barata, casa lotérica, banca de jogo do bicho” (*op. cit.*, p. 227).

A partir da década de 1990, o centro de Aracaju também vai ser objeto de alguns projetos de intervenção de porte, que são pensados ou tem como objetivo a sua requalificação ou “revitalização” em função de um processo de declínio em curso. Começou em 1994 com a construção da Rua 24 Horas, um empreendimento capitaneado pelo Governo do Estado que reproduzia o modelo curitibano de uma rua ou galeria comercial cujas lojas funcionavam também nas madrugadas, o que dotava este espaço de um certo exotismo e, ao mesmo tempo, um *flair* típico das grandes metrópoles. O projeto da Rua 24 Horas estava em consonância com a lógica da reestruturação urbana através de intervenções pontuais. Em 1999, outro projeto de maior impacto foi a reforma e ampliação do complexo de mercados centrais, executado em paralelo com o “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Aracaju”. Por fim, mais recentemente (a partir de 2005), foram iniciados estudos por parte da Prefeitura para um novo projeto de revitalização do centro, ainda sem perspectiva de execução.

Estes projetos serão melhor detalhados mais adiante, assim como o contexto histórico em que Aracaju se encontrava nas décadas de 80 e 90. É interessante observar que na década de 90 o discurso público a cerca do centro de Aracaju, manifestados com frequência na mídia local<sup>88</sup>, já evidenciava as idéias de declínio ou decadência. Com estes projetos, o poder público (seja no âmbito municipal ou estadual) procura responder a estas representações negativas sobre o centro seguindo a tendência de elaborar intervenções urbanas significativas para a sua área central, e de maneira geral reproduzindo discursos pautados por clichês como desenvolvimento turístico e melhoria da imagem urbana.

Como contraponto ao contexto brasileiro, apresentamos também neste capítulo um estudo de caso sobre a cidade de Leipzig, uma das principais cidades do leste alemão. Tendo como base as transformações urbanas da antiga Alemanha Oriental, provocadas pelo fim do regime socialista em 1989 e o processo subsequente de reunificação política da nova Alemanha, fizemos um recorte sobre o centro da cidade de Leipzig e o examinamos sob a luz de um processo relativamente rápido e intenso de mudança da sociedade daquele país ao longo de toda a década de 90 até a atualidade.

Paradigmático e de forma coincidente, o ano de 1989 é, obviamente por motivos completamente díspares, um momento de ruptura para ambas as cidades tratadas neste capítulo: Aracaju, onde o surgimento de um *shopping center* neste mencionado ano induz a uma mudança gradual e significativa da paisagem urbana e da vida social; e Leipzig, que se

---

88 Lembrando que esta tese de doutorado inclui a análise de notícias de jornais sobre o centro de Aracaju no período entre 1989 e 2004, na qual poderemos perceber fragmentos deste discurso de decadência do centro, publicizado no jornal pesquisado e elaborado por políticos e empresários do comércio, principalmente.

vê diante de um corte mais abrupto.

Qual o significado do centro da cidade nestas duas situações? De um lado, uma cidade que opta por novos modelos de urbanidade e de espaços (privados) de sociabilidade fora do centro; de outro, uma cidade que aos poucos consegue fortalecer novamente seus espaços públicos centrais, ainda que tendo como pano de fundo interesses privados. Entretanto, há semelhança entre os dois casos: ela está no enfraquecimento do espaço público como lugar da política e a sua subjugação por um outro modelo de espaço onde mora a racionalidade econômica: o espaço do consumo.

## 3.2 REGRESSO AO CENTRO DA CIDADE

### As transformações recentes de Leipzig. Um estudo de caso.

Ao longo da experiência de aproximadamente quarenta anos de regime socialista “real” (*Realsozialismus*) nos países do leste europeu, o centro das cidades e seus espaços públicos foram conformados (enquanto objetos de intervenção projetual) ou apropriados pela oficialidade principalmente para servirem como espaços de representação do poder central. A consolidação de regimes totalitários em um contexto de Guerra Fria havia feito com que a idéia originária de “superar a dicotomia burguesa entre público e privado e transformar os espaços *públicos* (em seu sentido burguês) em espaços *sociais*” (Betker, 2005, p. 154) aos poucos desse lugar, portanto, a espaços públicos controlados, especialmente nos centros das cidades, onde a livre apropriação e a liberdade de expressão eram restritas ou mesmo proibidas. Na Alemanha, as várias passeatas ocorridas no outono de 1989, especialmente as da cidade de Leipzig, que culminaram na queda do regime, podem ser consideradas como momentos excepcionais de politização das ruas e praças centrais, quando os indivíduos tornaram-se sujeitos de sua ação e reinterpretaram à sua maneira as formas impostas de conduta e comportamento até então vigentes, criando em pouco tempo novas possibilidades de “apropriação, comunicação e articulação” do espaço urbano (Betker, 2005, p. 153). Uma nova esfera pública se impôs<sup>89</sup>.

Desta forma, tomando como estudo de caso a Alemanha Oriental, colocam-se as seguintes questões: que novo modelo de cidade socialista se pretendeu criar e em que ela se transformou 40 anos depois? E, como um contraponto para melhor entendermos esta questão em

---

<sup>89</sup> Este movimento de se valer do espaço público como um meio para articulação política pode ser ilustrado pelos acontecimentos na cidade de Halle, como descreve Betker (2005): em função de algumas manifestações públicas já realizadas em outubro de 1989, havia uma forte tensão entre a população da cidade e o aparato policial do Estado. Foi quando as pessoas desenvolveram formas específicas e codificadas de protesto e de comunicação pública: velas acesas começaram a ser colocadas nas janelas naqueles dias escuros de outono - não sendo possível ao Estado intervir por se tratar de espaço privado -, e foram organizados atos públicos silenciosos de protesto nos espaços abertos ao redor da *Georgenkirche* (Igreja de São Jorge) – a área externa das igrejas, com aproximadamente 3 metros de largura, eram também considerados espaços livres e protegidos da ação policial do Estado. Estes códigos coletivos fortaleceram o movimento, rompendo-se a linha entre o privado e o público, ou seja, críticas veladas ao regime em círculos privados deram lugar a manifestações coletivas e de grande visibilidade no espaço público. A Igreja de São Jorge consolidou-se como um símbolo de resistência para a cidade e converteu-se em um “espaço 'público' de comunicação”, onde os cidadãos, cada vez mais encorajados, se reuniam. Ela tornou-se ponto de partida para as passeatas em direção às ruas e praças, “que se tornaram então verdadeiramente espaços públicos” (Betker, 2005, p. 154) – e tudo isso ocorria paralelamente também na *Nikolaikirche* em Leipzig e em outras cidades alemãs orientais.

sociedades fundadas por outros princípios, como a brasileira: qual o lugar do centro da cidade e dos espaços públicos neste contexto?

### **3.2.1 A cidade socialista e a questão da centralidade**

A Revolução Russa de 1917 logrou uma transformação estrutural dos países do leste europeu através da apropriação estatal dos meios de produção, necessária para a construção de uma idealizada sociedade socialista, mais igualitária e sem as contradições da sociedade burguesa. Arquitetos e urbanistas buscaram desenvolver uma nova concepção de cidade compatível com esta nova sociedade. Segundo os socialistas clássicos (Marx, Engels e Lenin), seria necessário, por exemplo, eliminar as diferenças entre cidade e campo, os quais seriam os dois pólos de um conflito estrutural (a luta de classes), de cuja superação resultaria uma nova sociedade. A cidade adquire desta forma um papel primordial na Revolução como objeto para transformar os valores da sociedade: “A criação de uma nova forma urbana era essencial para incultar os valores de uma nova cultura proletária: a substituição do individualismo e da propriedade por um princípio proletário de coletivismo” (Puyol *et al.*, 1992, p. 463).

No entanto, a cidade enquanto fenômeno social e cultural continha em si mesma, segundo o pensamento clássico socialista, uma contradição histórica: se por um lado as cidades estão historicamente ligadas às estruturas feudais e burguesas, por outro lado ela é o lugar da Revolução por abrigar o proletariado urbano, classe social que se entendia como destinada a promover as transformações sociais (ao contrário da população rural, vista como conservadora e acomodada). Eliminar esta condição contraditória da cidade sempre fascinou teóricos e utopistas socialistas, mas para Lock (1991, p. 30) nunca se chegou a produzir uma teoria urbana socialista unificada: no máximo, o bloco socialista pós-guerra criou uma *paisagem urbana unificada*.

Com a criação da República Democrática Alemã (RDA) em 1949, o recém-constituído Parlamento Popular promulgou em 27 de julho de 1950 a “Lei para a construção das cidades da RDA e da capital da Alemanha, Berlim” (*Gesetz für den Aufbau der Städten in der DDR und der Hauptstadt Deutschlands, Berlin*). Neste mesmo ano, o Conselho Ministerial (*Ministerrat*) formulou os “16 Princípios do Urbanismo” (*16 Grundsätze des Städtebaus*), definindo as linhas gerais do modelo de cidade socialista que se desejava. Esta legislação foi entendida como uma contraposição ao urbanismo modernista delineado pela Carta de Atenas

de 1933 e, por isso, denominada por Simone Hain<sup>90</sup> de Carta de Moscou, por ter sido elaborada por arquitetos alemães em uma viagem de trem à capital da então União Soviética. O estabelecimento de que “o objetivo do urbanismo é prover de forma harmoniosa os direitos do Homem ao trabalho, moradia, cultura e lazer” define claramente a busca da harmonia como o sentido principal do urbanismo, mas que só poderia ser concretizada a partir do momento em que “a ordem social estiver harmonizada em um formato socialista” através da coletivização da propriedade e da superação das diferenças de classe na nova Alemanha (May, 2005, p. 189).

Entre os pontos destes Princípios do Urbanismo, Lock (1991, p. 30) destaca alguns, como a necessidade de um controle do crescimento urbano por parte do planejamento oficial; a recusa definitiva da idéia de Cidade-Jardim (uma concepção burguesa de cidade que transformaria o trabalhador em camponês satisfeito e conformado); do ponto de vista da forma urbana, a construção de marcos arquitetônicos monumentais como referência do centro da cidade; e, por questões econômicas, a opção pela tecnologia construtiva com elementos pré-moldados.

De modo geral, o planejamento urbano adquire novas funções, sendo seu principal objetivo a justiça social. Para alcançá-la, as cidades tinham que cumprir duas metas principais, quais sejam, garantir o abastecimento das necessidades da população e funcionar como alavanca para transformações sociais (Bach, 1992, p. 12). Concretamente, estas metas seriam alcançadas através de três frentes de trabalho no âmbito do planejamento urbano e regional: primeiro através da criação de um sistema urbano (*Siedlungsstruktur*) no qual, seguindo o ideário marxista, as contradições e diferenças entre cidade e campo seriam eliminadas, assim como seriam superadas as desigualdades econômicas entre as regiões. Em segundo lugar, a configuração de uma determinada estrutura intra-urbana (*Stadtstruktur*) que promovesse uma reorganização espacial da moradia, do trabalho e da oferta de serviços e infraestrutura urbanas dentro da cidade, através de uma segregação de funções típica do movimento moderno. Por último, um novo sistema de áreas residenciais (*Wohngebietsstruktur*): encarava-se a problemática da moradia urbana como um dos aspectos mais fundamentais na fundação de uma nova sociedade. Através da estruturação de novos bairros residenciais – mais do que isso, de novas formas e tipologias de moradia – se buscava a eliminação das diferenças de classes sociais, a emancipação da mulher em uma nova estrutura familiar e a formação de uma autonomia administrativa local, como afirma Bach (1992, p. 12)<sup>91</sup>.

---

90 Hain, Simone. Die andere Charta. In: Städte bauen, Kursbuch 112, Berlin: Rowohlt, 1993, p. 60, apud Häußermann (1996, p. 12).

91 Seguiu-se a mesma concepção modernista de desenho urbano utilizada em bairros e cidades planejadas de

Segundo este autor, na prática este projeto foi cumprido apenas em parte<sup>92</sup>. A política urbana reduziu-se à produção de moradia em escala industrial, valendo-se de uma verticalização com sistemas construtivos pré-moldados (tipologia de blocos de edifícios conhecida popularmente como *Plattenbau*) na forma de grandes conjuntos habitacionais (*Großsiedlungen*), muito embora no discurso político sempre se falasse em integração das novas estruturas residenciais com a reconstrução, modernização e manutenção de estruturas antigas. Ao contrário do discurso inicial, a concentração de novas habitações nos conjuntos habitacionais ocorreu concomitantemente com o abandono da estrutura urbana dos séculos XIX e do início do século XX (áreas de moradia proletária e burguesa). Em Schwerin, no norte do país, por exemplo, a construção a partir de 1955 dos conjuntos habitacionais Weststadt (15.000 hab.), Lankow (20.000 hab.) e Großer Dreesch (60.000 hab.), que no início dos anos 90 abrigava 73% da população da cidade (Bach, 1992, p. 13), provocou um processo de decadência dos bairros centrais edificados nos séculos XVIII e XIX. Situação semelhante ocorreu em Leipzig, com a construção do *Siedlung Grünau* (ver figura 28) e o abandono de Plagwitz, tradicional bairro de industrialização antiga com interessantes exemplares de arquitetura residencial do final do século XIX.

Quando não eram apenas bairros, algumas vezes também cidades inteiras foram planejadas e construídas (inseridas em programas de desenvolvimento urbano-industrial), resultando no abandono de cidades existentes. Outro exemplo clássico é Halle e a vizinha Neustadt<sup>93</sup> (vizinhas a Leipzig, com 236.000 e 94.000 hab., respectivamente, no início dos anos 90). Esta última foi construída a partir de 1964 como modelo de cidade socialista, muito embora Halle tivesse sido relativamente pouco destruída durante a Guerra. Com isso, uma boa parte do núcleo urbano central de Halle entrou em processo de decadência e ruína, tendo que ser demolida e reconstruída (Bach, 1992, p. 13). Outras cidades planejadas nos anos iniciais da fase socialista foram Eisenhüttenstadt<sup>94</sup> (figura 29), Hoyerswerda e Schwedt<sup>95</sup>. Desta forma, a preocupação do planejamento urbano no período socialista acabou se reduzindo basicamente à

---

países capitalistas (como se observa em Brasília, por exemplo, inaugurada em 1962): a criação de um sistema de hierarquia nos bairros residenciais constituído por blocos de edifícios, quadras (*Wohngruppen*), complexos residenciais e bairros (*Wohnbezirke*) com seus próprios equipamentos locais de serviços e infraestrutura.

92 Esta avaliação foi feita em um seminário de planejamento urbano que reuniu em 1990, na cidade de Magdeburg, um conjunto de arquitetos das duas Alemanhas logo após a reunificação.

93 Neustadt significa Cidade Nova e após a reunificação em 1989 tornou-se um bairro anexado à cidade de Halle, que conta atualmente com 232.260 hab. (2007).

94 A cidade foi construída a partir de 1953 com o nome de Stalinstadt (cidade de Stalin), quando em 1961 passou a se chamar Eisenhüttenstadt. Ver figura 29.

95 Interessante notar a redução populacional destas três cidades após a reunificação alemã, em função da forte reestruturação econômica e social (o que será tratado mais adiante): Eisenhüttenstadt (população de 50.000 hab. em 1990; 33.000 hab. em 2006), Hoyerswerda (67.000 hab. em 1989; 41.000 hab. em 2006) e Schwedt (49.000 hab. em 1990; 36.000 hab. em 2006). Dados de população obtidos em [www.de.wikipedia.org](http://www.de.wikipedia.org).

produção de grandes complexos habitacionais, sejam periféricos ou em áreas centrais – neste último caso, em áreas urbanas destruídas na Guerra – devido à necessidade premente de suprir a forte demanda por habitação do pós-guerra.



**Figura 28:** Conjunto habitacional Leipzig-Grünau.  
Fonte: Strom, 1998.



**Figura 29:** Vista aérea de Eisenhüttenstadt. Foto do autor (2007) sobre foto de divulgação.

Nesses grandes conjuntos habitacionais de *Plattenbau*, a norma era a criação de grandes espaços públicos em escala monumental, pensados para serem lugares centrais da vida pública do bairro e como espaços referenciais da paisagem urbana. São, entretanto, espaços públicos com um caráter meramente funcionalista, sem diferenciação arquitetônica e quase sem nenhum tratamento paisagístico, como observa Bach (1992, p. 16), que aponta estas características formais como uma das semelhanças da cidade no socialismo com a cidade no capitalismo, com seus grandes conjuntos habitacionais modernistas.

É a constatação desta forma de produção “real” das cidades, muito aquém da visão de uma nova cidade preconizada quando da fundação do Estado socialista alemão, que nos conduz à afirmação de Häußermann (1996, p. 5) de que não se pode falar em cidades socialistas, mas em “cidades no socialismo”. A herança edificada anterior (“capitalista”) não permitia transformações estruturais a tal ponto que novas características morfológicas da cidade de uma nova sociedade (“socialista”) aparecessem em forma pura. Apenas na implantação dos grandes *Plattenbau-Siedlungen*, assim como nas novas cidades planejadas, como mencionado anteriormente, é possível identificar algumas destas características morfológicas ditas “puras”, onde a materialização da “cidade socialista” pode ser melhor identificada (Häußermann, 1996, p. 5).

Apesar destas restrições, as diferenças entre as cidades no capitalismo e no socialismo são bastantes claras. Segundo Häußermann (1996, p. 6-14), o ponto fundamental que os diferencia

é a instância de poder que rege cada uma delas: quem decide a respeito das formas de ocupação do solo urbano? No socialismo, não é o capital privado (através dos interesses dos proprietários do solo) quem toma esta decisão, mas, teoricamente, a sociedade<sup>96</sup>. Para que isso fosse possível, aboliu-se a propriedade privada do solo: todas as intervenções no espaço urbano passaram a ser decididas no âmbito do poder público apenas, e os processos de decisão foram organizados de maneira hierárquica e centralizada. Não é, portanto, a propriedade privada do solo que estrutura a cidade.

Conseqüentemente, não é a partir do espaço privado, ou seja, do solo urbano parcelado em lotes privados, que se estrutura o planejamento urbano, mas do espaço público (ou estatal). Para Betker (2005, p. 14), há de fato “algo de socialismo e anti-burguesia” nisso, e cita o nono dos dezesseis Princípios do Urbanismo de 1950: “As praças são a base estrutural do planejamento da cidade e de seu conjunto arquitetônico”<sup>97</sup>. O que se buscava era algo como uma “proletarização do espaço público”, em que este teoricamente deixava de ser palco de representação da burguesia, onde não mais se constituiria uma esfera pública burguesa – muito embora o autor reconheça que, na prática, a apropriação do espaço público passou ao longo dos anos a ser cada vez mais restrita e controlada, como vimos anteriormente, onde só aconteciam atividades toleradas ou desejadas pelo Estado, como eventos políticos e passeatas do Partido único, apresentações públicas de trabalhadores e festas populares.

Buscando delimitar o sentido do espaço público no socialismo, May (2005, p. 184) retoma Habermas e entende o espaço público como sendo constituído historicamente como parte de uma esfera pública burguesa. Assim, para a autora “o espaço público é o espaço da política, ao menos podendo ser politizado”, localizando-se sempre num campo entre política e economia – alternando entre fases “quentes”, quando a política impera, e fases “calmas”, dominada pela economia. Nas sociedades capitalistas, o espaço público é o lugar da economia, para a “propaganda de mercadorias” (induzindo ao consumo), enquanto no *real socialismo* havia se tornado o lugar da “propaganda política”, mas também sempre com um viés econômico, por conter mensagens de incentivo à produtividade (para alcançar as metas de produção industrial e promover o desenvolvimento econômico). Assim, ainda segundo a autora, “se na primeira a razão política do espaço público é cada vez mais subordinada ao consumo, na segunda situação ela é preenchida pela idéia de produtividade”. Ou seja, em

---

96 Muito embora no Realsozialismus as decisões estivessem centralizadas em um Estado central e não no âmbito local.

97 No original: “Die Plätze sind die strukturelle Grundlage der Planung der Stadt und ihrer architektonischen Gesamtkomposition”. Tradução do autor.

ambos os casos o espaço público tem permanecido cada vez mais em longas “fases calmas”, um espaço da economia, e menos da política.

Neste sentido, amplia-se a questão do poder, que se coloca agora não apenas como instância que define as formas de ocupação do solo (âmbito do poder, institucional ou não, que rege as formas de organização espacial urbana), mas também as formas de apropriação do espaço pelos cidadãos no cotidiano.

Importante ressaltar que, no contexto deste socialismo a ser implantado nos primeiros anos pós-guerra, havia a idealização de que a coletividade seria entendida como uma formação humana sem contradições e conflitos. Entendia-se assim que, na escala da cidade, não haveria uma demanda para solução de conflitos, o que resulta em um enfraquecimento do poder público municipal, enquanto administração política<sup>98</sup>. Todas as decisões de planejamento e gestão praticamente passam a ser ditadas de forma autoritária pelo Estado central, com as administrações municipais terminando por perder de fato sua autonomia política, embora não de direito (Häußermann, 1996, p. 8). Alguns exemplos citados pelo autor são os projetos de habitação – em que a capital central Berlim e até mesmo as cooperativas locais de construção (*Baukombinate*) tinham mais influência no planejamento dos programas de moradia (como a definição de localização, dimensão, tipologias etc.) e nas políticas orçamentárias do que as prefeituras, que praticamente não tinham fontes de arrecadação próprias, já que o orçamento municipal era parte de um orçamento nacional unificado. Sem autonomia e com poucas possibilidades para elaborar o planejamento urbano, as municipalidades dependiam das empresas e cooperativas estatais, podendo até mesmo serem classificadas como mais uma empresa estatal, e não como uma instituição política.

Se a existência de um monopólio do Estado sobre o solo urbano pode parecer teoricamente como um pré-requisito ideal para a atuação do planejamento urbano – na medida em que ele detém todas as ferramentas políticas e técnicas para a implementação dos projetos –, no “socialismo real” dos anos seguintes à fundação da RDA o regime com caráter autoritário passou, então, gradualmente a sufocar as instâncias locais de poder e a anular sua capacidade de atuação. Para Häußermann (op. cit., p. 10), este era um quadro completamente às avessas à concepção de Marx para a *Kommune* (a municipalidade), o qual, perseguindo a idéia de descentralização, deveria ter mais força política no âmbito das questões locais do que o Governo Central.

---

<sup>98</sup> Naturalmente que outras implicações políticas, específicas de cada país, podem também ter contribuído para este enfraquecimento das instâncias locais de poder.

A estrutura de poder como elemento que diferencia a cidade “no socialismo” da cidade “no capitalismo” abrange outros agentes dentro da dinâmica urbana, não se resumindo ao poder público municipal. Entretanto, a sociedade civil como conceito que abrange esta diversidade de agentes sociais desaparece como sujeito político na medida em que não se desenvolvem formas livres de participação e engajamento político dos indivíduos, nem mesmo nas questões mais locais – e aqui a referida perda da autonomia municipal acelera ainda mais esse processo de subordinação do indivíduo (Häußermann, 1996, p. 10). Portanto, se tratamos aqui de enfraquecimento da sociedade civil, entendida como um conjunto de vários atores cujos interesses e formas de pensar diferentes vêm à tona na “superfície” da esfera pública, podemos afirmar que inevitavelmente há neste processo um enfraquecimento da esfera pública – com materializações no espaço público, como a homogeneização da paisagem urbana que traduziria a idéia de harmonia. Não devemos esquecer de que um dos pressupostos da cidade socialista é a idéia de coletividade harmoniosa, marcada por um acentuado sentimento de comunidade e que não conhece os conflitos de classe da sociedade/cidade burguesa<sup>99</sup>.

No que diz respeito à produção da cidade material, esta diversidade de agentes sociais passa a ser mais restrita ainda com a adoção de um dos fundamentos da sociedade socialista: a abolição da propriedade privada. Isto reduz a praticamente um só agente – o Estado – o que na cidade capitalista corresponde a um amplo leque de interesses diversos representados, por exemplo, por investidores privados que atuam diretamente na produção da cidade material. O planejamento urbano no capitalismo tem como uma de suas funções centrais a de equilibrar e regulamentar estes diversos e muitas vezes conflitantes interesses e investimentos privados no acesso ao solo urbano, em tese adequando-os aos interesses da coletividade, muito embora obviamente nem sempre com sucesso. Por outro lado, em um regime socialista o ato de planejar e gerir uma cidade estaria, também em tese, mais fortalecido, não apenas por existirem “menos” agentes sociais no jogo, mas por que os interesses econômicos privados não seriam um obstáculo aos interesses da coletividade – sejam eles quais forem. Mas no “socialismo real” da RDA, a perda da autonomia municipal retirou do planejamento urbano praticamente toda a possibilidade de pensar a cidade.

Como vimos, a cidade tem um papel fundamental no projeto revolucionário – a sociedade socialista é fundamentalmente uma sociedade urbana. Neste sentido, o centro da cidade

---

<sup>99</sup> Segundo May (2005, p. 189-190), a “busca da harmonia” no urbanismo socialista parece ter se assentado perfeitamente bem a uma certa “tradição apolítica alemã” (do pós-guerra) e da qual o Estado central da RDA se utilizou como forma de legitimação. Para a autora, após o nazismo “nunca existiu uma sociedade civil” na antiga Alemanha Oriental

adquire um “papel ideológico fundamental” no urbanismo socialista, segundo Puyol *et al.* (1992, p. 464): ali não se concentram os estabelecimentos comerciais e escritórios como no CBD (Comercial Business District) das cidades capitalistas, mas as instituições políticas, sociais e culturais em torno de uma grande praça cívica onde acontecem principalmente grandes eventos de massa. O espírito visionário da teoria socialista trazia a idéia de que os espaços públicos no centro da cidade seriam o ponto de partida para transformações estruturais (Betker, 2005, p. 154).



**Figura 30:** Espaços públicos centrais: maquete representando o centro de Berlim Oriental na década de 80, com o *Palast der Republik* (Palácio da República) e uma grande praça na frente. Foto do autor, 2007.

No caso da nova Alemanha Democrática, que até 1952 ainda não se declarava oficialmente como socialista (May, 2005, p. 191), destacamos dentre os já mencionados Princípios do Urbanismo de 1950, o de nº 6:

*“O centro constitui o núcleo fundamental da cidade, é o centro político na vida da população. No centro se localizam as principais instituições políticas, administrativas e culturais. Nas praças do centro acontecem os eventos políticos, passeatas e festas populares. O centro será conformado pelos principais e monumentais edifícios da*

*cidade, dominando a composição arquitetônica da paisagem urbana e determinando a silhueta arquitetônica da cidade”<sup>100</sup>.*

Mas a sua apropriação político-ideológica pelo Estado vai resultar naquilo que Prigge (2005, p. 47) chama de “espaços públicos sem esfera pública” e espaços coletivos para comemorações. No dizer de May (op. cit., p. 191), já nesta Declaração de Princípios do Urbanismo (1950) faltava definir a sociedade urbana como uma “esfera pública e política”. É especialmente no centro da cidade que o exercício do poder estatal aparece de forma mais intensa e violenta, inclusive como reação à tensão da Guerra Fria e à crescente sedução do consumo vinda do Ocidente.

Aqui, porém, os espaços públicos são apenas a superfície. Os conflitos internos e as contradições ainda existentes na sociedade são mantidos ocultos (ou pelo menos, tenta-se...) através da estetização da paisagem urbana. Nas cidades mais importantes são projetados eixos urbanos e praças monumentais como palco para eventos políticos e militares, festas populares e culturais – basicamente como espaço de representação do Estado. Há uma “encenação do espaço público como espaço da união e da harmonia” (May, 2005, p. 188).

### **3.2.2 O centro de Leipzig no capitalismo**

A abertura das fronteiras da República Democrática da Alemanha (RDA) em novembro de 1989 é muitas vezes sintetizada pela imagem da queda do muro de Berlim. É um dos marcos históricos mais importantes do século XX e representou o fim da divisão política do “mundo” em dois blocos opostos, o capitalista e o socialista. A demolição do muro que dividia em duas partes a cidade de Berlim, assim como toda a Alemanha desde 1962 foi resultado de um longo processo político e econômico que não cabe aqui descrever em detalhes. Não apenas a reunificação da metrópole Berlim, novamente tornada capital, mas as transformações gerais operadas em toda a sociedade, principalmente no lado leste, são processos sociais e urbanos extremamente instigantes até hoje.

A cidade de Leipzig, uma das principais cidades da antiga Alemanha Oriental, é um caso extremamente interessante de uma cidade que se desestruturou completamente com a entrada

---

<sup>100</sup> No original: “Das Zentrum bildet den bestimmenden Kern der Stadt. Das Zentrum der Stadt ist die politische Mittelpunkt für das Leben seiner Bevölkerung. Im Zentrum der Stadt liegen die wichtigsten politischen, administrativen und kulturellen Stätten. Auf den Plätzen im Stadtzentrum finden die politischen Demonstrationen, die Aufmärschen und die Volksfeiern an Festtagen statt. Das Zentrum der Stadt wird mit den wichtigsten und monumentalsten Gebäuden gebaut, beherrscht die architektonische Komposition des Stadtplanes und bestimmt die architektonische Sillhouette der Stadt” (Institut für Landeskunde, 2002, p. 90-91). Tradução do autor.

na economia de mercado. Interessante observar como, ao longo da década de 90, diversas tentativas foram empreendidas para “salvar” a cidade, como dito na época. Uma cidade que se espalha indiscriminadamente pelos subúrbios ao sabor das investidas do capital privado, logo nos primeiros anos pós-reunificação, Leipzig se volta, a partir da segunda metade da década de 90, para seu centro e para sua estrutura urbana pré-existente.

Nas próximas páginas buscamos enfocar mais especificamente a questão do centro da cidade e do espaço público ao longo deste processo de mudança. Quais os significados que o centro de Leipzig adquiriu ao longo deste processo, não apenas como parte de uma estrutura intra-urbana e regional (em suas funções econômicas, por exemplo), mas também em um sentido político-social? Passados mais de 18 anos da reunificação alemã, qual o sentido dos espaços públicos centrais em um novo contexto, agora sob bases capitalistas: são eles meramente palco para o consumo e entretenimento ou desempenham também certo protagonismo na vida da cidade, como espaço político e de sociabilidade urbana?

### **Leipzig em 1989 – o ano da mudança**

A cidade de Leipzig foi um dos mais importantes palcos para as passeatas e protestos populares de crítica ao regime político vigente na antiga RDA<sup>101</sup>, quando os espaços públicos centrais, tendo a Igreja de São Nicolau como pólo irradiador, se converteram finalmente em espaços da política e da liberdade de expressão. Mas, nos anos seguintes, Leipzig ficou marcada por uma grave crise econômica e social que atingiu a cidade e sua região, assim como todo o leste alemão, perceptível no aumento do desemprego, abandono dos complexos industriais obsoletos, êxodo da população e falência econômica das administrações municipais. A cidade de Leipzig chegou ao ano de 1990 como um exemplo ilustrativo da situação precária em que se encontravam as demais cidades da antiga República Democrática da Alemanha: edifícios residenciais em estado de degradação, fábricas, escolas e hospitais em condições precárias, infra-estrutura urbana insuficiente e com taxas preocupantes de poluição atmosférica, da água e do solo. Após ter sido o centro das atenções com as passeatas do outono de 1989, desta vez a cidade aparece na mídia através da pergunta: “Leipzig pode ainda ser salva?” (Doehler e Rink, 1996, p. 263).

Uma das principais cidades da RDA nos anos 1990 com cerca de 500 mil habitantes, Leipzig

---

<sup>101</sup> Manifestações políticas que culminaram com a “queda do muro” na noite de 9 de novembro de 1989, como já mencionado.

está localizada no extremo oeste do Estado da Saxônia, cuja capital é Dresden (figura 31)<sup>102</sup>. Juntamente com a cidade de Halle, localizada a pouco mais de 30 km de distância, Leipzig é ainda o centro de um dos mais importantes conglomerados urbanos da Alemanha. Até 1989/1990 ela era o pólo de uma importante região industrial, mas também historicamente marcada por uma forte herança cultural (famosa por seu parque editorial e suas gráficas) e pelo comércio, com a tradicional Feira de Exposições (a *Messe*) e as galerias do início do século no centro da cidade - atividades terciárias também importantes para a economia urbana.

A estrutura urbana da cidade de Leipzig é bastante compacta com diversas camadas históricas sobrepostas (Figura 31). Seu núcleo histórico é o centro de uma configuração espacial radioconcêntrica que se fragmenta apenas na medida em que avança para a periferia, em direção aos grandes *Siedlungen*, os grandes conjuntos habitacionais estatais construídos até os anos 80, e às pequenas povoações dispersas no território regional. O primeiro anel da cidade separa o núcleo central dos bairros operários e burgueses surgidos quando da industrialização da cidade, a partir do final do século 19, e que se transformaram ao longo do século seguinte em bairros de uso misto, com comércio, serviços e moradia lado a lado. São estas áreas centrais que, embora pouco modificadas, chegam a 1990, quando da reunificação alemã, em processo avançado de degradação.

---

<sup>102</sup> Após a reunificação, além da capital Berlim com status de Cidade-Estado, foram formados cinco estados federais no lado leste: Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental, Brandenburgo, Saxônia-Anhalt, Saxônia e Turíngia.



**Figura 31:** Localização de Leipzig na Alemanha.  
*In:* [http://europa.eu/abc/maps/regions/germany/sachsen\\_es.htm](http://europa.eu/abc/maps/regions/germany/sachsen_es.htm)

Duas grandes áreas industriais de extração de minério ao norte e ao sul da cidade, implantadas durante o período socialista, forçaram a expansão da cidade para leste e oeste. A partir de 1976 é construído na periferia oeste o grande complexo residencial de Grünau, com uma população de quase 100.000 habitantes em 1989. Também a periferia leste é ocupada a partir dos anos 80 com outros conjuntos habitacionais de grande porte, construídos com tecnologia pré-moldada e em escala industrial. Estes grandes conjuntos do período socialista promoveram uma forte reestruturação espacial e na dinâmica urbana na cidade de Leipzig, no sentido de que geraram uma nítida separação espacial, antes não existente, entre áreas residenciais suburbanas e uma maior concentração no centro da cidade de locais de trabalho e equipamentos sociais. A mistura de usos típica dos bairros centrais antigos é rechaçada em nome de uma racionalidade econômica e de uma idéia de progresso, traduzidos na monofuncionalidade dos complexos habitacionais típicos do urbanismo modernista. Racionalidade esta que se converteu em deseconomia urbana como o aumento da distância entre moradia e trabalho e do tempo de deslocamento dos indivíduos, com sobrecarga do

sistema de transporte público e da infra-estrutura viária urbana (Usbeck, 1991, p. 75).

Leipzig tinha seu parque industrial composto principalmente pela indústria mecânica pesada, eletro-eletrônica, metalurgia e indústria química. O novo contexto econômico e geopolítico fez a cidade passar por um processo intenso de desindustrialização em função de seu obsoleto parque industrial (produtor de graves problemas ambientais), o que resultou no abandono de grandes áreas industriais, na demissão de trabalhadores e, conseqüentemente, numa grave crise econômica<sup>103</sup>. Com esta completa desestruturação sócio-econômica, Leipzig passaria a compartilhar com as muitas outras cidades do leste o chamado “encolhimento” (*Schrumpfung*), um processo recente de redução de população urbana<sup>104</sup>. Com 511.079 habitantes em 1990, a população da cidade já estava reduzida para 476.000 habitantes em 1994 (Doehler e Rink, 1996, p. 265).

Além de tudo isso, a estrutura de planejamento urbano municipal encontrava-se totalmente desaparelhada para lidar com as novas demandas, numa sociedade que tinha agora que enfrentar novos agentes urbanos e novas regras na produção da cidade: “mercado no lugar de planejamento centralizado, propriedade privada no lugar de 'propriedade coletiva', democracia no lugar de ditadura”, no dizer do sociólogo Hartmut Häußermann (1996, p. 5). Fazia-se necessário aprender a lidar com interesses diferentes e conflitantes, a fazer compromissos, reagir a processos de mercado contraditórios e imponderáveis. No caso de Leipzig, o início da década de 90 foi um período de descontrole no planejamento urbano (Lüdke Daltrup, 1999). O quadro desolador também era perceptível na precária estrutura urbana material, como mencionado antes, e, em função disso, ainda em meados da década havia aproximadamente 800.000 m<sup>2</sup> de área industrial e comercial ociosa e cerca de 60.000 unidades residenciais desocupadas (Dohler-Behzadi, 2004, p. 6).

### **A busca pelo subúrbio**

É, portanto, neste quadro constituído por graves problemas de infra-estrutura urbana concomitante com o grande interesse do capital imobiliário que uma suburbanização terciária

---

<sup>103</sup> Neste sentido, pode-se afirmar que as atividades terciárias foram determinantes para a reestruturação econômica das cidades do leste, como veremos adiante.

<sup>104</sup> A população do Estado da Saxônia foi reduzida em 600 mil habitantes nos últimos 15 anos (atualmente tem uma população de cerca de 4.200.000 hab.), as cidades de Leipzig e Dresden (a capital) viram sua população se reduzir em mais de 10%, enquanto cidades menores como Hoyerswerda já perderam quase metade da população. A projeção de dados aponta para a perda de cinco milhões de habitantes no leste alemão até 2050 (Albuquerque, 2005). A situação é dramática ainda hoje na ex-RDA: 1,3 milhão de moradias estão ociosas e a previsão é que em 2030 este número deverá subir a dois milhões (Oswalt, 2005).

se instalou após 1989. Novos empreendimentos comerciais de grande porte, como *shopping centers* e grandes supermercados, foram implantados rapidamente na periferia da cidade. Entre outros, é inaugurado em 1991 o Saalepark, localizado entre as cidades de Leipzig e Halle, como o maior centro de compras da Alemanha naquele momento em termos de área locável, com 130.000 m<sup>2</sup>. Dentro da área urbana, mas em localização mais periférica, é construído em 1994 o shopping center Paunsdorf-Center, com 70.000 m<sup>2</sup> da área locável. Para efeito de comparação, o centro da cidade apresentava, até então, 80.000 m<sup>2</sup> de área locável (Daldrup, 1999, p. 7).

Em uma publicação escrita em meados dos anos 90, Friedrichs (1995, p. 137-138) analisa aqueles primeiros anos pós-reunificação e destaca as dificuldades financeiras das municipalidades (recém-reestruturadas administrativamente) como uma das principais razões que desencadearam o desinteresse pelos centros das cidades do leste até então. A carência de recursos próprios fez com que as prefeituras dependessem de investimentos privados para que as áreas centrais pudessem ser recuperadas e modernizadas, mesmo com a ajuda financeira recebida do governo federal para o desenvolvimento dos novos estados do leste. O capital privado, no entanto, direcionava seus investimentos isoladamente apenas para as edificações históricas mais atrativas do centro, ao mesmo tempo em que o planejamento urbano municipal ainda não conseguia naquele momento, passados aproximadamente cinco anos da reunificação, desenvolver diretrizes de uso e ocupação do solo mais abrangentes para estas áreas. O resultado seria um processo de desenvolvimento urbano pouco controlado pelo Estado. Enfim, como consequência deste maior poder de ingerência do capital privado na produção da cidade está o surgimento, nestes primeiros anos, dos mencionados subcentros periféricos na forma de grandes equipamentos comerciais e de serviço, como *shopping centers* ou grandes supermercados.

Três causas são então apontadas pelo autor para que estes empreendimentos comerciais se instalassem nos subúrbios de Leipzig, assim como das cidades do leste de modo geral: a fraca atratividade do centro com as deficiências estruturais das edificações mais antigas; os problemas jurídicos ainda pendentes referentes à propriedade dos imóveis que haviam sido estatizados no período socialista, bloqueando o investimento privado em terrenos ou edificações centrais; e, por fim, a existência de grandes áreas disponíveis nas regiões suburbanas sem entraves jurídicos do ponto de vista da propriedade, sendo, portanto, mais fáceis de serem edificadas e a um custo econômico muito mais baixo (Friedrichs, 1995, p. 137). Para o consumidor, estes *shopping malls* aparecem nesta primeira metade da década de 90 como uma alternativa para a deficiente oferta de comércio e serviços no centro da cidade.

Diante disto, qual parecia ser o futuro do centro da cidade naquele momento, considerando a precariedade de sua estrutura urbana herdada dos chamados anos socialistas? Os problemas eram tantos que afetavam negativamente a qualidade de vida urbana, resultando numa perda da identificação com a cidade por parte da população e acelerando a emigração das gerações mais jovens, além de afastar turistas e investidores devido ao baixo padrão da infra-estrutura técnica e social.

É assim que o centro de Leipzig passa os primeiros anos desta nova fase histórica com poucas transformações, em situação de estagnação. Toda aquela efervescência social e a riqueza dos protestos políticos nas ruas e praças naquele outono de 1989 haviam se desvanecido na normalidade (ou na sua busca) de cidades preocupadas com a reestruturação física e recuperação econômica. Como se aquela esfera pública “quente”, que quase podia ser sentida na pele das pessoas, entrasse em um estado de calma e “esfriamento”.

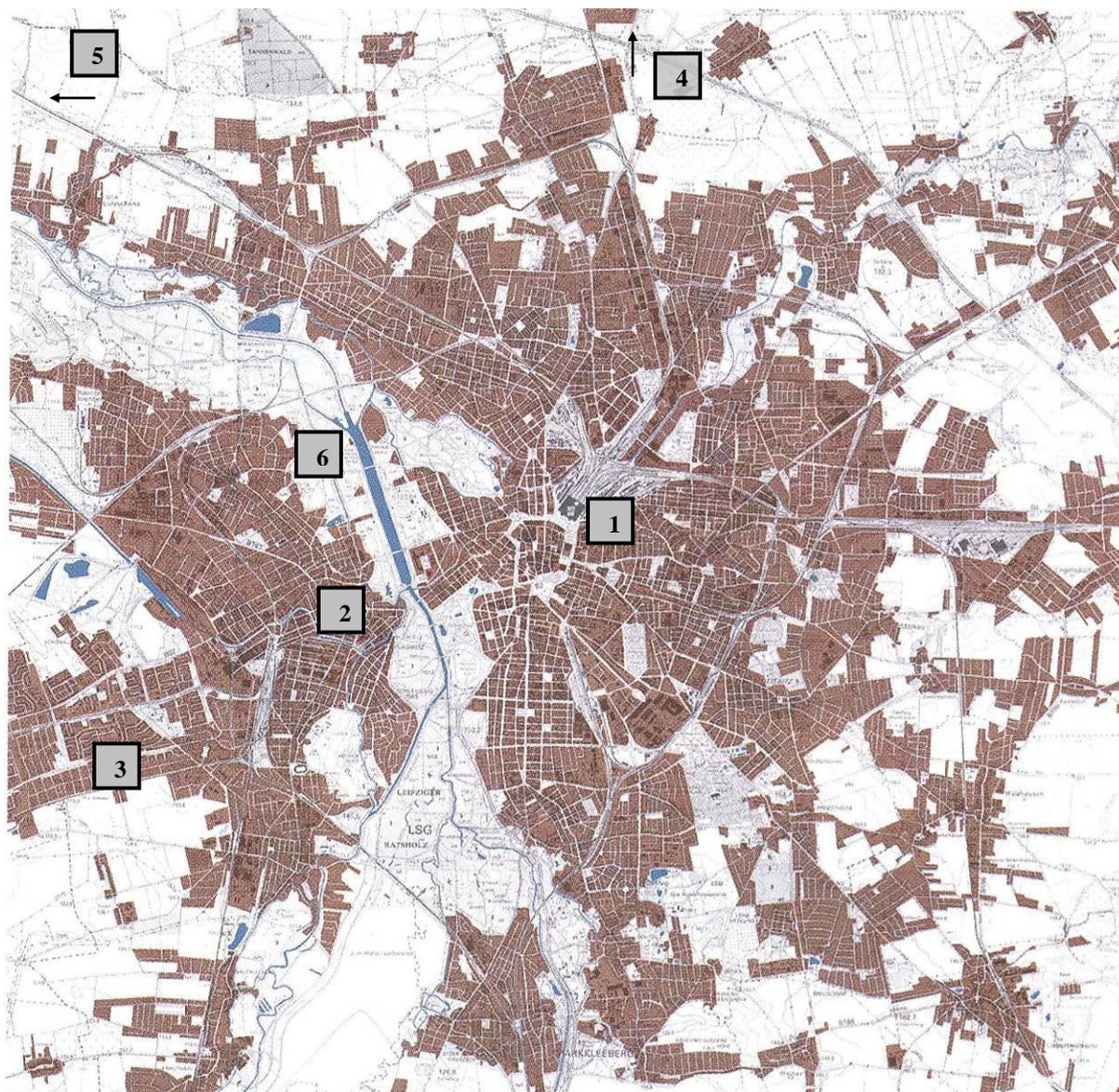
Para Nuisl & Rink (2003, p. 18), a Alemanha Oriental não havia conhecido o *urban sprawl* tipicamente norte-americano e, pelo menos morfologicamente, preservou a cidade e a centralidade em seu sentido tradicional. No entanto, entre 1970 e 1990 aconteceu em Leipzig e em outras cidades um específico tipo de desenvolvimento urbano periférico, o que pode ser considerado, segundo os autores, como uma “variante socialista” do *sprawl* urbano. Caracterizava-se por uma combinação de três elementos: as grandes plantas industriais, os grandes conjuntos habitacionais padronizados e as tradicionais *Datschen*, pequenas casas de campo com jardim, do tipo *bungalow*, de diferentes formas, tipos e cores.

Do ponto de vista demográfico, o centro da cidade se esvaziou continuamente a partir daí, acelerando a degradação física dos imóveis. Durante um período de aproximadamente 20 anos, a partir de 1971, o centro da cidade perdeu cerca de 35% de sua população moradora, inclusive com uma segregação etária bastante forte: nos novos *Siedlungen* da periferia – onde estavam os apartamentos mais desejados, por serem novos e com uma melhor infra-estrutura – passou a morar uma população mais jovem, com uma predominância de famílias na faixa etária dos 30 a 45 anos, enquanto nos bairros centrais ficaram as pessoas mais idosas nos apartamentos mais antigos e sem manutenção (Usbeck, 1991, p. 76). Assim, ao deslocar uma boa parte da população moradora para fora dos bairros centrais, alocando-as nos conjuntos habitacionais, o planejamento urbano estatal dá início a um certo tipo de *periferização* da moradia<sup>105</sup> - que após a “virada” de 1989 dará lugar a um processo de *suburbanização* de fato,

---

<sup>105</sup> Apesar das semelhanças com o urbanismo modernista ocidental dos anos 70/80, em Leipzig, como em outras cidades na antiga RDA, a implantação dos conjuntos habitacionais ocorre na periferia urbana (e muitas vezes também nas áreas centrais) e não em áreas suburbanas mais distantes (Usbeck, 1996, p. 74) como nas cidades

mas capitaneada pelo capital privado, não mais pelo Estado. Esta suburbanização dos anos 90 não será apenas residencial, mas também de grandes equipamentos de comércio e serviços, conforme veremos mais adiante.



**Figura 32:** Mapa de Leipzig em 1989 com principais localizações:

1 – Hauptbahnhof – estação central de trens

2 – Plagwitz

3 – Grünau

4 – Nova Messe (Feira de Exposições)

5 – Aeroporto Halle-Leipzig

6 – rio Weißer Elster com canais artificiais

Fonte: Lütke Daldrup, 2005, imagem reformada pelo autor.

É assim que, a partir do início dos anos 90, o setor terciário foi aquele que passou a atuar com maior força na dinâmica econômica das cidades. Apesar de, historicamente, o centro da

---

do oeste. Daí utilizarmos o conceito de “periferização” e não “suburbanização” da moradia.

cidade ser a localização privilegiada para os empreendimentos comerciais, os empreendedores são empurrados para as áreas suburbanas pelos motivos já apontados anteriormente, ou seja, as dificuldades encontradas para se instalar nos bairros centrais e as facilidades para ocupação de “áreas virgens” fora da cidade. E também ainda não estavam disponíveis planos de desenvolvimento regional que pudessem dar conta deste espraiamento urbano. O fato é que, durante a primeira metade da década de 90, a ocupação por parte de grandes empreendimentos comerciais, como supermercados e shopping centers, nas áreas suburbanas na região Leipzig-Halle foi descontrolada, provocando uma dispersão urbana que afetou tanto o sistema urbano-regional como o próprio centro das duas cidades.

A partir de Nuisl e Rink (2003, p. 18) podemos identificar, para o período de 1989/1990 até a atualidade, três diferentes fases de transformação urbana de Leipzig. Até 1996 temos uma conturbada fase inicial (especialmente nos três primeiros anos) de reunificação política com a entrada da antiga Alemanha Oriental em uma economia de livre mercado, caracterizada pela estagnação do centro da cidade e o predomínio de uma suburbanização terciária, mas com intensificação da suburbanização residencial. É a partir de 1996 que o centro da cidade começa a “ressurgir” em função de diversos investimentos públicos na área central. Por fim, fortes investimentos privados no centro e a incorporação de diversas municipalidades vizinhas em 2000 fortalecem a centralidade de Leipzig no contexto de toda uma região. Sistemáticamente podemos assim apresentar as três fases:

- 1ª fase (1990-1996): “Wild east”, *urban sprawl* sem controle do planejamento urbano oficial e desinteresse pelo centro; suburbanização residencial e de atividades terciárias;
- 2ª fase (1996-2000): Fortalecimento do centro da cidade com retração gradual da suburbanização;
- 3ª fase (2000 em diante): Consolidação do centro.

No primeiro ano pós-unificação milhares de investidores do oeste alemão “invadiram” a ainda existente RDA e buscaram fincar o pé naquele mercado emergente. Como já explicitado anteriormente, o interesse preferencial era pelas zonas suburbanas das grandes cidades, onde havia grande quantidade de imóveis e terrenos que não eram objeto de pedido de restituição de propriedade. A região de Leipzig foi uma das mais procuradas pelo capital privado por constituir parte de um grande complexo industrial e ser o mercado regional mais promissor da antiga RDA. Ao mesmo tempo, o poder público investiu grande soma de recursos na melhoria da infra-estrutura, como no sistema viário, consolidando o subúrbio como localização ideal para grandes empreendimentos comerciais e residenciais. Tudo isso sem que houvesse ainda

uma concepção de desenvolvimento urbano a longo prazo, pois imperava, como vimos, uma espécie de “vácuo” no poder público no que tange o controle do uso e ocupação do solo. O planejamento urbano local era inexperiente para as novas formas de barganha dentro da economia de mercado, além de estar extremamente focado na idéia de crescimento, oferecendo aos empreendedores amplas condições de investimento.

Como em outras regiões da Alemanha Oriental, os primeiros empreendimentos a desembarcar no subúrbio de Leipzig (em seu território e nas municipalidades vizinhas) foram *shopping centers* e grandes supermercados. Estes grandes projetos tiveram rápida concretização (entre 1990 e 1992) por sua reduzida complexidade, mas também por causa da referida permissividade dos órgãos públicos de planejamento. O Saalepark, hoje Nova Eventis, foi o maior destes *shopping malls*, inaugurado em 1991 às margens da *Autobahn* entre Leipzig e Halle.

A partir de 1992 observa-se um crescimento do espraiamento urbano de uso residencial, com auge em 1996. A atração da moradia suburbana se deve à diminuição da qualidade de vida nas zonas urbanas mais centrais, em função de basicamente três fatores específicos (Nuisl e Rink, 2003). Primeiramente, até meados da década o mercado imobiliário das áreas centrais de Leipzig esteve bastante prejudicado pelos problemas na restituição de propriedade de muitos imóveis, como já mencionado, e pela carência na oferta de moradia de boa qualidade, de modo geral. Um segundo aspecto foi a poluição e outros problemas ambientais (resultantes de um modelo de industrialização implantado durante os anos socialistas) e, por fim, os subúrbios se mostravam agora como a única possibilidade de se ter um certo “padrão ocidental” de moradia, como a casa unifamiliar com jardim, um desejo contido de muitos alemães orientais – o que só era possível para poucas famílias dentro das condições existentes anteriormente no socialismo real. Estas forças que atuaram na produção da suburbanização foram aparentemente mais fortes do que as eventuais vantagens do centro da cidade naquele momento, como o bom sistema de transporte público e a infra-estrutura cultural.

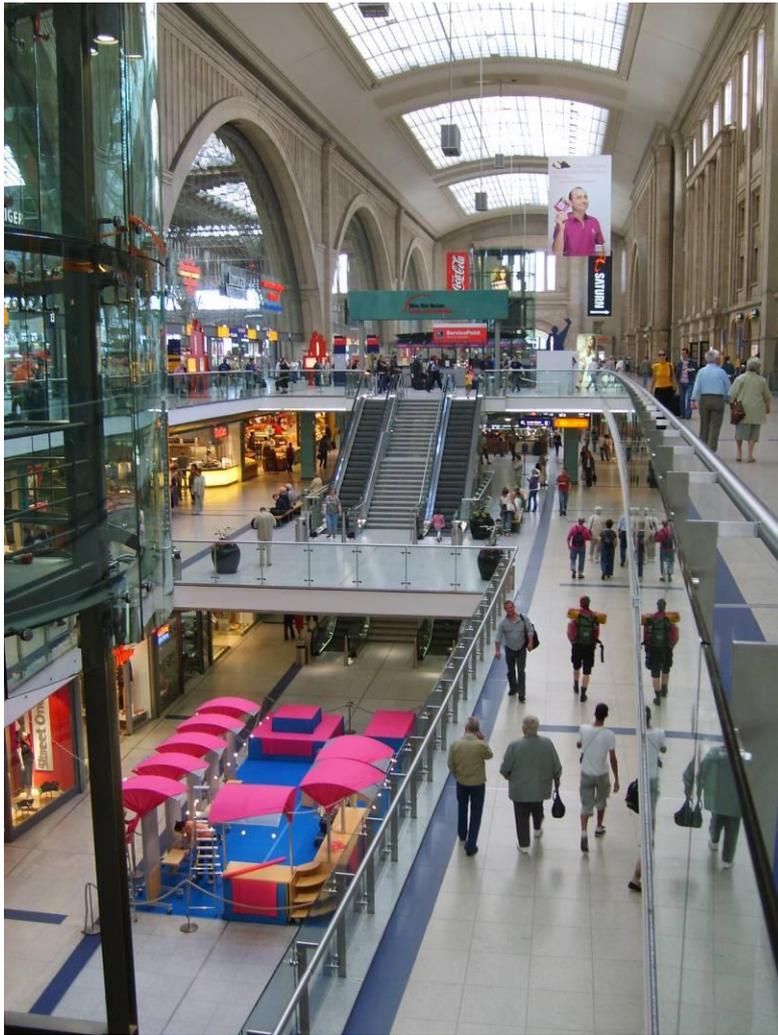
### **Altos investimentos no novo/velho centro**

As condições para um gradual retorno às áreas centrais começam a aparecer a partir de 1996, quando o centro principal e os bairros no centro expandido (estes com um sistema de ruas e edificações advindo do final do século 19) passaram a ser mais atrativos para moradia e outros usos. Uma das causas desta mudança é a conclusão de muitos processos de restituição de propriedade de imóveis e a sua inserção gradativa no mercado imobiliário, normalmente como

apartamentos de padrão mais alto. Ao mesmo tempo, como resultado também de uma melhor organização do aparato de planejamento urbano local, são desenvolvidos projetos públicos de renovação urbana de bairros centrais que se mostram mais efetivos neste momento. Novos empreendimentos privados de comércio e lazer nas áreas centrais também contribuíram para um maior fortalecimento da cidade como um todo, tanto do ponto de vista econômico como urbanístico.

Um dos exemplos é a modernização da estação central ferroviária e a construção em seu subterrâneo de um grande *shopping center* em 1997, o *Hauptbahnhof Promenade* (figura 33). Em Plagwitz, tradicional bairro de industrialização antiga (ver localização na figura 32), são elaborados projetos de renovação urbana sustentável, dentro da proposta de Leipzig para participar da Exposição Mundial “EXPO-2000” em Hannover, a partir da requalificação de espaços públicos urbanos, investimentos privados em habitação e conversão de antigas fábricas em centros tecnológicos.

O Estado da Saxônia implantou no ano de 2000 uma reforma territorial, quando a municipalidade de Leipzig passou a incorporar algumas das cidades vizinhas, quase duplicando a área sob sua jurisdição. Isto fez com que muitos dos empreendimentos residenciais e comerciais suburbanos passassem a fazer parte da municipalidade de Leipzig. Naturalmente que esta reorganização político-administrativa do território não afeta de imediato o sistema urbano-regional, pois as espacialidades da aglomeração urbana composta por uma cidade central mais compacta e uma ocupação mais rarefeita nos subúrbios, assim como as relações econômicas entre elas, se transformam de forma mais lenta. De qualquer forma, isto trouxe benefícios para a municipalidade de Leipzig por aumentar as suas possibilidades de controle do planejamento espacial, no que diz respeito às políticas de uso e ocupação do solo em seu território urbano e suburbano.



**Figura 33:** Hauptbahnhof Promenade: *shopping center* dentro da edificação histórica da estação ferroviária central. Foto do autor, 2007.

Muitos projetos públicos e privados fortaleceram a cidade, em detrimento das regiões suburbanas. Destacam-se o novo complexo para a *Messe* (feira de exposições) ao norte da cidade (conclusão em 1996) – concomitante com o desenvolvimento de propostas de reciclagem de suas antigas instalações centrais para novos usos –, a implantação do setor industrial Nord-Ost, a ampliação do aeroporto Leipzig-Halle (2000), assim como a construção de um novo ramal ferroviário para o trem de alta velocidade ICE (*InterCityExpress*), conectando Leipzig aos grandes centros urbanos do país. Outros grandes empreendimentos do capital privado receberam incentivos fiscais para se instalarem na área urbana, como o novo centro de formação profissional da Telekom (empresa de telefonia). Embora já mais tardiamente, um destes grandes projetos foi a candidatura de Leipzig para as Olimpíadas de 2012, elaborada em 2003.

Todos estes empreendimentos, especialmente os de infra-estrutura, tiveram o objetivo de

“polir” a imagem da cidade e atrair investimentos privados, especialmente no setor terciário. Rapidamente, portanto, a região da Grande Leipzig torna-se um importante centro financeiro e de prestação de serviços para todo o território central da antiga RDA, muito embora aparecessem muitas críticas à época quanto ao modelo de desenvolvimento adotado, apoiado apenas em grandes projetos terciários, e quanto à exigência de rapidez em todas as etapas de planejamento e execução, que sobrecarregavam o recém-estruturado corpo técnico de planejamento urbano local<sup>106</sup>.

No meio de todo este carrossel de grandes e espetaculares projetos, observam os autores que até aquele momento estavam sendo colocadas em segundo plano a modernização e recuperação de muitos outros bairros residenciais e industriais antigos, assim como a necessária expansão da infra-estrutura urbana, cuja capacidade é ainda mais sobrecarregada com estes novos grandes empreendimentos.

De qualquer forma, e apesar de tudo, é neste final da década de 90 que se consolida a “volta” à cidade das atividades econômicas terciárias, não apenas ao centro especificamente, mas para os bairros centrais, onde diversas galerias comerciais e lojas de departamentos se instalam. A moradia no centro expandido, ou seja, nos bairros históricos de industrialização antiga como Plagwitz, se torna mais atrativa em função da continuidade dos investimentos privados e públicos. Assim é que nesta fase se observa tanto uma redução significativa do êxodo populacional para fora da cidade, quanto uma diminuição da suburbanização terciária, embora ainda não se possa falar em um retorno da população suburbana.

É especialmente a partir do ano 2000 que, desfeitos os entraves que desviavam os olhos da cidade para o subúrbio, se verifica um grande volume de investimentos públicos e privados no centro principal. Uma das primeiras iniciativas de projetos integrados e que apontavam para um desenvolvimento urbano a longo prazo e mais abrangente foi a proposta de Leipzig para participar da EXPO-2000 em Hannover, exposição mundial com o tema Homem-Natureza-Técnica, como uma das chamadas “sedes externas”. A cidade elaborou três projetos: o primeiro deles se ocupava do já mencionado Plagwitz, tradicional bairro de industrialização antiga e que havia sido objeto de poucos investimentos até então. Aqui Leipzig se propôs a buscar soluções a partir do conceito de renovação urbana sustentável, seja na requalificação

---

<sup>106</sup> “Velocidade nos processos de tomada de decisão e planejamento é uma das principais condições para o desenvolvimento de Leipzig”, afirma o próprio Plano de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Leipzig de 1993 (Dohler e Rink, 1996, p. 271). Um exemplo foi o andamento do processo burocrático para a implantação da nova *Messe*. Apenas cinco anos decorreram desde a tomada de decisão inicial para sua construção (1991), atravessando fases de estudos, de elaboração de projeto e licenciamento municipal, entre outras etapas, até sua inauguração (1996).

do espaço público conjugado com investimentos privados em habitação, seja na conversão de antigas edificações industriais para a criação de um Parque Tecnológico. O segundo projeto para a EXPO-2000 também trata de reciclagem de funções urbanas em antigas áreas abandonadas, neste caso em uma antiga região de extração de carvão ao sul de Leipzig, com o objetivo de apontar possibilidades para transformação ambiental e paisagística. Por fim, o último projeto se confronta com a história de Leipzig durante a reunificação alemã, analisando o papel da cidade como protagonista da “revolução”, abordando seu início, sua inserção no cotidiano e as possibilidades que se oferecem para, a partir daí, construir o futuro.

Grandes projetos públicos e privados na área central da cidade<sup>107</sup> começam a ser desenvolvidos no final dos anos 90 e início da década seguinte. Destacam-se diversas lojas de departamento e galerias comerciais como a Marktgalerie, Messehaus am Markt, Messehofpassage e Petershof, assim como os projetos do novo Museum für Bildende Kunst (Museu de Belas Artes), a ampliação do Stadtgeschichtliches Museum (Museu de História da Cidade) e do campus da Universidade de Leipzig. Os quadros 1 e 2 abaixo resumem os principais empreendimentos arquitetônicos e urbanos, sejam públicos ou privados, na cidade de Leipzig a partir principalmente do ano de 2000, na área central e no centro expandido, respectivamente. Em seguida detalhamos alguns destes empreendimentos.

---

<sup>107</sup> Os dados a seguir apresentados sobre os projetos desenvolvidos nas áreas centrais de Leipzig provém de Lütke Daldrup (2005) e do folheto informativo da Prefeitura “City Plus Guide – Bauen in der Innenstadt”, de julho de 2005.

**Quadro 1:** Principais projetos no centro da cidade de Leipzig

	<b>ano de conclusão</b>	<b>área total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>empreendedor</b>
<b>Museum der Bildende Künste</b> Museu de Artes Plásticas	2004	16.700	Prefeitura
<b>Stadtgeschichtliches Museum</b> – ampliação Museu de História da Cidade	2003	4.375	Prefeitura
<b>Petersbogen</b> – galeria comercial	2001	53.000	privado
<b>Hauptbahnhof-Promenade</b> Reforma e modernização da estação central ferroviária com shopping center	1997	17.500	privado
<b>Marktgalerie</b> galeria comercial com moradia	2005	50.000 (incl. 2.200 em moradias)	privado
<b>Karstadt</b> (Petersstraße) – loja de departamentos	2006	46.000	privado
<b>Messehaus am Markt</b> (lojas e escritórios)	2003	10.700	privado
<b>Messehof</b> – galeria comercial	2006	-	privado
<b>Campus</b> Universidade de Leipzig	2009 (previsão)	90.000	Estado da Saxônia
<b>Restaurante Universitário</b> ( <i>Mensa</i> )	2006	12.111	Estado da Saxônia
<b>Sede da Orchestra Sinfônica</b> da emissora MDR (edifício “Klangkörper”)	2001	-	empresa pública GEV
<b>Zentralstadion</b> – estádio de futebol	2003	capacidade 45.000 pessoas	Zentrastadion Leipzig GmbH
<b>Praça do Zentralstadion</b>	-	25.000	Prefeitura
<b>Arena Leipzig</b> – ginásio esportivo	2002	22.000	Prefeitura
<b>City-Tunnel</b> Estações Hauptbahnhof, Markt, Wilhelm-Leuschner-Platz, Bayerischer Bahnhof	2008-2009 (previsão)	-	Deutsche Bahn AG
<b>Bundesverwaltungsgericht</b> Tribunal Federal de Justiça Administrativo - reforma	2002	37.614	Governo Federal

Fonte: Elaboração do autor a partir de Lütke Daldrup (2005)

**Quadro 2:** Principais projetos no centro expandido de Leipzig

	<b>ano de conclusão</b>	<b>área total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>empreendedor</b>
<b>Fábrica da BMW</b> (em Leipzig-Plaußig) Projeto do pavilhão central de Zara Hadid, após concurso internacional. Abriga a BMW e fornecedores, com 5500 empregados.	2004	482.130 (em terreno de 208 ha.)	privado
<b>Industriepark Nord</b> Projeto paisagístico e urbanístico da área industrial Industriepark Nord	2005	150 ha.	Prefeitura
<b>Parque Rabet</b> Reforma de parque de bairro	2005	-	Prefeitura
<b>Parque Reudnitz</b> Transformação da área desativada da estação ferroviária de Eilenburg em parque de bairro	2003	63.000	Prefeitura
<b>Media-City Leipzig</b> Complexo de comunicação, escritórios e estúdios de televisão, em região de antigo matadouro	2000	44.000	privado - Leipziger Gewerbehofgesellschaft
<b>Buntgarnwerke, moradia em antiga indústria</b> Reciclagem do edifício sul (1906) da antiga fábrica Buntgarnwerk, patrimônio histórico tombado – aprox. 100 unidades residenciais – bairro Plagwitz	2001	15.000	privado
<b>Buntgarnwerke, moradia em antiga indústria</b> Reciclagem do edifício oeste (1887-1898) da antiga fábrica Buntgarnwerk – aprox. 182 unidades residenciais – bairro Plagwitz	2001	33.000	privado
<b>Buntgarnwerke, moradia em antiga usina de calefação da fábrica</b> Reciclagem funcional, aprox. 49 apartamentos de luxo – bairro Plagwitz	2005	3.790	privado
<b>Parque Plagwitz</b> Parque de bairro às margens do canal Karl-Heine, antiga área de ferrovia e indústria	2004	3.300	Prefeitura
<b>Spinnerei</b> Centro de cultura e arte, com gastronomia, escritórios, eventos e moradia em Plagwitz. Reciclagem de antiga fábrica textil (até 1909, a maior da Europa). Projeto de usos múltiplos que une arte contemporânea e edifícios históricos.	-	100.000	privado
<b>Aeroporto Leipzig-Halle</b> Ampliação do terminal de passageiros	2003	-	Privado – Flughafen Leipzig-Halle GmbH
<b>Estação ferroviária do aeroporto Leipzig-Halle</b> Novo terminal para trens rápidos ICE	2003	-	privado DB Projektbau GmbH

Fonte: Elaboração do autor a partir de Lütke Daldrup (2005)

O primeiro destes grandes projetos comerciais foi a já mencionada ampliação e modernização da *Hauptbahnhof* (estação ferroviária central) em 1997, com a construção em suas

dependências do shopping center *Promenade* (figura 33). Um dos edifícios mais importantes da cidade, quando de sua inauguração, em 1916, era a maior estação ferroviária da Europa até ser praticamente destruída na Segunda Guerra e reconstruída entre os anos de 1948 e 1965. O projeto contemporâneo consistiu em preservar a edificação histórica, inclusive a monumental plataforma central de 270 metros de comprimento, e acrescentar-lhe em níveis subterrâneos um grande complexo comercial com 140 lojas, restaurantes e cafés, em 17.500 m<sup>2</sup> de área. Como parte de um projeto da Deutsche Bahn, a companhia ferroviária estatal, para transformar as estações das grandes cidades alemãs em centros de comércio e serviços, a modernização da estação de Leipzig foi um marco inicial importante para a “retomada” do centro da cidade, reforçando a centralidade da estação ferroviária na vida urbana da cidade.

Muitas novas galerias comerciais e lojas de departamentos foram abertas alguns anos mais tarde, no início da década de 2000. Três destes projetos recuperam edificações que contam parte da história de Leipzig como cidade de Feira de Exposições<sup>108</sup>: a galeria *Messehaus am Markt* inaugurada em 2003 em um edifício de 5 andares construído em 1965; o antigo edifício da *Messehof* (1949/50) reciclado em uma galeria comercial e de escritórios (2006) com o mesmo nome; e a *Marktgalerie* (2005), construída no local do *Messeamt* (1963-65), edifício administrativo da Feira de Exposições, demolido em 2001.

Em 2001 é inaugurado o complexo *Petersbogen*, composto por galeria de lojas em três andares, cinema Multiplex com 2.400 lugares em oito salas de cinema, além de setor administrativo e biblioteca da faculdade de direito da Universidade de Leipzig (figura 34). Para Lütke Daldrup (2005), o projeto arquitetônico reinterpreta de forma contemporânea a relação dinâmica entre ruas cobertas e descobertas do centro da cidade.

Por fim, a loja de departamentos *Karstadt* é inaugurada em 2006 com 46.000 m<sup>2</sup> de área construída em um quarteirão histórico do século 19. O empreendimento, com custo de cerca de 100 milhões de euros, consistiu na reconstrução interna de praticamente todo o quarteirão, com o restauro das fachadas históricas, e na ocupação de um terreno vazio lateral com uma nova edificação.

Interessante ressaltar que diversos destes empreendimentos comerciais contemplam também moradia nos andares superiores e garagens subterrâneas. Mas, acompanhando a valorização imobiliária das áreas centrais, estas formas de habitação central destinam-se basicamente a uma elite econômica, em boa parte recém-chegada à cidade.

---

<sup>108</sup> Em 1995, após a mudança de toda a estrutura da Feira de Exposições (*Messe*) para novas instalações na periferia da cidade, vários edifícios centrais do complexo de Feiras de Exposições foram vendidos e transformados em galerias comerciais e de escritórios.

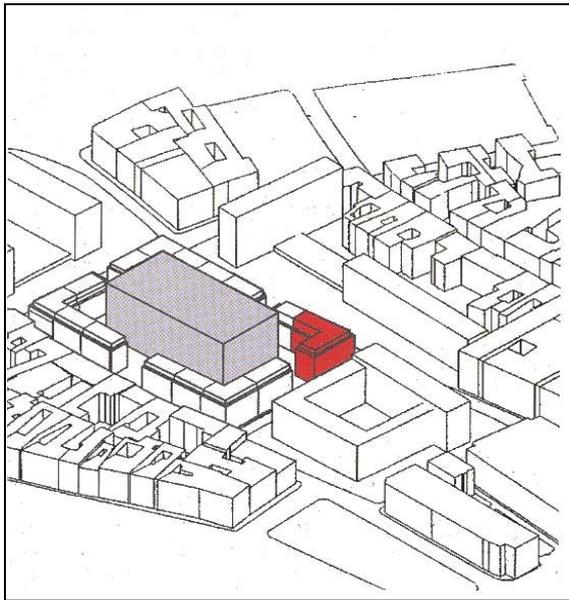


**Figura 34:** Galeria *Petersbogen* com cinema multiplex. Foto do autor, 2007.

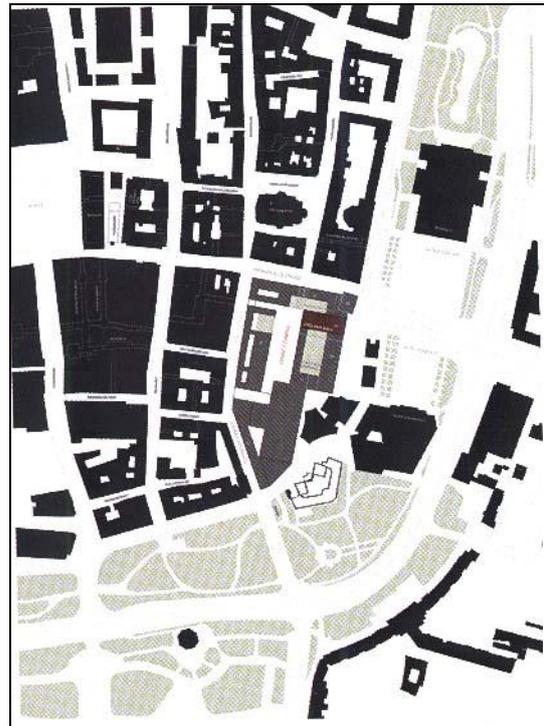
Além destes projetos privados de cunho comercial, a nova sede do *Museum der Bildende Künste* (Museu de Belas Artes) é um projeto da municipalidade com o objetivo de diversificar as atividades no centro. Fundado em 1837, o museu abriga vasta coleção de artes plásticas e esta sua nova sede na *Katharinenstraße* é apontada como uma das mais significativas iniciativas para fortalecimento da área central. Com descreve Lütke Daldrup (2005), sua arquitetura em forma de cubo busca estabelecer uma relação com a cidade em volta, a partir da criação de espaços internos com caráter público e de fachadas envidraçadas que constroem uma relação direta do visitante com o entorno urbano. O projeto ainda prevê uma moldura arquitetônica composta por quatro outros edifícios em forma de “L” (ver figura 35) que o envolvem e criam entre eles passagens internas, como uma referência espacial às tradicionais galerias comerciais urbanas do centro de Leipzig. Um destes “edifícios-moldura” é também uma nova edificação para outro museu, o *Stadtgeschichtliches Museum* (História da Cidade), cuja sede antiga já se localizava também no centro, na Praça do Mercado.

A Universidade de Leipzig, fundada em 1409, já está presente no centro da cidade através de alguns institutos e outras instalações. A construção por parte do governo da Saxônia de um novo Campus Universitário (investimento de 140 milhões de euros) com 90.000 m<sup>2</sup> de área, atualmente em obras, está prevista para ser concluída em 2009 (figura 36). O projeto objetiva fortalecer a relação urbanística da universidade com o centro da cidade e seu entorno urbano,

incluindo a construção de um novo restaurante universitário e de novos institutos, além de ampliação de edifícios existentes. O quarteirão universitário inspira-se na configuração urbana tradicional do centro de Leipzig (composta por becos, passagens internas e galerias comerciais) e apresenta um pátio central com caráter semi-público, com diversas conexões espaciais com os edifícios da vizinhança. Assim “se estabelecerá o encontro entre cidade e universidade” (Lütke Daldrup, 2005). Ao redor deste pátio central se desenvolverá o cotidiano da universidade, com salas de aula, auditórios, institutos, lojas e cafeterias.



**Figura 35:** Projeto de implantação do Museu de Belas Artes (cinza) e do Museu de História da Cidade (vermelho). Fonte: Lütke Daldrup, 2005.



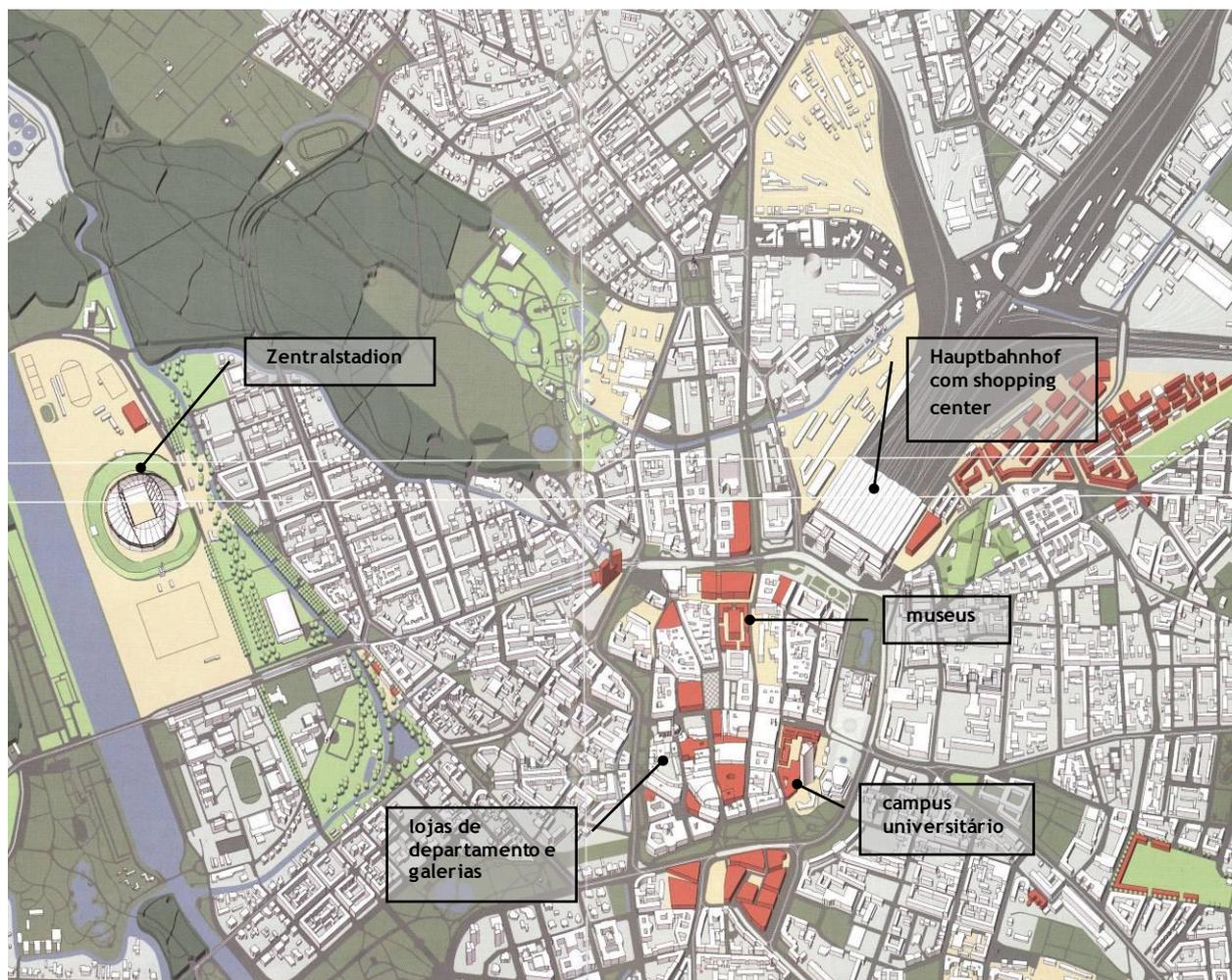
**Figura 36:** Implantação de campus da universidade (cinza claro) no centro da cidade. Fonte: Lütke Daldrup, 2005.

O projeto mais impactante para o centro da cidade é a construção do chamado *City-Tunnel* (figura 37). É atualmente o mais importante projeto em Leipzig, envolvendo investimentos na ordem de aproximadamente 571 milhões de euros por parte da União Européia, o Governo Federal, o Estado da Saxônia, a Prefeitura de Leipzig e a Deutsche Bahn AG, e consiste em um túnel de 3,9 km que atravessa todo o centro da cidade ligando a *Hauptbahnhof* com a estação Bayerischer Bahnhof, ao sul. O túnel servirá apenas ao sistema ferroviário, reestruturando toda a rede de metrô de Leipzig e encurtando as distâncias entre o centro da cidade e a região, mas também beneficiando o sistema de transporte de longas distâncias, como o trem rápido ICE (Intercity Express). As obras foram iniciadas em 2003 e sua conclusão está prevista para 2009. Quatro estações subterrâneas fazem parte do projeto: Hauptbahnhof, Markt, Wilhelm-Leuschner-Platz e Bayerischer Bahnhof, estando as três primeiras localizadas diretamente no centro da cidade.



**Figura 37:** Nova linha de metrô com estações através do City-Tunnel.  
 Fonte: <[http://www.citytunnelleipzig.de/img/123180042\\_1163452115.jpg](http://www.citytunnelleipzig.de/img/123180042_1163452115.jpg)>. Acesso em 16/05/2008.

Além destes empreendimentos privados e públicos no núcleo central descritos acima, podemos enumerar algumas outros projetos de significado supraregional no centro expandido, como as edificações da universidade no *Musikviertel*; o *Media-City* (concentração de edificações e atividades ligadas à mídia e comunicação) incluindo as instalações centrais da emissora pública MDR; ou ainda o complexo esportivo *Sportforum* com o *Zentralstadion*. Com este estádio, Leipzig foi, com exceção da capital Berlim, a única cidade do leste alemão a sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol, em 2006.



**Figura 38:** Área central de Leipzig (envolta pelo anel viário, em frente à estação ferroviária) com principais intervenções mais recentes. Fonte: Lütke Daldrup, 2005, imagem reformada pelo autor.

A iniciativa de Leipzig em se candidatar a uma das sedes da Copa do Mundo foi seguida posteriormente por um projeto bem mais ambicioso, a candidatura em 2003 para sediar os Jogos Olímpicos de 2012, quando perdeu para a vencedora Londres. A partir de um modelo de planejamento estratégico, estes investimentos em eventos esportivos de grande porte buscam projetar a cidade internacionalmente, em um contexto do capitalismo global em que as cidades concorrem entre si por investimentos transnacionais.

A desintegração dos perfis urbano-industriais anteriores à reunificação alemã (desindustrialização e deslocalização de atividades produtivas) produziu uma redefinição dos papéis de cada cidade, redesenhando estratégias para entrar na lógica da competitividade interurbana que impregna as novas formas de desenvolvimento urbano pós-industrial na Europa. Outros resultados desta reestruturação econômica foram, entretanto, o aumento do desemprego e o encolhimento populacional nas cidades do leste alemão, e europeu de modo geral, além de uma crescente polarização entre cidades e regiões que concorrem entre si, com desiguais níveis de desenvolvimento: de um lado, pólos de crescimento, de outro, regiões que se comportam como periferias, excluídas das redes econômicas internacionais (Tomadoni & Silva, 2007, p. 62).

Neste contexto, portanto, importante não é apenas dotar a cidade de uma infra-estrutura urbana adequada, mas igualmente criar e projetar uma imagem apropriada. Mas, que imagem apropriada seria esta, considerando os processos de encolhimento populacional urbano e o aumento do desemprego, em contraposição aos movimentos de crescimento e desenvolvimento, visíveis nestes volumosos investimentos aqui explicitados? Como vimos, Leipzig cresce e encolhe ao mesmo tempo. O centro da cidade, como espaço polarizador destes grandes investimentos econômicos, reflete apenas uma face desta imagem contraditória.

### **3.2.3 Espaços públicos em Leipzig: entre a política e a economia**

A cidade de Leipzig tornou-se um paradigma do leste alemão. Seu protagonismo no período da chamada revolução pacífica que resultou em 1989 na abertura das fronteiras da ex-Alemanha Oriental, com o conseqüente dismantelamento do Estado socialista e a reunificação com a então Alemanha Ocidental, foi seguido por uma realidade não necessariamente promissora da entrada em um sistema econômico de livre mercado: a grande procura do capital privado do oeste alemão em aproveitar as ótimas condições para investimento em uma terra fértil, a permissividade inicial do planejamento urbano oficial e um mercado consumidor vulnerável e ávido por novidades. Foi em Leipzig que a suburbanização residencial e terciária, um dos efeitos urbanos imediatos desta nova fase, tomou contornos fortes, concomitante com o abandono das áreas centrais. E foi também em Leipzig onde pudemos verificar como o poder público conseguiu, posteriormente, retomar o controle do processo de planejamento urbano e regional, fortalecendo o centro da cidade e evitando as deseconomias causadas por uma suburbanização excessiva que não interessava à

cidade – muito embora saibamos que a municipalidade não foi a única responsável pelo “retorno” ao centro.

Para Lütke Daldrup (2005, p. 6), ter um centro vivo e dinâmico é uma condição importante para o desenvolvimento urbano de Leipzig. É esta a situação atual: apesar de ainda existirem shopping centers isolados “no meio do nada”, fora da cidade, hoje as atividades comerciais de maior peso acontecem nas áreas centrais, urbanisticamente integrados à cidade. A dinamização do centro é resultado também de uma maior diversidade de usos, como cultura e educação, com o Museu de Belas Artes e a ampliação do Campus Universitário.

Não podemos afirmar, no entanto, que a configuração atual do centro da cidade deva ser creditada apenas à atuação do poder público e suas políticas de planejamento urbano para, entre outros, atraírem investimentos privados. Certamente passou a existir interesse da sociedade como um todo, ou melhor, de diversos grupos sociais influentes, em “voltar” para o centro. Isto se traduziu em movimentos do capital privado para atender a esta demanda<sup>109</sup>, de outra forma não teria havido os altos investimentos direcionados para o centro a partir do final da década de 90. Além disso, sob o pano de fundo do decréscimo demográfico urbano – o encolhimento urbano –, fenômeno que ficou patente logo nos primeiros anos daquela década, a manutenção de uma estrutura urbana dispersa no território se mostrou impraticável a longo prazo.

Mas é possível afirmar que o centro da cidade desempenha hoje um papel preponderante na vida social e política da cidade, ou é apenas um importante espaço para a economia? Retomamos as considerações de May (2005, p. 184), para quem historicamente o espaço público localiza-se sempre entre os campos da política e da economia. A depender do contexto, há uma alternância entre fases “quentes”, quando a política se sobressai, com fases “frias” dominadas pela economia. A partir disso, podemos identificar o outono de 1989 como um período quente para os espaços públicos de Leipzig: momento “efervescente”, dominado por idéias e ações políticas de enfrentamento e de coragem. Fases frias, sob o comando da economia, não acontecem necessariamente na sociedade capitalista apenas. Mas no capitalismo elas incidem aparentemente de forma mais explícita, quando o espaço público se torna o lugar da economia: a vida pública está atravessada pela idéia de consumo, servindo à propaganda de mercadorias. Ou seja, nestes casos, a dimensão política do espaço público recua a um segundo plano, mantendo-o em fases ditas calmas.

---

<sup>109</sup> Da mesma forma que houve uma demanda da sociedade urbana nos primeiros anos pós-reunificação por um novo tipo de consumo (não existente anteriormente) que, por motivos já demonstrados, naquele momento não pôde ser atendido nas áreas centrais, mas apenas através dos *shopping centers* suburbanos.

Seguindo esta lógica, observamos que, com o “ressurgimento” do centro da cidade de Leipzig a partir dos investimentos do grande comércio (as cadeias de lojas de departamentos, galerias comerciais e cinemas multiplex) foi orientado para o consumo. Este é, de fato, o grande motor das transformações urbanas no centro, apesar dos investimentos públicos para diversificação de atividades, como na cultura, por exemplo.

É bem verdade que a partir daí emergem formas de resistência a esta condição – e elas são ações políticas. Ações de crítica e questionamento político em espaços ditados pelo e para o consumo. Um dos exemplos é, conforme descreve Steets (2005), uma situação ocorrida na tarde de um domingo de maio de 2004, na passarela de pedestres denominada popularmente *Blauer Wunder* (“milagre azul”). Esta única passarela da cidade atravessava várias vias de tráfego do anel viário central, construída em 1973 e pintada originalmente na cor azul, daí seu nome popular. O anúncio de sua demolição por parte da municipalidade provocou indignação em muitos moradores da cidade, por ser a passarela um importante elemento referencial na paisagem urbana. Um grupo de artistas promoveu então, em cooperação com uma rádio local independente, um programa especial com bandas e DJ's locais ao longo de duas horas naquele domingo, convocando seus ouvintes a comparecerem à passarela naquele horário e participarem de um ato coletivo denominado *Radiohörn auf'm Blauen Wunder* (“Ouvir rádio no Milagre Azul”). Por volta de 50 pessoas se reuniram na passarela com aparelhos de rádio colocados em pontos estratégicos, todos sintonizados na mesma emissora. As pessoas conversavam descontraidamente em pequenos grupos, algumas sentavam no chão com garrafas de cerveja, outras dançavam, enquanto passantes ficavam sem entender o motivo daquela situação inusitada. A passarela deixava de ser um espaço funcional, para passagem e circulação de pessoas, e havia se transformado naquelas duas horas em um espaço de permanência – ainda que em um ato efêmero. A ação teve a intenção de provocar nos transeuntes e na opinião pública outra percepção do espaço urbano, embora não houvesse nenhum tipo de cartaz ou faixa de protesto, muito menos discurso com palavras inflamadas: a ação era muito mais performática (Steets, 2005, p. 108). Para a autora, com sua inspiração quase situacionista e uma ênfase no processo – e não no resultado –, a performance na passarela é um exemplo de “crítica política” que, na contemporaneidade, não se revela mais na elaboração de um contraponto idealizado de um futuro que nunca será alcançado, como na utopia modernista, mas se localiza muito mais no cotidiano e sob a forma de “micro-políticas espaciais”.

Ato semelhante aconteceu em 22 de junho de 2003: uma espécie de “balé” coletivo produziu desorientação e surpresa nos usuários da estação ferroviária central, como descreve o Atlas de

Protesto de Leipzig (Krehl *et al.*, 2005). Tratava-se do “LIGNA-Radio-Ballet”, ato performático coletivo em que centenas de pessoas, dispersas em toda a *Hauptbahnhof*, ouviam através de pequenos aparelhos de rádio ou fones de ouvido instruções, ditadas em um programa de uma rádio independente local, sobre gestos e ações a serem executados coletivamente nos diversos espaços da estação, como o *hall* principal e corredores. Dentre os gestos, estavam alguns supostamente “permitidos” e outros “proibidos” como, por exemplo, estender o braço a outra pessoa com a mão na posição vertical, como se desejasse cumprimentá-la, ou com a mão estendida horizontalmente, com a palma para cima, indicando talvez o ato de pedir uma esmola. Como em uma dança coletiva, as centenas de pessoas executavam os mesmos gestos e comportavam-se da mesma maneira, deixando desorientados e inseguros os passantes e seguranças da estação. Esta performance coletiva, promovida pelo grupo de artistas LIGNA e executadas por centenas de “não-artistas”, explicava-se uma reação ao crescente controle privado dos espaços públicos através de câmeras de vigilância, como acontece na *Hauptbahnhof*, onde estão instaladas 186 destas câmeras<sup>110</sup>.

De fato, o caso da *Hauptbahnhof* de Leipzig, com seus espaços públicos que passaram a ser geridos pelo capital privado a partir da instalação do *shopping center* Promenade, reflete a tensão entre economia e política, assim como entre público e privado, nas cidades contemporâneas. Um grande volume de investimentos privados fortaleceu economicamente o centro da cidade, como vimos. Por outro lado, porém, podemos afirmar que esta é a expressão de uma crescente subordinação da política ao consumo, traduzido na transformação de um espaço público – a estação ferroviária central, lugar extremamente representativo para a vida social e cultural da cidade – em um espaço vigiado e controlado. O controle cada vez maior do espaço público elimina a produção de elementos de surpresa no cotidiano urbano – surpresa que o Balé do Rádio procurou trazer de volta para os usuários da estação (Krehl *et al.*, 2005, p. 132). Para o grupo LIGNA, o espaço é público quando ele é incontrolável, contendo a imprevisibilidade. Todo espaço controlado torna-se, de alguma forma, privado. Assim,

*“o Balé de Rádio é uma estratégia estética que subverte a normatização do espaço e resulta, ao mesmo tempo, em uma modificação real do mesmo. Este é o seu caráter político. Os gestos não são executados de forma simbólica, não representam nada, não são teatrais. Mas, como os gestos reprimidos e esquecidos voltam como fantasmas, em massa, ao espaço controlado, eles fazem seu protesto contra essa repressão de uma maneira direta e visível” (Krehl et al., 2005, p. 132).*

---

<sup>110</sup> Ver em <<http://leipziger-kameras.cjb.net/>>.

### 3.3 UM ÊXODO: QUEM PRECISA DO CENTRO DA CIDADE?

#### Declínio e desvalorização do centro de Aracaju

##### 3.3.1 Caracterização do centro principal e das novas centralidades

As próximas páginas tratam das transformações urbanas recentes de Aracaju, um período histórico de aproximadamente 20 anos que pode ser sintetizado, basicamente, pela noção de *êxodo do centro da cidade*. Embutido nesta expressão estão implícitos, a grosso modo, dois processos concomitantes: por um lado, uma intensa expansão urbana como resultado de um crescimento populacional acelerado e, por outro lado, um “abandono” das áreas centrais por parte das elites, traduzido por uma refuncionalização e, especialmente, uma resignificação do centro.

Este processo não é específico de Aracaju. Como vimos no capítulo anterior, as cidades brasileiras apresentaram, nestas últimas décadas, uma dinâmica urbana e um desenho de centralidade que se ancoraram em movimentos de *saída do centro* da cidade, decorrentes de uma forte reestruturação das atividades terciárias e da realocação de funções administrativas fora das áreas centrais; ao contrário, por exemplo, do movimento de *regresso ao centro* mostrado no estudo de caso de Leipzig (ainda que conduzida por uma lógica do consumo).

As décadas de 80 e 90 marcam, portanto, uma nova fase na história recente de Aracaju. Uma gama variada de projetos e empreendimentos públicos e privados neste período conforma aos poucos uma cidade consideravelmente diferente em termos de estrutura urbana e relações funcionais, apresentando, por exemplo, uma malha urbana mais extensa e espalhada e um intenso processo de verticalização em determinados bairros fora da área central.

Atualmente, Aracaju apresenta uma população de 544.039 habitantes que, somados à população dos municípios vizinhos de N. Sra. do Socorro (155.334 hab.), São Cristóvão (75.104 hab.) e Barra dos Coqueiros (19.998 hab.), resulta em uma mancha urbana com 794.475 habitantes<sup>111</sup>. Além de capital, é a maior cidade de Sergipe<sup>112</sup>, tendo apresentado um crescimento populacional bastante acelerado até a década de 1980 (tabela 3). Grandes

---

111 Dados do IBGE – Estimativa da População 2009.

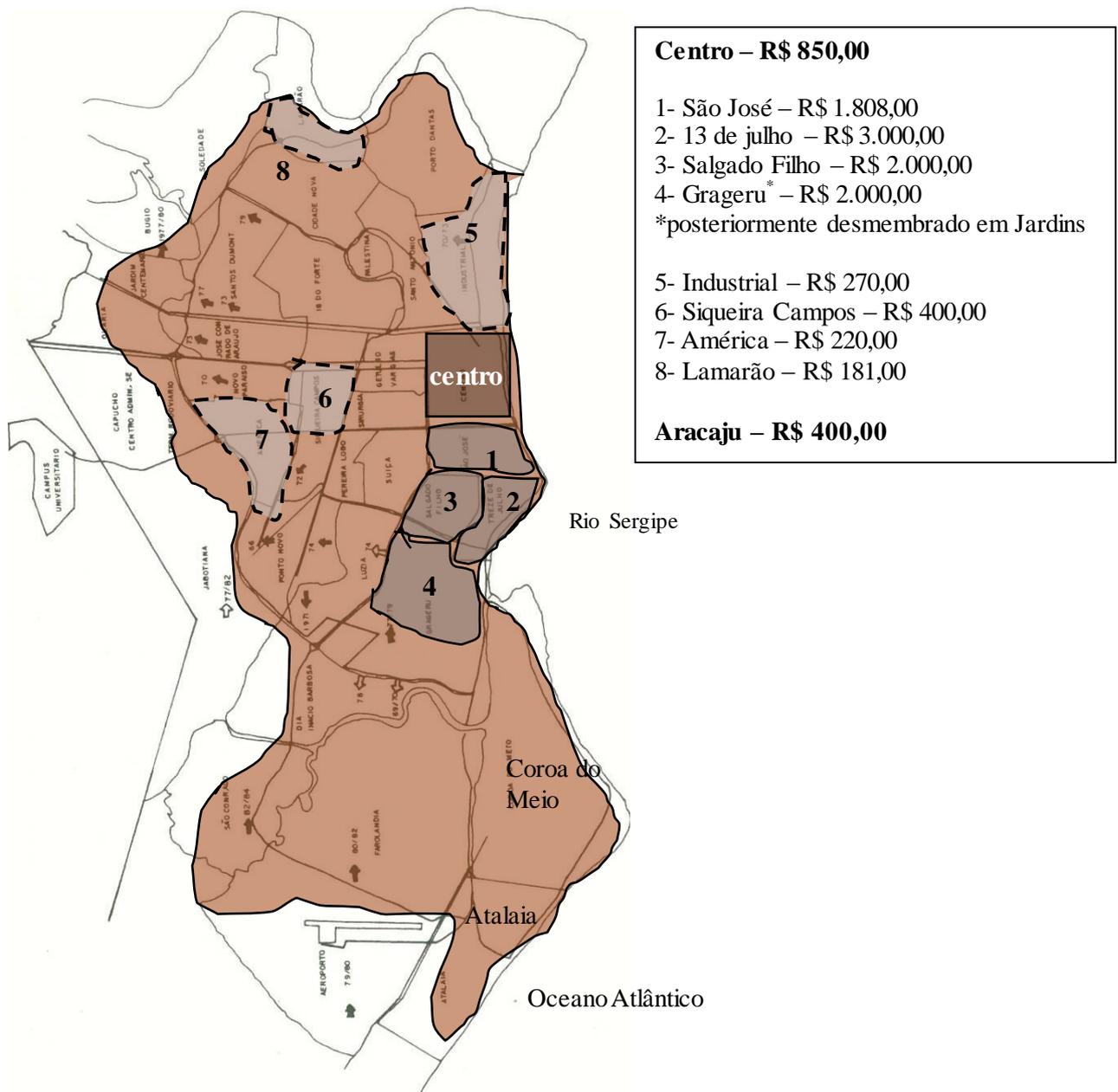
112 Sergipe é um estado territorialmente pequeno (21.910 km<sup>2</sup>), o menor do Brasil, onde o município mais distante da capital está localizado a cerca de 200 km. A sua população totaliza 2.019.679 hab., o que significa que a Grande Aracaju concentra 39% da população do estado.

conjuntos habitacionais construídos nos municípios vizinhos, a partir do final dos anos 80, contribuíram para uma rápida expansão da malha urbana metropolitana e uma forte segregação espacial. A partir desta década se acentuam também as diferenças sócio-espaciais intra-urbanas como, por exemplo, entre os bairros em direção ao sul, onde se concentram as populações de maior poder aquisitivo, e as regiões norte e oeste, com as populações mais pobres (figura 39).

**Tabela 3:** Taxas geométricas de crescimento da população de Aracaju

ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1970	-	179.276	4.394	183.670
1980	4.79	287.900	5.200	293.100
1991	2.92	402.341	-	402.341
1996	1.25	428.194	-	428.194
2000	1.86	460.898	-	461.898

Fonte: Censo 1996 / Contagem da População - IBGE e Dados Preliminares do censo 2000. *In:* [www.aracaju.se.gov.br](http://www.aracaju.se.gov.br).



**Figura 39:** Bairros de Aracaju (amostra) de acordo com renda média salarial. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. *In:* Relatório de Desenvolvimento Econômico, Anuário Estatístico, PMA/SEPLAN, 2005.

Conforme França (1999, p. 165), a esta concentração da população corresponde uma concentração de funções e de renda na região da Grande Aracaju, provocando fluxos intensos de todo o Estado de Sergipe para usufruir do comércio e de serviços como saúde, educação e lazer. A “feição metropolitana” de Aracaju, segundo a autora, se evidencia na presença destas funções que pressupõem um conjunto maior de população e de renda, do que a cidade realmente tem.

Ao longo deste processo, a configuração urbana de Aracaju se modifica radicalmente. Para

Costa (2006, p. 147), seu crescimento nas últimas duas décadas não é resultado apenas de políticas públicas urbanas, mas igualmente “em função do próprio crescimento exponencial da urbanização brasileira, hipertrofiada pelo setor terciário informal, da formação de uma massa de pobres e da violenta inserção do capital imobiliário que, praticamente, esgarçaria o tecido sóciourbano de acordo com seus interesses de valorização”.

Modifica-se também radicalmente a condição do seu centro tradicional<sup>113</sup>: a cidade que até então havia passado por processos de crescimento de sua malha urbana através de, basicamente, movimentos de *expansão com continuidade espacial*, sem muitas lacunas na ocupação do solo, vai passar a ser, a partir dos anos 80, uma cidade cada vez mais *fragmentada espacialmente*, com um novo tipo de estruturação intra-urbana contendo grandes vazios urbanos. Ou seja, ao invés de um “crescimento urbano por extensão”, temos um “crescimento por fragmentação”, com saltos espaciais (Fernandes, 2007), em decorrência da ação do Estado e do capital privado.

Apesar desta expansão espacial fragmentada, não se pode afirmar que em Aracaju, como uma cidade de porte médio, novas centralidades urbanas tenham se estabelecidos tão claramente na paisagem urbana, em oposição ao centro principal, ainda que a intensificação recente do consumo das classes médias tenha produzido, visivelmente, uma expansão das atividades comerciais e uma especialização funcional. Observamos em Aracaju o que Fernandes (2007) denominou “de subtração de centralidade por asfixia”, conforme vimos em capítulo anterior: as áreas centrais, apesar de densamente ocupadas, tornam-se “vazios construídos e vazios políticos” ao se esvaziam de atividades como habitação, trabalho e lazer.

Costa (2006, p. 150-157) identifica a existência de dois principais sub-centros comerciais e de serviços em Aracaju: um no bairro Siqueira Campos e outro, mais recentemente, na região em torno do bairro 13 de Julho, que inclui o São José, Salgado Filho, Grageru e Jardins. Ambos são bairros de uso misto, com comércio e residências, mas, como se observa na figura 39, o primeiro é constituído por uma população de menor poder aquisitivo do que o segundo.

O Siqueira Campos é o mais antigo sub-centro da cidade e, historicamente, se consolidou a partir da antiga estação ferroviária. Com o fortalecimento do transporte rodoviário, posteriormente, o bairro se manteve fortalecido economicamente por se situar na porta de entrada da cidade, no acesso às rodovias, oferecendo uma diversidade grande de comércio e

---

113 Semelhante a Villar (2002), utilizamos as expressões “centro” ou “centro tradicional” como sinônimos de centro comercial ou centro principal. Bairros centrais ou áreas centrais aqui serão utilizados para significar os espaços mais envelhecidos da cidade, que incluem partes dos bairros vizinhos ao centro, como Santo Antonio, Industrial, Cirurgia e São José.

serviços (destacando-se o ramo automotivo), não apenas para a população do bairro e adjacentes, mas também para a cidade e municípios vizinhos (*op. cit.*, p. 153). Em função desta localização estratégica, o comércio do bairro se concentra ao longo das principais vias de tráfego, como o binário das ruas Mariano Salmeron e Santa Catarina, que conduz às BRs 235 e 101 (figura 40).



**Figura 40:** Sub-centro do bairro Siqueira Campos e as ruas Santa Catarina e Mariano Salmeron. No canto direito da foto, o centro da cidade. Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

Para Costa (*op. cit.*, p. 152), em função esgotamento comercial ao longo destes eixos centrais, o bairro atinge um certo nível de exaustão terciária, ao tempo em que ocorre uma renovação e expansão em outras áreas do bairro através da especialização funcional e coesão de lojas, como na Av. Desembargador Maynard, com um comércio de móveis sofisticados (para uma clientela de fora do bairro), e pneumáticos, assim como na Rua Bahia, onde se concentram atividades de laboratórios para exames e consultas médicas, em torno do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nas porções ao sul do centro da cidade, desenvolveram-se bairros residenciais para populações de maior poder aquisitivo, de início o São José e, a partir das décadas de 70/80, os bairros 13 de Julho, Salgado Filho e Grageru (figura 41). É a partir da década de 90 que começa a se formar nesta região uma polarização de atividades terciárias com maior sofisticação de produtos e serviços, constituindo o sub-centro de maior valor agregado ao solo

urbano. Outra característica deste sub-centro é a “forma espacial mais moderna e descentralizada do comércio e serviços”, ao longo de eixos viários como as avenidas Francisco Porto, Acrísio Cruz, Hermes Fontes e Augusto Maynard, mas também dispersa em áreas secundárias e, especialmente, nos espaços modernos dos *shopping centers* Jardins e Riomar. Nestes bairros elitizados se desencadeou um “brutal processo de verticalização e encarecimento dos imóveis”, a partir do qual as famílias representantes da velha burguesia estatal-agrária, proprietárias das unidades imobiliárias, extraem renda fundiária urbana (*op. cit.*, p. 153-154).

Podemos destacar algumas áreas e eixos deste sub-centro. No São José, em torno do maior hospital privado da cidade, desenvolveu-se uma “coesão médico-hospitalar de ultra especialização”, concentrando diversas clínicas, consultórios e laboratórios médicos. Esta é uma especialização funcional análoga ao descrito no Siqueira Campos, mas voltados para classes sociais de maior poder aquisitivo. Na 13 de Julho, ao longo do eixo da avenida Francisco Porto e em seu segmento próximo à Av. Beira Mar, estão dispostas as atividades terciárias de maior envergadura, como agências bancárias de maior porte e o segundo maior hipermercado da cidade. Nas imediações, localizam-se diversas galerias de lojas (figuras 44 e 45) de vestuários, calçados e utensílios pessoais destinados, em geral, a um público feminino das classes mais altas (*op. cit.*, p. 155). E, finalmente, os dois únicos *shopping centers* da cidade demarcam simbolicamente este sub-centro, muito embora não estejam urbanisticamente integrados ao bairro (como, aliás, é de praxe nestes empreendimentos fechados).

A propósito, em função da estruturação descentralizada das atividades terciárias, não observamos neste sub-centro a existência de uma rede de espaços públicos que integram os estabelecimentos comerciais entre si, mesmo onde há uma certa concentração espacial das lojas. De modo geral, por exemplo, a clientela costuma realizar movimentos de acesso direto às lojas e clínicas quase que exclusivamente por automóvel, sem uma fruição e apropriação, como pedestre, dos espaços do bairro ou da rua.

Contrapondo a esta pobreza na oferta de espaços públicos qualificados, existe no bairro o chamado “calçadão da 13 de Julho” (figura 43), um segmento de orla fluvial, na Av. Beira Mar, que margeia uma área de preservação ambiental (mangue), com diversos equipamentos de lazer. Este calçadão é um espaço público bastante utilizado por moradores do bairro e adjacências para caminhadas, *cooper* e prática de esportes, assim como também funciona como espaço de sociabilidade ao ar livre.



**Figura 41:** Sub-centro em torno do bairro 13 de Julho. Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformado pelo autor.

A verticalização e supervalorização imobiliária desta região se expandem para outros bairros mais ao sul da cidade, como a Farolândia (com o *campus* da Universidade Tiradentes, instituição privada) e Atalaia, onde promotores imobiliários privados atuam no segmento de condomínios fechados horizontais e verticais, até a chamada Zona de Expansão (região pouco ocupada após a Atalaia, ambientalmente bastante frágil e com características ainda rurais, mas que sofre da voracidade do capital imobiliário desde o início da década de 2000).

Podemos afirmar que em torno desta nova centralidade (região da 13 de Julho, *shoppings* Jardins e Riomar) ocorreram processos de estruturação urbana que, direta ou indiretamente, resultaram na “asfixia” do centralidade principal de Aracaju.

É possível verificar, já nos anos 80, a emergência e fortalecimento de novas “idealizações de cidade” com implicações sobre o centro tradicional. Estas idealizações remetem a formas de vida urbana contemporânea estabelecidas em torno da idéia de segregação sócio-espacial, que

embora não seja nova, se fortalece e se torna possível, por exemplo, com o enclausuramento residencial de uma elite econômica em bairros novos, mais valorizados, ou em condomínios verticalizados. Em muitas cidades do mundo, a cultura do medo tem se alastrado e produzido novas formas de organização urbana. De modo geral, as classes mais altas “têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais”, produzindo “enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo” (Caldeira, 2000, p. 9).



**Figura 42:** Av. Francisco Porto, bairro 13 de Julho. Foto do autor, 2009.



**Figura 43:** Calçada da 13 de julho. Fonte: [www.skyscraper.com](http://www.skyscraper.com)



**Figura 44:** Galeria comercial na 13 de Julho. Foto do autor, 2009.



**Figura 45:** Galeria comercial na 13 de Julho. Foto do autor, 2009.

Assim sendo, manifestam-se, neste momento, novos interesses hegemônicos, inclusive imobiliários, que capitaneiam uma diversidade de empreendimentos privados e políticas públicas de intervenção no espaço urbano que, aos poucos, tiram os holofotes do centro da cidade. Como investimento público, por exemplo, temos a urbanização da orla da Atalaia, a partir da década de 80, e a construção de um *campus* da Universidade Federal. O capital privado vai atuar, dentre outros, no ramo dos *shopping centers* e na produção de novas áreas de moradia de alto padrão, em bairros como 13 de Julho e Jardins, ao longo da década de 90. É fato que as funções comerciais de Aracaju continuavam ainda muito fortes<sup>114</sup> na década de 80, tendo se especializado em suas funções e se expandido espacialmente a partir daí. Mas, “aliado à ampliação, houve um empobrecimento do centro, que hoje está mais voltado para o comércio de produtos destinados às classes populares” (França, 1999, p. 169-170).

Apesar disso, ainda podemos caracterizar funcionalmente o atual centro de Aracaju a partir de seu “caráter polivalente e de síntese (comércio, serviços e administração pública)” e por ser o foco do transporte público, “em que pese os processos recentes de descentralização terciária, inclusive administrativa”, conforme Villar (2002, p. 92). Este processo de descentralização terciária tem como implicação, dentro outras, a substituição de estabelecimentos comerciais e de serviços destinados às classes mais altas, que são atraídos por novas localizações, por outros voltados às classes mais populares. No entanto, o êxodo de outras atividades, como moradia, lazer, representações do poder etc., pode acarretar um esvaziamento de fato, pois elas não são “repostas” e praticamente desaparecem do centro tradicional. É este conceito de esvaziamento e a conseqüente perda da diversidade (em todos os sentidos, especialmente a social) que tratamos aqui.

Segundo documento elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEPLAN)<sup>115</sup>, em 2006, um dos principais problemas da área é o esvaziamento populacional, não apenas do bairro Centro propriamente dito, em decorrência da própria expansão das atividades terciárias, mas também de bairros adjacentes. Entre 1996 e 2000, a redução no Centro foi de 1109 moradores, correspondendo a uma perda de 11,98% (conforme tabela abaixo). Ao mesmo tempo, especialmente nos bairros Centro e São José, se constata um envelhecimento da população residente, pois os mais jovens emigram para outros bairros e os mais idosos permanecem. Como vimos anteriormente na tabela 39, a renda média salarial das

---

114 Especialmente quando comparamos com as cidades do interior, reforçando a polaridade da capital em relação a todo o Estado, como anteriormente mencionado. Diniz (1987, p. 14), através de dados de 1984, constata a existência de “92 funções com uma extrema concentração do equipamento comercial da capital, os maiores centros interioranos só atingem metade das funções presentes em Aracaju”.

115 Diagnóstico das Condições Urbanas do Centro Histórico de Aracaju, Etapa II (Caracterização do Centro), por Sarah Lúcia Alves França. In: Projeto Novo Centro, PMA/SEPLAN, maio de 2006.

famílias moradoras no bairro Centro é de R\$ 850,00, um valor baixo, mas situado em um patamar mediano no contexto da cidade, cuja desigualdade na distribuição de renda pode ser ilustrada pelos dois bairros vizinhos ao centro: o São José, imediatamente ao sul, com média salarial de R\$ 1.808,00, e o Industrial, ao norte, com média de R\$ 270,00.

**Tabela 4:** Bairros centrais de Aracaju. Variação de população, 1996-2000.

Bairros	População 1996	População 2000	Variação Absoluta	Variação Relativa
Centro	9.255	8.146	- 1.109	-11,98
Cirurgia	6.092	6.071	- 021	-0,34
Industrial	15.145	16.239	1.094	7,22.
Getulio Vargas	7.270	7.050	-220	-3,02
Santo Antonio	12.177	12.193	16	0,13
São José	7.420	6.438	-982	-13,23
Total	57.359	56.137	-1.222	-2,13

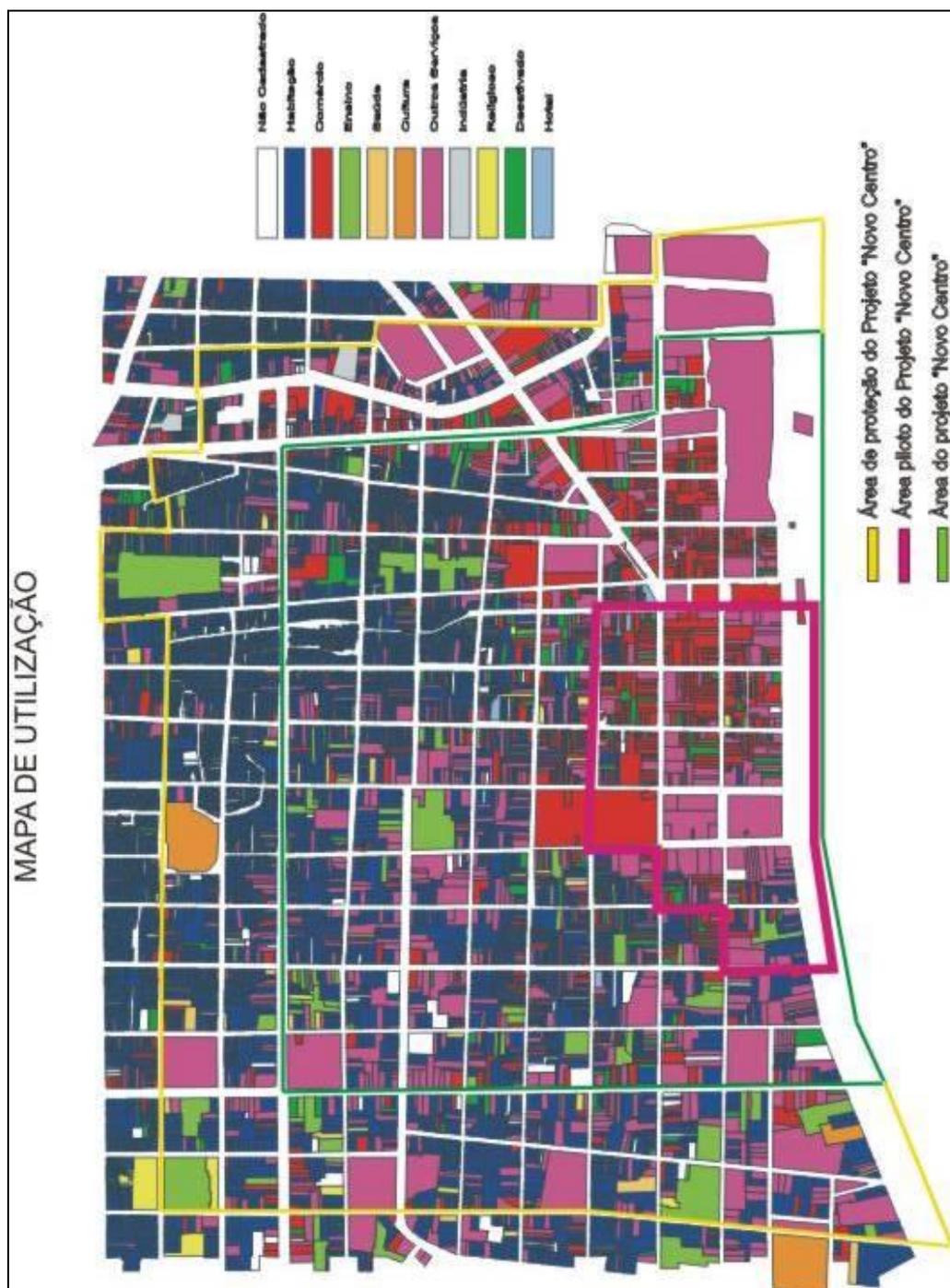
Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Contagem da População. In: Projeto Novo Centro, 2006.

Considerando ser o centro a região de ocupação mais antiga da cidade, os seus níveis de ocupação dos lotes são intensos, apresentando poucas áreas vazias. São 17.948 lotes no total, sendo que destes 93,72% estão construídos, enquanto 1,72% são baldios e 2,34% estão em fase de obras. Os terrenos vagos têm sido utilizados, geralmente, como estacionamentos rotativos (França, 2006, p. 40, a partir de dados da Secretaria de Finanças/PMA). Ao mesmo tempo, porém, observa-se uma grande quantidade de imóveis residenciais e comerciais subutilizados ou sem utilização. Em especial, podem ser citadas diversas edificações de porte, como o Palácio Olímpio Campos, antiga sede do governo estadual, na Praça Fausto Cardoso; os edifícios do Hotel Palace e da antiga Alfândega, ambos na Praça General Valadão; do antigo Colégio Atheneu, na avenida Ivo do Prado, e Hotel Trópicos (op. cit., p. 42). A verticalização na área central foi dificultada pela forma de parcelamento dos terrenos, normalmente com testada estreita e lote profundo.

A figura 46 abaixo nos apresenta a predominância das atividades de comércio e de serviços no núcleo do bairro Centro, basicamente entre o conjunto das praças cívicas (Praça Fausto Cardoso e Olímpio Campos) e a região dos mercados municipais, enquanto o uso residencial se espalha nas partes mais periféricas. Segundo França (op. cit., p. 43),

*“o crescimento das atividades econômicas tem empurrado esse uso [habitacional]”*

para o oeste. De fato, desde os anos oitenta que as funções econômicas têm se expandido em todas as direções, contribuindo para a saída daquela população de renda mais elevada que se sentiu prejudicada pela intensidade dos fluxos, pela poluição sonora e do ar; assim como pela pressão da mudança de uso e, logo no início, pela valorização do solo”.



**Figura 46:** Mapa de uso do solo do centro de Aracaju. In: Projeto Novo Centro, 2006.

Ao longo das principais avenidas, em função dos contínuos fluxos do transporte coletivo, o uso residencial foi sendo paulatinamente substituído por atividades comerciais e os serviços. Apesar da “popularização” do comércio do centro, ou seja, da predominância da oferta de produtos e serviços para um público consumidor de menor poder aquisitivo, ainda é possível observar alguns níveis de segregação sócio-espacial das funções terciárias no centro, como resquícios de um passado recente:

*“Na área próxima aos Mercados [porção norte], nas ruas José do Prado Franco, Santa Rosa, Carlos Firpo, Praça João XXII [praça onde se localiza a Rodoviária Velha, um dos espaços públicos fortes tratados em capítulo anterior], as lojas destinam-se às categorias de menor estrato de renda. No calçadão das ruas João Pessoa, Laranjeiras e São Cristóvão [porção sul] as lojas já oferecem produtos para outro nível de consumidores, elitizando-se a proporção que ocupa as ruas de Pacatuba e Itabaiana” (op. cit., p. 45).*

A partir desta situação, Vilar (2006, p. 58) define o centro principal de Aracaju como um espaço ambivalente, que se expressa através da “dualidade espacial das funções econômicas”, no que ele vai denominar de centro moderno e centro pobre. Assim, observa o autor que a porção sul apresenta “traços de uma centralidade histórica, associados ao tecido moderno do terciário e suas diferenças internas”, enquanto ao norte, na zona do mercado, percebe-se o “forte impacto paisagístico do setor informal, em que pese as recentes obras de reabilitação arquitetônica e paisagística”. Em termos morfológicos, há, no primeiro, uma melhor qualidade paisagística das edificações e uma paisagem mais verticalizada, além de ruas mais retilíneas e quadras mais uniformes; no centro pobre, verifica-se o caráter basicamente horizontal das edificações, um maior número de ruas oblíquas e quadras com formas geométricas mais variadas (op. cit., p. 60).

De modo geral, os empreendimentos do empresariado local tem tido cada vez mais dificuldades para se manter, em face da concorrência de lojas de capital nacional e mesmo internacional que se instalam nas ruas centrais, em especial nos calçadões (ou seja, no centro dito moderno), como C&A, Riachuelo, Americanas, Esplanada, Diny’s, Insinuante, Couro Belo, Óticas Santana, entre outras. Para a França (op. cit., p. 47), a existência destas lojas é uma “demonstração que os fluxos do centro não vêm apresentando redução e que a reprodução do capital continua ocorrendo de forma cada vez mais intensa a partir de um maior volume de pessoas, mesmo que detentoras de salários mais baixos”.

De fato, esta é uma questão central: o centro da cidade é um espaço econômico dinâmico que

atrai um grande número de pessoas e que, por isso, contraria a imagem no senso comum de esvaziamento do comércio. Mas, por outro lado, estas atividades comerciais se voltam, de modo geral, para um público consumidor de menor poder aquisitivo (em oposição aos espaços comerciais mais elitizados dos *shopping centers* e do subcentro da 13 de Julho), ao contrário do que se verificava até a década de 1980, aproximadamente. Esta segmentação econômica significa uma segregação sócio-espacial com conseqüências políticas, em um sentido mais amplo. Não havendo sobreposição de grupos sócio-econômicos diferentes no uso e apropriação dos espaços públicos do centro, não acontecem o atrito e o confronto de diferentes modos de ser e de compreender a sociedade.

Dentre as atividades de prestação de serviços, há ainda uma grande concentração deles no centro, em que pese as perdas recentes. Serviços públicos institucionais (municipal, estadual e federal), situando-se nesta parte “moderna” do centro, sobretudo no entorno da Praça Fausto Cardoso, com Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Arquivo Público e delegacia da Receita Federal. Na Praça Olimpio Campos, a Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, esta última transferida para o bairro Ponto Novo, em 2005, como veremos adiante. Na Rua Lagarto está a sede da Polícia Federal e a FAPESE<sup>116</sup> (*op. cit.*, p. 48).

Há também diversos estabelecimentos bancários e educacionais, dentre estas a Universidade Tiradentes, que ainda mantém um *campus* próximo à Rodoviária Velha, e as Faculdades Integradas PIO X, que são acompanhadas por bares, lanchonetes, pizzarias, papelarias, serviços de copiadoras, entre outras. Os serviços de hotelaria perderam força, havendo ainda pequenos hotéis (Brasília, Jangadeiro, Amado, Norte Sul), pousadas e alguns pensionatos (*op. cit.*, p. 50). A proximidade com a praia contribuiu para que os hotéis de mais alto padrão, a partir dos anos 80, passassem a se localizar na Atalaia. A dimensão desta decadência é mostrada pelo destino do Hotel Palace, o principal da cidade e ponto de encontro de políticos e intelectuais até 1994, quando é desativado.

As edificações destinadas à cultura, “que no passado se concentravam no Centro, como os cinemas”, restringem-se a poucas opções como, por exemplo, a Galeria Álvaro Santos, o Museu do Homem Sergipano (da Universidade Federal de Sergipe), o Centro de Artesanato, na Praça Olimpio Campos e o Instituto Histórico e Geográfico, na Rua de Itabaianinha (*op. cit.*, p. 50).

---

116 Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de Sergipe.

### 3.3.2 Esvaziamento funcional do centro

Como vimos, muitas funções importantes, que tradicionalmente se localizam em áreas centrais das cidades, foram transferidas para outras localizações fora do centro da cidade, em especial as atividades terciárias (comércio, serviços e administrativas). Apresentamos, a seguir, um panorama do êxodo das principais destas atividades.

Como ponto de partida, temos o mapa da figura abaixo, onde podemos visualizar a localização de alguns dos primeiros marcos importantes neste processo, como novos equipamentos urbanos de porte, desde o novo Terminal Rodoviário, construído já em 1979, até o primeiro *shopping center* da cidade dez anos depois.



**Figura 47:** Localização de novos equipamentos urbanos implantados em Aracaju nos anos 70/80, em relação ao (1) centro da cidade:

- 2- Nova Estação Rodoviária (1979)
- 3- Centro Administrativo estadual (ao longo dos anos 80)
- 4- Campus da Universidade Federal de Sergipe/UFS (1981)
- 5- Shopping Riomar (1989)

Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

A **Estação Rodoviária** é o primeiro dos grandes equipamentos urbanos de porte a serem deslocados para fora do centro. A Rodoviária Gov. Luis Garcia (figura 48) funcionou como até 1979 como a única na cidade, quando foi então substituída por uma nova e mais ampla na

periferia da cidade, o Terminal Rodoviário Gov. José Rollemberg Leite. A mudança provocou um grande impacto no cotidiano do centro, haja vista que em torno da agora antiga Rodoviária, na Praça João XXIII<sup>117</sup>, um espaço público forte havia se constituído, como já vimos no capítulo anterior. Um grande número de pessoas circulava nesta região, motivadas não apenas pelo Terminal Rodoviário, mas também pela aglomeração de estabelecimentos comerciais e de serviço que havia se consolidado em suas redondezas, desde a inauguração em 1962. Desativado de sua função original, o edifício torna-se, então, um terminal metropolitano para ônibus dos municípios mais próximos da capital.



**Figura 48:** Rodoviária Velha no centro da cidade, atualmente destinado a linhas de ônibus metropolitanas. À sua esquerda, vê-se o terminal urbano de integração. Foto: José Rodrigues, 2007.

A transferência deveu-se a uma política urbana nacional de cunho rodoviarista, aplicada nas últimas décadas também em muitas outras cidades brasileiras, mesmo as de médio e pequeno porte, que consistia em retirar as estações rodoviárias das regiões centrais das cidades, onde agravavam os problemas de tráfego em áreas já congestionadas, e localizá-las na “entrada da cidade”, próximas às rodovias nacionais e regionais.

---

117 Ainda que com esta denominação, a João XXIII não possui características morfológicas de praça urbana, mas se trata de um grande espaço aberto que abriga desde ônibus em espera até quiosques de lanches, mas com o objetivo principal de ressaltar urbanisticamente a edificação da Rodoviária. Nos anos 80, foi construído em um dos lados da praça um terminal de integração de ônibus urbano.



**Figura 50:** Saguão central da Rodoviária Nova, vista para o exterior. Aqui se pode perceber a sua problemática relação urbanística com o entorno. Foto do autor, 2009.

**Figura 49:** Terminal Rodoviário Gov. Rollemberg Leite (Rodoviária Nova), construído em 1979. Fonte: Google Earth, 2003.

A chamada “Rodoviária Nova” de Aracaju foi implantada na Av. Tancredo Neves, próximo à confluência com as rodovias BR-235 e BR-101 (como podemos ver nas figuras 47 e 49), em um bairro predominantemente residencial e de baixa renda, o bairro América. Assim, ao chegar na cidade e descer de um ônibus, o viajante não se depara com uma multidão de pessoas e com o burburinho típico de uma centralidade, não se mistura a outras pessoas que chegam e partem, pois ele não está no centro da cidade. Além disso, a atual Rodoviária é um elemento urbano fechado em si mesmo, introvertido, sem integração urbanística com o entorno, pois separado do bairro América por uma via arterial de alta velocidade dá acesso ao terminal<sup>118</sup>.

As estações rodoviárias (ou ferroviárias) são pontos de transição entre as diversas escalas de região, com suas correspondentes redes de fluxos de ônibus (ou trens), e a escala do urbano e os seus fluxos de pedestres. E é esta última a dimensão dos espaços públicos fortes. A forma de implantação do novo terminal (negando seu entorno urbano e próximo a vias expressas e rodovias) é pensada apenas para a escala dos veículos motorizados, sem consideração com a escala urbana. Desta maneira, dificilmente surgiria uma situação de centralidade urbana na escala do pedestre, ou seja, de um espaço público forte. A transição da região para o urbano se

118 Para isso contribui também sua implantação em um nível abaixo da avenida Tancredo Neves e do bairro América, numa situação de fundo de vale. Distanciada, a Rodoviária não tem apelo algum como espaço comercial para os moradores da região, as diversas lojas comerciais fecharam gradativamente e os poucos pontos comerciais ainda hoje existentes se resumem a lanchonetes que atendem unicamente aos viajantes. Por fim, contribui para o isolamento a péssima localização do terminal de ônibus urbano (o terminal de integração Zona Oeste) que atende à Rodoviária, distante e sem acesso direto.

dá na periferia, não no centro da cidade.

Também sob o ponto de vista funcional, a localização periférica da nova Rodoviária mostrou-se, desde o início, inadequada para muitos passageiros vindos do interior, pois o destino da maioria deles é ainda o centro da cidade. Esta inadequação é demonstrada pelo fato de que atualmente diversas linhas do transporte regular de “vans” e microônibus interurbanos trazem os seus passageiros basicamente para a Rodoviária Velha no centro, ou seja, para “dentro da cidade”, tendo a Rodoviária Nova apenas como ponto de passagem. Um conflito se instaurou no início da década de 2000 a partir da proliferação do transporte clandestino de passageiros, que desembarcava as pessoas direto no terminal do centro, obrigando as empresas de ônibus a fazerem o mesmo<sup>119</sup>. Em matéria no Correio de Sergipe<sup>120</sup>, em 2006, a empresa administradora da Rodoviária Nova acusava uma pequena procura por boxes comerciais no terminal, em função da baixa frequência de passageiros. Dos 28 boxes, apenas cinco estavam alugados. Segundo a notícia, “o movimento no local é pequeno porque grande parte dos passageiros embarca na Rodoviária Luiz Garcia, no centro da cidade, conhecida como Rodoviária Velha”. O administrador detalha: “O movimento de passageiros interestaduais é pequeno. São cerca de 25 mil passageiros ao mês. Já os intermunicipais somente 40% embarcam aqui, os 60% embarcam no Luiz Garcia”<sup>121</sup>.

Atualmente, além destas linhas intermunicipais regulares e irregulares, a chamada Rodoviária Velha é oficialmente um terminal para linhas metropolitanas, provenientes de municípios próximos a Aracaju, tendo como vizinho um terminal de integração urbano. Desta forma, por manter o seu caráter de ponto nodal para os usuários do centro da cidade, por ser ainda um espaço onde há grande concentração de pessoas e atividades urbanas, a antiga Rodoviária continua sendo um espaço público forte, ainda que um pouco enfraquecido.

Dentre as **edificações do poder e da administração pública**, o primeiro movimento que afeta o centro da cidade foi a construção do Centro Administrativo do Estado de Sergipe, iniciada na década de 80 em uma área localizada atrás da nova Rodoviária (recém-inaugurada em 1979), próximo a grandes avenidas e a rodovias de acesso à cidade (figuras 47 e 51). Como em muitas outras cidades brasileiras, o objetivo foi reunir em um único espaço as

---

119 Com a permissão do governo estadual, através do DER (Departamento de Estradas de Rodagem).

120 Almeida, Raquel. “Pequeno movimento de passageiros inviabiliza comércio”. Correio de Sergipe, 02/02/2006.

121 Mais recentemente, o governo estadual implantou na Rodoviária Nova um CEAC (Centro de Atendimento ao Cidadão), que oferece diversos serviços públicos em um mesmo lugar, semelhante ao Poupa Tempo, em São Paulo, e SAC, na Bahia. O único CEAC até então se localizava no Shopping Riomar.

diversas edificações relativas ao funcionamento da máquina administrativa estadual, antes dispersas nas áreas centrais da cidade. A lógica seguia a de um *campus* universitário<sup>122</sup> e, em ambos os casos, a localização afastada da malha urbana, em situação de isolamento, é condizente com os preceitos do urbanismo modernista de zoneamento e segregação de funções.



**Figura 51:** Centro Administrativo de Sergipe (em amarelo). Fonte: Google Earth, 2003, imagem reformada pelo autor.



**Figura 52:** Paisagem inóspita do Centro Administrativo Estadual. Foto do autor, 2008.

---

122 O campus universitário da UFS foi inaugurado na mesma época, em 1984, como veremos a seguir (ver também figura 47)

Sua ocupação por secretarias e outros órgãos públicos estaduais foi bastante lenta, e ainda hoje existem muitos lotes vazios, o que faz com que o Centro Administrativo se configure hoje em um ambiente desolado e inóspito, onde terrenos vazios se intercalam a edificações (em implantação isolada) que abrigam, entre outros, a Secretaria da Fazenda, Fórum de Justiça do TRE, Centro de Referência da Mulher (vinculado à Secretaria de Estado da Saúde), além de instituições federais, como o Tribunal de Contas de União e o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura), ou mesmo de caráter privado (Casa da Indústria). Também nos anos 80 foi construído nas cercanias o maior hospital regional de Sergipe, o Hospital João Alves Filho. Sua localização próxima à rodovia BR-235 (ver figura 51) visava facilitar o acesso a pacientes e usuários do interior do estado, principalmente em ambulâncias de prefeituras municipais.

Em função de uma ocupação insuficiente e incompleta, a proposta de um Centro Administrativo de Sergipe não produziu um forte impacto na cidade (especificamente em seu centro), como foi o caso do Centro Administrativo da Bahia (CAB) em Salvador, edificado nos anos 70 na avenida Paralela, um dos principais eixos de expansão imobiliária da cidade. A implantação do CAB tem como parâmetro a linguagem arquitetônica modernista, com edifícios dispostos no meio do verde, entremeado por um sistema de vias para automóveis. Uma forma urbana completamente distinta da encontrada nas áreas centrais, onde a densidade construtiva é maior.

Um caso mais recente é o da Praça de Liberdade, em Belo Horizonte, de onde o Governo do Estado de Minas Gerais pretende retirar a sede do governo, no Palácio da Liberdade, e diversas secretarias para um novo centro administrativo, atualmente em construção às margens de uma via expressa que conecta a cidade com o Aeroporto Internacional de Confins. A Praça da Liberdade deverá deixar de ser uma praça cívica, perdendo a importância simbólica de espaço de poder, para se tornar um espaço cultural, pois os edifícios históricos serão ocupados por centros culturais, como a sede da Orquestra Sinfônica, Centro Cultural Banco do Brasil, Planeta TIM UFMG, entre outros já existentes, como o Arquivo Público Mineiro e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

*“O Circuito Cultural Praça da Liberdade está sendo implantado pelo Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, para oferecer à população novos espaços de conhecimento, arte, cultura, ciência e entretenimento. O Circuito, desenvolvido em parceria com a iniciativa privada e com entidade pública, restaura e dá novos usos aos prédios públicos que circundam a Praça da Liberdade,*

*transformando-os em um riquíssimo conjunto de cultura e informação, composto de acervos históricos, artísticos e temáticos; centros culturais interativos; biblioteca e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos; além de planetário, cafeterias, restaurantes e lojas”<sup>123</sup>.*

Há, entretanto, diversas vozes críticas que abordam principalmente a perda simbólica da praça como lugar do poder, integrada à centralidade urbana. A praça não deveria virar museu, pois

*“não há como negar a importância cívica do espaço da Praça da Liberdade nos momentos decisivos da vida nacional. (...) Sua importância simbólica enquanto espaço do Poder Estadual, construída ao longo dos últimos cem anos, deixou de ser importante para a identidade mineira? (...) A dimensão simbólica de seus ícones (de Minas Gerais) há que serem reforçados, requalificados, nunca abandonados ou descaracterizados”<sup>124</sup>.*

Se, em Aracaju, o Centro Administrativo não obteve plena realização do ponto de vista da implantação, uma outra intervenção estatal produziu um impacto maior no centro. Mais recentemente, em 1997, em virtude da realização de reformas no Palácio Olímpio Campos, no centro, a sede do governo estadual foi transferida provisoriamente para um edifício administrativo na Avenida Adélia Franco, no bairro Grageru (figura 53). Em 1999, o Governo do Estado decidiu-se pela permanência definitiva neste edifício, alegando inadequação do antigo Palácio para ser sede de governo.

Este edifício, que passou a ser chamado de Palácio de Despachos, abrigava anteriormente um dos órgãos públicos estaduais e foi adaptado ao novo uso. Sua forma arquitetônica não apresenta nenhuma característica significativa que o identifique como sede de governo, não sendo, portanto, capaz de cumprir com a função simbólica de representar e identificar o poder político instituído. A própria utilização da palavra “despacho” na denominação do edifício já remete às suas funções burocráticas e administrativas, deixando de lado a função representativa. A rigor, não existe mais (simbolicamente) a sede do governo, pois ao sair do centro da cidade ele perde sua visibilidade pública e se distancia física e visualmente da concentração de pessoas, típica dos espaços centrais.

No âmbito do município a decisão de sair do centro também aconteceu, mas apenas recentemente. A motivação principal foi basicamente a mesma: inadequação do Palácio Inácio

---

123 Apresentação do Projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade, do Governo de Estado de Minas Gerais, em <http://www.circuitoculturalliberdade.mg.gov.br/projeto-conheca.php>, acesso em 08/11/2009.

124 Vilela, Jorge F. “Liberdade não deveria virar museu”.

In: [www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc109/mc109.asp](http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc109/mc109.asp), 2004, acesso em 08/11/2009.

Barbosa, na Praça Olímpio Campos, para atender às demandas do gabinete do prefeito, em termos de infra-estrutura física e funcional (inclusive carência de estacionamento). Além disso, diversas secretarias funcionavam em diversos prédios alugados no centro, o que gerava um alto custo de manutenção. Em 2005 é inaugurado o Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos, em uma rua secundária do bairro Ponto Novo. Neste caso, as instalações são bem mais modestas, pois se trata de apenas uma única edificação, antes pertencente ao Banco do Brasil, que foi adquirida pela Prefeitura e reformada a partir de 2002. Nele funcionam o Gabinete do Prefeito, as secretarias de Governo, Administração, Assistência Social, Planejamento Urbano e Comunicação, onde trabalham 600 funcionários e são oferecidas 100 vagas de estacionamento. A Secretaria de Participação Popular também está provisoriamente no Centro Administrativo, mas irá retornar para o centro após a reforma do antigo Palácio de Governo<sup>125</sup>. As demais secretarias municipais ainda se localizam de forma dispersa na cidade, a maioria no centro.



**Figura 53:** Palácio de Despachos, na av. Adélia Franco, sede do governo estadual desde 1997. Foto do autor, 2007.

O mesmo raciocínio feito para a sede de governo estadual se coloca aqui: não é apenas a operacionalidade das funções administrativas que está em questão, mas a dimensão política. Especificamente, o que está em jogo é a relação entre as instituições de poder, democraticamente instituídas, e os cidadãos no cotidiano da cidade. Ao se instalar a sede de

---

125 Informações prestadas em entrevista por Juan Cordovez, técnico da SEPLAN, em 31/08/2009.

governo em um lugar qualquer e em um edifício qualquer da cidade (cuja arquitetura não é reconhecida pelo cidadão comum como representativa do poder público), se perde a simbologia que está atrelada à representação política. Assim, atos públicos organizados, como manifestações de greve ou protesto, passam despercebidos da população de modo geral quando acontecem em frente a estes edifícios administrativos. E se, por outro lado, as manifestações ocorrem em alguma praça central com o objetivo de buscar maior visibilidade na sociedade, deixa de existir uma proximidade ou acessibilidade, ainda que simbólica, ao chefe de governo<sup>126</sup>.

Entretanto, algumas instituições políticas do campo legislativo ou judiciário continuam no centro: a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça, na Praça Fausto Cardoso, e a Câmara de Vereadores, na Praça Olímpio Campos.

As **universidades** são instituições sociais importantes para a vida pública urbana, mas em boa parte das cidades brasileiras elas também se despedem do centro da cidade. Em boa parte já a partir dos anos 60 e 70, as principais universidades públicas brasileiras passaram a construir seus *campi* universitários fora do centro, em regiões muitas vezes periféricas.

Em Aracaju não foi diferente: a Universidade Federal de Sergipe (UFS), até então a única universidade em Sergipe, inaugurou em 1981 seu novo *campus* universitário nas proximidades dos limites municipais com São Cristóvão, reunindo ali todas as suas unidades, antes dispersas nas áreas centrais. Atualmente, apenas o Hospital Universitário ainda está localizado na malha urbana de Aracaju.

A relação entre cidade e universidade é historicamente bastante estreita<sup>127</sup>. Devido à aglomeração de pessoas, a cidade é um fenômeno cultural que dá condições para a criação e disseminação de conhecimentos e idéias. E a universidade, inserida neste contexto urbano, define-se em uma dimensão política como produtora de reflexão independente e autônoma.

No contexto brasileiro, a partir dos anos 60 e 70, em meio do turbulento momento político de resistência à ditadura militar, a criação de *campi* universitários em áreas isoladas nas cidades brasileiras atendeu, sobretudo, a um projeto político de afastar a universidade da cidade, ou seja, de seu centro. A efervescência do ambiente urbano do centro de uma cidade sempre se

---

126 A relação entre os espaços de poder no centro da cidade e as manifestações públicas será retomada mais adiante, ao analisarmos as notícias de jornal deste período.

127 As universidades desempenharam importante papel no desenvolvimento da sociedade urbana ocidental desde a Idade Média, como atestam as universidades de Bolonha (fundada em 1100), Paris (1150) e Salamanca (1243), entre outras, e especialmente na modernidade, com o desenvolvimento científico.

constituiu em matéria-prima para a universidade, principalmente em assuntos sociais e políticos. À parte as premissas de cunho funcionalista, datadas do modernismo, o isolamento das universidades buscava neutralizar o poder de mobilização política dos estudantes universitários, afastando-os da vida urbana cotidiana e do contato mais próximo com a sociedade civil, e de uma conseqüente “contaminação” da sociedade.



**Figura 54:** Representação esquemática do Campus Universitário da UFS. Para sua localização na cidade, ver figura 47. Fonte: mapa de orientação institucional em [www.ufs.br](http://www.ufs.br).

Após esta fase mais politizada, outros fatores vão concorrer para a constituição de *campus* fora dos centros urbanos, como o solo urbano mais barato em áreas menos centrais, como observamos no caso das novas universidades particulares, a partir da década de 90. Além disso, um *campus* um pouco mais distante possibilita, a princípio, uma melhor acessibilidade por automóvel particular do que as áreas centrais consolidadas, inclusive possibilitando grandes áreas para estacionamento. A opção por um modelo que privilegia o automóvel, em detrimento do transporte público, é determinada por uma elite que tem o poder de definir políticas públicas e investimentos privados: a localização da universidade no centro da cidade é entendida como incômoda e inviável – de fato, apenas não o seria se houvesse a opção pelo transporte público, pois o centro é o bairro com melhor infra-estrutura urbana.

É neste contexto que surge, em 1995, uma universidade privada em Aracaju, a Universidade Tiradentes (UNIT). Iniciou-se, então, a construção de um moderno campus no bairro da Farolândia (figura 57, adiante), próximo à praia de Atalaia, deixando em segundo plano alguns de seus prédios no centro, da época em que funcionava como faculdade isolada, que se localizam nas proximidades da Rodoviária Velha (e que hoje abrigam ainda alguns cursos, inclusive o de Arquitetura e Urbanismo). No caso da UNIT, a motivo principal para a construção de um novo *campus* distante do centro foi, além da carência de espaço físico para os novos cursos recém-criados, o baixo preço da terra na Farolândia, por ser uma região, à época, ainda em processo de valorização imobiliária, processo este que foi então impulsionado com a própria construção da universidade.

Da mesma maneira, uma outra instituição de ensino superior, a Faculdade Pio Décimo (com o objetivo de se transformar futuramente em uma universidade), também migra para fora do centro com a construção de novas instalações na Avenida Tancredo Neves, próximo à Estação Rodoviária (a “nova”), que substitui as acanhadas instalações no centro da cidade.

Apesar da crescente mercantilização do sistema de ensino superior brasileiro<sup>128</sup> nesta etapa do capitalismo informacional e globalizado (em que a universidade tem reforçada sua importância para o bom desempenho do sistema produtivo), podemos afirmar que a universidade, seja pública ou privada, tem ainda um importante papel político na sociedade que deve ser preservado, e que não se dissocia do urbano.

Nesta fuga para áreas urbanas mais periféricas ou em processo de expansão imobiliária, a instituição universidade perde a oportunidade de, com sua presença, dinamizar o centro da cidade ao trazer novas atividades e novos frequentadores, especialmente à noite, e, principalmente, de estar politicamente presente no cotidiano da vida pública da cidade. No centro estão os estudantes universitários em contato mais intenso com a cidade e seus habitantes, com seus espaços de discussão e encontros, como bibliotecas, auditórios, espaços culturais e livrarias. Longe do centro, os estudantes estão “apenas” em sala de aula.

Um dos fenômenos mais importantes neste processo de esvaziamento dos centros das cidades brasileiras é a proliferação de **shopping centers**. No caso do centro de Aracaju, certamente é possível falar que a inauguração do primeiro *shopping center* da cidade, o Riomar, em 1989, foi indutor de grandes transformações. É verdade que uma década antes, como vimos

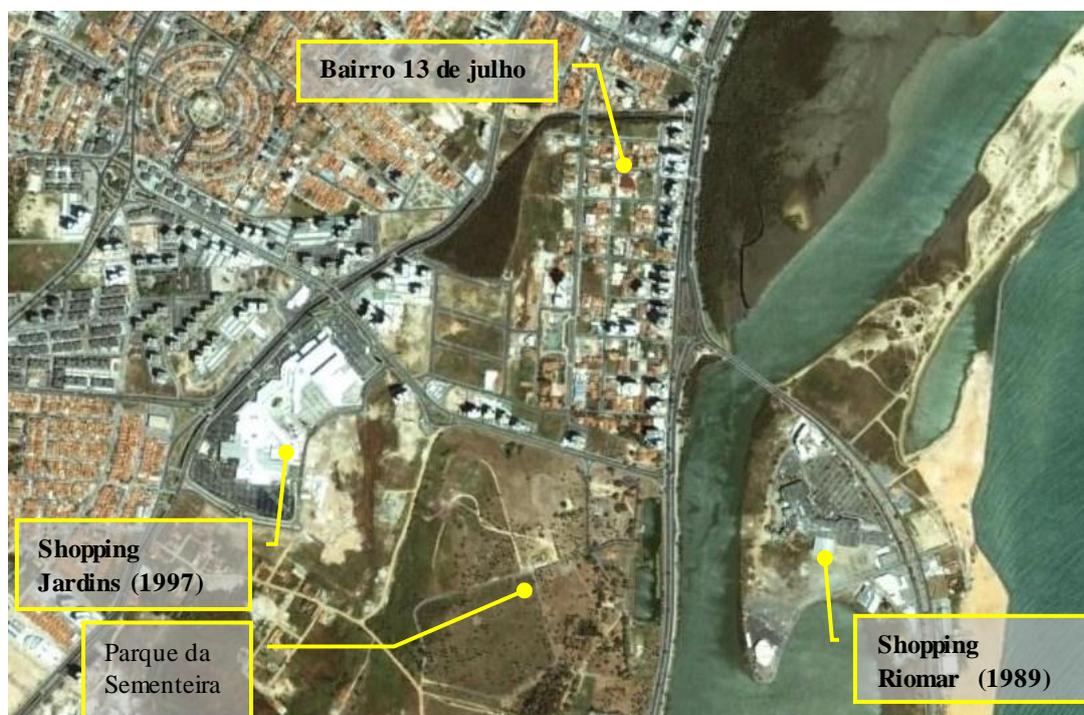
---

128 A década de 1990 assistiu à criação de diversas universidades e faculdades privadas no Brasil, ao mesmo tempo em que se deterioravam as condições de funcionamento das instituições públicas de ensino superior.

anteriormente, já registramos alguns empreendimentos que poderiam ter sido o estopim de mudanças, como a construção da nova Estação Rodoviária e a implantação de um Centro Administrativo do governo estadual. Mas, naquele momento, estes primeiros movimentos não produziram grandes mudanças na vida cotidiana do centro tradicional, não obstante tenham lhe retirado funções urbanas significativas.



**Figura 55:** Foto aérea atual do Shopping Riomar, com o bairro 13 de julho ao fundo.  
Fonte: [www.skyscraper.com](http://www.skyscraper.com).



**Figura 56:** Foto aérea com localização dos *shopping centers* e entorno (com parte dos bairros Jardins, 13 de julho e Coroa do Meio). Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

Assim, podemos afirmar que apenas com a inauguração do Shopping Riomar que o centro sofre um maior impacto, não apenas no sentido de que as atividades de comércio e de serviços centrais começam aos poucos a ser afetadas por este empreendimento comercial “inovador”, como se dizia à época, mas, principalmente, porque surge um novo espaço de lazer e de sociabilidade, ainda que fosse uma sociabilidade segmentada, ou seja, direcionada e apropriada por grupos sociais de maior poder aquisitivo.

A construção, em 1997, do segundo empreendimento de porte para a cidade, o Shopping Jardins, provoca um impacto talvez maior no próprio Riomar enquanto concorrência, do que no comércio do centro da cidade. Como veremos mais adiante na cronologia das notícias de jornais (1989-2004), o Jardins já encontra um ambiente propício para o funcionamento de um *shopping center*, pois este modelo de espaço comercial, de lazer e, especialmente, de sociabilidade, está consolidado no cotidiano da cidade.

É importante entender que a tipologia *shopping center* não apenas conjuga diversas atividades em um único lugar fechado, mas, mais importante ainda, simboliza e remete a um novo modo de vida urbano. Como ressalta Padilha (2006), o significado do *shopping center* para as sociedades capitalistas está no fato de que, sendo “um espaço privado que se traveste de público”, o empreendimento procura dar a ilusão de que é “uma ‘nova cidade’, mais bonita, mais limpa e mais segura que a ‘cidade real’, que pertence ao mundo de fora”. Mais ainda: ele pretende fabricar um “novo homem”, adaptado à obsessão capitalista pelo consumo, o que “custa muito caro à cultura, à cidadania, à urbanidade, ao lazer e à subjetividade humana” (*op. cit.*, p. 23).

O *shopping center* é uma tipologia arquitetônica comercial que surge no período do pós-guerra nos Estados Unidos, como resultado do processo de transformação do capitalismo industrial e tecnológico e com antecedentes nas galerias comerciais européias do século XIX. Nas cidades contemporâneas, tornou-se talvez a principal tradução urbana da sociedade de consumo. Além de ser um lugar de circulação de mercadorias, lembra Padilha (*op. cit.*, p. 24) que o *shopping* converteu-se no lugar:

“a) de busca da realização pessoal pela felicidade do consumo; b) de identificação – ou não – com os grupos sociais; c) de segregação mascarada pelo imperativo da segurança; d) de enfraquecimento da atuação de seres sociais e de fortalecimento da atuação de consumidores; e) de materialização dos sentimentos; f) da manipulação das consciências; g) de homogeneização dos gestos, dos pensamentos e dos desejos, e o mais grave; h) de ocupação quase integral do tempo livre das pessoas (a televisão

*parece ser a concorrente mais forte)*”.

Em Aracaju, o surgimento do *shopping center* Riomar está diretamente relacionado com o projeto Coroa do Meio. A pós-ocupação deste bairro, como vimos em capítulo anterior, é motivo de preocupação para a municipalidade até hoje, e não apenas pelos efeitos ambientais nefastos que o aterro do mangue legou à cidade. A crescente desvalorização imobiliária e sua conseqüente ocupação “fracassada” fizeram com que, nos anos 80, o poder público municipal resolvesse participar diretamente da construção de um *shopping center* na área, em busca de uma alternativa para o bairro. Desta maneira, foi feita uma parceria com a Construtora Góes-Cohabita Construções S.A., de Salvador, que consistia na cessão do terreno público por 90 anos, renovável pelo mesmo período, em troca de 17% das receitas dos aluguéis das lojas.

*“a localização e construção do Riomar Shopping Center na Coroa do Meio tem algo também sui generis em relação aos demais existentes no Brasil. Comum deste tipo de iniciativa é o setor privado decidir a localização do empreendimento, e assumi-lo tal como propriedade privada em todo processo. No caso de Aracaju, sua origem já o torna um pouco diferente, porque uma empresa pública municipal (a EMURB), com total apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, articulou a idéia e, com a empresa interessada, agilizou os meios e canais de negociações necessários inicialmente junto ao agente financeiro (a CEF) e à comunidade em geral. O controle administrativo ficou a cargo do grupo privado interessado que, através de outras empresas especializadas, realizou o planejamento e divulgação nacional do empreendimento”* (França, 1999, p. 171).

Se, para a autora, “as mudanças e perdas foram bem absorvidas (pelo centro), pois se tratava de um empreendimento destinado a uma classe social que, dia a dia, já se afastava dele” (*op. cit.*, p. 172), parece-nos que para o centro tradicional este empreendimento foi um golpe quase fatal, embora talvez já previsível, em termos de constituição de formas segregadas de sociabilidade.

Os colunistas sociais, que tradicionalmente escrevem para as elites, comentam a novidade. No dia anterior à abertura do centro comercial, lemos que “Aracaju vai mudar seu dia-a-dia, os hábitos, a paquera, as compras, o charme, com a inauguração do primeiro *shopping center*”<sup>129</sup>. E dois dias depois, um outro colunista social descreve: “Como era de se esperar, a moda quentíssima do momento é circular e comprar no Shopping Riomar: um chopp ali, um papo incrementado acolá, reencontro com amigos e a glória de acontecer no requinte do nosso

---

<sup>129</sup> Jornal da Cidade, caderno Thais Bezerra, 07/05/1989, p. 5.

primeiro shopping...”<sup>130</sup>. Na solenidade de inauguração, alguns discursos de autoridades nos dão uma idéia do que “a sociedade” espera e deseja do novo empreendimento. O presidente da Federação do Comercio, Raimundo Santos, prevê uma “nova vida em Aracaju”, pois o shopping se tornará “um espaço prioritário e pratico para o lazer e desenvolvimento cultural”<sup>131</sup>.

E sobre o centro da cidade, o que se pensa dele? No mesmo discurso, Raimundo dos Santos entende que “o centro da cidade (é) um *shopping a céu aberto*, (...) falta apenas maiores cuidados porque o local é acessível à população e também é muito bonito” (grifo nosso). Mal recém-chegado à cidade, o moderno centro de compras já se torna a referência para o centro, aqui tratado como um “*shopping a céu aberto*”. Pode-se concluir que o “modelo *shopping center*” já fosse conhecido por todos e era imensamente esperado e desejado, pois não precisou de muito tempo para que transferisse sua imagem ao centro tradicional, como observamos na referida fala.

Que valores são estes? O discurso do então prefeito, Wellington Paixão, é elucidativo: “O Rio Mar Shopping irá transformar os *vícios* do nosso comércio e amanhã a nossa cidade, como uma menina vaidosa, quando se acordar irá se olhar no espelho e então verá que está com uma *nova maquiagem*, um novo empreendimento”<sup>132</sup> (grifos nossos). O novo elemento estaria, ao que se deduz, impregnando a cidade de modernidade, de progresso, ajudando-a a combater seus “vícios” e dando-lhe uma feição contemporânea.

Como explicado anteriormente, as camadas de alta renda aracajuanas estão instaladas em regiões ao sul do centro da cidade, em direção à orla oceânica da Atalaia, principalmente em bairros como São José, 13 de Julho e Salgado Filho (ver mapas nas figuras 39 e 41). Um dos mais recentes é o bairro Jardins, cuja ocupação é fruto de um empreendimento comandado por fortes setores do mercado imobiliário, tendo o já mencionado Shopping Jardins como âncora do projeto, inaugurado em 1997. Este segundo empreendimento é, atualmente, o maior da cidade, desbancando o Riomar e cimentando definitivamente o hábito de freqüentar os *shopping centers* nas populações de maior poder aquisitivo, e que por isto não mais freqüentam o centro tradicional.

---

<sup>130</sup> Jornal da Cidade, coluna João de Barros, 09/05/1989, p. 10.

<sup>131</sup> Jornal da Cidade, “Aracaju inaugura seu primeiro shopping”, 09/05/1989, p. 9.

<sup>132</sup> Idem, 09/05/1989, p. 9.



**Figura 57:** Empreendimentos significativos de cultura, educação e lazer, construídos no sul da cidade nos anos 1990.

- 1- Shopping Riomar, com cinco salas de cinema
  - 2- Shopping Jardins, com nove salas de cinema
  - 3- Teatro Tobias Barreto (estadual)
  - 4- Universidade Tiradentes (UNIT), Campus Farolândia
- Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

A vida cultural no centro de Aracaju, a partir principalmente dos **cinemas** e **teatros**, se esvaziou sensivelmente na década de 90. De fato, há muito tempo não havia mais sala de teatro no centro, desde que o tradicional Cine-Teatro Rio Branco, na Rua João Pessoa, passou a funcionar exclusivamente como cinema a partir do início dos anos 80, para depois sucumbir aos filmes pornográficos e, mais tarde, ser demolido em 2004, dando lugar a uma loja de confecções. No capítulo anterior, vimos como a Rua João Pessoa, por muitos anos, operava como espaço público forte na medida em que interligava diversos lugares ligados à cena cultural e política. O Rio Branco era um destes espaços da intelectualidade, assim como a Livraria Regina, por exemplo. Entre eles estava o *espaço da rua*, lugar de passagem e de permanência ao mesmo tempo.

De certa forma havia o Teatro Atheneu, que também estava “na rua”. A escala também era a do pedestre, no bairro São José, bastante próximo ao centro. Inaugurado em 1954, funcionou por décadas como o principal espaço cênico e de música na cidade. O mesmo não se pode

dizer do Teatro Tobias Barreto, que a partir de 2002 substituiu o Atheneu como o principal espaço cênico da cidade. Ao invés de uma rua, está localizado em um cruzamento de duas avenidas de alta velocidade, onde a escala não é do pedestre, mas do automóvel (figura 58). Não há como fazer surgir em seu entorno um espaço público forte, principalmente porque não existe, por exemplo, nenhum estabelecimento cultural ou gastronômico que se relacione espacialmente com o teatro. A paisagem urbana é típica de uma *strip* à Las Vegas, composta por galpões de um distrito industrial, um grande supermercado, um centro de convenções, um condomínio vertical fechado com muros altos e, mais recentemente, um viaduto. O Teatro Tobias Barreto é um grande empreendimento público na área cultural, considerado um dos mais completos da região nordeste, com aproximadamente 1300 lugares, mas cuja arquitetura trabalha muito mais com a idéia da imponência do que com o diálogo com o espaço urbano e com a cidade (figura 59).



**Figura 59:** Teatro Tobias Barreto. Foto do autor, 2007.

**Figura 58:** Vista aérea do Teatro Tobias Barreto e entorno. Fonte: Google Earth, 2004, imagem reformada pelo autor.

A relação com a rua também se perde no caso dos cinemas. Como em outras cidades brasileiras, o advento do *shopping center* e, posteriormente, suas modernas salas de cinema *multiplex*, trouxeram o último suspiro para os cinemas do centro. Até a década de 80, Aracaju possuía quatro cinemas no centro, mas o último deles (Cine Palace) foi fechado poucos anos após a inauguração de duas salas<sup>133</sup> no Shopping Riomar em 1989. Posteriormente, a inauguração em 1997 de nove salas no Shopping Jardins consolidou de vez nos hábitos da população de Aracaju o que podemos chamar de “cinema de shopping”, associado especialmente a serviços como estacionamento, segurança e gastronomia (praça de alimentação), sepultando por ora uma eventual e remota possibilidade de retorno de algum “cinema de rua” na cidade.

Para sintetizar, apresentamos no quadro 3, a seguir, um panorama geral dos vários movimentos de saída do centro de atividades tradicionalmente centrais, tanto como resultado de políticas públicas como de investimentos privados. Além do que já foi mencionado, estão na lista alguns outros casos que serão tratados detalhadamente mais adiante, como os projetos da Rua 24 Horas, a polêmica instaurada em meados da década de 90 sobre se os mercados municipais deveriam ser transferidos para uma região periférica da cidade ou se seriam restaurados e ampliados (prevalecendo esta última alternativa), além de eventos e festas de grandes dimensões que passam a ser realizar na grande praça central destes mercados revitalizados, como o Forrócaju e o Pré-Caju (este último, entretanto, aconteceu no centro por apenas dois anos). O projeto Rua da Cultura, promovido semanalmente por iniciativa privada através de um grupo teatral, é outro evento cultural que também se instala no mercado, mas com dimensões bem menores e um caráter alternativo. Acontece todas as noites de segunda-feira com uma programação variada de música, teatro e outras manifestações artísticas, mas que, por suas características, não produziu um impacto maior na vida noturna do lugar.

---

133 As duas salas foram substituídas no início da década de 2000 por um complexo multiplex com cinco salas.

**Quadro 3:** Eventos ou equipamentos urbanos surgidos a partir da década de 80. Em negrito, o que aconteceu no centro; os demais se localizam ou acontecem fora da área central.

Ano	Projetos e ações do poder público	Projetos e ações de iniciativa privada
1979	Nova Rodoviária	
1981	UFS – novo <i>campus</i> universitário	
anos 80	Centro Administrativo do Estado – início da implantação	
1988	Centro de Interesse Comunitário (CIC), atual Centro de Convenções	
1989		Shopping Rio Mar
1993		Pré-Caju – pré-carnaval na Atalaia, depois no bairro 13 de julho
1994	<b>Rua 24 horas</b>	
1995	Polêmica: <b>recuperação do mercado central</b> x construção de novo mercado periférico	
1995		UNIT – novo <i>campus</i> na Farolândia
1997		Shopping Jardins
1997	Palácio do Governo – saída do centro	
1999	<b>- Revitalização dos Mercados Municipais;</b> <b>- Projeto de Revitalização do Centro</b>	
2001	- CEAC (Centro de Atendimento ao Cidadão) no Shopping Riomar; <b>- Forrócaju nos mercados centrais</b>	
2002	Teatro Tobias Barreto	
2003		<b>Rua da Cultura</b>
2004	<b>Reforma dos calçadões centrais</b>	
2004/2005		<b>Pré-Caju acontece nos mercados centrais</b>
2005	Centro Administrativo Municipal	
2006		Retorno do Pré-Caju à 13 de julho

Fonte: tabela elaborada pelo autor.

Neste sentido, após termos analisado basicamente estes movimentos de saída para novas localizações, vamos olhar um pouco mais de perto o que acontece no dia-a-dia do centro da cidade neste meio tempo. Quais os fatos significativos e cotidianos ocorrem ao longo dos últimos 20 anos e como se modifica, ao longo do tempo, a percepção do centro por determinados setores da sociedade? Ainda que parcialmente, um pouco destas mudanças podem ser apreendidas a partir de uma metodologia que consistiu na leitura e análise de notícias de jornal sobre o centro da cidade, a ser detalhado a seguir.

**A CIDADE E O JORNAL - UMA CRONOLOGIA DO CENTRO DE  
ARACAJU**

## 4.1 METODOLOGIA

*“O jornal diário*

*Um senhor toma o bonde depois de comprar o jornal e o por debaixo do braço. Meia hora mais tarde desce com o mesmo jornal debaixo do braço. Mas já não é o mesmo jornal, agora é um monte de folhas impressas que o senhor abandona em um banco da praça. Apenas fica só no banco, o monte de folhas impressas se converte outra vez em um jornal, até que um rapaz o vê, o lê e o deixa converter-se em um monte de folhas impressas. Apenas fica só no banco, o monte de folhas impressas se converte outra vez em jornal, até que uma anciã o encontra, o lê e o deixa converter-se em um monte de folhas impressas. Logo o leva para casa e no caminho o usa para empacotar meio quilo de acelgas, que é para que servem os jornais depois destas excitantes metamorfoses”<sup>134</sup>.*

Para Silva Jr. (2008, p. 138), são muito ricas as possibilidades de investigação a cerca das intersecções entre jornalismo e cidade, apesar de ser um campo de pesquisa ainda pouco estudado. A relação é simbiótica, pois as dinâmicas da urbanidade alimentam, mas também delimitam, o fluxo de notícias e a própria ação do jornal, ao tempo em que a representação noticiosa sustenta uma imagem da cidade enquanto território em constante mutação e “auxilia na formação da idéia de pertencimento e de consciência pública” (*op. cit.*, p. 150). A partir desta interdependência, há um diálogo que reforça o jornal como “forma simbólica da atualidade, do tempo presente, da revelação pública dos eventos em edições periódicas e regulares” (Franciscato, 2005<sup>135</sup>, *apud* Silva Jr., p. 140). Para o autor, não há como desfazer a costura entre cidade e jornalismo, mesmo com as novas configurações urbanas condicionadas pelo avanço tecnológico: “o jornal é uma mídia das ruas, dos espaços urbanos. (...) Muda a urbanidade, muda a forma como a urbanidade se apresenta no jornal” (*op. cit.*, p. 148).

A partir disso, percebemos que a leitura de jornais de Aracaju poderia nos fornecer um olhar diferenciado para a compreensão das transformações processadas no centro da cidade, a partir do final da década de 1980. O acompanhamento de parte dos acontecimentos e do cotidiano desta parte da cidade, ao longo deste período mencionado, foi possível através do levantamento de fontes primárias em um periódico diário de Aracaju, o Jornal da Cidade, de cujas edições pesquisadas foram anotadas e registradas todas as referências encontradas sobre

---

134 Manual de cronopios, de Julio Cortazar, *apud* Silva Jr., 2008, p. 137.

135 Franciscato, C. E. A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. Aracaju: Editora da UFS, 2005.

o centro da cidade.

A mídia impressa é uma, dentre muitas possibilidades existentes, para expressão de opiniões e interpretações sobre a vida pública, ainda que, de fato, nas sociedades capitalistas esta seja uma possibilidade restritiva, desde que o acesso aos meios de comunicação, neste caso a um jornal diário, tanto para *obtenção* de informação como para *produção* e *disseminação* de informação e opinião, é desigual e seletivo, restringindo-se, normalmente, a uma elite econômica e cultural. Desta maneira, sabemos que o levantamento de notícias publicadas sobre o centro da cidade em um jornal diário de Aracaju nos fornecerá um desenho parcial, mas, ainda assim, bastante rico sobre o cotidiano da cidade. Podemos assim, de alguma forma, constituir de um quadro interpretativo de *determinadas* vozes desta sociedade específica e de sua época.

Este viés de investigação – a relação entre jornal e cidade – permite ainda um aprofundamento posterior e diversos outros olhares que não se esgota no âmbito desta tese de doutorado. Em síntese, o que apresentaremos a seguir é apenas uma forma de apreensão, dentre muitas outras possíveis, do rico material disponível sobre a cidade em páginas de jornal.

No entanto, alguns cuidados devem ser tomados. Neste método de coleta e análise de notícias, faz-se necessário atentar para o *porquê* e *como* o jornal publica um fato, e não apenas para o acontecimento propriamente dito. Não acreditamos em uma suposta neutralidade jornalística na publicação dos fatos e eventos, pois no processo de produção e circulação de notícias/informações em meios de comunicação que se inserem em uma esfera pública, estão sempre em jogo diversas relações de poder. Chauí (2006, p. 11) chama a atenção para o lugar dos meios de comunicação de massa no mundo contemporâneo, relacionando-o ao totalitarismo descrito por George Orwell em *1984*. “Os procedimentos orwellianos são usados cotidianamente”, mesmo nas sociedades democráticas, quando o jornalista no rádio, na televisão e na imprensa escrita, enquanto “formador de opinião”, emite opinião, descreve e narra fatos ou acontecimentos a partir “de um lugar outro, o lugar do saber como lugar do poder”. Para a autora, na era dos meios de comunicação de massa, as categorias de verdade e falsidade são substituídas pelas noções de credibilidade e confiabilidade: “para que algo seja aceito como real, basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável” (*op. cit.*, p. 8)<sup>136</sup>.

Chauí aborda a questão do exercício do poder pelos meios de comunicação sob dois aspectos

---

136 Chauí coloca o apelo à vida privada e à intimidade como base de apoio da credibilidade e da confiabilidade no mundo contemporâneo: “Os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado” (Chauí, 2006, p. 9).

principais: o econômico e o ideológico (*op. cit.*, p. 72). Mesmo que sejam concessões estatais, os meios de comunicação no Brasil são majoritariamente propriedade privada de indivíduos ou oligopólios, que os utilizam para expressar seus interesses particulares. Estas empresas são parte de uma indústria cultural que são regidas pelos imperativos do capital. Através deste poder econômico *privado*, os meios de comunicação instituem o espaço e tempo *públicos*, mas ele não é exercido pelos seus proprietários. O próprio capital é o sujeito do poder: o poder midiático é um “mecanismo de tomada de decisões que permite ao modo de produção capitalista, transubstanciado em espetáculo, sua reprodução automática”<sup>137</sup>. Os proprietários dos meios de comunicação seriam apenas suportes do capital.

Este raciocínio perpassa, de alguma forma, a noção foucaultiana de poder difuso que atravessa as relações sociais. Para Foucault (1979), não se detém o poder, pois ele é exercido nas ações e só nelas existe. Dentro de cada sociedade há um combate pelo poder (como um desdobramento das relações de força), ou seja, por aquilo que se entende como verdade, que nada mais é que algo produzido pelos homens, a partir dos enunciados próprios de cada sociedade, em cada momento histórico.

Assim, a relação dos meios de comunicação com o poder vai além dos aspectos econômicos, como frisa Chauí (2006, p. 74). Sob o ponto de vista ideológico, a autora recorre a Lefort<sup>138</sup> e seu conceito de ideologia invisível, segundo o qual “a ideologia contemporânea não parece construída nem proferida por um agente determinado, convertendo-se em um discurso anônimo e impessoal, que parece brotar espontaneamente da sociedade” (*op. cit.*, p. 75). O discurso veiculado pelos meios de comunicação é eficiente se contém uma aura de “generalidade suficiente para homogeneizar a sociedade como um todo”, generalidade esta contida nos relatos da mídia sobre o cotidiano ou assuntos especializados, construindo a “representação imaginária de uma democracia perfeita, na qual a palavra circula sem obstáculos”<sup>139</sup>.

O exercício do poder ideológico só se torna possível através do que a autora denomina de “ideologia da competência”, sob a forma do discurso do conhecimento, que, por sua vez, é fundamentado na crença da racionalidade técnico-científica. A ideologia da competência pode ser assim resumida: “não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro” (*op. cit.*, p. 76). Apenas os “detentores de um saber” o podem fazer, aqui incluindo o sujeito da comunicação (jornalista, o repórter, o entrevistador

---

137 Kehl, Maria Rita e Bucci, Eugenio. Videologia. São Paulo: Boitempo, 2005, *apud* Chauí, 2006, p. 74.

138 Lefort, Claude. *Esboço de uma gênese de ideologia nas sociedades modernas*. In: As formas da história. São Paulo: Brasiliense, 1982, *apud* Chauí, 2006, p. 74.

139 Lefort (1982), *apud* Chauí, 2006, p. 76.

etc.).

Assim, retomamos às questões que envolvem o *porquê* (quais as motivações ou qual a causa específica) de um fato ou acontecimento ser divulgado pelo jornal, e *como* o jornal faz esta divulgação. A metodologia adotada consistiu no registro de todas as notícias sobre o centro da cidade, mas também foram anotadas as formas de publicação: se em primeira página ou com foto em destaque, assim como se se tratava de um relato (a princípio, neutro) sobre algum fato na forma de notícia ou um comentário opinativo, não-assinado, em algumas das colunas do jornal<sup>140</sup>. Este detalhamento mais apurado está contido nas análises de cada eixo temático, como veremos mais adiante, enquanto a compreensão mais geral e abrangente sobre os acontecimentos urbanos propriamente ditos, como objeto do jornalismo, estão nas tabelas estatísticas que informam, por exemplo, a quantidade de notícias sobre cada tema.

O panorama da mídia em Sergipe – em particular na capital Aracaju, onde estão sediados praticamente todos os meios de comunicação impressos do estado – reflete a concentração do poder econômico na sociedade local. De modo geral, há uma dependência dos veículos de imprensa sergipanos de famílias economicamente influentes e de grupos políticos. O Jornal da Cidade foi fundado em 1971 e desde 1976 é propriedade de um grupo familiar, os Franco, ligado à política partidária<sup>141</sup>. Atualmente o Jornal da Cidade tem uma tiragem média de 5.000 exemplares durante a semana e de quase 12.000 na edição de domingo<sup>142</sup>.

Para este trabalho, optamos pelo Jornal da Cidade pelo seu lugar de destaque no panorama da mídia escrita local e por ser o de maior tiragem diária na cidade. Quanto ao universo amostral, a metodologia desenvolvida consistiu em eleger quatro períodos de um ano de duração cada, com espaçamento de cinco anos entre eles. Assim, foram levantados os anos de **1989, 1994, 1999 e 2004**. De modo a possibilitar um procedimento de coleta de dados mais célere, em cada um destes períodos (de janeiro a dezembro) foram pesquisadas apenas as edições de **terça-feira** e **sexta-feira**, pois partimos do pressuposto de que muitos fatos ou acontecimentos repercutem ao longo da semana e poderiam, assim, ser publicados em algum

---

140 Algumas das colunas do Jornal da Cidade são de responsabilidade de não-jornalistas, a exemplo das colunas sociais (João de Barros, por exemplo) ou as de política e variedades, como a Notas e Comentários, por Jurandyr Cavalcanti.

141 Atualmente pertence a Oswaldo Leite Franco e Marcos Leite Franco Sobrinho (Souza, 2006). Dois dos mais destacados membros da família são Augusto Franco, que já exerceu os cargos de deputado federal (1967-1971), senador (1971-1979) e governador do Estado no período entre 1979 e 1982; e seu filho Albano Franco, que já foi deputado estadual (1967-1971), senador (1983-1994) e governou o Estado por dois mandatos consecutivos: 1995-1999 e 1999-2003.

142 Pacheco, Márcia. *JC completa 38 anos de história*. 27/02/2009. In: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=27053>. Acesso em 12/12/2009.

destes dois dias na semana.

O levantamento das notícias foi feito também nas edições de um outro diário local, o Jornal de Sergipe, mas apenas no período de julho a dezembro de 1989. A coleta do material neste jornal ao longo do mesmo período dos demais anos, como inicialmente previsto, não foi possível em virtude do periódico não estar mais em circulação. Desta maneira, utilizou-se o Jornal da Cidade como fonte de notícias em todo o período, de janeiro e dezembro, dos demais três universos amostrais, os anos de 1994, 1999 e 2004.

O registro das notícias foi feito em fichas de pesquisa, como no modelo representado abaixo. Além de informações como data da publicação, página, título (e subtítulo, se for o caso) e conteúdo da notícia, foi assinalado também se se tratava da matéria noticiosa (e se estava em destaque na primeira página ou não) ou opinativa, como as pequenas notas em uma das colunas do jornal (em parte não-assinadas). O conteúdo poderia ser transcrito literalmente ou de forma resumida, eventualmente com algumas citações literais. Em anexo podem ser visualizadas algumas fichas preenchidas, a título de ilustração.

<b>2004</b>	<b>JORNAL DA CIDADE</b>		<b>DATA</b>	<b>PG</b>
<b>Notícia</b>	interna	<b>coluna</b>		<b>TEMA</b>
	1ª pág.	<b>autor</b>		
<b>TÍTULO</b>				
<b>CONTEÚDO</b>				

**Figura 60:** Modelo reduzido da ficha de registro das notícias de jornal. Fonte: Elaboração do autor.

A partir da leitura e registro do noticiário sobre fatos, eventos ou situações referentes ao centro da cidade, publicadas por articulistas e jornalistas (e raramente por cartas de leitores), foi possível montar um quadro representativo da vida pública no centro da cidade, seu cotidiano, suas imagens e representações públicas.

O quadro abaixo mostra os *eixos temáticos de análise* (anotados no campo “tema” da ficha acima) que nortearam a coleta das notícias do Jornal da Cidade. Como se pode observar, os

eixos de análise foram pensados de tal forma que pudessem abarcar a totalidade das notícias registradas e agrupá-las em um número razoável de grupos temáticos. Buscamos registrar desde notícias sobre eventos políticos e culturais organizados que aconteciam nos espaços públicos, como greves e manifestações públicas, assim como também tudo aquilo que indicasse formas de apropriação informal do espaço na vida cotidiana (camelôs, moradores de rua etc.), passando por notícias sobre edificações significativas para a cidade (mercado central, principal hotel, Palácio de Governo etc.), até o noticiário sobre as atividades econômicas terciárias e sobre projetos e intervenções no centro da cidade.

Complementarmente, buscamos registrar também, separadamente, as notícias sobre o que ocorresse *fora* do centro e que tivesse, a nosso ver, reflexos diretos e/ou indiretos para este. No caso, optamos pelo noticiário sobre os *shopping centers*, em função do impacto significativo que este equipamento urbano produziu na cidade de Aracaju.

**Quadro 4:** Eixos temáticos utilizados para a classificação e análise das notícias coletadas em jornais de Aracaju.

<b>1</b>	<b>Atos e manifestações políticas no espaço público</b> Protestos, comícios, passeatas, greve etc.
<b>2</b>	<b>Eventos culturais no espaço público</b> Música, teatro, Carnaval, São João etc.
<b>3</b>	<b>Cotidiano: organização e regulação do espaço público, formas de uso e apropriação</b> Manutenção do espaço por serviços públicos, como limpeza e varrição; organização do trânsito, estacionamento; comércio informal etc.
<b>4</b>	<b>Calçadão da Rua João Pessoa</b> Sociabilidade na principal rua de pedestres, com troca de idéias e informações de cunho político etc.
<b>5</b>	<b>Edificações do poder</b> Sedes do poder público nos âmbitos municipal e estadual, executivo e legislativo etc.
<b>6</b>	<b>Hotel Palace</b>
<b>7</b>	<b>Mercado Municipal</b>
<b>8</b>	<b>Equipamentos culturais</b> Teatro, cinema, galeria de arte etc.
<b>9</b>	<b>Outras edificações significativas</b> Patrimônio histórico, edificações de acesso público etc.
<b>10</b>	<b>Projetos e intervenções arquitetônicas e urbanísticas</b> Ações e projetos do poder público e da iniciativa privada no centro da cidade
<b>11</b>	<b>Atividades terciárias</b> Comércio varejista e de serviços, atividades econômicas ligadas ao centro da cidade
<b>12</b>	<b>Shopping Center</b> Tratado separadamente, pois fora do centro da cidade; assume algumas atividades urbanas ligadas ao comércio, lazer e sociabilidade

## **4.2. O QUE DIZEM AS NOTÍCIAS SOBRE O CENTRO DE ARACAJU**

Nas tabelas 5 e 6, a seguir, estão apresentados os resultados, em números absolutos e percentuais, deste levantamento no universo amostral já mencionado (ou seja, edições de terças-feiras e sextas-feiras ao longo dos respectivos anos), resultados estes que se constituem nos cruzamentos dos eixos temáticos de análise (linhas horizontais) com os recortes temporais (linhas verticais) estabelecidos na metodologia.

Deste modo, foi possível revelar fragmentos da vida pública de Aracaju ao longo da década de 90 e início dos anos 2000, uma fase significativa na história recente da cidade, quando pudemos identificar fatores que provocaram uma gradual mudança na estrutura urbana e na vida social, induzindo a novas formas de produção da cidade e, especificamente, ao surgimento de novas centralidades e a transformações do centro tradicional.

A cronologia deste período recente da cidade de Aracaju é apresentada a seguir. Inicialmente, temos uma contextualização de cada ano pesquisado (colunas verticais), para então, mais adiante, promovermos uma análise minuciosa de cada eixo temático (linhas horizontais).

**Tabela 5:** Resultados finais do levantamento de notícias sobre o centro da cidade de Aracaju (em números absolutos).

	EIXOS DE ANÁLISE	1989	1994	1999	2004	TOTAL
1	<b>Atos e manifestações políticas no espaço público</b>	18	10	20	5	53
2	<b>Eventos culturais no espaço público</b>	13	15	4	14	46
3	<b>Cotidiano: organização do espaço público, uso e apropriação</b>	11	12	7	12	42
4	<b>Calçadão</b>	18	18	3	0	39
5	<b>Edificações do poder</b>	8	1	1	0	10
6	<b>Hotel Palace</b>	11	6	3	3	23
7	<b>Mercado</b>	4	3	0	28	35
8	<b>Equipamentos culturais</b>	6	5	2	0	13
9	<b>Outras edificações significativas</b>	3	2	2	12	19
10	<b>Projetos e intervenções</b>	2	23	32	21	78
11	<b>Atividades terciárias</b>	2	9	8	24	43
	<i>TOTAL A*</i>	<i>96</i>	<i>104</i>	<i>82</i>	<i>119</i>	<i>401</i>
12	<b>Shopping Center</b> (fora do centro da cidade)	15	3	0	38	56
	<i>TOTAL B*</i>	<i>111</i>	<i>107</i>	<i>92</i>	<i>157</i>	<i>467</i>

Fonte: Levantamento do autor nas edições de terças-feiras e sextas-feiras do Jornal da Cidade (Aracaju) dos respectivos anos.

\* O total A refere-se à contabilização final de todos os eixos de análise sobre o centro da cidade, enquanto o total B inclui o eixo *shopping center*, que é tratado separadamente, pois não faz referência direta ao centro (nenhum dos dois *shopping centers* de Aracaju está localizado na área central).

**Tabela 6:** Resultados finais do levantamento de notícias sobre o centro da cidade de Aracaju (em números percentuais).

	EIXOS DE ANÁLISE	1989	1994	1999	2004
1	<b>Atos e manifestações políticas no espaço público</b>	18,7%	9,6%	24,3%	4,2%
2	<b>Eventos culturais no espaço público</b>	13,5%	14,4%	4,8%	11,7%
3	<b>Cotidiano: organização do espaço público, uso e apropriação</b>	11,4%	11,5%	8,5%	10,0%
4	<b>Calçadão</b>	18,7%	17,3%	3,6%	0,0%
5	<b>Edificações do poder</b>	8,3%	0,9%	1,2%	0,0%
6	<b>Hotel Palace</b>	11,4%	5,7%	3,6%	2,5%
7	<b>Mercado</b>	4,1%	2,8%	0,0%	23,5%
8	<b>Equipamentos culturais</b>	6,2%	4,8%	2,4%	0,0%
9	<b>Outras edificações significativas</b>	3,1%	1,9%	2,4%	10,0%
10	<b>Projetos e intervenções urbanísticas</b>	2,0%	22,1%	39,0%	17,6%
11	<b>Atividades terciárias</b>	2,0%	8,6%	9,7%	20,1%
	<i>TOTAL A*</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>
12	<b>Shopping Center (fora do centro da cidade)</b>	13,5%	2,8%	10,8%	24,2%
	<i>TOTAL B*</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>

Fonte: Levantamento do autor nas edições de terças-feiras e sextas-feiras do Jornal da Cidade (Aracaju) dos respectivos anos.

\* Da mesma maneira como feito na tabela de números absolutos, o total A refere-se à contabilização final de todos os eixos de análise sobre o centro da cidade, enquanto o total B inclui as notícias do eixo *shopping center*. Desta forma, os percentuais deste último eixo estão relacionados a uma totalização absoluta maior (que perfaz naturalmente 100% também), no caso, o total B.

#### 4.2.1 Eixos temporais

O ano de **1989** foi escolhido para ser o ponto de partida deste levantamento por dois motivos principais: em maio acontece a inauguração do primeiro *shopping center* de Aracaju, o Riomar, enquanto em outubro/novembro as ruas do centro estavam em ebulição com as primeiras eleições diretas presidenciais no país, após o regime militar.

A chegada do *Shopping Riomar* vai promover algumas mudanças expressivas e graduais na cidade, não apenas na estrutura e organização do comércio dito tradicional do centro principal, como também no cotidiano de parte da população. Verificamos, através dos relatos jornalísticos, como se instaurou na cidade um clima otimista e ufanista com relação à participação da cidade no contexto de modernização da vida urbana, o que pode ser ilustrados por algumas falas pronunciadas e/ou publicadas nos jornais pesquisados. Um dos discursos oficiais proferidos na solenidade anunciava: “este moderno centro de compras eleva a cidade de Aracaju e o estado de Sergipe ao que existe de mais moderno em matéria de comércio varejista em todo o mundo”<sup>143</sup>. Surge na paisagem urbana de Aracaju um novo espaço para compras e lazer, mas especialmente surge um espaço conectado com formas do viver urbano pretensamente mais cosmopolitas, onde se assentam novas práticas de sociabilidade do cotidiano, mesmo que segmentada.

O outro fato significativo de 1989 diz respeito aos espaços públicos do centro da cidade. A movimentação de militantes e cidadãos foi muito intensa em torno das eleições diretas, afinal este era um fato novo após quase vinte anos sem que os brasileiros pudessem eleger diretamente seus representantes. Muitas notícias se referiam a comícios, passeatas, distribuição de panfletos e estandes de campanha no centro da cidade, principalmente nos calçadões da João Pessoa e Laranjeiras e na Praça Fausto Cardoso.

À parte as eleições, diversos grupos de trabalhadores e sindicatos, por exemplo, tomam partido da localização central dos edifícios de poder para realizarem em suas imediações diversas manifestações públicas de cunho político, como veremos. Ao mesmo tempo em que se dirigem aos governantes, estes atos públicos dão visibilidade às suas demandas para os usuários das ruas e praças do centro da cidade.

O calçadão da João Pessoa e o Hotel Palace são elementos significativos do centro até o início da década de 90, como veremos na quantidade e no teor das notícias relatadas aqui sobre estes espaços. Ambos respondem por quase um terço, ou seja, 30,2% do total de 96 notícias levantadas sobre o centro da cidade (18,7% sobre o calçadão e 11,4% sobre o Hotel Palace, respectivamente).

O grupo de eixos de análise sobre apropriação dos espaços públicos (eixos 1 a 4) correspondem à maioria absoluta (62,5%) das notícias de 1989. Dentre as edificações significativas, destaca-se o mencionado Hotel Palace, cuja espacialidade está intimamente relacionada à Rua João Pessoa e, indiretamente, aos edifícios do poder no outro extremo do

---

<sup>143</sup> “Aracaju inaugura seu primeiro shopping”. *Jornal da Cidade*, 09/05/1989, p. 9.

calçada: as sedes de governo nas praças cívicas.

Assim, podemos afirmar que o levantamento de notícias nos jornais da cidade confirma que estas praças cívicas e o calçada da Rua João Pessoa ainda se apresentam, neste momento, como espaços públicos fortes, conforme descrito no final do capítulo 2.

Como a metodologia da pesquisa previa apenas a coleta de notícias sobre o centro da cidade, com exceção dos *shopping centers*, não foi possível detectar a emergência de novos espaços fora da área central. Mas, a partir de algumas notícias registradas à parte, pudemos ter uma idéia superficial de que isto já começava a acontecer neste fim da década de 80. Nos primeiros meses de 1989, especulava-se em torno da construção de um novo teatro na Coroa do Meio e de um Museu da Cidade no Parque da Sementeira, ambos nas proximidades do *shopping* (e que não foram concretizados), e em 1988 havia sido concluída a construção de um calçada de lazer no bairro 13 de Julho. Além disso, a Praia de Atalaia recebia, nesta década, diversos investimentos públicos e privados para a construção de hotéis e urbanização da orla.

Nas notícias ao longo do ano de **1994**, já podemos perceber indícios de consolidação do *shopping center* na vida urbana, assim como algumas expressões de declínio do centro da cidade como espaço de consumo e de sociabilidade. Ao mesmo tempo, e como tentativa de resposta a estes indícios de declínio, também se intensifica significativamente o percentual de notícias do eixo projetos e intervenções. Este eixo absorve 22,1% (23 notícias) do total de 104 em todo o ano de 1994.

Neste ano, acontece a inauguração em dezembro da Rua 24 Horas, projeto inspirado no modelo de Curitiba e capitaneado pelo poder público, através do Governo do Estado, como uma tentativa de dar uma nova dinâmica à área central, já ressentida com a migração de parte das classes de maior poder aquisitivo para o *shopping* Riomar. Das 23 notícias do eixo, 17 referem-se a este projeto. O restante (6 notícias) aborda a polémica sobre os destinos do degradado mercado municipal, impasse que seria resolvido nos anos seguintes.

Outro fato importante neste ano foi o fechamento do Hotel Palace, o mais importante hotel da cidade até então, em função do surgimento de hotéis na orla da Atalaia, resultado de políticas públicas que buscavam consolidar a praia como espaço turístico e de lazer. O encerramento de suas atividades produz um forte impacto para o centro, não apenas sob o ponto de vista econômico, mas especialmente pelo simbolismo que ele representava. Do percentual de 11,4% sobre o total do ano, registrado cinco anos antes, verificamos em 1994 que apenas 5,7% (6 notícias) citam o Palace. E todas elas tratam justamente do processo de encerramento

das suas atividades, e não mais sobre a vida pública que ali acontecia, como uma extensão do calçadão da João Pessoa.

Sobe este espaço (o calçadão), observamos ainda a manutenção do percentual de notícias (17,3%) em relação a cinco anos antes. De modo geral, ainda em relação a 1989, o grupo de eixos sobre apropriação de espaços públicos (eixos 1 a 4) ainda representa mais da metade do total do ano: 52,8% (55 notícias), ainda que apresente uma ligeira queda. Um indício de declínio do centro está na dinâmica do carnaval de rua, que entra em processo de decadência a partir do surgimento, neste ano, da festa privada Pré-caju, nos moldes de uma micareta pré-carnavalesca. Das 15 notícias do eixo *eventos culturais no espaço público*, apenas 3 delas referem-se ao carnaval no centro.

As pouco numerosas notícias sobre *shopping centers* (apenas 2,8%) podem ser explicadas pela não existência, em 1994, de um fato de repercussão como havia sido a inauguração do Riomar, muito embora uma parte das numerosas notícias sobre a Rua 24 Horas (relacionadas no eixo *projetos e intervenções*) façam referência ao Riomar como um contraponto fora do centro tradicional. Afinal, apesar das dimensões menores e das diferenças de partido arquitetônico (como a inserção no entorno), a Rua 24 Horas era considerada pelos empreendedores (o governo estadual), empresários e a própria mídia, como um *shopping center*.

O ano de **1999** nos apresenta a consolidação dos *shopping centers* como novas formas (incompletas) de centralidade urbana, pois dois anos antes havia sido inaugurado o Shopping Jardins, no bairro do mesmo nome. Também em 1997, acontece a transferência da sede do governo estadual para o chamado Palácio de Despachos, deixando vazio o Palácio do Governo na Praça Fausto Cardoso.

Constatamos que, em 1999, cai sensivelmente o número de notícias sobre o calçadão da João Pessoa (3, correspondendo a 3,6% do total do ano), assim como as poucas notícias sobre o antigo Hotel Palace tratam dos problemas estruturais da edificação abandonada e sem utilização, e do seu futuro incerto. Com apenas 4 registros (4,8%), outra queda considerável é no eixo *eventos culturais no espaço público*, que antes era alimentado principalmente pelo noticiário sobre o carnaval. Em 1999, o Pré-caju (fora do centro da cidade) já está firmado no calendário de festas da cidade, esvaziando completamente o carnaval no centro. Entretanto, uma exceção é o número de registros sobre *manifestações públicas no espaço público* que não cai, mas até aumenta, apesar da saída do Palácio do Governo do centro. São 20 notícias

(24,3% do total de 1999), uma quantidade que pode ser explicada pelo contexto de crise econômica em que vivia o país naquele final da década de 90, demandando diversos protestos em ruas e praças contra a política econômica do governo federal. Mas, em resumo, continua caindo a participação dos eixos 1 a 4, sobre espaços públicos, sobre o total: o percentual cai de 52,88% (1994) para 41,4% em 1999.

Ao mesmo tempo, porém, dois projetos significativos são concluídos em 1999, elevando ainda mais a representatividade do eixo 10 (*projetos*). Como já tratado antes, um deles era o projeto de revitalização dos mercados municipais centrais, que consistia no restauro dos dois edifícios históricos (mercados Antonio Franco e Thales Ferraz, das décadas de 20 e 40, respectivamente) e na construção do novo Mercado Albano Franco; o outro era o Projeto de Revitalização do Centro Histórico. Do total de 82 notícias em 1999, quase metade (39%) tratava destes projetos de intervenção. Ambos os projetos foram muito bem recebidos pela sociedade, pois, naquele momento, parecia claro que o centro da cidade precisava de grandes intervenções de impacto para reverter o processo de decadência em que ele, supostamente, se encontrava.

Ao mesmo tempo, vemos surgir na mídia diversos falas de políticos e empresários que abordam a questão do turismo e da imagem da cidade, em um contexto de concorrência entre cidades, especialmente do litoral nordestino. Se, de certa forma, estas preocupações já estavam presentes nos anos 80 quando dos enormes investimentos na orla da Atalaia, em uma perspectiva de turismo de praia, agora emergem questões sobre identidade, história e cultura. Intrínseco a isto, são cada vez mais frequentes as grandes produções de eventos e festas regionais, como forma de captação de turistas e de “resgate” ou reforço da identidade local. Destacam-se o Pré-caju (fora do centro) e o Forrócaju, no São João. Não é por acaso que o centro da cidade e o mercado passam a ser objetos de requalificação.

O período abrangido pelo ano de **2004** nos fornece um número bem maior de notícias na soma de todos os eixos de análise: são 119 registros sobre o centro da cidade, acrescidos de mais 38 sobre os *shopping centers*.

As mencionadas grandes intervenções físicas na área recolocam o foco da opinião pública de volta ao centro da cidade, mas podemos afirmar que, de certa forma, os espaços públicos centrais deixaram de ser espaços de sociabilidade e de visibilidade de diferenças. Destacam-se notícias sobre grandes eventos e espaços turísticos, como o mercado. As notícias a respeito da vida social e do burburinho no calçadão da João Pessoa, por exemplo, tão frequentes nas

edições de 1989 e ainda em 1994, são inexistentes em 2004, e a apropriação do espaço público para manifestações políticas correspondem a apenas 4,2%.

Como espaços públicos fortes, as praças cívicas e religiosas (Fausto Cardoso e Olimpio Campos) e o calçadão da João Pessoa já estavam enfraquecidos; apenas o último apresentava em 2004 (e ainda apresenta hoje) uma urbanidade mais intensa em função das suas funções terciárias que desempenha, mas não mais como espaço de múltiplas sociabilidades. As praças centrais se mantinham ainda como espaços protagonistas para a cidade apenas enquanto remanescentes simbólicos de um passado recente (como parte do reforço da identidade e história da cidade, como se pretendia), cumprindo hoje, enquanto praças arborizadas, muito mais as funções de contemplação e promoção de um melhor balanço climático.

A ênfase no turismo de eventos vai estar patente no aumento do número de notícias do eixo *eventos culturais* em 2004. Das 14 notícias neste eixo, 9 delas se referem ao Pré-caju, que por dois anos (2003 e 2004) aconteceu excepcionalmente na região dos mercados, e o Forrócaju, também na Praça de Eventos do mercado.

Mas, por outro lado, paralelamente às festas e eventos, constatamos uma grande quantidade de notícias (28, ou seja, 23,5% do total do ano) sobre o mercado que tratam, basicamente, do cotidiano naquele espaço revitalizado. Isto nos aponta para uma exceção no processo de redução do uso e apropriação dos espaços públicos, como verificado nos demais eixos de análise. Ou seja, para além dos grandes eventos e do turismo, o projeto de revitalização conseguiu também promover uma renovação do complexo dos mercados municipais enquanto um espaço público forte no centro da cidade. É, a princípio, o único dos espaços públicos fortes que se revigora.

#### **4.2.2 Eixos temáticos**

Apresentamos nas próximas páginas uma análise minuciosa de cada eixo temático utilizados para a classificação das notícias coletadas nos jornais de Aracaju, conforme metodologia já explicitada. Naturalmente que esta análise não esgota a riqueza de informações adquiridas pela pesquisa. Um dos motivos principais é que estes eixos de análise foram concebidos como uma forma, dentre muitas outras possíveis, de classificar o material encontrado na leitura dos jornais. Outras maneiras de ordenar estas informações são perfeitamente possíveis, a depender do olhar que se tenha sobre elas. Outro motivo é que uma parte do material coletado é de difícil classificação em um único eixo de análise, já que o registro jornalístico sobre muitos dos fatos ou acontecimentos, por exemplo, podem ser abordados sob diferentes pontos de

vista, ou seja, a partir de diferentes eixos de análise. Sabemos das dificuldades e da insuficiência deste recurso metodológico (separação das notícias por temas, em “caixinhas”), mas procuramos, no decurso da análise, sempre que possível, estabelecer olhares cruzados e examinar as inter-relações possíveis dos eixos temáticos entre si.

Uma das possibilidades de promover as interconexões entre os eixos de análise é não entendê-los, a priori, como eixos isolados. Assim, o quadro abaixo mostra de forma esquemática algumas destas possibilidades de interconexões, o que fica mais evidente nos textos de análise apresentados a seguir.

**Quadro 5:** Eixos de análise e possibilidades de inter-conexões

<b>Apropriação do espaço público</b>	<b>eventos</b>	<b>1</b>	Atos e manifestações políticas no espaço público
		<b>2</b>	Eventos culturais no espaço público
	<b>cotidiano</b>	<b>3</b>	Cotidiano: organização do espaço público, formas de uso e apropriação
		<b>4</b>	Calçadão da Rua João Pessoa
<b>Edificações significativas</b>	<b>cultura e poder</b>	<b>5</b>	Edificações do poder
		<b>6</b>	Hotel Palace
		<b>7</b>	Equipamentos culturais
	<b>comércio</b>	<b>8</b>	Mercado Municipal
	<b>história</b>	<b>9</b>	Outras edificações significativas
<b>Projetos</b>		<b>10</b>	Projetos e intervenções arquitetônicas e urbanísticas
<b>Comércio</b>	<b>no centro</b>	<b>11</b>	Atividades terciárias
	<b>fora do centro</b>	<b>12</b>	Shopping Center

Fonte: Levantamento do autor.

### **Atos e manifestações políticas no espaço público** (eixo de análise 1)

Aqui estão incluídas as notícias sobre atos e manifestações coletivas de caráter político ocorridas nos espaços públicos do centro, como no calçadão da Rua João Pessoa ou na Praça Fausto Cardoso, em boa parte em função da proximidade destes espaços com o Palácio do Governo. São basicamente notícias sobre protestos públicos (movimentos grevistas, reivindicações salariais de trabalhadores etc.) e eventos de caráter partidário como comícios eleitorais em épocas de eleição e outros.

**Tabela 7:** Levantamento de notícias do eixo de análise *atos e manifestações no espaço público* (em números absolutos e percentuais)

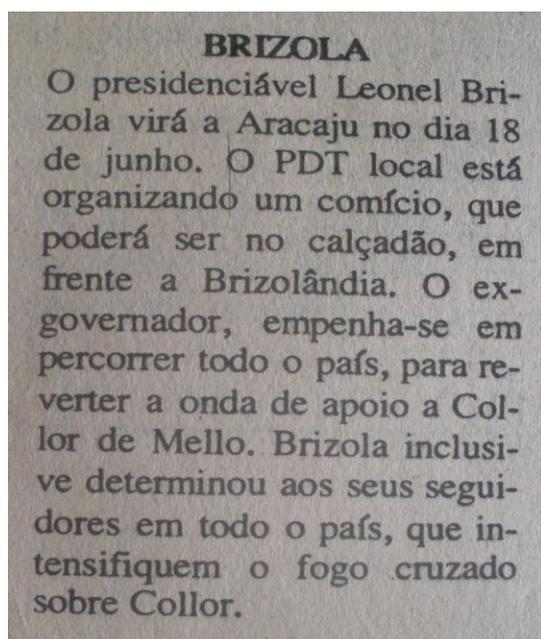
	1989		1994		1999		2004	
<b>Atos e manifestações no espaço público</b>	18	18,7%	10	9,6%	20	24,3%	5	4,2%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor.

Conforme vemos na tabela acima, as manifestações coletivas no espaço público oscilam no noticiário do Jornal da Cidade nos anos de 1989 e 1999, com uma queda significativa em 2004. No primeiro ano aconteceram as primeiras eleições presidenciais diretas para Presidente da República após a ditadura militar, quando foi bastante significativa a participação popular na forma de comícios, distribuição de panfletos e outras abordagens diretas, corpo-a-corpo, de militantes com os eleitores. Neste sentido, em 1989 são em número de 18 as notícias sobre atos e manifestações públicas em praças e ruas do centro, o que correspondeu a 18,7% das notícias do ano, a maior parte destas ocorrendo nos meses de outubro a dezembro, período das eleições presidenciais<sup>144</sup>. Os espaços preferidos para estes atos políticos foram o calçadão da Rua João Pessoa e a Praça Fausto Cardoso. Enquanto o calçadão era o espaço mais apropriado para a montagem de estandes dos partidos políticos e para a abordagem direta aos passantes, com entrega de panfletos de campanha, na praça normalmente aconteciam os comícios com grande aglomeração de pessoas. Na nossa amostragem, registramos a realização de comícios de diversos candidatos presidenciais, entre eles Leonel Brizola (PDT), Afif Domingos (PL), Ronaldo Caiado (PSD), Lula da Silva (PT) e Fernando Collor (PRN)<sup>145</sup>.

<sup>144</sup> O segundo turno das eleições aconteceu em novembro de 1989 e colocou frente a frente os candidatos Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Melo (PRN).

<sup>145</sup> A título de ilustração, podemos ler as notícias “Afif chega a Aracaju hoje à tarde” (Jornal de Sergipe, 13/10/1989, p. 3), que informava sobre a realização de um comício na Praça Fausto Cardoso; e “Milhares de



**Figura 61:** Detalhe da coluna política Periscópio, do Jornal da Cidade, em 25/05/1989<sup>146</sup>.

Em parte como decorrência deste intenso acirramento político do período eleitoral, podemos destacar um conflito específico ocorrido na Praça Fausto Cardoso, em dezembro de 1989, entre servidores públicos estaduais e o Governo do Estado. Segundo o Jornal de Sergipe, em edição do dia 01/12, um protesto de “600 servidores públicos, categoria em greve há duas semanas por reposição salarial”, havia sido reprimido no dia anterior pela Polícia Militar com “bombas de gás lacrimogêneo, tiros para o alto e muita pancadaria”. A Tropa de Choque fora chamada para “impedir que os servidores insuflados pela CUT e PT invadissem o palácio Olímpio Campos”, segundo o superintendente da Polícia Civil<sup>147</sup>. Após mais uma passeata “que cruzou o calçadão da João Pessoa e terminou na Assembléia Legislativa”, no dia seguinte noticia-se que a Secretaria de Segurança Pública baixara portaria proibindo a realização de manifestações públicas na Praça Fausto Cardoso entre as 7 e 18 horas, e que qualquer outra manifestação em outro lugar deveria ser comunicada à mesma com 48 horas de antecedência<sup>148</sup>. Na coluna Painei, na mesma edição, a editoria lamenta que “a medida quebra uma velha tradição da Fausto Cardoso. Lá é onde políticos, jornalistas, intelectuais e outras pessoas se encontram no final da tarde para conversar”. Posteriormente, o jornal informa na edição de 05/12, que a portaria havia sido revogada pelo governador por

---

peças acompanham Collor” (Jornal de Sergipe, 31/10/1989, p. 3) que dava destaque à presença de “40 mil pessoas” em um comício na mesma praça.

146 A chamada “Brizolândia” era um trecho do calçadão da João Pessoa, nas proximidades da esquina com o calçadão da Rua Laranjeiras, onde os militantes do PDT montavam diariamente um estande para distribuição ou comercialização de material de campanha do candidato Leonel Brizola.

147 “Polícia dispersa ato de servidor com violência”. Jornal de Sergipe, 01/12/1989, p. 1.

148 “Governo proíbe reuniões na praça Fausto Cardoso”. Jornal de Sergipe, 02/12/1989, p. 1.

inconstitucionalidade.

A presença das sedes do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, assim como dos respectivos órgãos legislativos, nas praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos<sup>149</sup> se mostram fundamentais para que estas manifestações políticas aconteçam nestas praças e em suas imediações. Dois exemplos podem ser aqui mencionados: em fevereiro de 1989, acontece um ato público realizado por diversas entidades e partidos políticos em frente ao Palácio do Governo, cobrando providências do governador Antonio Carlos Valadares quanto às famílias sem-terra que ocupavam a Fazenda Cuiuri, no município de Pacatuba<sup>150</sup>. E, no mês de abril, noticiava-se que funcionários da Prefeitura haviam entrado em greve, insatisfeitos com o aumento concedido pelo Prefeito Wellington Paixão, promovendo ato público de protesto na frente da Prefeitura após assembléia deliberativa e passeata pelas ruas do centro<sup>151</sup>.



**Figura 62:** Manifestação de estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na Praça Fausto Cardoso, em maio de 1989. Fonte: Jornal da Cidade, 25/05/1989, p. 1.

Em 1994 acontecem novamente eleições presidenciais, assim como para governador do Estado. Nos meses que antecedem as eleições (o primeiro turno acontece em 3 de outubro), há uma maior incidência de notícias sobre manifestações no espaço público. As eleições também produziram um aumento de atividades políticas no calçadão da João Pessoa que,

149 As notícias referentes aos edifícios do poder são analisadas mais adiante.

150 “Entidades apóiam sem terra com ato público”, Jornal da Cidade, 11/02/1989, p. 3.

151 “Greve: servidor municipal não aceita reajuste”. Jornal da Cidade, 14/04/1989, p. 5.

conseqüentemente, resultam em um aumento de registros não apenas de atos públicos, mas também para o eixo *Calçadão*, como veremos a seguir.

Entretanto, verifica-se que, nesta primeira metade da década de 90, outros espaços públicos fora do centro começam a se delinear como espaços significativos da vida pública, onde, por exemplo, manifestações públicas com grande aglomeração de pessoas podem acontecer. Registramos, por exemplo, que a comemoração pela vitória do candidato Albano Franco (PSDB) para o Governo do Estado aconteceu no calçadão<sup>152</sup> do bairro 13 de julho, com a interdição de parte da Av. Beira Mar, onde aproximadamente “30 mil pessoas” comemoram a vitória eleitoral ao som de um trio elétrico<sup>153</sup>.

Avançando para o ano de 1999, observa-se uma ligeira elevação na quantidade de notícias deste eixo de análise (em número de 20, correspondendo a 24,3% do total do ano). Há uma distribuição mais homogênea ao longo dos meses, ainda que com uma relativa concentração no mês de março (em número de cinco).

Aqui também observamos outro exemplo de um novo espaço que surge fora do centro, ainda que não tenha se consolidado na paisagem urbana: em setembro de 1999, o Jornal da Cidade noticia uma passeata de protesto de moradores do conjunto habitacional Padre Pedro<sup>154</sup> em direção ao Palácio de Despachos, nova sede do Governo do Estado, localizado no bairro Grageru, após sua transferência do antigo Palácio Olímpio Campos, no centro<sup>155</sup>. Entretanto, verifica-se que, de modo geral, as manifestações públicas de caráter político ainda acontecem tendo como base a Praça Fausto Cardoso, mesmo com a saída da sede do governo estadual, pois ainda permanecem nesta praça a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça, assim como as instituições de poder municipais (executivo e legislativo) estão na Praça Olímpio Campos, próximo à Catedral (conforme vimos anteriormente; ver também figura 66).

A busca por visibilidade é destaque na fala de um dos participantes de um protesto, ocorrido em outubro de 1999, por uma melhor política pública de educação,. Promovido pelo SINTESE (Sindicato de Trabalhadores da Educação de Sergipe), a Marcha em Defesa e

---

152 Aqui não se trata de uma rua de pedestres, mas de um trecho de orla do rio Sergipe urbanizada em 1988 como área de lazer, com calçadão para caminhadas, quadras de esporte, parque infantil, quiosques de água de coco e outros equipamentos. Reformado posteriormente em 1999, este calçadão se tornaria o principal espaço de lazer e de sociabilidade na Praia 13 de julho, bairro de elite onde se verifica o metro quadrado mais caro da cidade.

153 Esta notícia não foi computada na estatística deste trabalho, pois não se referia a um acontecimento no centro da cidade.

154 A partir de uma política de erradicação de favelas do então governador Albano Franco, o conjunto habitacional Padre Pedro foi construído em 1999 pelo Governo do Estado para abrigar moradores de uma favela denominada Tieta, nas proximidades da Estação Rodoviária, no bairro Capucho.

155 Trindade, Acácia. “Conjunto Padre Pedro está sem água e sem energia”. Jornal da Cidade, 14/09/1999, p. B-3.

Promoção da Educação Pública, realizada por professores, alunos e servidores da rede pública estadual de ensino, percorreu diversas ruas do centro até a Assembléia Legislativa, na Praça Fausto Cardoso. Segundo Ubaldina Santana, secretária geral do sindicato, “a pretensão foi *revelar à sociedade* as condições em que profissionais e estudantes são obrigados a ensinar e aprender” (grifo nosso)<sup>156</sup>.

Este espaço urbano composto pelas três praças centrais, ao ainda concentrar em seu entorno edifícios públicos importantes, se mantém como um *espaço público forte* com um caráter cívico significativo. Quando atos e manifestações públicas acontecem em frente aos edifícios do poder, o objetivo não é apenas buscar um diálogo mais direto com as autoridades públicas, mas principalmente trazer visibilidade às suas causas para o restante da população, em meio ao burburinho do centro da cidade, em função do grande fluxo de pessoas que ali circulam.

2004 parece marcar uma inflexão significativa nos registros de notícias sobre manifestações públicas. São apenas 5 (cinco) notícias com este tema, correspondendo a apenas 4,2% do total do ano (ver tabela 7). A explicação para isto pode estar, em parte, na estabilização econômica no país no início dos anos 2000, o que teria provocado uma redução nos protestos de motivação econômica.

Em abril, o Jornal da Cidade informa sobre uma greve de professores da rede estadual de ensino. A busca por apoio e legitimidade na sociedade fez com que os professores organizassem estandes de informação nos calçadões centrais:

*“ontem a categoria realizou mais um ato nos calçadões das ruas João Pessoa e Laranjeiras (...). No ato de ontem, que começou às 8 horas e só terminou às 18 horas, dezenas de professores se revezaram nos estandes montados nos principais trechos dos calçadões onde, além de distribuírem panfletos mostrando a necessidade de aumento de salário, sensibilizaram a população a assinar manifesto (...)”*<sup>157</sup>.

Outras notícias deste ano de 2004 informam, por exemplo, sobre um ato público na Praça Fausto Cardoso por ética e contra a corrupção organizada por alguns partidos políticos como PDT, PFL e PPS<sup>158</sup>; e sobre um protesto da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) contra o Governo Federal reivindicando mudanças na política econômica do país<sup>159</sup>. De modo geral, podemos dizer que a maior parte destas

---

156 “Manifestação: marcha em defesa da educação”. Jornal da Cidade, 01/10/1999, p. B-2. A notícia também foi destaque na primeira página do jornal.

157 “Greve ilegal: professor não teme corte de ponto”. Jornal da Cidade, 24/04/2004, p. B-5.

158 Santos, Ormário. “Ato público”, Jornal da Cidade, 02/04/2004, p. C-4.

159 “CUT e UNE: protesto no centro contra o Governo”. Jornal da Cidade, 17/07/2004, p. B-2.

manifestações públicas têm motivações amplas e genéricas (contra a corrupção ou por uma nova política econômica, entre outras) e que aludem a uma luta de caráter nacional, sem uma especificidade e um destinatário local.

### **Eventos culturais no espaço público** (eixo de análise 2)

Neste eixo temático estão registradas as matérias do Jornal da Cidade sobre eventos culturais de diversos tipos no espaço público, como shows de música, teatro de rua, carnaval, festas de São João etc.

**Tabela 8:** Levantamento de notícias do eixo de análise *eventos culturais no espaço público* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Eventos culturais no espaço público</b>	13	13,5%	15	14,4%	4	4,8%	14	11,7%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor.

Como podemos observar na tabela acima, há um equilíbrio na ocorrência de eventos culturais no espaço público, mantendo-se em um patamar entre 11,7% e 14,4% sobre o total das notícias do ano, com exceção do ano de 1999, quando cai esse percentual para 4,8%. Esta excepcionalidade do ano de 1999 pode ser interpretada como reflexo de uma fase de transição entre períodos de grandes festas populares: por um lado, um tradicional carnaval de rua acontecendo de maneira bastante intensa no centro da cidade, incluindo desfiles de escolas de samba e blocos de rua, mas que vai entrar em declínio, a partir do início da década de 90, devido ao surgimento de uma festa privada nos moldes de uma micareta pré-carnavalesca, o Pré-Caju, que é realizada fora do centro, em espaços da cidade mais valorizados sob o ponto de vista imobiliário.

Por outro lado, na virada do século XXI, o Forrócaju, um grande evento promovido pela Prefeitura Municipal durante os festejos do São João, deixa de acontecer na Praça Fausto Cardoso<sup>160</sup> e assume um caráter de evento de massa no entorno dos mercados municipais, também no centro, a partir de 2003, na administração do então prefeito Marcelo Deda (PT). Além disso, nos anos de 2004 e 2005, o Pré-Caju deixa de acontecer ao longo da Av. Beira

<sup>160</sup> Na Praça se montava um grande “arraial” onde aconteciam shows de música e apresentação de quadrilhas.

Mar, no bairro 13 de julho, e se realiza excepcionalmente no entorno dos mercados municipais<sup>161</sup>. Entre estes dois momentos, poucos eventos expressivos acontecem nos espaços públicos centrais, o que fica visível no baixo número de registros de notícias sobre o tema em 1999.

**Tabela 9:** Distribuição das notícias sobre *eventos culturais no espaço público*, agrupadas por temas predominantes

		1989	1994	1999	2004	total
Temas predominantes	Carnaval de rua	7	3	3	1	14
	Pré-Caju no mercado	-	-	-	6	6
	São João	2	5	-	3	10
	Projeto Bandas na Praça	-	7	-	-	7
	outros	4	-	1	4	9
Total		13	15	4	14	46

Fonte: Levantamento do autor.

É importante notar que, ao longo da leitura de jornais do ano de 2004, não foi encontrada nenhuma linha sobre a Rua da Cultura, um evento alternativo voltado para música, teatro e outras manifestações artísticas, que acontece todas as noites de segunda-feira em frente ao Mercado Thales Ferraz. Organizado por um grupo de pessoas ligadas à Companhia de Teatro Stultifera Navis e ao seu diretor artístico Lindemberg Monteiro, a primeira Rua da Cultura aconteceu do lado de fora do Teatro Atheneu, no bairro São José (ao sul do centro) em setembro de 2002. Após reclamações de moradores da vizinhança, o evento passou a acontecer em frente ao mercado central a partir de março de 2003, consolidando-se a partir de então.

Assim, seria plausível imaginar que a edição de sexta-feira do Jornal da Cidade pudesse trazer a programação da Rua da Cultura subsequente, ou na edição de terça-feira pudéssemos ler algum relato do evento do dia anterior. Não foi o que pudemos registrar, entretanto. Uma explicação possível pode ser o caráter alternativo da Rua da Cultura.

161 Buscando novas formas de dinamizar economicamente a festa e fugir das reclamações de moradores do bairro 13 de julho sobre barulho e outros distúrbios, os organizadores do Pré-Caju apostaram no ambiente histórico e revitalizado dos mercados municipais para a realização do evento nestes dois anos citados. Mas a baixa receptividade do público fez com que a festa voltasse a se realizar na 13 de julho, a partir de 2006 em diante. Para muitos, os motivos do fracasso estavam na menor dimensão do espaço urbano disponível para a festa e, também, na percepção do público de um ambiente decadente no centro da cidade, em oposição ao espaço mais elitizado da 13 de julho.

Segundo o blog da Rua da Cultura, o evento tem como objetivo principal ser um espaço para “todas as variantes da produção local de qualidade artística, de *rappers* a trios pé de serra, de roqueiros a quadrilhas juninas, do teatro a artistas plásticos, enfim somos um liquidificador cultural com o compromisso de através do encontro de todas as tribos fazer um movimento único e que valorize nossa identidade plural, (além de) trazer pessoas para o Centro Histórico, que havia sido reformado (em 1999), mas ainda não contava com nenhuma proposta de revitalização ou projeto cultural”<sup>162</sup>.

No que diz respeito aos espaços onde estas festividades acontecem, tanto o tradicional carnaval de rua, que entra em decadência a partir de meados dos anos 1990, quanto o antigo Forrócaju tinham inicialmente a Praça Fausto Cardoso como a sua base de acontecimentos e atividades. Podemos dizer que esta praça central, integrada à Praça Olimpio Campos (impregnada pela presença imponente da Catedral Metropolitana e onde acontecia uma também tradicional festa natalina até os anos 1970), constituía um espaço público forte (ainda que em processo de esvaziamento) não apenas de caráter cívico-religioso, como vimos anteriormente, mas também era um espaço de festividades e celebrações sociais com abrangência para toda a cidade.

Entretanto, é sintomático o fato de que estas festas urbanas se transferem para o entorno dos mercados municipais após a conclusão do seu projeto de revitalização em 1999. Neste sentido, as notícias registradas em 2004 demonstram claramente que o espaço público forte constituído pelo complexo dos mercados, como já anotado em capítulo anterior, se renovou e se transformou, tornando-se não apenas um espaço popular para compras e abastecimento, mas também para eventos e festas de grandes dimensões. Ou seja, se num momento anterior a especificidade deste espaço público forte estava nas atividades comerciais com base em espaços fechados, como as edificações dos mercados e lojas do entorno, neste novo momento a dinâmica do comércio varejista é reforçada pelas atividades de lazer e turismo, e entram em evidência os espaços públicos abertos, especialmente as praças.

A principal e maior destas praças, aliás, é denominada Praça de *Eventos* Hilton Lopes, localizada entre os mercados antigos, restaurados, e o novo Mercado Albano Franco. A denominação que enfatiza sua destinação para grandes eventos e seu tratamento paisagístico que não contempla quaisquer elementos de mobiliário urbano em seu interior, permitindo desta maneira a aglomeração de grandes multidões (ver foto 69, na parte referente ao eixo de análise *mercados*), estão em consonância com as novas lógicas das políticas de turismo de

---

162 <[http://ruadacultura.blogspot.com/2009\\_02\\_01\\_archive.html](http://ruadacultura.blogspot.com/2009_02_01_archive.html)>, acesso em 15/11/2009.

eventos e com a espetacularização do folclore (no caso, das festas juninas tradicionais).

Vejamos o que acontece ano a ano. Em 1989, o Jornal da Cidade informava, em primeira página, sobre os preparativos no centro da cidade para o carnaval que se avizinhava, especificamente na Av. Rio Branco (Rua da Frente), onde iriam acontecer os desfiles de blocos e escolas de samba<sup>163</sup>, muito embora a abertura oficial fosse na orla da praia de Atalaia, com a chegada do Rei Momo. Nos dias de carnaval propriamente ditos, a programação na Av. Rio Branco seria a seguinte: trios elétricos no sábado, desfile de blocos no domingo, desfile das escolas de samba na segunda, finalizando na terça com desfiles de blocos e das escolas de samba vencedoras. Na mesma edição, o colunista social João de Barros exultava: “grande vibração em torno do novo espaço do carnaval, da nova passarela do samba, a Av. Rio Branco, que vai explodir de alegria. É só esperar”<sup>164</sup>.

Entretanto, em função da crise econômica do país na década de 80, surgem alguns problemas para a realização do carnaval na cidade, ao tempo em que algumas vozes aventam a possibilidade de mudanças na festa, entre elas a mudança para uma localização cada dia mais em voga, a orla da praia de Atalaia. Assim, noticiava-se em janeiro de 1989 que, por falta de recursos, a Prefeitura havia anunciado não mais contribuir financeiramente para o carnaval de rua, incluindo a instalação do Clube do Povo (algumas vezes chamada de Praça do Povo), na Praça Fausto Cardoso. Além disso, a realização do Baile dos Artistas, o mais famoso baile pré-carnavalesco, promovido de forma privada por um colunista social, também estava ameaçado de não acontecer. A matéria ressaltava ainda a preocupação dos diretores de escolas de samba e blocos, que denunciavam o descaso das autoridades sergipanas: “com a não-realização do carnaval de rua pela Prefeitura Municipal, os governantes estarão contribuindo para os grandes e pomposos bailes dos clubes da elite da capital, destinados a uma classe privilegiada da sociedade. A estes, com certeza, eles (as autoridades municipais) irão”, afirma a diretora da escola de samba Tubarão da Praia, Isabel Nunes<sup>165</sup>.

Uma dos registros mais interessantes é sobre a posição do colunista social João de Barros, uma pessoa fortemente ligada ao carnaval e o principal realizador do pré-carnavalesco Baile dos Artistas, a respeito da crise financeira que ameaçava a realização da festa naquele ano. Em sua coluna<sup>166</sup>, o autor lista uma série de propostas buscando a solução dos problemas, sendo a

---

163 “Rio Branco está concluída para o carnaval”. Jornal da Cidade, 02/02/1989, p. 7.

164 Barros, João de. Jornal da Cidade, 02/02/1989, coluna João de Barros, p. 6. O autor se refere à mudança do local dos desfiles de escolas de samba, que no ano anterior acontecia na Av. Barão de Maruim.

165 “Carnaval aracajuano morre por falta de verbas”. Jornal da Cidade, 11/01/1989, p. 7. Além da Tubarão da Praia, as outras escolas de samba atuantes na época eram a Batuqueiros do Morro, Tradição da Atalaia e Grêmio Recreativo Unidos do Samba, segundo informa a mesma matéria.

166 Barros, João de. Sem título. Jornal da Cidade, 12/01/1989, coluna João de Barros, p. 6.

principal a sua transferência das ruas do centro para a orla da Atalaia, “onde toda a infraestrutura já está pronta: grande passarela asfáltica, bares e restaurantes, sanitários públicos, o grande oceano para amenizar o calor e a ressaca, as areias da praia para um merecido descanso”. O custo para a prefeitura para a viabilização do evento seria baixo, através da “iluminação total da orla com gambiarras (que a prefeitura já possui)”, contratação de “três ou quatro batucadas para circular pelos bares e restaurantes”, parcerias com cervejarias para a decoração etc. Além disso, o autor propõe a criação de concursos de “melhor decoração” e “melhor animação” nos diversos bares, restaurantes e boates da praia, assim como incentivos para realização de bailes carnavalescos nestes locais. Poder-se-ia montar passarela para concurso de fantasias, sendo que a premiação seria através de brindes doados por firmas e lojas da cidade. Enfim, para o autor, faz-se necessário fazer parcerias com as empresas privadas da cidade, fazendo com que estas cubram parte dos custos da festa:

*“E como ficou provado, tudo isso sem dinheiro, mas com uma ação coletiva, seguindo o velho refrão: ‘vamos brincar sem gastos’. E depois é bom lembrar que o paternalismo oficial só faz descaracterizar e atrapalhar a manifestação essencialmente popular. Se o Carnaval é a grande festa do povo, ao povo pertence e pelo povo deve ser realizado. (...) Porque não colocar um ponto final na estrutura tradicional, impossibilitada pela situação econômica, e se criar uma estrutura nova, mais espontânea, de um carnaval com o povo na rua, suas fantasias, sua realidade e suas criações?”<sup>167</sup>*

Por fim, alguns dias mais tarde, o Governo do Estado interveio com uma ajuda financeira e a festa pôde se realizar nos moldes tradicionais: na av. Rio Branco aconteceram, portanto, os desfiles das escolas de samba e blocos, com patrocínio do governo estadual, e manteve-se o Clube do Povo na Fausto Cardoso, organizado e bancado pelo governo municipal<sup>168</sup>.

É certo também que existiam diferenciações sociais nas formas de frequência e utilização dos espaços do carnaval. As festas pagas em clubes sociais ocupavam um lugar significativo neste cenário do carnaval aracajuano<sup>169</sup>, mas de certa maneira o Clube do Povo era um espaço expressivo durante aqueles dias de carnaval de uma cidade “provinciana”, ainda com uma inserção muito precária na rede nacional de grandes eventos de lazer e entretenimento. A

---

<sup>167</sup> *Idem*, 12/01/1989, p. 6.

<sup>168</sup> Sem título. *Jornal da Cidade*, 26/01/1989, coluna Periscópio, p. 5.

<sup>169</sup> Os principais clubes com bailes carnavalescos eram o Vasco Esporte Clube, prestigiado por camadas mais populares, a Associação Atlética, o Cotinguiba e o Iate Clube, este último da elite tradicional. O *Jornal da Cidade* destacava, por exemplo, em uma coluna não-assinada, conversas entre o governador e alguns membros da máquina administrativa estatal sobre questões políticas “nos salões do Iate Clube”, em meio aos bailes carnavalescos (*Jornal da Cidade*, coluna Confidencial, 10/02/1989).

título de ilustração, na edição de 10/02/1989 podemos ler uma pequena nota sobre dois vereadores flagrados conversando no Clube do Povo. Um deles afirma que está vivendo “de barriga cheia”, mas ao perceberem a presença do repórter, os dois pedem que os deixe no anonimato<sup>170</sup>.

Anos mais tarde, notícias semelhantes a esta, sobre a presença de políticos em festas de carnaval no centro, serão praticamente inexistentes – provavelmente também porque nem mesmo a própria imprensa estará presente nos mesmos.

Dez anos depois, Aracaju vivenciava um contexto completamente diferente, o que pode ser ilustrado por algumas notícias de fevereiro de 1999, que assinalavam e, ao mesmo tempo, lamentavam a decadência do carnaval na cidade. Naquele ano, a prefeitura havia decidido transferir a estrutura do Clube do Povo da Praça Fausto Cardoso para os mercados, numa tentativa mal sucedida de reanimar a festa. No primeiro dia oficial dos festejos momescos, o Jornal da Cidade comentava, em sua coluna Periscópio, que a única coisa que lembrava o Carnaval em Aracaju eram as arquibancadas e camarotes do Pré-Caju sendo desmontadas, e que o Clube do Povo “não recebeu qualquer bandeirola que lembre o período carnavalesco”<sup>171</sup>. Após as festas, o carnavalesco e colunista Hilton Lopes lamentava: “O Clube do Povo na praça do Mercado Albano Franco não teve sucesso, não sendo aceito pelos foliões que pouco compareceram, apesar da boa idéia do prefeito (João Augusto) Gama. A Praça Fausto Cardoso abrigava o Clube do Povo numa tradição de mais de 50 anos”<sup>172</sup>.

É importante ressaltar que a decadência do carnaval de rua em Aracaju foi uma decorrência quase imediata da grande aceitação popular do Pré-Caju, a partir de 1994. Como um grande evento privado com blocos de trios, nos moldes do carnaval baiano, o Pré-Caju segue uma lógica estritamente de mercado e realiza-se, até hoje, sempre duas semanas antes do carnaval, com o objetivo de possibilitar a presença em Aracaju de grandes nomes da música carnavalesca baiana. Desta maneira, uma boa parte dos foliões aracajuanos e de todo o Estado, principalmente os de maior poder aquisitivo, evade-se durante os dias de carnaval propriamente ditos para usufruir das festas em Salvador e Olinda/Recife, esvaziando a cidade. Em função deste esvaziamento e da perda de interesse de grupos sociais mais influentes pelo carnaval local, o poder público passa também a não investir com tanto empenho nas festas públicas durante os dias de carnaval, como no tradicional Clube do Povo.

É assim que, por exemplo, na pesquisa amostral do ano de 2004 foi registrada apenas uma

---

170 Sem título. Jornal da Cidade, 10/02/1989, coluna Zona Livre, p. 5.

171 “Decoração”. Jornal da Cidade 12/02/1999, coluna Periscópio, p. A-2.

172 Lopes, Hilton. “Eu só queria entender”, Jornal da Cidade, 18/02/1999, coluna Chamada Geral, p. C-13.

notícia<sup>173</sup> sobre o “Carnaju”, o novo nome da festa promovida pela Prefeitura Municipal na Praça de Eventos dos mercados, enquanto no mesmo período (janeiro e fevereiro) registramos seis notícias sobre o Pré-Caju, ocorrido duas semanas antes, no mesmo local (ver tabela 9).

Algumas das notícias são as seguintes:

*“E quem está trabalhando duro nesse recesso parlamentar é o deputado estadual Fabiano Oliveira (PTB). Ele e sua família estão envolvidos na organização de mais um Pré-Caju, que este ano vai acontecer na área dos mercados da capital. Fabiano tem dito que o novo local vai possibilitar mais comodidade aos foliões (...)”<sup>174</sup>.*

*“O Pré-Caju terá novidades para os foliões. Além da conhecida mudança de percurso, o circuito – em extensão – diminui, o que permitirá que a festa seja mais concentrada e abrigue uma série de novidades (...)”<sup>175</sup>.*

Apesar da prévia carnavalesca ser da iniciativa privada, sempre houve interesse do poder público em fechar parcerias para contribuir com a sua realização, principalmente nos quesitos segurança pública e limpeza, em função dos benefícios econômicos para a cidade trazidos por turistas:

*“Depois de 4 dias de folia, entra em cena o pessoal da limpeza e para desmontar toda a estrutura do Pré-Caju (...). ‘As 18 equipes de limpeza, com 15 agentes cada, foram colocadas todos os dias após o término da festa na área do mercado para varrer o local (...)’, explica Helder Andrade, assessor de imprensa da EMSURB (...), salientando que durante os 4 dias não houve prejuízo ao abastecimento do mercado, pois a festa acabou sempre antes das 5 horas e os caminhões de abastecimento foram autorizados a entrar na área antes da liberação do trânsito, que ocorreu por volta das 6 horas”<sup>176</sup>.*

Notamos, portanto, que estamos tratando da transição de uma cidade que abriga festas relativamente espontâneas e ancoradas no espaço público – o carnaval de rua –, para uma cidade de grandes eventos populares com fortes contornos de espetáculo.

---

173 Santos, Osmário. “Carnaju”, Jornal da Cidade, 21/02/2004, Coluna Osmário, p. C-4.

174 “Pré-Caju”. Jornal da Cidade, 01 a 02/01/2004, coluna Periscópio, s/p.

175 Santos, Osmário. “Pré-Caju”. Jornal da Cidade, coluna Osmário. 06/01/2004, p. C-4.

176 Santos, Osmário. “Mercado ficará limpo em 10 dias”. Jornal da Cidade, coluna Osmário, 10/02/2004, p. C-4.

### **Cotidiano: organização do espaço público, uso e apropriação** (eixo de análise 3)

Neste grupo incluímos todas as notícias publicadas sobre o dia-a-dia no centro da cidade que versam sobre diferentes formas de uso e apropriação do espaço público por seus usuários, assim como ações do poder público com o intuito de organizar e regular o uso destes espaços e promover a sua manutenção. Assim, aqui podemos encontrar o noticiário sobre apropriação de calçadas e ruas por camelôs (comércio informal), a existência de pessoas sem-teto nas ruas do centro, trânsito de automóveis (normalmente sobre engarrafamentos e problemas de estacionamento), além de notícias sobre serviços públicos para manutenção do espaço (limpeza, iluminação, segurança pública, mobiliário urbano etc.).

Como podemos observar na tabela 10 abaixo, este grupo de notícias segue um padrão de ocorrências semelhante às do eixo anterior (*eventos culturais no espaço público*): mantém-se um percentual entre 10 e 11% sobre o total de notícias de cada ano, com uma pequena redução em 1999. Na tabela 11, apresentamos um detalhamento destas notícias segundo a predominância dos temas.

**Tabela 10:** Levantamento de notícias do eixo de análise *cotidiano: organização/regulação do espaço público, uso e apropriação* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Cotidiano: organização/regulação do espaço público, uso e apropriação</b>	11	11,4%	12	11,5%	7	8,5%	12	10,0%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

**Tabela 11:** Distribuição das notícias do eixo *cotidiano: organização/regulação do espaço público, uso e apropriação*, agrupadas por temas predominantes

		1989	1994	1999	2004	total
Temas predominantes	trânsito	6	3	4	4	17
	camelôs	3	4	1	2	10
	abandono espaços públicos	1	2	-	2	5
	sem-teto	1	1	1	-	3
	insegurança	-	-	-	2	2
	outros	-	2	1	2	5
Total		11	12	7	12	42

Fonte: Levantamento do autor

Este detalhamento nos mostra que os temas mais predominantes estão relacionadas à questão dos fluxos na área central: são relatos jornalísticos apresentando reclamações sobre o trânsito de veículos nas ruas do centro. Em seguida, estão as críticas negativas quanto à presença de comerciantes informais (camelôs) nas ruas.

Em 1989, diversas notícias no Jornal da Cidade, principalmente em colunas não-assinadas, procuravam repercutir os problemas de estacionamento no centro da cidade: “A Praça Fausto Cardoso definitivamente se transformou num imenso estacionamento de automóveis. Raro é o dia em que as calçadas não ficam tomadas. É uma pena”, relata uma destas colunas, complementando com a opinião do diretor do DETRAN de que as pessoas têm o péssimo hábito de não andar a pé. “Tudo é de carro. Conheço gente que tira o carro da garagem para ir ao centro da cidade quando a distância não passa de mil metros”<sup>177</sup>.

Meses mais tarde, o Jornal de Sergipe assinala as deficiências na gestão e fiscalização do trânsito, ressaltando aspectos de uma cidade menor, onde as relações pessoais se sobrepõem ao interesse público: “é aquela coisinha de cidade pequena do interior do Estado”, onde os guardas multam de acordo com a “cara do dono” do automóvel ou “pela própria condição do veículo”<sup>178</sup>.

Uma das soluções apresentadas pela CDL (Câmara de Diretores Lojistas), em uma das notícias publicadas, para uma maior oferta de vagas de estacionamento é a implantação de estacionamento rotativo nas ruas centrais. “A Zona Azul é de interesse da comunidade, pois o trânsito no centro da cidade está estrangulado”, afirma o presidente do CDL, Manoel Caetano da Silva<sup>179</sup>. No mês seguinte, lemos em outra notícia que o rotativo começará a ser implantado pela Prefeitura Municipal<sup>180</sup>. Muito embora a Zona Azul significasse um custo extra aos proprietários dos automóveis, que pagariam pelo uso do espaço por cada período de 2 horas, isto também possibilitava o aumento de vagas disponíveis para estacionamento, em função da sua rotatividade. Note-se que o Shopping Riomar já estava em funcionamento desde maio daquele ano (1989) e a ampla oferta (gratuita) de vagas de estacionamento era um dos seus principais atrativos, o que provoca um impacto inicial no comércio do centro. Mudar as formas de organização e regulação dos estacionamentos no centro tem a ver, portanto, com o receio dos comerciantes de um esvaziamento do comércio varejista central.

Nos anos seguintes, os problemas perduram: em 1994, lemos que “o trânsito de Aracaju fica

---

177 Sem título. Jornal da Cidade, 24/01/1989, coluna Zona Livre, p. 5.

178 “Desorganização total no trânsito da cidade”. Jornal da Sergipe, 04/07/1989, p. 2.

179 “CDL acha que Zona Azul é solução para o comércio”. Jornal de Sergipe, 18/10/1989, p. 2.

180 “Zona Azul vai começar pela Praça General Valadão”. Jornal de Sergipe, 28/11/1989, p. 14.

cada vez mais difícil. Os carros estacionados em fila dupla, carroças, ciclistas e catadores de papel fazem com que o tráfego fique complicado e os congestionamentos sejam constantes”. Segundo a matéria, o que mais atrapalha são as carroças e os catadores de papel, e “os ciclistas são verdadeiros aventureiros no trânsito”<sup>181</sup>. Estas informações, porém, não são decorrentes da fala de algum entrevistado ou do resultado de pesquisa empírica sobre a mobilidade no centro da cidade. Esta é uma matéria opinativa do jornal, apesar do teor de matéria noticiosa apresentado. Ao mesmo tempo, estamos diante de uma hierarquia bem clara: no centro da cidade, o mais importante é a fluidez na circulação de automóveis, em detrimento dos ciclistas e carroças. Decididamente, os catadores de papel com suas carroças não são bem-vindos.

A comparação com a infra-estrutura oferecida pelos *shopping centers* aparece em uma notícia de 1999, cinco anos depois. A respeito da atuação de flanelinhas (guardadores de carro informais e autônomos) e das dificuldades de estacionamento no centro, o então presidente da, CDL, Gilson Figueiredo, afirma que os clientes buscam “outras opções, e os shopping centers acabam sendo a melhor alternativa”<sup>182</sup>. Naquele momento está em curso o projeto de revitalização do centro, como veremos mais adiante, que, dentre outras ações, se propunha a reduzir as vagas de estacionamento na Zona Azul através do alargamento de um grande número de calçadas e da transformação da Rua São Cristóvão em rua de pedestres. Com a conclusão das obras, em novembro de 1999, os problemas de estacionamento parecem permanecer, ao tempo em que o fluxo do trânsito supostamente melhorou. Em certo momento, podemos ler que “a SMTT<sup>183</sup> ainda não sinalizou a proibição de estacionamento em algumas ruas do centro, naquelas com o passeio alargado”, e um motorista abordado pela reportagem reclama que “aqui no centro é caótico, não tem estacionamento e ainda retiram”<sup>184</sup>. Dias depois, um colunista assegura que “as mudanças introduzidas no trânsito do centro comercial da cidade foram bem assimiladas pelos motoristas. Na cidade, o tráfego de veículos melhorou e muito”<sup>185</sup>.

A presença de camelôs e de pessoas sem-teto no espaço público é também tema constante na imprensa e, na maioria das vezes, colocada como causa da depreciação do centro. Em parte, notícias como essas eram também críticas negativas, de cunho político, direcionadas ao prefeito em exercício, como se pode perceber na seguinte notícia de julho de 1989, com o

---

181 “Carroças e ciclistas atrapalham o trânsito”. *Jornal da Cidade*, 18/11/1994, p. 5.

182 “CDL condena ação de flanelinhas no Centro”. *Jornal da Cidade*, 06/08/1999, p. B-5.

183 Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito.

184 “Diminuí vagas para estacionar”. *Jornal da Cidade*, 23/11/1999, p. B-5.

185 Cavalcanti, Jurandyr. *Jornal da Cidade*, 26/11/1999, coluna Notas e Comentários, p. B-6.

título “Camelôs foram espancados e expulsos”, seguido pelo subtítulo “mais uma vez os excessos foram cometidos contra os pobres”<sup>186</sup>. Nela, o jornal relata o protesto de camelôs em frente ao prédio da Prefeitura Municipal contra a sua remoção para mercados setoriais da cidade. Sob forte pressão policial, os comerciantes gritavam palavras de ordem como “queremos trabalhar, mas Paixão (Wellington Paixão, prefeito) não quer deixar!”. Algumas reuniões já teriam sido realizadas com o Secretário de Abastecimento, Alcivan Menezes. As barracas de uma das ruas, a Travessa Carlos Firpo, serão destruídas pois são de “exploradores de sexo, chamarizes de marginais, além de vendedores de cachaça”, segundo o secretário.

Um mês antes, em maio<sup>187</sup>, o Jornal da Cidade relatava sobre o “Teófilo Dantas em completo abandono”<sup>188</sup>, que se encontrava sem iluminação à noite e as árvores não recebiam cuidados, assim como os lagos e fontes luminosas. Mas o principal objetivo da matéria era expor a ocupação de uma das calçadas laterais na praça por ambulantes, principalmente “vendedores de frutas saídos da antiga Rodoviária”, o que causa um “péssimo visual, transparecendo uma verdadeira favela em pleno centro comercial”. Alguns dias depois, nova matéria sobre o assunto, desta vez apresentando a posição da Prefeitura sobre a questão<sup>189</sup>. Para o Secretário de Abastecimento, está havendo fiscalização e retirada de camelôs que estiverem em locais não-autorizados, pois “o centro turístico de Aracaju não pode conviver com aquela favela”. (ver foto 63).

Outra referência sobre a pobreza no centro da cidade, também estigmatizante, pode ser lida em outubro do mesmo ano (1989). O jornal relata que as ruas do centro da cidade estariam sendo “invadidas” à noite por “acampamentos improvisados de mendigos e retirantes”, e “as ruas ficam parecendo imensas favelas”<sup>190</sup>. Os principais espaços seriam as ruas Itabaianinha, São Cristóvão, Ponte do Imperador e Praça General Valadão.

---

186 “Camelôs foram espancados e expulsos”. Jornal de Sergipe, 14/07/1989, p. 2.

187 Ressalte-se que é o mesmo mês da inauguração do Shopping Riomar.

188 “Teófilo Dantas em completo abandono”. Jornal da Cidade, 19/05/1989, p. 17. A manchete na primeira página tinha como título: “Camelôs ocupam a calçada do Teófilo Dantas”. Como vimos anteriormente, a denominação Parque Teófilo Dantas confunde-se com o de Praça Olímpio Campos para designar a praça onde se localiza a Catedral Metropolitana.

189 “Prefeitura explica ação contra camelôs”. Jornal da Cidade, 23/05/1989, p. 14.

190 “Desabrigados invadem até as ruas da cidade”. Jornal de Sergipe, 13/10/1989, p. 2.



**Figura 63:** Manchete de primeira página sobre a ocupação da calçada do Parque Teófilo Dantas por camelôs<sup>191</sup>



**Figura 64:** Notícia, em página interna, da ocupação da calçada do Parque Teófilo Dantas por camelôs<sup>192</sup>

Em junho de 1994, persiste o noticiário sobre a ocorrência de ocupações indevidas do espaço público: “aos poucos os camelôs retornam aos calçadões da João Pessoa e da Laranjeiras,

191 Jornal da Cidade, 19/05/1989, p. 1. As barracas fixas e relativamente padronizadas não nos fazem crer, entretanto, que sejam vendedores “ambulantes” e ocasionais, nem em uma situação de “abandono” do espaço público por parte da administração municipal. Segundo os vendedores entrevistados na matéria, eles têm autorização oficial para ali se instalarem.

192 Jornal da Cidade, 19/05/1989, p. 17.

apesar da fiscalização”<sup>193</sup>. E, em outubro do mesmo ano, novas reclamações são publicadas, inclusive sobre a presença de mendigos, como nos relata o colunista Jurandyr Cavalcanti em duas notas na mesma edição:

*“os camelôs estão pouco a pouco voltando a ocupar as ruas centrais da cidade. A prefeitura vai tomar as necessárias providências (...)”*

*“a cidade está cheia de mendigos. São famílias inteiras que aqui chegam à procura de emprego. Vivem dormindo embaixo das marquises das casas comerciais ou em toscos barracos de papelão”<sup>194</sup>.*

Cinco anos depois, em junho de 1999, o jornal comenta que “no centro comercial de Aracaju é cada vez maior o número de pedintes”, tendo havido um aumento do número de famílias e desempregados vindas do interior para Aracaju, e conjectura sobre quais seriam os objetivos dos sem-tetos ao ocuparem as ruas do centro: enquanto alguns buscariam “moradia, trabalho e melhores condições de vida”, outros teriam um único objetivo: “fomentar a indústria de esmolas”<sup>195</sup>.

No mês seguinte, o pano de fundo é o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Aracaju, em andamento naquele ano de 1999. Em função das obras, os vendedores ambulantes nas ruas Laranjeiras e São Cristovão recebem notificação da prefeitura de que deveriam deixar a área<sup>196</sup>. Percebemos que esta proposta de revitalização do centro segue uma lógica de intervenção estetizante, tendo o shopping center como modelo – em muitas das falas de diversos agentes do processo, como políticos e empresários, como veremos adiante no eixo específico, o discurso era que o centro da cidade iria se transformar em um “shopping center a céu aberto”. Seguindo esta lógica, portanto, não deveria haver lugar no centro para camelôs ou moradores de rua.

Coerente com este raciocínio, o comércio formal do centro passa a ser também regulado de forma mais rigorosa. Alguns estabelecimentos, como bares e restaurantes, são notificados pela apropriação indevida das calçadas, prejudicando o fluxo de pedestres. Segundo se lê nas páginas do jornal, esta situação desvaloriza a imagem da cidade, em especial do centro, que “recebe atualmente intervenção de revitalização”<sup>197</sup>.

---

193 “Vendedores ambulantes estão de volta ao calçadão”. Jornal da Cidade, 04/06/1994, p. 5.

194 Cavalcanti, Jurandyr. “Camelôs” e “Mendigos”, ambas Jornal da Cidade, 11/10/1994, coluna Notas e Comentários, p. 14.

195 “Cresce a população de mendigos em Aracaju”. Jornal da Cidade, 18/06/1999, p. B-2.

196 Cavalcanti, Jurandyr. “Ambulantes”. Jornal da Cidade, 20/07/1999, coluna Notas e Comentários, p. B-6.

197 “Comerciantes estão na mira da SMTT”. Jornal da Cidade, 30/07/1999, p. B-5.

### **Calçadão da Rua João Pessoa** (eixo de análise 4)

Muito embora este tema faça referência a formas de apropriação do espaço público, como no eixo 3 descrito acima, optamos por fazer deste tema uma categoria específica. São notícias e outras citações nos jornais pesquisados que apontam para formas de sociabilidade e de comunicação face-a-face na principal rua comercial do centro, especialmente de cunho político. Como principal rua de pedestres, a Rua João Pessoa era um conhecido ponto de encontro de personalidades do mundo político e intelectual da cidade até meados dos anos 90, aproximadamente.

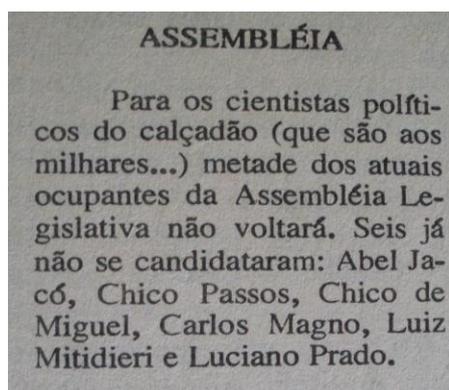
Vimos anteriormente, ao final do capítulo 2, como esta rua se renovou e se consolidou ao longo dos anos 70 e 80 como um dos mais importantes espaços públicos fortes do centro da cidade, notadamente quando de sua transformação em rua de pedestres em 1978, juntamente com o trecho central da Rua de Laranjeiras (ver figura 72, adiante). A pedestrianização dos três quarteirões desta rua comercial, interligando a “praça do poder” Fausto Cardoso ao entorno dos mercados municipais e ao Hotel Palace, com a instalação de mobiliário urbano como bancos, luminárias, vegetação decorativa e quiosques para bancas de revista, criaram um ambiente para permanência dos frequentadores e consumidores, que podiam se reunir em grupos para bate-papo e conversas informais. O cruzamento com o Calçadão da Laranjeiras torna-se o ponto focal deste espaço. Nas proximidades desta esquina configurou-se um espaço conhecido como “Senadinho”, onde pessoas influentes como políticos, senhores aposentados e empresários se encontravam para troca de idéias e informações: “No senadinho da João Pessoa foi descoberto o motivo da desistência de Eraldo Targino de ser candidato a deputado estadual (...)”<sup>198</sup>, dizia uma coluna política em 1994.

Como pudemos ler no mencionado capítulo, diversas pequenas notas são publicadas em colunas não-assinadas da imprensa escrita, em 1989, referindo-se ao Calçadão da João Pessoa como uma importante fonte de informações, principalmente políticas. Deve-se, entretanto, ressaltar que, em muitos casos, isso é parte de uma estratégia do jornal de produzir factóides, de “plantar notícias” sobre determinado assunto ou pessoa, a depender do interesse do grupo político ou econômico ligado ao jornal. A título de ilustração, podemos citar a coluna Notas e Comentários como uma das mais incisivas neste sentido: “Analistas políticos (*sic*) do calçadão apostam como a coligação partidária que apóia o ex-prefeito Jackson Barreto vai eleger os dois senadores [nas eleições de 1994]”<sup>199</sup>.

---

198 “Motivos”. Jornal da Cidade, 01/07/1994, coluna Periscópio, p. 4.

199 Cavalcanti, Jurandy. “Coligação”. Jornal da Cidade, 24/06/1994, coluna Notas e Comentários, p. 14.



**Figura 65:** Detalhe da coluna Notas e Comentários<sup>200</sup>.

Em outros casos, o jornal repercute fatos políticos que acontecem na referida rua de pedestres: A respeito da campanha ao governo do Estado, a coluna Periscópio assinala que o senador Albano Franco “fez corpo-a-corpo no calçadão da João Pessoa. O calçadão, considerado o termômetro político da capital, recebeu o candidato ao governo com festa”<sup>201</sup>.

Esta proeminência perdura até meados da década de 90, quando diminuem sensivelmente, nos jornais pesquisados, as referências ao Calçadão como espaço de sociabilidade de grupos sociais formadores de opinião. Como observamos na tabela 12 abaixo, enquanto nos anos de 1989 e 1994 registramos sobre este assunto uma média de 18% das notícias de todo o ano, em 1999 e 2004 o número de notas tende a zero.

**Tabela 12:** Levantamento de notícias do eixo de análise *Calçadão da Rua João Pessoa* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Calçadão da Rua João Pessoa</b>	18	18,7%	18	17,3%	3	3,6%	0	0,0%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

A proximidade com instituições sociais e políticas importantes é uma característica sempre presente deste espaço público forte, o que fica patente nos dois primeiros anos pesquisados. Já mencionamos em capítulo anterior sobre, por exemplo, o Hotel Palace<sup>202</sup>, bastante

<sup>200</sup> Jornal da Cidade, 23/09/1994, coluna Notas e Comentários, p. 14. A coluna comumente faz comentários a respeito da situação política local a partir de “fontes” indeterminadas, utilizando-se frequentemente do artifício de referir-se a “analistas” ou “cientistas políticos” anônimos no calçadão da João Pessoa.

<sup>201</sup> “Caminhada”. Jornal da Cidade, 26/08/1994, coluna Periscópio, p. 4.

<sup>202</sup> As notícias sobre o Hotel Palace foram agrupadas em uma categoria específica, como veremos adiante, e sua distribuição quantitativa ao longo dos anos apresenta um quadro bastante semelhante ao das referentes ao

frequêntado pela elite política e econômica, que se localiza em um dos extremos da rua. Na outra extremidade, temos o Palácio do Governo, na Praça Fausto Cardoso. O primeiro fecha suas portas em 1994, enquanto o segundo é transferido para outra localização fora do centro em 1997. Até essas mudanças, entre os dois espaços se deslocavam políticos e outras pessoas influentes ao longo da João Pessoa, sentando em bancos, conversando, vendo e sendo vistos por populares. Algumas notícias são ilustrativas: após o primeiro turno das eleições para governador em 1994, realizado quatro dias antes (em 3 de outubro), podemos ler que o candidato pelo PDT, Jackson Barreto, esteve no calçadão da João Pessoa ao lado de outros três políticos. “Ao sair para fazer compras no comércio de Aracaju, foi abordado por populares que faziam questão de cumprimentá-lo (...). Barreto foi a uma farmácia na rua Itabaianinha e quase não pôde comprar remédios. Toda hora haviam (*sic*) pessoas tentando cumprimentá-lo”<sup>203</sup>. Ou ainda podemos ler, em 1989, que “quem é freqüentador assíduo do calçadão da João Pessoa é José Valadares, irmão do governador (Antonio Carlos Valadares)”<sup>204</sup>.

Nos jornais de 1999, registramos apenas três citações à Rua João Pessoa como espaço de sociabilidade política, como por exemplo: “O secretário de Segurança Pública, João Guilherme, ratificou que está firme no cargo e que não pedirá demissão como comentaram (pura fofoca). Dizem no calçadão que se alguém está na ‘corda bamba’, não é o novo secretário. E quem será?”<sup>205</sup>.

Por fim, no ano de 2004, nenhuma referência nos jornais à rua João Pessoa, que aparentemente passa a ser uma rua meramente comercial, de passagem. Muito embora ainda seja possível detectar que, em alguns de seus espaços, a rua ainda funcione como ponto de encontro de alguns freqüentadores, a mídia escrita não se faz mais presente para registrar os fatos do seu cotidiano, pois estes usuários não são mais aqueles pertencentes a grupos sociais influentes, tidos como formadores de opinião pública.

---

calçadão da João Pessoa.

203 “Pedetista vai ao calçadão após a eleição”. *Jornal da Cidade*, 07/10/1994, p. 3. Segundo a matéria, no primeiro turno das eleições, Jackson Barreto obteve 47,49% dos votos e o então senador Albano Franco obteve 47,40%, levando o escrutínio para o segundo turno.

204 *Jornal da Cidade*, 19/01/1989, coluna Periscópio, p. 5.

205 Barros, João de. “Fofocalizando”. *Jornal da Cidade*, 22/10/1999, coluna João de Barros, p. C-3.

### **Edificações do poder** (eixo de análise 5)

Sob este título, reunimos as notícias referentes a edificações ligadas aos poderes constituídos, principalmente ao executivo e ao legislativo. De modo geral, são notícias sobre a Prefeitura e Câmara Municipal, ambas na Praça Olímpio Campos, e a Assembléia Legislativa e o Palácio do Governo estadual, localizados na Praça Fausto Cardoso (figura 66).

Lembramos que estas edificações se concentram no conjunto das três praças centrais, um dos espaços públicos fortes da cidade. É em torno destas praças e também na principal rua de pedestres (Rua João Pessoa) que as manifestações públicas dirigidas aos poderes constituídos vão acontecer mais freqüentemente. Muitas vezes, como vimos na análise das notícias sobre manifestações públicas, passeatas de protesto percorriam diversas ruas do centro e o ponto final deste percurso era o Palácio Olímpio Campos, sede do Governo estadual. É preciso, portanto, ressaltar que diversas outras referências diretas a estes edifícios do poder não foram contabilizadas neste eixo de análise, e sim no eixo *atos e manifestações no espaço público*.

As notícias que cabem aqui são as que tratam especificamente das edificações propriamente ditas e de seu funcionamento, seja do executivo, seja do legislativo ou judiciário. A sua localização no centro, em tese, reforça a carga simbólica dos espaços centrais, enquanto esfera de contato da população com os governantes. Por outro lado, as saídas do governo estadual, em 1997, e municipal, em 2005, do centro da cidade produzem um descolamento desta esfera de contato, seja na dimensão físico-espacial, seja na dimensão simbólica.

**Tabela 13:** Levantamento de notícias do eixo de análise *edificações do poder* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Edificações do poder</b>	8	8,3%	1	0,9%	1	1,2%	0	0,0%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Como podemos observar na tabela 13 acima, considerando a soma total dos quatro anos pesquisados, a maioria absoluta (80%) das notícias relacionadas com o tema está localizada no ano de 1989, com oito registros.



**Figura 66:** Localização das edificações do poder nas praças centrais. Fonte: Google Earth, 2003, imagem reformada pelo autor.

Este maior volume se deve ao impasse, ocorrido naquele ano, a respeito das futuras instalações da Câmara Municipal, que estava funcionando provisoriamente na Praça João XXIII, onde se localiza a antiga Rodoviária. Das 8 (oito) notas registradas, 6 (seis) referem-se a esta questão. Sem local definitivo para seu funcionamento, pois o prefeito Wellington Paixão alegava não ter condições financeiras para custear novas instalações, os vereadores ansiavam por uma ajuda do Governo do Estado. Conforme lemos em notícia publicada em fevereiro de 1989<sup>206</sup>, o governador Antonio C. Valadares havia prometido ceder o prédio do antigo Tribunal de Justiça (à época, ocupado pela Secretaria de Articulação com os Municípios e a Vice-Governadoria), localizado na Praça Almirante Barroso, para a nova sede da Câmara de Vereadores, mas recuou desta oferta. A nota não informa o motivo da mudança de planos, mas complementa que, em vez disso, fora oferecido o “mezanino do Ed. Walter Franco”, na Praça Fausto Cardoso. Por fim, no mês seguinte, somos informados de que o governador reviu a proposta e os vereadores poderiam ocupar um prédio anteriormente ofertado, na Praça Olímpio Campos<sup>207</sup>.

A situação, entretanto, ainda demorou um pouco para se resolver. Em outubro do mesmo ano (1989), o Jornal de Sergipe noticia que o vereador Sérgio Bezerra cobra do governador

206 “Vereadores frustrados”. Jornal da Cidade, 21/02/1989, coluna Periscópio, p. 5.

207 “Vereadores já tem prédio funcional”. Jornal da Cidade, 09/03/1989, p. 3.

Valadares a prometida cessão do prédio “em frente à Galeria Álvaro Santos”, para a instalação da Câmara<sup>208</sup>. Note-se que, neste momento, o prédio a que ele se refere já é um outro, na mesma praça, que se tornou, de fato, a localização definitiva da Câmara Municipal.

É interessante observarmos que a argumentação do vereador para justificar a sua insistência na resolução do problema passa pela importância da instituição no contexto de redemocratização do país, a partir dos anos 80: “A Câmara Municipal tem hoje uma nova realidade, de valor qualitativo, que é a presença e as contínuas manifestações de vereadores combativos, o que não ocorria antes”<sup>209</sup>. Neste sentido, Bezerra ressalta que a Câmara estava, naquele momento, iniciando a elaboração da nova Lei Orgânica do Município.

A reforma das instituições políticas é também o tema, direta e indiretamente, das outras duas notícias sobre edificações do poder neste ano de 1989. Uma delas, em outubro, é destaque na primeira página e fala da promulgação da nova Constituição do Estado de Sergipe, em solenidade na Assembléia Legislativa, na Praça Fausto Cardoso. Sob o título “Constituição é fruto de pluralismo”, o jornal informa que estiveram presentes “o governador, o presidente da Assembléia Constituinte, dep. Guido Azevedo, senadores Albano Franco e Lourival Baptista, o ministro do Interior, João Alves Filho, representando o presidente José Sarney, e diversas outras personalidades”. Além disso, “centenas de pessoas simples do povo aglutinadas nas galerias até no plenário”.

Naquele momento de redemocratização do Brasil, haveria, supostamente, uma maior proximidade da população com os governantes, representada pela presença das edificações dos poderes executivo e legislativo na área central. Vejamos um fato curioso que bem ilustra isso: em janeiro, o Jornal da Cidade noticia que uma “débil mental” (*sic*) havia invadido o Palácio do Governo e xingado o governador, apesar do esquema de segurança, “e ninguém sabia o que fazer”. Depois de sair do Palácio, “o discurso [da mulher] continuou na calçada, obrigando o fechamento das portas mais cedo”.

Nos anos seguintes, apenas dois registros: em setembro de 1994, lemos que está exposto no Palácio Olímpio Campos o Troféu FIFA, conquistado pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo dos EUA, em julho do mesmo ano<sup>210</sup>.

Em 1999, estamos diante do fato de que o governo estadual não se localiza mais no centro, como já mencionado. Em 1997, o governador Albano Franco havia transferido provisoriamente a sede do governo para outra localização na cidade, justificado pela

---

208 “Bezerra pede novo prédio para a Câmara”. Jornal de Sergipe, 08, 09 e 10/10/1989, p. 3.

209 Idem. 08, 09 e 10/10/1989, p. 3.

210 “Troféu FIFA: hoje em exposição no Olímpio Campos”. Jornal da Cidade, 20/09/1994, p. 16.

necessidade de reformas no Palácio Olímpio Campos. Em junho, é publicada uma matéria relatando que o edifício não mais voltaria a ser a sede do governo após as reformas, mas seria transformado em “Palácio de Atos” para grandes eventos, além de abrigar uma pinacoteca e espaço para exposições. O governador explica:

*“eu saí dele (do edifício) por causa da necessidade de realização de reformas, mas avalio hoje que o prédio não oferece comodidade, não é funcional para abrigar uma estrutura de governo. Por isso é que estou transformando-o em Palácio de Atos, seguindo uma tendência existente em alguns países europeus. O Palácio de Despachos, na avenida Adélia Franco, é mais amplo”<sup>211</sup>.*

É interessante lembrar que a mudança de edifício para o início das reformas aconteceu dois anos antes, aproximadamente, e apenas neste momento é anunciada a decisão de não mais retornar ao centro. As razões para esta decisão podem não estar apenas na racionalidade que trata do bom funcionamento do aparato administrativo, mas no desejo político de se afastar na vida pública do centro da cidade, da exposição direta às manifestações e atos públicos de protesto, por exemplo. Entretanto, conforme vimos, o número de notícias sobre manifestações políticas no espaço público (20) é significativo em 1999, significando 37,7% de todos os quatro anos pesquisados.

Neste contexto, a título de ilustração cabe aqui citar duas manifestações de protesto de “invasores” do conjunto habitacional Terra Dura<sup>212</sup>, em maio e junho de 1999<sup>213</sup>, que estavam sendo obrigados pela Justiça a deixarem suas casas. Ambas aconteceram, respectivamente, em frente à Assembléia Legislativa e à Câmara Municipal, com o objetivo de pedir apoio aos parlamentares. No primeiro caso, o Jornal da Cidade informa que os “invasores” solicitavam também ao governador uma intervenção no impasse, ainda que tivessem feito o ato no Legislativo. Outro aspecto curioso é que os manifestantes saíram a pé do conjunto em questão em direção à Assembléia, no centro, mas no meio deste percurso está localizado o Palácio de Despachos, na av. Adélia Franco, sede do governo estadual. Mesmo assim, o protesto não se deteve neste ponto, mas buscou o centro da cidade.

---

211 “Olímpio Campos é um palácio de atos”. Jornal da Cidade, 22/06/1999, p. A-3.

212 Trata-se de um complexo de diversos conjuntos habitacionais na periferia sudoeste da cidade, atualmente com o nome de Santa Maria. Assim como outros eventos semelhantes, estes atos de protesto foram contabilizados no eixo de análise “atos e manifestações públicas”, pois se realizaram no espaço público, ainda que tivessem como foco os edifícios do poder.

213 “Terra Dura: invasores fazem manifestação”, Jornal da Cidade, 25/05/1999, p. B-1, e “Terra Dura: invasores terão que deixar conjunto até segunda-feira”, Jornal da Cidade, 01/06/1999, p. B-1, respectivamente.

### **Hotel Palace** (eixo de análise 6)

Até 1994, quando fechou suas portas definitivamente, o Palace era o principal hotel da cidade e funcionava como um importante espaço de sociabilidade da elite cultural e política. Neste trabalho, optamos por reunir em um tópico próprio todas as referências ao hotel nos jornais pesquisados, em função de seu lugar específico na vida social da cidade, em vez de classificá-lo no eixo *outras edificações significativas*.

Aqui temos um bom exemplo de como os atributos ligados à intensa urbanidade de um espaço público forte podem “transbordar” para além de seus limites físico-espaciais: a condição da Rua João Pessoa, um destes espaços fortes, de ser lugar de encontro e de sociabilidade, especialmente a partir da sua pedestrianização nos anos 70, não se restringe ao espaço físico da rua, mas é ampliada, por assim dizer, em direção a edificações importantes em seu entorno imediato, cujo funcionamento “alimenta” as relações sociais na rua propriamente dita, em constante inter-relação com ela. É o caso dos cinemas Rio Branco e Palace e de alguns estabelecimentos gastronômicos, como vimos no capítulo anterior. É também o caso do Hotel Palace, cujos ambientes como restaurante e sala de festas abrigavam eventos sociais importantes na vida pública da elite aracajuana. Em certo sentido, o Hotel Palace chega a ser quase um prolongamento, mais restrito, é claro, da espacialidade do calçadão da Rua João Pessoa (ver figura 72).

**Tabela 14:** Levantamento de notícias do eixo de análise *Hotel Palace* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Hotel Palace</b>	11	11,4%	6	5,7%	3	3,6%	3	2,5%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Isto pode ser perceptível na leitura dos jornais no período pesquisado. Da mesma forma como vimos na análise sobre a Rua João Pessoa, a maior incidência de referências ao hotel na mídia impressa está cronologicamente localizada no ano de 1989 (ver tabela acima), quando a vida pública em torno do calçadão era bastante intensa. Nos anos seguintes, há um decréscimo sensível em função do encerramento das atividades<sup>214</sup> do hotel em 1994. Este fato tem relação

214 A partir deste momento, apenas as lojas no andar térreo continuam em funcionamento. As notícias nos anos seguintes tratam do destino da edificação fechada.

direta com o surgimento e/ou fortalecimento de novos espaços proeminentes na cidade. Um destes espaços é a orla da praia de Atalaia, objeto de diversas intervenções públicas e privadas ao final dos anos 80 e início dos 90, especialmente com a construção de uma estrutura hoteleira que afetará sobremaneira o desempenho do Hotel Palace.

Sobre isso, vejamos uma matéria no Jornal da Cidade, em abril de 1994, que noticiava a realização de um grande leilão de utensílios e eletrodomésticos do empreendimento (televisores, travesseiros, quadros de pintores sergipanos, condicionadores de ar, camas, mesas etc.)<sup>215</sup>, em meio ao processo de encerramento de suas atividades. Segundo o diretor presidente do Grupo Lazar, que administrava o hotel, os recursos advindos deste leilão seriam reinvestidos em um novo empreendimento hoteleiro, “desta vez na orla marítima”. A justificativa é que, com o desenvolvimento da Atalaia como espaço de lazer e turismo, tanto o alto executivo como o turista preferem ficar hospedados em um hotel na praia: “a ocupação dos hotéis do centro caiu muito com o crescimento da orla”. Podemos ler na mesma matéria que o Estado ainda não tem uma definição sobre o novo uso da edificação, podendo transformá-lo em hotel-escola ou abrigar órgãos públicos estaduais – aliás, uma indefinição que perdurará nos anos seguintes até a atualidade.

As demais notícias registradas neste ano de 1994 tratam do fechamento do Hotel. Em fevereiro, a coluna Notas e Comentários afirma que “o governador João Alves Filho vai tomar todas as providências no sentido de ser evitado o encerramento das atividades do tradicional Hotel Palace de Aracaju”<sup>216</sup>. Dias mais tarde, o colunista informa que as reuniões do Rotary Clube acontecem no Iate Clube de Aracaju, “mas durante muitos anos o local de reunião era o Hotel Palace”<sup>217</sup>.

Na pesquisa amostral de 1999, encontramos apenas três registros sobre o Hotel Palace, todos abordando, desta vez, o abandono do edifício. Ainda não houvera nenhuma definição sobre a sua reutilização ou reciclagem, situação que perdura até hoje, aliás. Com a ociosidade, suas instalações e estrutura física entram em processo de degradação. Em fevereiro, o CREA-SE<sup>218</sup> apresenta denúncia ao Ministério Público, apontando a degradação de diversos prédios no centro da cidade por falta de manutenção, em especial “o antigo Hotel Palace e o Cine Rio Branco”, este na iminência de desabamento<sup>219</sup>.

---

215 “Palace faz o maior leilão do Nordeste”. Jornal da Cidade, 29/04/1994, p. 5.

216 Cavalcanti, Jurandy. “Palace”. Jornal da Cidade, 19/02/1994, coluna Notas e Comentários, p. 14.

217 Cavalcanti, Jurandy. “Rotary”. Jornal da Cidade, 22/02/1994, coluna Notas e Comentários, p. 14.

218 Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura.

219 Trindade, Acácia. “Lajes de prédios ameaçam cair no centro de Aracaju”. Jornal da Cidade, 06/01/1999, p. B-9.

Em junho, com o título “entregue ao abandono, prédio do Hotel Palace pode causar acidentes”, outra matéria do jornal apresenta mais detalhes do processo de degradação: “um patrimônio histórico avaliado em mais de R\$ 720 mil está abandonado em pleno centro da cidade”<sup>220</sup>. O resultado de uma vistoria, realizada meses antes, foi preocupante e indicava infiltrações, rachaduras no teto e até nos pilares de sustentação, além de corrosão, não havendo, entretanto, risco de desabamento. Ressaltando que o hotel “já hospedou ilustres personalidades públicas e importantes políticos do país”, o jornal dá a entender que, além do prejuízo econômico, há também uma perda simbólica e representativa para a cidade. Ainda podemos ler que, em 1991 (antes de seu fechamento, portanto) e em 1996, o imóvel havia sido colocado à venda, e em ambos os casos não apareceram interessados. No momento da publicação da matéria, em 1999, o edifício não pode mais ser colocado à venda pelo Estado, pois “o Patrimônio está penhorado pela Justiça como garantia de pagamento de uma ação trabalhista”. A EMSETUR<sup>221</sup>, responsável pelo imóvel, afirma não ter recursos necessários para a recuperação do edifício, apesar da situação de emergência.

Por fim, lemos em outubro que ainda havia indefinição de uso para o imóvel: “É provável que o IPES não vá ocupar o extinto Hotel Palace de Aracaju. O prédio (...) precisa de vultosa soma para que seja recuperado e habitável. Hoje em dia é ninho de ratos e baratas. Aos milhares...”<sup>222</sup>.

A pesquisa amostral de 2004 nos apresenta também três notícias sobre o Hotel Palace, e todas elas com o mesmo teor das de 1999. Vejamos:

*“Não é nada boa a condição em que se encontra o edifício que um dia abrigou o Hotel Palace de Aracaju. Quem passa pelas ruas próximas pode observar que ocorre um processo de esfrelamento de sua estrutura externa”*<sup>223</sup>.

*“Os comerciantes com lojas no andar térreo do Hotel Palace de Aracaju estão assustados com os ventos e as fortes pancadas de chuvas. Durante este período, o hotel apresentou várias infiltrações e desagregação de pastilhas de parede. (...) Mas, apesar do medo dos comerciantes, o Coordenador da Defesa Civil, Adalberto Figueiredo, disse que não há nenhuma possibilidade de desabamento do hotel. (...) ‘estamos discutindo ações que podem ajudar na revitalização do hotel. Mas isso*

---

220 Valéria, Iris. “Entregue ao abandono, prédio do Hotel Palace pode causar acidentes”. Jornal da Cidade, 05/06/1999, p. B-1.

221 EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo) é uma empresa pública, ligada à Secretaria de Turismo, que implementa as políticas de Estado para o desenvolvimento do turismo.

222 Cavalcanti, Jurandy. “IPES”, Jornal da Cidade, 15/10/1999, coluna Notas e Comentários, p. B-6. A sigla IPES se refere ao Instituto de Previdência do Estado de Sergipe.

223 Santos, Osmário. “Atenção”. Jornal da Cidade, 22/06/2004, coluna Osmário, p. C-4.

*demanda tempo’, afirmou Figueiredo”<sup>224</sup>.*

*“O Hotel Palace de Aracaju precisa urgentemente de uma providência das autoridades públicas. Há quem afirme que, a continuar o abandono em que se encontram as instalações do prédio, a única saída seria sua implosão”<sup>225</sup>.*



**Figura 67:** Situação atual do edifício do antigo Hotel Palace, na Praça General Valadão<sup>226</sup>. Foto do autor, 2009.

Em contraste, podemos observar como diversas notas jornalísticas do ano de 1989 constroem uma narrativa bastante distinta, apontando para o forte significado do hotel naquele momento para a cidade – não apenas como principal forma de hospedagem para personalidades de fora, mas também como lugar de encontro de políticos e pessoas da “alta sociedade” para almoços

---

224 “Vento assusta lojistas do Palace”. *Jornal da Cidade*, 08 e 09/07/2004, p. B-3.

225 Cavalcanti, Jurandyr. “Hotel”, *Jornal da Cidade*, 27/08/2004, coluna Notas e Comentários, p. B-4.

226 É possível observar nesta foto que as janelas estão lacradas com tijolos e a inscrição vertical com o nome do hotel foi retirada. Atrás é possível visualizar o topo do Ed. Estado de Sergipe (vulgo Maria Feliciano).

e jantares no restaurante do hotel ou para eventos comemorativos, como lançamento de livros e comemorações de aniversário.

A nota anteriormente citada, na qual, ainda que de maneira exagerada, menciona-se a idéia de implosão, pode ser contrastada com estas outras a seguir, do mesmo autor, publicadas quinze anos antes:

*“O Hotel Palace de Aracaju, sob regência do dr. Donizete Aragão, continua sendo o preferido local para eventos sociais, políticos e científicos”<sup>227</sup>.*

*“No Hotel Palace de Aracaju é servida a melhor comida da cidade”<sup>228</sup>.*

*“O restaurante do Hotel Palace é o ponto preferido dos líderes políticos do interior do Estado, onde muitos assuntos são tratados”<sup>229</sup>.*

Em uma coluna social podemos ler também que “o poeta Ledinaldo Almeida comemorou em alto estilo mais um *niver* no último sábado em movimentado ‘*coq*’ que teve como local o Hotel Palace”<sup>230</sup>. O colunista social João de Barros anuncia que o chá beneficente *Only for Woman* acontecerá no Salão Laranjeiras do Hotel Palace de Aracaju, reunindo nomes do “mundo feminino, de real destaque em nosso *hi-so*”<sup>231</sup>.



**Figura 68:** Referências ao Hotel Palace na coluna Notas e Comentários, 21/05/1989.

Mas o desinteresse pelo hotel por parte do Governo do Estado já se tornava público em 1989, apesar de não existirem, naquele momento, sinais de decadência no que tange à apropriação do espaço pelas elites da cidade. Em agosto, uma matéria informava, inclusive com manchete

227 Cavalcanti, Jurandyr. “Palace”, *Jornal da Cidade*, 30/06/1989, coluna Notas e Comentários, p. 12.

228 Cavalcanti, Jurandyr. Sem título. *Jornal da Cidade*, 05/01/1989, coluna Notas e Comentários, p. 6.

229 Cavalcanti, Jurandyr. Sem título, *Jornal da Cidade*, 21/02/1989, coluna Notas e Comentários, p. 6.

230 Sacuntala Guimarães, *Jornal de Sergipe*, 15/08/1989, coluna Atos e Fatos, p. 9.

231 Barros, João. *Jornal da Cidade*, 25/05/1989, coluna João de Barros, p. 10.

de primeira página, que o “Palace pode ser privatizado pelo Governo”, quando era apresentado como “exemplo pior de rentabilidade”<sup>232</sup>. Desde sua construção e inauguração em 1962, o empreendimento foi arrendado a uma rede hoteleira regional e nunca teria proporcionado lucro ao Estado. O valor do aluguel atual, em NCz\$ 160,00 mensais, seria extremamente baixo. Assim, surge a proposta de privatização do hotel, apresentada pelo então secretário de Indústria e Comércio, Viana de Assis. No pacote estariam incluídos também outros estabelecimentos turísticos e comerciais pertencentes ao governo estadual, como o restaurante Cacique Chá, no centro, e Tropeiro, na Atalaia, além dos hotéis Balneário de Salgado e Velho Chico, ambos no interior do estado.

A matéria é finalizada com um panorama geral sobre o hotel, definindo-o como “centro político”, listando suas qualidades e seu significado para a cidade, procurando, de alguma forma, mostrar as potencialidades para o investimento privado, o que denota uma tomada de posição em favor da anunciada privatização:

*“Quando foi inaugurado solenemente pelo Governo (em 1962), o hotel era uma espécie de atração turística e motivo de admiração popular. Logo se transformou no centro das decisões econômicas e políticas, que continua sendo até hoje. Afora as reuniões de clubes de serviço e de entidades sindicais patronais, o hotel recebe diariamente a classe política, que se divide em suas mesas, durante o almoço. Aos sábados, a feijoada do Palace é quase uma obrigação dos políticos e jornalistas locais”<sup>233</sup>.*

### **Mercado** (eixo de análise 7)

Aqui foram reunidas as notícias que abordavam diversas atividades relacionadas aos mercados municipais de Aracaju, ou seja, comercialização de produtos, relação entre feirantes e consumidores, regulação do espaço por parte do poder público (como a definição de horários de funcionamento, organização espacial, limpeza etc.), entre outras. Em muitos casos, encontramos na pesquisa amostral diversas outras notícias que, apesar de mencionarem o mercado, tratavam, em primeiro plano, de outras questões. Desta forma, elas foram entendidas e analisadas a partir de outro eixo temático específico: é o caso das notícias sobre festas e grandes eventos que ocorrem no mercado e em seu entorno, como o São João, que estão no eixo *eventos culturais no espaço público*; ou do noticiário sobre o projeto para

---

232 “Palace pode ser privatizado pelo Governo este ano”. Jornal de Sergipe, 02/08/1989, p. 3.

233 Idem, 02/08/1989.

revitalização e restauro dos mercados, realizado em 1999, que pode ser encontrado no eixo *projetos e intervenções*.

**Tabela 15:** Levantamento de notícias do eixo de análise *mercado* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Mercado</b>	4	4,1%	3	2,8%	0	0,0%	28	23,5%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Como observamos na tabela acima, a maioria absoluta (80%) das notícias sobre o mercado está localizada no ano de 2004, após a realização da reforma em 1999. Até então, todas as sete notícias registradas em 1989 e 1994 trazem basicamente reclamações e avaliações negativas sobre seu funcionamento, tratando-o como um espaço extremamente anti-higiênico, em função da superlotação, da desorganização das barracas dos feirantes, e das deficiências na limpeza por parte dos órgãos competentes. Lembramos que, naquele momento, todas as ruas no entorno imediato dos mercados estavam ocupadas por comerciantes em barracas improvisadas, carrinhos de mão ou tabuleiros de madeira, enquanto em seu interior havia um número excessivo de feirantes, com uma alta densidade de ocupação do espaço. Dentre outros problemas, destacavam-se as precárias condições de higiene e as dificuldades na circulação de usuários por entre as barracas.

Em março de 1989, a Prefeitura divulga que “pretende promover mudanças no Mercado Central”, afirma o *Jornal da Cidade*<sup>234</sup>. Em reunião com comerciantes de frutas e legumes da área externa do mercado, a Secretaria Municipal de Abastecimento propõe mudanças no funcionamento do Mercado “objetivando maior higienização e melhorias no tráfego de pedestres”, como o incentivo à utilização de sacos de lixo pelos feirantes, “para que os clientes não fujam para supermercados e hipermercados”, e um rearranjo espacial dos feirantes nas áreas externas. Para o Secretário da pasta, Alcivan Menezes, o Mercado deve “voltar à sua condição de primeira opção de compra do aracajuano, como já foi em tempos anteriores”.

Em outra edição do mesmo mês, é publicado um artigo do artista Everardo Sena, que alerta

234 “Prefeitura pretende promover mudanças no Mercado Central”. *Jornal da Cidade*, 02/03/1989, p. 3.

para a precariedade do espaço<sup>235</sup>: “dentro e fora (do mercado) é um Deus nos acuda. Dentro é um lamaçal sem conta. (...) Fora é a tão famosa e ‘maravilhosa’ fedentina”. O autor fala sobre o fim de uma das muitas aglomerações de vendedores no lado externo, chamada de “Coréia”, após “alguém de bom senso (ter) tomado providências e acabado com aquela miséria flagrante da nossa capital, em pleno coração da cidade”, finalizando com o apelo para uma “urbanização” urgente daquela área.

Em abril de 1989, em uma das raras cartas de leitor publicada pelo Jornal da Cidade, a doméstica Maria de Lurdes Castro faz coro às reclamações: “quem anda por lá se depara com tanto lixo, barata, mosca, rato, que, como é um local que vende produtos de consumo, deveria haver uma melhor higienização (...)”<sup>236</sup>.

Ao longo dos anos seguintes, a precariedade persiste. Em 1994, começam a surgir, supostamente, demandas para a construção de um novo mercado. Pelo menos é o que se deduz de uma matéria publicada pelo Jornal da Cidade, em julho, sob o título “Feirantes cobram novo mercado para Aracaju”<sup>237</sup>, com manchete na primeira página. Embora sem identificar os feirantes entrevistados, a matéria afirma que os mesmos reclamam da falta de espaço e da insegurança nos mercados, pois feirantes são furtados por “menores e maiores delinquentes”. Veremos adiante, no eixo *projetos e intervenções*, maiores detalhes sobre a polêmica que se instalou neste ano de 1994 sobre este assunto, ou seja, se um novo mercado deveria ser construído na periferia ou se o atual viria a ser recuperado.

Chegamos, enfim, ao ano de 2004, onde encontramos um novo mercado municipal. Após a restauração dos mercados Antonio Franco e Thales Ferraz, concomitante com a construção do novo mercado Albano Franco, concluída anos antes, a região passa a fazer parte, definitivamente, do circuito turístico da cidade. A Praça de Eventos Hilton Lopes, localizada no centro do complexo, torna-se palco de diversos eventos de grande porte, como já detalhamos anteriormente no eixo de análise *eventos culturais no espaço público* (ver fotos abaixo).

---

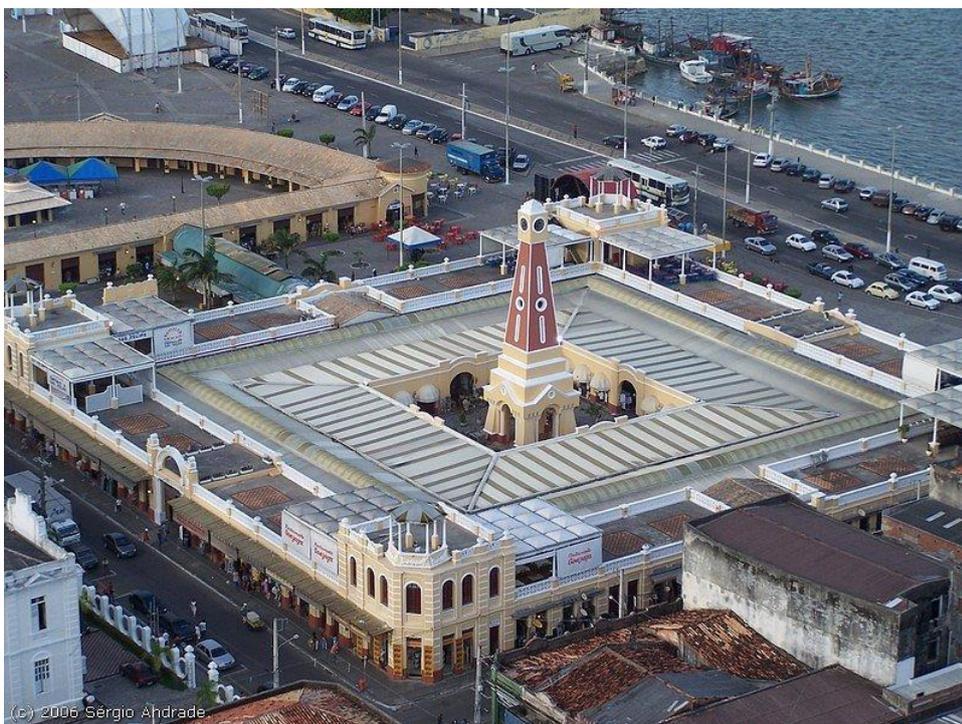
235 Sena, Everardo. “Pro cheirinho não acabar”. Jornal da Cidade, 04/03/1989, p. 11.

236 Sem título. Jornal da Cidade, 13/04/1989, p. 4.

237 “Feirantes cobram novo mercado para Aracaju”. Jornal da Cidade, 22/07/1989, p. 7.



**Figura 69:** Vista aérea atual dos mercados centrais de Aracaju. Em primeiro plano, os antigos mercados Antonio Franco, com a torre do relógio, e Thales Ferraz; mais ao fundo, o novo mercado Albano Franco. Entre eles, a praça central, tratada paisagisticamente como um grande espaço aberto, própria para a realização de grandes festas. Fonte: [www.skyscraper.com](http://www.skyscraper.com).



**Figura 70:** Mercado Antonio Franco. Foto: Sérgio Andrade, 2006

Entretanto, das 28 (vinte e oito) notícias registradas em 2004 sobre o mercado, apenas cinco o relacionam ao turismo. A maior parte delas trata de vários assuntos diversificados, como insegurança, oferta de determinados produtos e variação de preços, relação entre feirantes e poder público, problemas de infra-estrutura e deficiências nos serviços públicos etc.

Exemplificamos, a seguir, algumas referências ao turismo encontradas nas notícias publicadas: em janeiro, a arquiteta Ana Libório, autora do projeto dos mercados, reclama que os mesmos não seriam devidamente utilizados para a divulgação turística do Estado de Sergipe, e que, de modo geral, “as belezas históricas de Aracaju, mais precisamente o centro histórico da capital, são pouco divulgadas em outros estados”<sup>238</sup>.

Em outra matéria do *Jornal da Cidade*, inclusive com destaque na primeira página, podemos perceber a existência de conflitos entre o turismo e uma realidade urbana marcada por contradições sociais: os comerciantes reclamam da existência de “pedintes e adolescentes” dentro dos mercados “que furtam objetos dos clientes”, Segundo uma comerciante, “a situação tem espantado os turistas, que se sentem incomodados”<sup>239</sup>.

Por outro lado, na coluna *Notas e Comentários* é publicada a seguinte opinião: “Os turistas estão vibrando com os mercados públicos municipais. A variedade de frutas é um dos pontos altos dos feirantes, que atendem muito bem aos turistas”<sup>240</sup>.

De todo modo, o turismo não é o tema predominante na amostra de notícias (sobre o cotidiano dos mercados, frise-se), ao contrário do que se poderia supor a respeito deste espaço da cidade – mercado central – tão carregado de estereótipos em muitas cidades turísticas. Também não temos mais os relatos de sujeira e falta de higiene dos anos anteriores. Verificamos que a maior parte das notícias em 2004 relata, em síntese, a diversidade de produtos à venda, as oscilações de preços, as deficiências da infra-estrutura e, também, os diversos conflitos típicos de um mercado central.

Em janeiro, o *Jornal da Cidade* acusa o “abandono” do piso superior do novo mercado: “Pescados, importados, carnes, ervas medicinais e artesanato. A placa indica todas essas opções em uma das partes do piso superior do Mercado Albano Franco, mas o que se encontra são apenas 3 boxes funcionando: um de venda de carne, outro de frango e o terceiro de conserto de aparelhos de televisão”<sup>241</sup>.

Na Semana Santa, o mercado é tradicionalmente um dos lugares mais procurados por clientes para a compra de pescado. Naquele ano, havia queixas dos feirantes em março: “Apesar da época ser propícia para o consumo de pescado, a procura por peixes e mariscos no Mercado Albano Franco não aumentou”<sup>242</sup>. Mas, em abril, nas vésperas da comemoração religiosa, a

---

238 “Centro esquecido”. *Jornal da Cidade*, 28/01/2004, p. B-3.

239 “Comerciantes do mercado se irritam com pedintes”. *Jornal da Cidade*, 01 e 02/02/2004, s/p.

240 Cavalcanti, Jurandy. “Mercados”, *Jornal da Cidade*, 02/03/2004, coluna *Notas e Comentários*, p. B-6.

241 Ressalte-se que a ocupação do piso superior do novo Mercado Albano Franco sempre foi problemática, ao contrário do piso térreo, sempre bastante disputado por feirantes.

242 “Quaresma: venda de pescado é pequena no mercado”. *Jornal da Cidade*, 13/03/2004, p. B-3.

procura aumentou: “Este ano as vendas do mercado superaram as expectativas dos vendedores”. Houve grande procura por peixe não apenas nos supermercados, mas também nos mercados centrais: “Por volta das 6:30 horas da manhã, algumas pessoas tiveram dificuldade de entrar no setor de pescado do Mercado Albano Franco”<sup>243</sup>.

Há também queixas com relação à segurança do local e também falta de água:

*“Os vendedores do Mercado Albano Franco terão que esperar alguns dias para saber como será resolvida a questão da segurança interna do lugar (...). Os comerciantes alegam que estão sendo vítimas de constantes roubos (...)”*<sup>244</sup>.

*“Apesar do reforço da segurança (por ocasião das festas de São João) nos mercados Albano Franco, Thales Ferraz e Antonio Franco, continuam acontecendo furtos na área. (...) Os representantes dos comerciantes conseguiram, através de acordo com a Polícia Militar, que 3 policiais voltassem a circular permanentemente na área”*<sup>245</sup>.

*“Comerciantes do Mercado Albano Franco estão irritados com a falta de água diária no local. A caixa, com capacidade para 50 mil litros, não está sendo suficiente para a demanda dos quase 2.000 vendedores e clientes”*<sup>246</sup>.

A grande diversidade de produtos oferecida nos mercados centrais é também objeto de notícias na imprensa escrita em 2004, algo que não encontramos nos anos anteriores. Além de produtos alimentícios, como hortifrutigranjeiros ou carnes, e do comércio de artesanato para turistas, há também a venda de flores e ervas medicinais, por exemplo. Às vésperas do feriado de finados, em novembro, o Jornal da Cidade publica que a “venda de flores deve crescer 40%”: “Na Passarela das Flores do mercado, o movimento está sendo considerado bom. A expectativa dos comerciantes é que todo o estoque seja vendido”. E, próximo à virada do ano, podemos ler que a procura por ervas medicinais no mercado ainda está fraca, segundo o vendedor de ervas e presidente da Associação dos Comerciantes do Mercado, Anderson Batista<sup>247</sup>.

De modo geral, podemos apreender que, embora a questão do turismo seja bastante forte na construção da imagem do lugar, o mercado central de Aracaju ainda é um típico espaço de comércio, fazendo parte do cotidiano de muitas pessoas, tanto para moradores da cidade, como para usuários do centro da cidade.. Naturalmente que também são em grande número as

---

243 “Fila para garantir o peixe da Sexta-feira da Paixão”. Jornal da Cidade, 09 e 10/04/2004, p. B-3.

244 “Mercado Central: ladrões atormentam feirantes”. Jornal da Cidade, 30/03/2004, p. B-1.

245 “Feirantes querem reforço policial para conter furtos”. Jornal da Cidade, 24 e 25/06/2004, p. B-5.

246 “Mercado: falta de água diária irrita comerciantes”. Jornal da Cidade, 24/03/2004, p. B-3.

247 “Venda de ervas ainda é tímida no mercado”. Jornal da Cidade, 29/12/2004, p. B-3.

notícias sobre turismo e eventos (que foram incluídas no eixo *eventos culturais no espaço público*), entretanto, constatamos pela leitura das numerosas notícias sobre o funcionamento cotidiano dos mercados que ele apresenta uma dinâmica própria no âmbito da sociabilidade e da economia, típica de mercados urbanos, o que demonstra a intensidade do lugar como espaço público forte.

### **Equipamentos culturais** (eixo de análise 8)

Aqui foram reunidas as notícias referentes a edificações no centro de Aracaju destinadas a atividades culturais e manifestações artísticas. Mas, de modo geral, pelo pequeno número de notícias (13, no total) encontradas sobre o tema ao longo do período pesquisado, percebe-se a pobreza da cena artística e cultural de Aracaju retratada pelo jornal, em especial no centro da cidade, onde constatamos também a insuficiência de equipamentos culturais.

As notícias publicadas sobre atividades culturais em edificações específicas para este fim estão em maior número no ano de 1989, como podemos ver na tabela abaixo, seguido de uma redução em sua participação percentual no total de cada ano, até chegar a zero em 2004.

**Tabela 16:** Levantamento de notícias do eixo de análise *equipamentos culturais* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Equipamentos culturais</b>	6	6,2%	5	4,8%	2	2,4%	0	0,0%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Destes edifícios para a cultura, destaca-se a Galeria de Arte Álvaro Santos, implantada no interior da Praça Olímpio Campos. Inaugurada em 1966<sup>248</sup>, onde antes havia um aquário decorativo da praça, ela é, ainda hoje, o principal espaço cultural do centro da cidade, utilizada principalmente para exposições de artes plásticas, assim como para lançamento de livros e outros eventos. Das 13 notícias registradas entre 1989 e 2004, metade delas, ou seja, 7

248 Projetada pelo arquiteto Rubens Chaves, sob coordenação de um grupo de artistas locais, como Clodoaldo de Alencar Filho, Núbia Marques, Florival Santos, João Freire Ribeiro, Hunaldo Fontes de Alencar e João Batista Garcia Moreno. Em 2000, a galeria foi reformada, incluindo a ampliação da sala principal de exposições e da cobertura do terraço, entre outras benfeitorias.

Fonte: FUNCAJU (Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes), em [http://www.aracaju.se.gov.br/cultura\\_turismo\\_e\\_esporte/?act=fixo&materia=galeria\\_de\\_artes\\_alvaro\\_santos](http://www.aracaju.se.gov.br/cultura_turismo_e_esporte/?act=fixo&materia=galeria_de_artes_alvaro_santos). Acesso em 01/11/2009.

(sete), referem-se a eventos culturais que acontecem neste espaço, basicamente ligados a artes plásticas.

De modo geral, encontramos freqüentemente pequenos registros em colunas sociais ou nas páginas de variedades informando sobre estas exposições. Algumas delas:

*“Exposição comemorativa ao Dia Mundial do Folclore foi aberta no último dia 22 de agosto na Galeria de Arte Álvaro Santos. No segundo piso da galeria continua a Mostra de Fotografias, com trabalhos de diversos fotógrafos sergipanos” (1989)<sup>249</sup>.*

*“Vernissage do artista plástico Pedro da Silva, hoje às 18 horas na Galeria de Arte Álvaro Santos. Exposição promovida pela Secretaria de Cultura do Município” (1989)<sup>250</sup>.*

*“Dia 15 de dezembro acontece lançamento do livro ‘Concerto sem final’, de Vieira Neto, na Galeria de Arte Álvaro Santos” (1994)<sup>251</sup>.*

Analisando a outra metade das notícias, percebemos a pulverização dos acontecimentos culturais em diversas edificações no centro. Muitos destes espaços não hospedam nem mesmo instituições culturais de fato, públicos ou privados, mas abrigam esporadicamente e/ou provisoriamente algum evento, como o Centro de Turismo e Artesanato, um edifício que abriga uma feira de artesanato. Até mesmo a Academia Sergipana de Letras se enquadra neste caso, pois aparece apenas uma única vez na pesquisa amostral como palco de um evento cultural.

Em assim sendo, vemos que, em agosto de 1989, acontece o projeto Mês da Cultura na Caixa em três agências bancárias do centro, com exposição de pintores sergipanos e apresentações de música, como da Camerata da UFS e do grupo vocal Staccato, na agência da Av. Barão de Maruim<sup>252</sup>. Em outubro, vemos em uma nota de um colunista social que a Secretaria de Cultura do Estado promove o lançamento do livro “O grande Akundô”, de Juarez Conrado<sup>253</sup>, no Centro de Turismo. E, em 1994, outra nota social anuncia que o poeta Araripe Coutinho lança seu livro “Sede no escuro” no Salão Nobre da Academia Sergipana de Letras, na rua de Pacatuba<sup>254</sup>.

Em 1989, o Jornal da Cidade informa que um novo equipamento cultural no centro estará

---

249 “Exposição didática é um sucesso”. Jornal de Sergipe, 01/09/1989, p. 10.

250 Sem título. Jornal de Sergipe, 05/09/1989, coluna Dicas Culturais, p. 12.

251 Barros, João. Sem título. Jornal da Cidade, 06/12/1994, coluna João de Barros, p. 10.

252 “Mês da Cultura na Caixa será atração”. Jornal de Sergipe, 08/08/1989, p. 10.

253 Guimarães, Sacuntala. “Lançamento”, Jornal de Sergipe, 13/10/1989, coluna Atos e Fatos, p. 9.

254 Barros, João. “Lançamento”. Jornal da Cidade, 08/04/1994, coluna João de Barros, p. 10.

sendo inaugurado, o Pensar Verde, novo “espaço alternativo de arte e cultura”, na av. Barão de Maruim. Entretanto, posteriormente não se lê mais nada a respeito deste empreendimento cultural, que atualmente não mais existe.

Os cinemas são dos poucos equipamentos culturais de apelo popular no centro da cidade, mas, como já mencionado antes, eles vão aos poucos sendo fechados ao longo da década de 80 e 90. Normalmente, eles não aparecem nos jornais em forma de notícia, mas em anúncio publicitário com a programação dos filmes em cartaz, como se observa na figura a seguir<sup>255</sup>.



**Figura 71:** Anúncio publicitário com a programação dos cinemas do centro da cidade (década de 80). Fonte: <http://aracajuantiga.blogspot.com>, acessado em 01/10/2009.

No entanto, duas notícias sobre a dinâmica das salas de cinema no centro da cidade foram registradas nesta pesquisa. A primeira, uma nota em coluna social, de agosto de 1994, informa que o empresário José Queiroz estava interessado em arrendar o cinema em construção no empreendimento Rua 24 Horas<sup>256</sup>. A segunda notícia é publicada cinco anos depois, em 1999, e apresenta um quadro oposto: com uma manchete na primeira página, o jornal informa sobre a demolição do antigo Cine Aracaju, na rua Laranjeiras, de propriedade do mesmo empresário<sup>257</sup>. Segundo a matéria, em seu lugar funcionará provisoriamente um estacionamento rotativo. A seguir, com um tom nostálgico, o jornal discorre sobre a situação dos cinemas em Aracaju: nos últimos dez anos, aquele era o terceiro cinema fechado na cidade, só restando os cinemas de shopping (duas salas no Riomar e o multiplex com nove salas no Jardins).

---

255 Esta forma de divulgação da programação dos filmes através de um único anúncio era apenas possível porque todos os cinemas em funcionamento ao longo da década de 1980 (Palace, Vitória, Rio Branco e Aracaju, no centro, e Plaza, no Siqueira Campos) pertenciam ou estavam arrendados a um único empresário, José Queiroz.

256 Ressalte-se que em diversas outras notícias sobre este projeto da Rua 24 Horas há também menções a esta sala de cinema, mas as mesmas dizem respeito ao projeto e construção do empreendimento como um todo, e por este motivo estão incluídas no eixo temático “projetos e intervenções”. Esta notícia acima é a única que trata do funcionamento do cinema enquanto espaço cultural.

257 “Cine Aracaju dá lugar a estacionamento”. *Jornal da Cidade*, 06/01/1999, p. B-9.

*“Antes haviam sido demolidos o Cine Vitória, na rua de Itabaianinha, que pertencia à Igreja Católica e foi demolido para dar lugar às Lojas Americanas; o Cine Plaza (no Siqueira Campos), onde hoje funciona um templo da Igreja Universal do Reino de Deus; e o Cine Palace, no calçadão da João Pessoa, que era explorado pelo empresário José Queiroz e onde hoje funciona o Bingo Palace”<sup>258</sup>.*

No centro, continua a matéria, o único que funciona precariamente é o Rio Branco, “o mais tradicional cinema da capital”, mas apenas com uma programação de filmes pornográficos. A legenda da foto que acompanha a matéria diz: “Adeus definitivo ao antigo Cine Aracaju – só resta um no centro”.

Por fim, três outras notícias são dignas de registro, pois ilustram a tendência de dispersão de equipamentos urbanos em novos espaços da cidade<sup>259</sup>. Na primeira edição do ano de 1989, o Jornal da Cidade informa que o antigo prefeito Viana de Assis inaugurou, em 31 de dezembro de 1988, o Museu da Cidade, no Parque da Sementeira, antes de entregar o cargo para o prefeito eleito Wellington Paixão.

As outras duas notícias tratam da possível construção de um novo teatro para a cidade<sup>260</sup>. No mesmo mês de janeiro de 1989, o jornal informa sobre a rescisão de contrato, motivada provavelmente por questões político-partidárias a partir da posse do novo prefeito, entre o Governo do Estado e a Prefeitura para a cessão de uma área no entorno da Marina Pública, na Coroa do Meio<sup>261</sup>, para a construção de um teatro municipal para 1600 espectadores. Um dos principais objetivos do projeto não estava apenas relacionado ao desenvolvimento cultural da cidade, mas na construção de uma imagem pública de Aracaju, em um contexto de desenvolvimento turístico. Pelo menos é o que se deduz das palavras do ex-presidente da EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo), Luis Eduardo Costa: “a construção de um teatro de porte em Aracaju, além de implicar na vinda de grandes espetáculos, marcaria nestes atores (*sic*) a imagem da cidade, que seria com isso divulgada a nível nacional?”. Interessante observarmos que, ao tratar do assunto, o Jornal da Cidade não dá voz à classe artística ligada ao teatro, por exemplo, e complementa a matéria com a afirmação de que Aracaju estava “se tornando um pólo turístico cultural”.

Sobre o mesmo assunto, porém com um enfoque mais voltado à cultura, o Jornal de Sergipe

---

258 *Idem*, 06/01/1999, p. B-9.

259 Por estarem se referindo a localizações fora do centro da cidade, as duas próximas notícias não foram contabilizadas na estatística final deste trabalho.

260 O único teatro de porte na cidade era o Teatro Atheneu, construído nos anos 50 e que, por ser uma adaptação do auditório do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, não era adequado para grandes espetáculos teatrais e de música.

261 Note-se que é o mesmo bairro onde estava sendo construído, naquele momento, o Shopping Riomar.

publica, em agosto de 1989, um artigo do artista Vieira Neto lamentando que o projeto para a construção do teatro esteja na “estaca zero”<sup>262</sup>. Ele chama a atenção para outras possibilidades desperdiçadas em Aracaju: o Parque Teófilo Dantas havia sido reformado na década de 80 e o projeto não contemplou um “teatrinho de arena”, como “existem em parques semelhantes de outras cidades”. Este seria o espaço ideal, “em pleno centro da cidade”, para a montagem de peças por grupos locais. Em outro espaço de lazer, o calçadão do bairro 13 de julho, também não foi construído um teatro de arena, lamenta o autor. A única esperança parecia ser o Cine Rio Branco (na época funcionando como cinema pornô, como vimos), que já havia sido “tombado oficialmente” como patrimônio histórico da cidade e, segundo ele, iria ser desapropriado e restaurado<sup>263</sup>.

### **Outras edificações significativas** (eixo de análise 9)

Neste eixo de análise, nós temos as notícias que abordam diversas edificações significativas para a cidade, localizadas em seu centro, seja por seu valor histórico e arquitetônico, seja por seu significado funcional – excetuando-se, naturalmente, as já tratadas anteriormente, como as edificações culturais e ligadas ao poder institucional, além do Hotel Palace e do Mercado Municipal, que mereceram análises específicas.

Em função destas exceções acima citadas, este eixo temático restringiu-se a poucas edificações. Entretanto, algumas informações interessantes podemos extrair deste eixo: o ano de 2004 destaca-se claramente como o período com maior incidência de notícias sobre o tema, como se pode observar na tabela 17 abaixo, com 63% do total em todo o período. Isto é, possivelmente, o resultado de uma maior preocupação com o patrimônio histórico em Aracaju naquele momento, em consonância com as políticas de desenvolvimento do turismo. Neste contexto, aparece em evidência a Ponte do Imperador, com 6 (seis) referências em 2004, ou seja, em metade do total de notícias daquele ano sobre o tema em questão.

---

262 Neto, Vieira. “Quando teremos o Teatro Municipal?”. Jornal de Sergipe, 18/08/1989, p. 10.

263 Como vimos anteriormente, o prédio do Cinema Rio Branco teve ser processo de tombamento revertido e pôde ser demolido em 2003 para a construção de uma loja comercial.

**Tabela 17:** Levantamento de notícias do eixo de análise *outras edificações significativas* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Outras edificações significativas</b>	3	3,1%	2	1,9%	2	2,4%	12	10,0%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

Ao detalharmos um pouco mais estes números (ver tabela abaixo), constatamos que o tema do patrimônio histórico é, de fato, o que predomina neste eixo. Das edificações que são objeto das notícias ao longo do período pesquisado, apenas duas delas não envolvem a questão da preservação de patrimônio arquitetônico: o bar e restaurante Cacique Chá, por ser um tradicional ponto de encontro para intelectuais e políticos, e um edifício residencial abandonado, o Edifício Casarão do Parque, na Praça Olímpio Campos.

**Tabela 18:** Distribuição das notícias do eixo *outras edificações significativas*, agrupadas por temas predominantes

		1989	1994	1999	2004	Total
Edificações predominantes	Ponte do Imperador	-	-	1	6	7
	Rest. Cacique Chá	2	1	1	-	4
	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1	-	-	2	3
	Ed. residencial abandonado	-	-	-	2	2
	Casarão histórico	-	-	-	1	1
	Arquivo Público	-	1	-	-	1
	Cine Rio Branco	-	-	-	1	1
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>19</b>

Fonte: Levantamento do autor

Vejamos alguns exemplos sobre o Cacique Chá. Em 1989, em uma pequena nota na coluna Painel, do Jornal de Sergipe, lemos que “o vereador Rosalvo Alexandre dizia ontem no restaurante Cacique Chá que ‘todo político para crescer precisa ser ambicioso’ ”<sup>264</sup>. No

<sup>264</sup> “Ambição”. Jornal de Sergipe, 21/07/1989, coluna Painel, p. 8.

mesmo mês, ao relatar que os preços nos restaurantes de Aracaju tinham sofrido reajustes devido à inflação, o jornal cita os principais e mais caros estabelecimentos, e todos se localizavam no centro da cidade: Cacique Chá, Quartier Latin (no Grande Hotel) e o restaurante do Hotel Palace<sup>265</sup>.

Ainda em 1994, o restaurante da Praça Olímpio Campos ainda é lugar da alta sociedade. A coluna Periscópio, do Jornal da Cidade, anota que “o deputado Ismael Silva (PT) comemora seu aniversário hoje à noite. Vai oferecer uma festinha no restaurante Cacique Chá”<sup>266</sup>. Desta forma, ele faz parte da rede de espaços de sociabilidade freqüentados pelas elites, como o Calçadão e o Hotel Palace.

Mas é, de fato, a preocupação com o patrimônio que se evidencia, quando outras edificações são citadas nos jornais pesquisados. Se, em 1989, o edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) é citado em uma notícia como o local onde se realiza a Assembléia de professores da rede estadual<sup>267</sup>, quinze anos depois, porém, duas outras matérias sobre a mesma edificação tratam da precariedade de sua estrutura física: em janeiro de 2004, podemos ler que o “Instituto Histórico e todo o acervo precisam de restauração. (...) Goteiras, infiltrações, biblioteca pequena e mal conservada, quadros de grande valor monetário e simbólico deteriorando-se (...)”. Além disso, não há verbas para sua recuperação, sendo que a última reforma do prédio havia acontecido em 1992<sup>268</sup>. Os mesmos problemas são abordados meses depois, em agosto, por ocasião do aniversário do IHGS, com uma matéria cujo título é “Instituto Histórico faz 92 anos em abandono”. Persistem os problemas financeiros da instituição: “falta dinheiro para conservar um dos acervos mais ricos (de Sergipe)”<sup>269</sup>.

O caso da demolição do histórico Cine Rio Branco, em 2003, dando lugar a uma loja comercial, reaparece em agosto de 2004. O Jornal da Cidade lamenta que o Memorial sobre o cinema, que deveria ser instalado na referida loja, “ainda não tem data para sair do papel” (fato que até hoje ainda não aconteceu).

*“O museu irá funcionar no mezanino da loja com placas, fotos, cartazes, recortes de jornais, documentos de época, e irá reunir os 3 espaços que o Rio Branco já abrigou: teatro, cinema e um espaço sócio-cultural. O projeto acrescentou um salão com 40 lugares para exibição de filmes que passaram ao longo da história do Rio Branco,*

---

265 “Restaurantes de Aracaju exploram seus clientes”. Jornal de Sergipe, 07/07/1989, p. 2.

266 “Aniversário”. Jornal da Cidade, 26/07/1994, coluna Periscópio, p. 4.

267 “Professores em assembléia resolvem não fazer greve”. Jornal da Cidade, 23/03/1989, p. 3.

268 Cruz, Janaina. “Prédio mal conservado ameaça a história de Sergipe”. Jornal da Cidade, 20/01/2004, p. B-6.

269 “Instituto Histórico faz 92 anos em abandono”. Jornal da Cidade, 06/08/2004, p. B-4.

*com debates após as sessões*”<sup>270</sup>.

Apesar das dificuldades para a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, pelo menos a Ponte do Imperador entrou em evidência em 2004, ao servir de palco para a instalação de uma maquete da cidade que retratava a estrutura urbana do centro da cidade na década de 1940. Tratava-se do projeto Museu de Rua, com o objetivo atrair turistas para aquele espaço à beira do Rio Sergipe. Desta maneira, inúmeras referências a este projeto serão publicadas nos jornais pesquisados.

*“A presidente da Funcaju<sup>271</sup>, Tânia Soares, esteve na última semana na cidade de Joinville-SC. Ela foi conferir de perto o processo de correção dos detalhes técnicos do museu de rua da Ponte do Imperador. (...) Foi detectada a necessidade de ajustes que estão sendo feitos, a fim de que o conjunto retrate um período histórico vivido pelo centro da cidade. O trabalho está lindo e em breve a população vai ganhar um museu em plena Ponte do Imperador*”<sup>272</sup>.

*“Inaugurado em 15 de junho, a maquete que retrata as primeiras décadas do século XX da cidade de Aracaju já trouxe mais de 9200 pessoas à Ponte do Imperador (...)*”<sup>273</sup>.

*“A Ponte do Imperador, depois de ter passado por reforma geral, já está aberta para o público. Os malandros voltaram a ocupar a ponte para usar drogas*”<sup>274</sup>.

Esta última nota revela a tensão entre a apropriação do espaço público por pessoas na condição de marginalizados e uma nova forma de utilização, indicada pelo poder público, para ocupar um espaço que está à margem da vida da cidade. Ainda que localizada às margens do Rio Sergipe e no eixo das três tradicionais praças centrais, pode-se afirmar que a Ponte do Imperador havia deixado de ser central na vida da cidade desde que a Rua de Frente (av. Rio Branco), no início do século XX, deixou de ser um espaço público forte, relacionado às atividades portuárias e de pesca.

A busca por novas possibilidades de uso deste espaço para fins turísticos, que afastassem os “malandros”, já vinha desde algum tempo. Em janeiro de 1999, é realizado um evento denominado Lavagem Turística da Ponte do Imperador, promovido pela ABRAJET (Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de Sergipe), com o “objetivo de preservar a

---

270 ‘Cine Rio Branco: memorial ainda fechado’. Jornal da Cidade, 03/08/2004, p. B-4.

271 Fundação Cultural de Aracaju, subordinada à Secretaria Municipal de Cultura.

272 Santos, Osmário. “Ponte do Imperador”. Jornal da Cidade, 18/02/2004, coluna Osmário, p. C-4.

273 Santos, Osmário. “9200 pessoas”. Jornal da Cidade, 03/08/2004, coluna Osmário, p. C-4.

274 Cavalcanti, Jurandyr. “Ponte”. Jornal da Cidade, 22/06/2004, coluna Notas e Comentários, p. B-6.

cidade limpa e despertar a população e o turista”, conforme se lê em uma matéria do Jornal da Cidade, que finaliza afirmando que a Ponte, “construída em 1860, hoje está abandonada e não mais faz parte do circuito turístico da capital devido à sujeira”<sup>275</sup>.

### **Projetos e intervenções arquitetônicas ou urbanísticas** (eixo de análise 10)

Procuramos nesta parte do trabalho mostrar a cronologia recente de projetos, propostas ou obras de intervenção arquitetônica e/ou urbanística no centro da cidade, para compreendermos de que forma se processaram as transformações físicas e espaciais do bairro. De início, verificamos que todos os elementos encontrados na pesquisa amostral se referem a projetos de iniciativa do poder público, ao passo em que a iniciativa privada se absteve de grandes investimentos na área central neste período (1989-2004).

As tabelas 19 e 20 abaixo nos mostram um panorama geral das notícias encontradas neste levantamento. O pano de fundo é a constatação de que o centro da cidade, ao longo da década de 90, vivia momentos de declínio e de decadência, o que vai motivar o poder público (municipal e estadual) a elaborar e executar, neste período, três grandes intervenções físicas de porte na área central, como já mencionado anteriormente: a construção da Rua 24 Horas em 1994, uma tentativa de “manter o centro da cidade vivo”, conforme se lê em uma das notícias; a reforma e ampliação dos mercados centrais em 1999, precedida de uma discussão pública sobre o projeto, cinco anos antes; e, no mesmo ano, um “Projeto de Revitalização do Centro Histórico”, mais abrangente do que os demais.

Outra intervenção, que aparece em evidência em 2004, é a reforma do piso dos calçadões centrais. Trata-se da retificação de problemas advindos do projeto realizado cinco anos antes e consistiu na substituição da pavimentação existente, que apresentava diversos defeitos, por outra, utilizando pedras portuguesas.

**Tabela 19:** Levantamento de notícias do eixo de análise atos e manifestações no espaço público (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Projetos e intervenções urbanísticas</b>	2	2,0%	23	22,1%	32	39,0%	21	17,6%
Total	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

275 “Ponte do Imperador sediará lavagem”. Jornal da Cidade, 06/01/1999, p. C-11.

**Tabela 20:** Distribuição das notícias do eixo *projetos e intervenções*, agrupadas por temas predominantes

<b>Projetos e intervenções</b>	<b>1989</b>	<b>1994</b>	<b>1999</b>	<b>2004</b>	<b>total</b>
Mercado Municipal	-	6	10	-	16
Revitalização do Centro Histórico	-	-	22	-	22
Rua 24 Horas	-	17	-	2	19
Reforma dos pisos dos calçadas	-	-	-	17	17
Memorial da Bandeira	-	-	-	2	2
Reforma da Rodoviária Velha	2	-	-	-	2
total	2	23	32	21	78

Fonte: Levantamento do autor

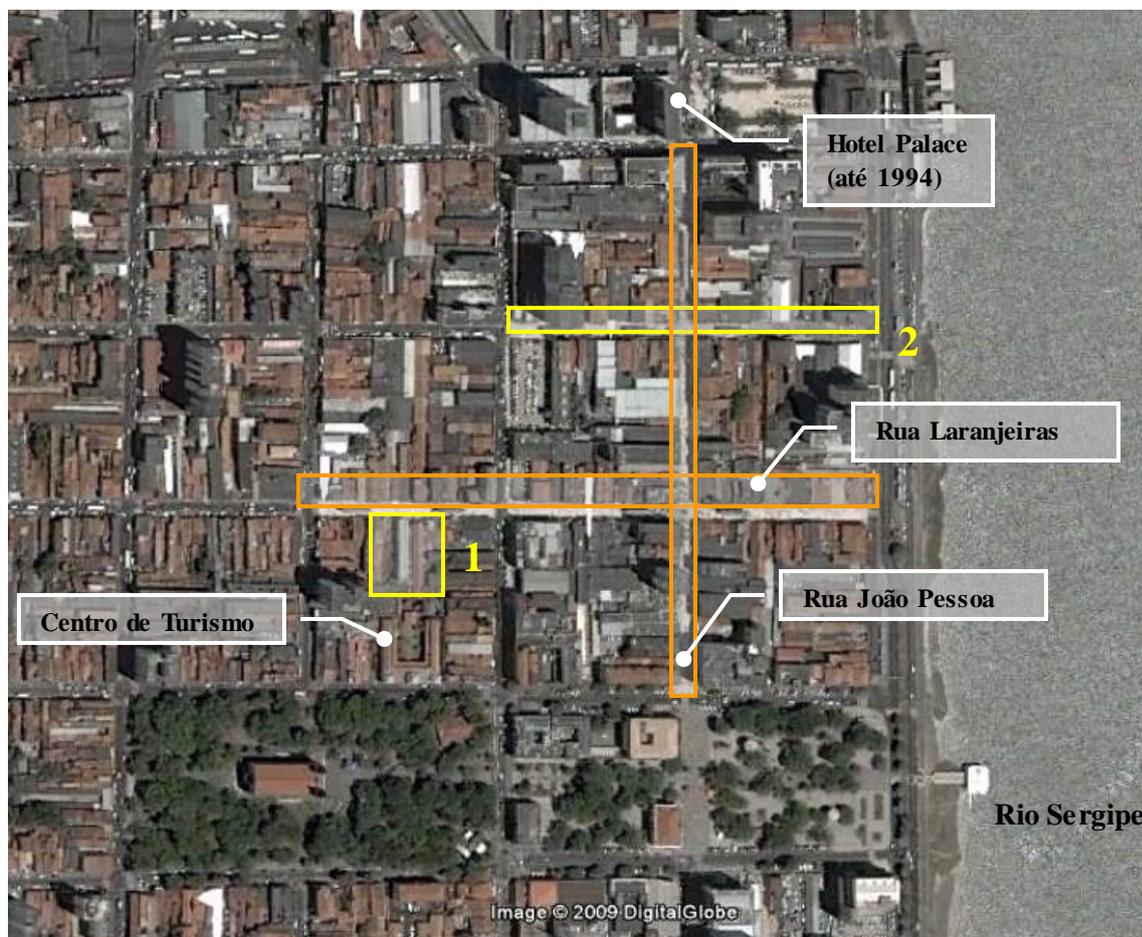
Como percebemos, o ano de 1989 não nos apresenta nada significativo. As duas únicas menções de projetos de intervenção no centro referem-se a uma reforma do Governo do Estado na chamada Rodoviária Velha, além de melhorias no terminal de integração de transporte urbano, localizado ao lado deste.

Em 1994 iniciam-se, de fato, os discursos de revitalização do centro e de desenvolvimento do turismo, que serão bastante recorrentes nos anos seguintes. O impacto provocado pela inauguração do shopping Riomar, em 1989, provoca em diversos agentes de produção da cidade a percepção de que o centro da cidade precisa ser revitalizado. O Governo do Estado toma a iniciativa e propõe a criação de uma galeria comercial com funcionamento 24 horas por dia, seguindo o modelo implementado em Curitiba pelo então prefeito e arquiteto Jaime Lerner<sup>276</sup>. A chamada Rua 24 Horas seria construída na Rua de Laranjeiras, em lote contíguo e integrado pelos fundos com o Centro de Turismo (figura 72). Em março de 1994, o Governo do Estado publica um informe publicitário no Jornal da Cidade sobre as suas realizações futuras, no qual cita o empreendimento no item dedicado a cultura e lazer:

*“(...) construção da Rua 24 Horas, similar à que funciona em Curitiba e que visa a revitalização do centro comercial da capital. Como há um processo crescente de*

<sup>276</sup> O governador nesta época era o engenheiro civil João Alves Filho, que publicamente sempre admirou as idéias do arquiteto Jaime Lerner, a quem havia contratado no início dos anos 70 quando era prefeito nomeado de Aracaju, para elaborar o projeto do bairro Coroa do Meio, como vimos em capítulo específico. João Alves Filho governou o Estado por três mandatos, o último no período 2003-2006.

*transferência do fluxo de consumidores para os shoppings<sup>277</sup> (sic), o governo pretende manter o centro da cidade vivo. Com isso cria também uma série de novos empregos e oferece mais uma opção para o fortalecimento do turismo em Aracaju<sup>278</sup> (grifos nossos).*



**Figura 72:** Novas intervenções urbanas: Rua 24 Horas (1), de 1994, e calçadão da Rua São Cristóvão (2), de 1999, ao lado das ruas de pedestre já existentes, João Pessoa e Laranjeiras.

O discurso do representante dos comerciantes, no caso o presidente da CDL (Câmara de Diretores Lojistas), Max Vasconcelos, mantém o mesmo discurso. Em entrevista ao *Jornal da Cidade* em abril de 1994<sup>279</sup>, ele acredita que a Rua 24 Horas “será o ponto forte do centro de Aracaju, passando a ser a responsável pela revitalização do comércio aracajuano”. Ele aposta no seu sucesso, pois sua localização é excelente e no local serão realizadas “atividades

277 Equivocadamente, usa-se aqui o vocábulo no plural, embora só houvesse um shopping center em Aracaju naquele momento.

278 “Três anos construindo e promovendo o desenvolvimento de Sergipe” (informe publicitário do Governo do Estado). *Jornal da Cidade*, 15/03/1994, p. 12.

279 “Obras da Rua 24 Horas em fase de conclusão”. *Jornal da Cidade*, 08/04/1994, p. 5.

artísticas e culturais”. Interessante notar, como veremos adiante na análise do eixo de notícias *shopping centers*, que não houvera em 1989 qualquer preocupação, por parte dos comerciantes e políticos, do *shopping* Riomar causar algum tipo de efeito negativo no comércio do centro, o que se mostrou equivocado, como observamos nestas falas de 1994 que justificam a necessidade de se “revitalizar” o centro.

Naquele momento, o prazo para conclusão é inicialmente junho de 1994, o que vai ser protelado algumas vezes. Em julho, o Jornal da Cidade noticia, com manchete em primeira página, a visita do governador João Alves Filho às obras<sup>280</sup>, que vai ressaltar a importância do empreendimento, apesar do atraso na sua conclusão (a inauguração estava sendo adiada neste momento para setembro), equiparando-o a um *shopping center*. “Esta obra terá um impacto semelhante ao que ocorreu nos anos 70 com a construção da nossa primeira rua de pedestres, o calçadão da João Pessoa<sup>281</sup>”. Para ele, “as vantagens (da Rua 24 Horas) são inúmeras, a começar pela revitalização do centro, que atualmente experimenta o impacto da inauguração do Shopping Riomar, fora da zona central da cidade”. É assim que um “novo *shopping* está nascendo em pleno centro da cidade”, afirma o governador. Declaração que é acompanhada pelo presidente da Associação Comercial de Sergipe, Manoel Prado Vasconcelos, que também repete a expressão: “é um verdadeiro *shopping* no centro”.

Na mesma matéria, o Jornal da Cidade detalha minuciosamente o projeto, cujo texto transcrevemos a seguir:

*“Com a inauguração da segunda Rua 24 Horas do país, Aracaju ganha mais do que um novo cartão-postal: terá um novo shopping center em pleno centro comercial, dotado de todas as vantagens que acompanham este tipo de empreendimento. A Rua 24 Horas de Aracaju terá um total de 40 lojas distribuídas em dois pisos, desde cafeteria, loja de conveniência, floricultura, farmácias, perfumaria, importadora, bijuteria, frutaria, choparia, lanchonetes, bares, pizzarias, sorveterias, loja de discos, vídeolocadora e Banco 24 Horas. Com uma praçinha central destinada somente às lojas relacionadas com alimentos, a Rua 24 Horas terá também um cinema com 192 lugares, parque infantil, palco para shows artísticos e sanitários modernos e confortáveis. O acesso à parte superior será feito através de escada rolante e escadas. Além das 40 lojas, o projeto também compreende as atuais 28 lojinhas de artesanato do Centro de Turismo”.*

---

280 “Governador visita obras da Rua 24 Horas”. Jornal da Cidade, 08/07/1994, p. 5.

281 Cumpre lembrar que esta obra foi realizada pelo próprio governador, em 1978, quando era prefeito da capital, a partir de projeto também de Jaime Lerner.

O empreendimento segue a fórmula de implantar um mix de lojas, típico dos *shopping centers*, cujos ocupantes serão definidos através de uma concorrência pública. Em agosto, a CODISE (Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe) informava que 180 empresas se inscreveram para participar da concorrência para ocupar, por 5 anos, as 40 lojas da Rua 24 Horas<sup>282</sup>. Havia sido montado um Conselho Normativo para a realização da concorrência, assim como elaborar um regulamento que disciplina as condições de utilização das lojas, áreas e espaços do empreendimento. É o que podemos ler em uma matéria<sup>283</sup> de outubro, que relata o processo de escolha das empresas selecionadas. Este Conselho era constituído por representantes do governo e de entidades representativas, como SEBRAE, Associação Comercial de Sergipe, CDL e outras. Nesta altura, a inauguração estava remarcada para dezembro, em função do atraso na obras.

Finalmente o empreendimento é inaugurado com grande festa no dia 9 de dezembro de 1994, com show de Geraldo Azevedo. O Jornal da Cidade destaca em primeira página, naturalmente, com fotos em grandes dimensões e fartos elogios ao governador. Nas páginas de notícias locais, somos informados também de outros detalhes do projeto, como a forma de gerenciamento e a isenção de pagamento de aluguel e impostos por um ano, além da geração de 300 empregos diretos: “durante um ano, os impostos gerados pelos negócios serão revertidos para publicidade e administrados pelo condomínio da Rua 24 Horas”, segundo texto do próprio jornal<sup>284</sup>. O Secretário de Obras informa que “a administração através de condomínio deixa a iniciativa à frente do projeto. Como forma de incentivo, o Governo do Estado reverterá os aluguéis, durante um ano, em recursos que serão aplicados no próprio empreendimento. Findo o prazo, os recursos serão destinados às obras sociais (do governo)”. Ele complementa: “com a construção de shoppings, o comércio central pede vigor (...) a Rua 24 Horas revitalizará o centro de Aracaju”.

A seguir, retiradas da mesma matéria, destacamos algumas declarações de Max Andrade, pres. da CDL, que demonstram ufanismo e empolgação, assim como reforçam o discurso de decadência do centro: “Esse novo empreendimento vem revitalizar o centro comercial de Aracaju, que já carecia de um complexo dessa natureza, (...) trará para o turismo mais uma atração”. E finalmente, estampada na primeira página: “a partir de hoje Aracaju se insere no contexto das metrópoles do país graças à visão futurista do governador”.

---

282 “Codise faz seleção para a Rua 24 Horas”. Jornal da Cidade, 09/08/1994, p. 5.

283 “Conselho da ‘24 Horas’ aprova projetos. Jornal da Cidade, 14/10/1994, p. 7.

284 “Rua 24 Horas é a segunda do país”. Jornal da Cidade, 10/12/1994, p. 5.

Nesta edição, o editorial<sup>285</sup> do jornal ressaltava o “espírito desbravador” do governador e afirmava que a cidade se desenvolvia “a passos de gigante”, atingindo “ares de progresso”: “é o avanço e o progresso que estão de mãos dadas ao consumo e a valorização da moeda forte que é o real”. As declarações ufanistas do editorial não param por aí, finalizando com uma mensagem claramente revestida de sentido político-partidário: este é um “momento-chave para o crescimento econômico e urbanístico. A abertura desta rua tem um conteúdo social, porque surge mais uma opção para as compras (...), e político, porque é mais uma demonstração de competência [do governador] em favor do interesse público”.

Assim, pelo que percebemos, nem seria necessária uma peça impressa de marketing do Governo do Estado, mas encontramos nesta edição de 10 de dezembro uma página inteira com claras características de ser um anúncio de publicidade (*lay-out* diferenciado), embora não estivesse assinada, nem identificada como tal<sup>286</sup>. O teor da página não difere do das demais matérias jornalísticas (com uma descrição do empreendimento e explanação das vantagens para a economia e o turismo de Aracaju e, naturalmente, para o centro da cidade), e por isso não cabe aqui repeti-lo.

Após lermos todos estes relatos, cabe perguntar: onde está a Prefeitura Municipal? O prefeito é Almeida Lima, à época adversário político de João Alves Filho, a quem o Jornal da Cidade cita apenas para fazer uma cobrança: no citado editorial, é dito que “sabe-se que os incentivos dados pelo governo são extensos, necessitando apenas que a prefeitura dê a sua permissão oficial para o funcionamento contínuo<sup>287</sup>, necessário para que a cidade atinja os ares do progresso”.

O destino da Rua 24 Horas não foi promissor. Após uma fase efervescente e com intensa movimentação de pessoas, em especial nos bares à noite (inclusive por parte da classe média que andava ausente do centro da cidade desde o aparecimento do Riomar), o lugar deixa aos poucos de ser novidade e entra em uma fase de decadência depois de 3 a 4 anos, aproximadamente. Assim, na pesquisa amostral de 1999, não nos foi possível encontrar nenhum registro sobre ela.

Apenas em 2004, com o empreendimento já fechado, podemos ler duas notícias que tratam de uma proposta feita pelo mesmo João Alves Filho, novamente governador do Estado, de

---

285 “Espaço comercial”. Jornal da Cidade, 10/12/1994, editorial, p. 4.

286 “Rua 24 Horas: um novo espaço de lazer e compras”. Jornal da Cidade, 10/12/1994, p. 15.

287 A aprovação para o funcionamento das lojas durante toda a noite já havia sido, entretanto, aprovada pela Câmara Municipal em novembro, conforme podemos ler na edição do Jornal da Cidade de 29/11/1994 (a seguir, no eixo atividades terciárias). Provavelmente o editorial está aqui fazendo referência à sanção do prefeito a esta modificação na Lei Orgânica municipal, ainda pendente.

construir no local um novo empreendimento, desta vez com maiores dimensões: o chamado *Shopping Aracaju* ocuparia uma área bem maior e exigiria desapropriação de imóveis vizinhos. Em maio de 2004, o Secretário da Indústria e Comércio, Tácito Faro, fala sobre o projeto e afirma que a revitalização da Rua 24 Horas é viável: “além de provocar uma revitalização do comércio da capital, a iniciativa será responsável pela criação de aproximadamente 700 empregos diretos”<sup>288</sup>.

O empreendimento deveria contar com 104 lojas divididas em três pisos, 6 cinemas, praças de alimentação e eventos, garagens e escadas rolantes<sup>289</sup>. Há uma grande demora para o início das obras, conforme noticiado em setembro de 2004, cinco meses depois: “até agora as obras de construção do *shopping* do centro, que vai ocupar o espaço da antiga Rua 24 Horas, não foram iniciadas. (...) Segundo o presidente da CDL, Gilson Figueiredo, as obras não começaram porque o projeto é complexo e de alto custo”<sup>290</sup>. Ao fim, este empreendimento não chegou a ter suas obras iniciadas e o projeto foi engavetado.

O ano de 1999 foi marcado pela execução e conclusão dos dois grandes projetos no centro da cidade: o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Aracaju e a recuperação dos mercados municipais, com a construção de um novo mercado ao lado.

Em face da situação de degradação e superlotação em que se encontravam os mercados centrais de Aracaju, em cujas ruas do entorno vendedores ambulantes e feirantes se espalhavam em barracas (como nós já tivemos a oportunidade de descrever no eixo de análise *mercado*), começam a serem gestadas nos anos 90 algumas propostas para a região. Em 1994, o prefeito Almeida Lima levanta a proposta de construir um novo mercado na periferia da cidade, possibilitando a refuncionalização dos mercados centrais em espaços culturais e turísticos.

Em 12 de agosto de 1994, podemos ler no Jornal da Cidade que o prefeito havia se reunido com feirantes para apresentar seu projeto “para a construção do que chamou de ‘grande mercado de abastecimento da cidade’. A obra será realizada num terreno baldio nas proximidades do terminal rodoviário Governador José Rollemberg Leite (Rodoviária Nova)”. O prefeito afirma que o novo mercado acomodaria os feirantes e os camelôs que atualmente ocupam a área central de Aracaju, enquanto o mercado central se tornaria um “centro cultural”<sup>291</sup>. É perfeitamente possível imaginarmos que, em sendo executado, este projeto

---

288 “Shopping Aracaju: comércio será revitalizado”. Jornal da Cidade, 25/05/2004, p. B-4.

289 “Lojistas cobram a obra do shopping”. Jornal da Cidade, 02/09/2004, p. B-3.

290 Idem, 02/09/2004, p. B-3.

291 “Projeto”. Jornal da Cidade, 12/08/1994, p. 4.

esvaziaria aquele espaço urbano (o mercado e seu entorno) da diversidade de manifestações públicas e das possibilidades de sociabilidade ali presentes, enfim, da intensa urbanidade que lhe é característica enquanto espaço público forte.

Não custa lembrar que tudo isto ocorre paralelamente à construção da Rua 24 Horas. Em ano de eleições para governadores, senadores e Presidente da República, percebemos na leitura dos jornais que o periódico assume uma posição política favorável ao grupo político do governador João Alves Filho (PFL), que leva a cabo o projeto da Rua 24 Horas.

Em sendo assim, em uma matéria<sup>292</sup> duas semanas depois, o jornal dá voz a feirantes que são contrários à proposta do prefeito Almeida Lima (PMDB). Uma feirante reclama: “este projeto vai prejudicar ainda mais os feirantes (...). Sabemos que tem que ser feito um novo mercado, mas [o prefeito] não tem o direito de nos transferir para a periferia”. Outro afirma: “os consumidores vão preferir fazer suas compras nos supermercados do centro, do que lá, num local distante”. O candidato ao Governo do Estado apoiado pelo jornal<sup>293</sup>, Albano Franco, é citado na matéria propondo algo diferente. Sua idéia é, a partir de projeto da arquiteta Ana Libório, restaurar e recuperar as edificações dos mercados Antonio Franco e Thales Ferraz, ambos da primeira metade do século XX, construir um novo mercado na área do antigo porto de Aracaju. As três edificações possibilitariam a permanência da função mercado no centro da cidade.

No final do mês de agosto, a Associação Comercial de Sergipe (ACESE) coloca em exposição os dois projetos: “esta iniciativa visa dar um basta na polêmica devido a informações desconstruídas por falta de conhecimento dos dois projetos”, afirma o presidente da Associação<sup>294</sup> (figuras 73 e 74). Por fim, em setembro, uma nota na coluna Periscópio<sup>295</sup> informa que o prefeito resolveu que só se manifesta publicamente sobre a polêmica após as eleições, pois espera ter o apoio do governo estadual para o seu projeto.

O candidato Albano Franco venceu as eleições para governador e, como sabemos, a sua proposta de manter o mercado no centro foi a escolhida. O projeto começa a ser executado em 1997, com a restauração dos edifícios antigos (mercados Antonio Franco e Thales Ferraz) e, após encerrada esta etapa, com a construção de uma nova edificação, o Mercado Albano Franco.

---

292 “Projeto para novo mercado não é aceito”. *Jornal da Cidade*, 23/08/1994, p. 9.

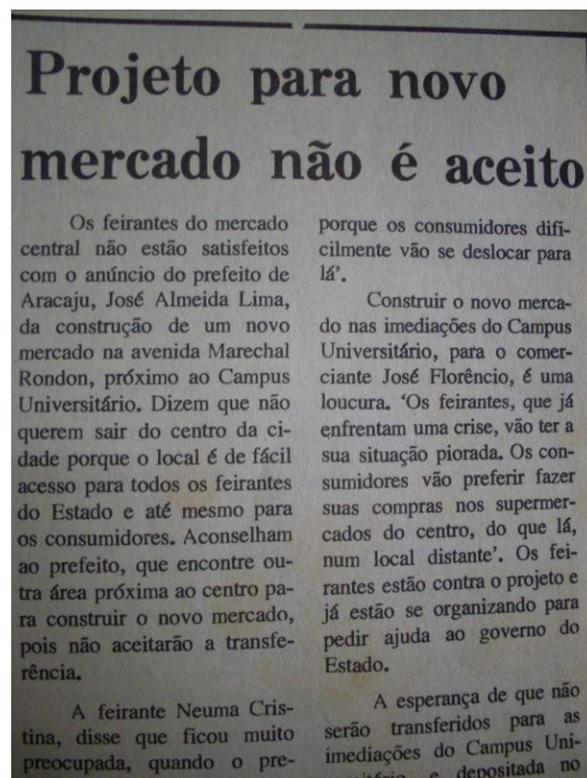
293 Como já vimos, a família Franco é proprietária do *Jornal da Cidade*.

294 “Empresários discutem projetos de mercado”. *Jornal da Cidade*, 30/08/1994, p. 5.

295 “Na espera”. *Jornal da Cidade*, 02/09/1994, coluna Periscópio, p. 4.



**Figura 73:** Notícia (recorte) sobre a polêmica do mercado. Fonte: Jornal da Cidade, 23/08/1994.



**Figura 74:** Notícia (recorte) sobre a polêmica do mercado. Fonte: Jornal da Cidade, 30/08/1994.

Cinco anos depois, em 1999, a quantidade de notícias é muito grande em função do andamento destes dois grandes projetos no centro da cidade. A construção do novo mercado Albano Franco havia sido concluída, para onde estavam sendo transferidos os feirantes dos mercados antigos, iniciando-se assim, em 1999/2000, a segunda fase do projeto, que visava a restauração destes dois edifícios antigos.

A esta altura, o prefeito da cidade é João Augusto Gama (PMDB), em relação a quem o Jornal da Cidade tem uma postura crítica. É por isto que, em abril de 1999, são denunciados vários problemas no processo de retirada dos feirantes dos mercados antigos e sua transferência para o novo, com notícias cujos títulos são: “Centro é palco de vandalismo: feirantes reagem à desorganização da EMSURB depredando lojas” e “máquinas destroem barracos e todos os bens de feirantes”<sup>296</sup>. O processo de transferência foi bastante conturbado em função da grande quantidade de feirantes a serem retirados, e o jornal explora bastante este fato.

Também em abril de 1999, o Jornal da Cidade publica uma matéria<sup>297</sup> (com destaque também na primeira página) sobre o início da licitação para as obras de restauração, incluindo diversas informações sobre o projeto. O objetivo do projeto é o “resgate da arquitetura original”, a

<sup>296</sup> Notícias de 20/04/1999, p. B-9, e 23/04/1999, p. B-9, respectivamente. EMSURB é a Empresa Municipal de Serviços Urbanos.

<sup>297</sup> “Mercados vão ser restaurados”. Jornal da Cidade, 09/04/2004, p. B-13.

desobstrução dos visuais do Rio Sergipe e avenidas próximas ao mercado, além da “criação de áreas de estacionamento, pavimentação do anel viário, urbanização de largos e praças, iluminação interna e externa”, segundo Valmir Soares, secretário executivo do PRODETUR, que complementa: “outra preocupação do governo Albano Franco é revitalização do centro histórico de Sergipe (*sic*), a revitalização imobiliária, segurança pública, *animação turística* e fortalecimento das atividades econômicas tradicionais do centro de Aracaju”. Finalizando: “a meta é transformar a defasada estrutura dos dois mercados em algo atrativo, capaz de receber os sergipanos e os *turistas*. A revitalização do centro histórico é preocupação do governo para incrementar o *turismo* de Sergipe” (grifo nosso). Nota-se aqui, através da repetição das expressões grifadas, que o turismo se destaca como o principal objetivo de um projeto deste tipo.

O novo mercado Albano Franco foi destinado aos produtos hortifrutigranjeiros e similares, funcionando como um mercado tradicional, enquanto os outros dois mercados, ambos com uma arquitetura da primeira metade do século XX, se voltariam mais para turistas, oferecendo artesanato, gastronomia e produtos regionais, assim como restaurantes mais caros. Esta transferência dos feirantes pode ser entendida como uma forma de “varrer para debaixo do ‘tapete’ urbano quaisquer atores e atividades sociais dissonantes dos ideais de sofisticação e consumo cultural que se queria imprimir ao novo espaço dos antigos mercados”, segundo Lima (2007). Para a autora, “tentou-se impor a construção de novas sociabilidades nos espaços públicos do Mercado Central, tornando-os aptos para o consumo e práticas de lazer e turismo ligados às elites”.

Como era de se esperar, reencontramos aquelas expressões (relacionadas ao turismo) repetidamente na leitura das muitas outras notícias sobre o Projeto de Revitalização do Centro<sup>298</sup>. Ele é executado ao mesmo tempo em que os mercados estão sendo restaurados, mas capitaneado pelo Município, ainda que em parceria com o Estado no que tange ao financiamento. Não há, entretanto, quase nenhum diálogo entre ambos os projetos. O que causa estranheza – ainda que saibamos que isso era decorrente do contexto político-partidário local –, afinal ambos os projetos têm fundamentalmente os mesmos objetivos: melhoria da atratividade turística da cidade e preservação do patrimônio e da identidade local.

Podemos reconhecer estes objetivos na leitura de uma notícia<sup>299</sup> publicada em abril de 1999 (com destaque na primeira página), por ocasião do início das obras do projeto. Segundo se lê, as obras de revitalização do centro seriam concluídas em seis meses, com um custo total de

---

298 Da mesma forma, aliás, como as encontramos no noticiário sobre a Rua 24 Horas, em 1994.

299 “Reforma do centro inicia este mês”. Jornal da Cidade, 07/04/1999, p. B-9.

4,2 milhões de reais. Para a arquiteta Kátia Loureiro, do escritório Trama Urbanismo, autora do projeto, a meta é

*“criar um espaço mais atrativo para a população e turistas. A revitalização urbanística terá intervenção sobre o tráfego; a calçada da Av. Ivo do Prado<sup>300</sup> será ampliada com o avanço sobre o rio; as praças Fausto Cardoso e Olimpio Campos serão um pólo de recepção e convivência turística. (...) Vamos homenagear as casas históricas que foram demolidas, resgatando a memória histórica do sergipano e contando a história da cidade ao visitante” (grifos nossos).*

Por outro lado, na mesma matéria, o Secretário municipal de Planejamento Urbano, Ricardo Nunes, foge do discurso voltado para o turismo e tem em foco algo mais prosaico, da esfera do cotidiano: o pedestre. Ele afirma que o objetivo é “priorizar e proporcionar maior conforto aos pedestres com o alargamento das calçadas, instalações de telefones públicos, criações de espaços públicos e áreas de lazer”, além de reduzir o número de estacionamentos no centro com o aumento das vagas rotativas. Para ele, “a prioridade é do pedestre, pois apenas 20% da população se utiliza de veículos individuais”. O projeto previa também a transformação dos dois trechos iniciais da Rua São Cristovão em rua de pedestre (ver figura 72), tornando-se o terceiro calçadão do centro, além das ruas João Pessoa (fechada ao tráfego de veículos em 1978) e Laranjeiras (em 1983).

Entretanto, a preocupação dos empresários ligados ao comércio é com os supostos 20% que tem carro. O Jornal da Cidade (também com manchete na primeira página) dá voz a um de seus representantes, o presidente da Federação de Dirigentes Lojistas, Max Andrade, para quem o “grande problema” são os estacionamentos, pois “as pessoas evitam vir ao comércio (do centro) pela falta de lugar para estacionar”, sugerindo que, por isso, estas pessoas optam pelos dois *shopping centers* da cidade para suas compras. E conclui: “O comércio precisa oferecer lugar para quem vem de carro, resolver problemas ou comprar”, indicando que a proposta de ampliação da Zona Azul (estacionamento rotativo) pode resolver parte dos problemas<sup>301</sup>.

Em maio de 1999, o então ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca (governo Fernando Henrique Cardoso), vem a Aracaju para a assinatura da ordem de serviço para início de fato

---

300 Ela se refere à trecho da chamada Rua da Frente, um espaço público forte do início da história da cidade, e que naquele momento funcionava basicamente como via de tráfego, apesar da localização privilegiada às margens do Rio Sergipe.

301 “Revitalização tem que ser bem realizada”. Jornal da Cidade, 12/05/1999, p. B-1.

das obras. Na matéria<sup>302</sup> que relata este fato, o Jornal da Cidade informa que o projeto está dividido em duas etapas: na primeira, na área mais restrita do centro comercial, denominada no projeto de Hipercentro, seriam priorizadas e revitalizadas as funções tradicionais de comércio e serviços (o jornal não detalha que ações seriam essas). Na segunda etapa, haverá intervenções no “*centro histórico propriamente dito*, visando a *animação turística* de toda a área e o *resgate da memória urbana* da cidade” (grifos nossos). Para reforçar este discurso, o jornal anota a declaração do prefeito João Augusto Gama, para quem o objetivo maior é reverter o atual processo de decadência: “o centro já integra o *roteiro turístico* da cidade e em condições favoráveis, com identificação histórica (*sic*) é capaz de atrair um número maior de *turistas*” (grifos nossos). Qualquer semelhança destas palavras e expressões grifadas com as da declaração da arquiteta Kátia Loureiro, citada anteriormente, não é mera coincidência.

Mas, já no mês de fevereiro daquele ano (1999), uma voz destoava, aparentemente, deste discurso uniforme. O colunista social João de Barros cobrava a revitalização do antigo Cine Rio Branco:

*“nesta tão anunciada Revitalização do Centro Comercial de Aracaju, não seria hora das ‘autoridades competentes’ repensarem o destino definitivo do Cine Teatro Rio Branco, transformando-o de uma vez por todas no tão desejado ‘espaço cultural’ que serviria para as diversas manifestações do gênero, bem no coração da cidade? Ou será que estão esperando que o Cine Rio Branco tenha o mesmo destino do Cinema Aracaju, que transformou-se num estacionamento de veículos?”*<sup>303</sup>.

Algumas intervenções deste projeto foram objeto de polêmica. Uma delas foi o alargamento das calçadas voltadas para o nascente (ou seja, aquelas que recebiam pela tarde o sol do poente), viabilizadas com a eliminação da faixa da rua destinada ao estacionamento de carros. De início, houve incompreensão por parte de muitas pessoas, incluindo a mídia impressa (em editorial no dia 13 de julho, o Jornal da Cidade afirmava: “até parece que o arquiteto não conhece de nascente e poente”), mas logo ficou esclarecido que este alargamento das calçadas com maior insolação visava justamente possibilitar a arborização das mesmas. Outra grande preocupação dizia respeito à redução de vagas de estacionamento em consequência deste alargamento, mas a previsão de ampliação do número de vagas rotativas parecia satisfazer os usuários de automóvel.

Mas foi a retirada das pedras portuguesas dos calçadões principais, substituindo-as por placas

---

302 “Revitalização – ministro assinará ordem para as obras”. Jornal da Cidade, 12/05/1999, p. B-4.

303 Barros, João. “Viva o centro”. Jornal da Cidade, 02/02/1999, coluna João de Barros, p. C-13.

de porcelanato de cor branca, que causou as maiores repercussões negativas na opinião pública. Podemos encontrar uma série de notícias sobre este assunto publicadas a partir de julho de 1999. Em 27 deste mês, podemos ler que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), secção Sergipe, entra com uma ação no Ministério Público contra a Prefeitura devido à retirada das pedras portuguesas dos calçadões, alegando que elas fazem “parte do acervo arquitetônico da capital”. A resposta do prefeito Gama, publicada na mesma matéria, é que o piso estaria totalmente desfigurado e não havia como prover a sua manutenção.

De fato, cinco anos depois, este piso terá que ser totalmente substituído por novas pedras portuguesas. É esta obra que vai predominar no noticiário de 2004. Foram 17 notícias sobre este tema, do total de 21. A seguir apresentamos apenas algumas delas, pois, de modo geral, o noticiário se repete bastante (pois houve atraso no início e na conclusão do projeto), abordando basicamente o andamento das obras, reclamações sobre incômodos etc.

Em janeiro, o colunista Osmário Santos informa: “O prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, disse em entrevista à TV Sergipe que, entre as ações que classifica como prioritárias a serem executadas no primeiro semestre deste ano, estão a troca do piso dos calçadões das ruas João Pessoa, Laranjeiras e São Cristovão”<sup>304</sup>. Dias depois, o presidente da EMURB<sup>305</sup>, Sérgio Ferrari, apresenta detalhes da obra. “O novo calçadão terá um design que caracteriza a cultura sergipana, escolhido no concurso realizado pela Prefeitura de Aracaju em que participaram arquitetos de todo o Brasil. A reforma vem providenciar medidas para os problemas (...) como a dificuldade em se realizar a manutenção de limpeza (do piso) e a pouca resistência do piso atual”<sup>306</sup>.

### **Atividades terciárias** (eixo de análise 11) e **shopping centers** (eixo de análise 12)

Optamos aqui por tratar conjuntamente estes dois eixos de análise em função das sobreposições e inter-relações existentes entre si. As notícias agrupadas no eixo *atividades terciárias* (eixo 11) são aquelas que abordam aspectos do setor econômico terciário no centro da cidade, ou seja, as atividades de comércio, prestação de serviços e da administração pública; na maior parte são, principalmente, notícias sobre o desempenho do comércio, como redução ou aumento das vendas, horário de funcionamento de lojas, legislação trabalhista etc. As notícias sobre *shopping center* (eixo 12) referem-se aos dois únicos equipamentos da cidade, o *shoppings* Riomar e Jardins.

---

304 Santos, Osmário. Sem título. Jornal da Cidade, 06/01/2004, p. C-4.

305 Empresa Municipal de Urbanização.

306 “Calçadões – EMURB discute a obra”. Jornal da Cidade, 23/01/2004, p. B-5.

Como não existe ainda nenhum destes empreendimentos no centro, do ponto de vista metodológico a contabilidade do número de notícias deste eixo foi feita de forma separada dos demais eixos (que agrupam as notícias exclusivamente sobre o centro da cidade), com podemos observar nas tabelas abaixo, assim como na tabela geral. Por este motivo, a totalização das notícias de cada ano foi feita de forma diferenciada: denominamos de “total A” como sendo a soma de todas as notícias apenas sobre o centro da cidade (como vimos apresentando até então, em todos os eixos), e de “total B” como a soma ampliada, que inclui as notícias sobre shopping centers. Esta foi a estratégia que adotamos para que o cálculo dos percentuais pudesse ser feito de forma correta.

Mas, ainda que os números e percentuais de notícias destes dois eixos de análise *atividades terciárias* e *shopping center* não tenham sido misturados na tabela (por isso são dois eixos autônomos), optamos pela análise conjunta pelo fato de que os *shopping centers* são equipamentos urbanos que desempenham atividades econômicas terciárias e que se contrapõem diretamente ao centro da cidade. Percebemos, inclusive, que em diversas notícias sobre os *shoppings* havia uma referência explícita ao comércio *tradicional* no centro.

**Tabela 21:** Levantamento de notícias do eixo de análise *atividades terciárias* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Atividades terciárias</b>	2	2,0%	9	8,6%	8	9,7%	24	20,1%
Total A	96	100%	104	100%	82	100%	119	100%

Fonte: Levantamento do autor

**Tabela 22:** Levantamento de notícias do eixo de análise *shopping center* (em números absolutos e percentuais)

	1989		1994		1999		2004	
<b>Shopping Center</b> (fora do centro da cidade)	15	13,5%	3	2,8%	10	10,8%	38	24,2%
Total B	111	100%	107	100%	92	100%	157	100%

Fonte: Levantamento do autor

Ademais, chamamos a atenção para o fato de que diversas outras notícias levantadas nesta pesquisa, de uma forma ou de outra, também se referem ou tangenciam questões ligadas ao comércio e oferta de serviços, colidindo, portanto, com este eixo de análise, a exemplo de algumas notícias sobre o mercado, Hotel Palace e, obviamente, o comércio informal praticado

pelos camelôs nos espaços públicos. Entretanto, a opção metodológica foi de separar bem claramente as notícias e relacioná-las a eixos específicos, como uma maneira de facilitar o procedimento analítico. No caso, por exemplo, de um relato sobre o volume das vendas realizadas pelos feirantes dos mercados municipais, esta notícia foi relacionada ao eixo *mercado*, que mereceu um tratamento específico neste trabalho por ser um edifício significativo do centro. Da mesma maneira procedeu-se com o Hotel Palace. Em suma, apenas as notícias genéricas sobre atividades comerciais e de serviços no centro foram arroladas neste eixo *atividades terciárias*.

Outro exemplo: se uma notícia informava sobre as obras de construção da Rua 24 Horas, um empreendimento comercial, ela seria então relacionada ao eixo *projetos e intervenções*, pois o cerne da notícia estava na intervenção física em um espaço ou edificação no centro da cidade, e não sobre a dinâmica do lugar enquanto espaço econômico.

Após estas ressalvas, verificamos que os dois eixos temáticos ocupam um lugar significativo no total das notícias levantadas. A dinâmica econômica das *atividades terciárias* no centro da cidade foi tema de 43 (10,7%) das notícias sobre o centro (total A: 401 notícias), enquanto os *shopping centers* foram objeto de 56 (11,9%) notícias do total ampliado (total B: 467 notícias). Sobre estes números podemos nos deter um pouco mais, esmiuçando mais detalhadamente o que acontece ao longo deste período amostral (1989-2004), pois temos variações relativamente significativas ano a ano.

Até 1989, o principal espaço comercial de Aracaju era o centro da cidade, seguido do bairro Siqueira Campos, que se destacava como um subcentro popular. O cotidiano social, vinculado às atividades de compras, de lazer e sociabilidade, concentrava-se basicamente nas ruas e edificações do centro da cidade. A inauguração do *shopping center* Riomar, como vimos, provoca uma reestruturação gradual neste sistema tradicional.

Registramos 15 (quinze) notícias sobre *shopping center* neste ano de 1989, o que corresponde a 13,5% do total de todas as notícias do ano. Esta quantidade se explica pela repercussão na sociedade da inauguração deste empreendimento, enquanto foram encontradas apenas duas notícias genéricas sobre as atividades terciárias no centro: uma delas, por exemplo, aborda a ampliação do horário de funcionamento das lojas do centro para atender ao grande movimento de vendas de Natal<sup>307</sup>, onde vamos encontrar em seu texto a denominação “comércio tradicional (centro da cidade)”, para diferenciá-lo do comércio no *shopping center*.

A comparação entre os dois espaços comerciais será freqüente nas notícias ao longo deste ano,

---

307 “Comércio vai funcionar até 21 horas durante este mês”. Jornal de Sergipe, 12/12/1989, p. 11.

assim como muito se fala sobre uma eventual concorrência econômica entre eles. Havia uma grande expectativa na sociedade com a chegada do *shopping center*, quando se previa a mudança do cotidiano de uma cidade que, finalmente, adentrava à era dos novos centros de compras, como se via nas grandes cidades brasileiras. O texto do anúncio publicitário reproduzido na figura 75 abaixo diz: “Tudo já está diferente. Com a chegada do Shopping Riomar, a cidade está vivendo um jeito novo de comprar, de ter charme, de andar na moda. O Riomar é um shopping moderno, bem planejado, com um perfeito sistema de ar condicionado central, escada rolante e um grande estacionamento com seis mil vagas/dia (...)”.



**Figura 75:** Anúncio publicitário sobre inauguração do Shopping Riomar. Jornal da Cidade, 08/05/1989.



**Figura 76:** Primeira página do Jornal da Cidade com manchete e fotos sobre a inauguração do Riomar, em 08/05/1989.

Diversos empresários locais investiram em novas filiais no Riomar, mantendo assim um pé no “comércio tradicional” e outro na modernidade. É o caso das lojas Brillhante, de eletrodomésticos, que em janeiro daquele ano de 1989 explicava à reportagem do Jornal da Cidade os motivos de seu investimento em uma oitava loja da rede no *shopping center*<sup>308</sup>. “O Riomar proporcionará uma grande transformação no comércio aracajuano, pois oferecerá opções principalmente àquelas pessoas que se deslocam para outros estados visando fazer compras”. Para ele, dentre as vantagens da tipologia *shopping center* está o fato de ser “um amplo local, onde além do conforto, o cliente poderá fazer compras variadas em um só local”, mas que “não significa o fim do comércio tradicional de Aracaju. É claro que se trata de um grande e moderno empreendimento, mas Sergipe possui hoje a maior renda *per capita* do Nordeste, tendo, desta forma, condições para se expandir”.

Como podemos perceber na fala do empresário, o *shopping* iria atender também a uma clientela de alto poder aquisitivo, aquela que faz compras em outras cidades do país, e que, por esta especialização e segmentação, não afetaria o “comércio tradicional” do centro. A “expansão” do comércio aracajuano se dá, portanto, com um novo modelo espacial de organização do comércio (em uma tipologia arquitetônica fechada) e, como justificativa, o citado empresário se utiliza de um argumento bastante utilizado ainda hoje (“tudo em um só local”), desconsiderando que o centro da cidade é, do ponto de vista funcional, uma localização que também concentra espacialmente diversas opções de comércio e serviços.

A questão da concorrência entre estes dois espaços comerciais será uma constante em diversas outras notícias levantadas no ano de 1989. Após sua inauguração em maio, os lojistas do centro não demonstram temer a concorrência, afirmando que “o shopping é para as classes média e alta, (...) a tradição de fazer compras no centro será mantida pelo aracajuano”<sup>309</sup>. Pelo aracajuano de menos poder aquisitivo?, podemos perguntar.

No mês seguinte, certamente devido à grande visita do *shopping* recém-inaugurado, o diretor da CDL, em uma entrevista ao Jornal da Cidade<sup>310</sup>, sai em defesa do comércio do centro da cidade, “que hoje compete com o Shopping Riomar”. Uma primeira proposta dele aos órgãos de trânsito é a implantação de estacionamento rotativo em todo o centro, a “Zona Azul”<sup>311</sup>, pois muitos motoristas ocupam uma vaga o dia todo e “tiram a liberdade do

---

308 “Brilhante no Riomar”. Jornal da Cidade, 27/01/1989, p. 12.

309 Jornal da Cidade, coluna Periscópio, 09/05/1989, p. 3.

310 “CDL: novo diretor lojista fala de seus planos”. Jornal da Cidade, 27/06/1989, p. 1.

311 Outras notícias sobre problemas de estacionamento e circulação de automóveis foram abordadas na análise do eixo 3, que trata das formas de organização e regulação do espaço do centro.

consumidor natural do comércio”<sup>312</sup>. Segundo o diretor lojista, “o shopping já era uma necessidade para Aracaju” e não teria afetado o movimento de outras lojas, “ao contrário, houve um crescimento percentual na média de frequência e de vendas, o que de certa forma aqueceu o sistema mercadológico, contrariando previsões pessimistas”, não apresentando, no entanto, dados sobre o desempenho comercial das lojas no centro.

Estas afirmações são reforçadas por uma outra notícia<sup>313</sup> de agosto de 1989, que trata da preocupação de lojistas do Riomar com relação ao volume de vendas, afirmando que suas outras lojas no centro estão com melhor desempenho do que as do *shopping*. Uma das explicações de um gerente de loja é que “as pessoas ainda estão vinculadas às lojas do centro da cidade”. Para o gerente de Promoções do *shopping*, “o Riomar ainda está em fase de implantação e que mudar um hábito em época de crise é difícil”. Os comerciantes apostavam na mudança gradual de hábitos da população, que se encontraria em fase de adaptação aos tempos modernos. Menos plausível, outra causa apontada pelos comerciantes para as fracas vendas no empreendimento era a deficiência no serviço de transporte público municipal, o que estaria impedindo uma maior presença de pessoas no *shopping*. Segundo outro gerente de loja, se faz necessário oferecer linhas de ônibus “de quase todos os bairros para cá”, pois “quem frequenta o Riomar é a elite que tem carro ou aquele mais corajoso que se arrisca a pegar um ônibus superlotado”. Ressalte-se que, em abril, um mês antes da inauguração do empreendimento, a Prefeitura Municipal, através da SMTU (Superintendência Municipal de Transportes Urbanos), já implantava uma nova linha de ônibus que ligava o bairro da Coroa do Meio ao centro da cidade, passando pelo futuro *shopping*<sup>314</sup>.

Em setembro, novamente a questão do baixo desempenho comercial do *shopping* é colocada em evidência, em uma matéria do Jornal de Sergipe, como resultado de uma segregação social. Com uma manchete em primeira página, com a frase “lojas do shopping cobram pelo luxo”, o jornal afirma, em página interna do noticiário local, que “depois da falta de transportes, um dos fatores que mais tem afastado a chamada classe média do *Shopping Riomar* são os altos preços das mercadorias ali comercializadas”, complementando com a afirmação de um gerente de loja de que a matriz do centro ainda vende mais do que a filial do *shopping*.

Em resumo, o ano de 1989 é marcado pela chegada do *shopping center* como um forte espaço econômico terciário, o qual será complementado, com o decorrer do tempo, com diversas

---

312 Note-se a referência ao conceito de liberdade individual como liberdade de consumo.

313 “Shopping Riomar: lojistas decepcionados com fraco movimento nas vendas”. Jornal de Sergipe, 24/08/1989, p. 7.

314 “SMTU implanta nova linha do Shopping Center dia 10”. Jornal da Cidade, 06/04/1989, p. 7.

atividades ligadas à sociabilidade pública. Cumpre lembrar sobre a importante função social dos espaços comerciais como ambientes públicos de socialização dos indivíduos, onde pessoas desconhecidas entre si podem se encontrar, resguardando suas individualidades (Huning, 2003). Mas destacamos que, neste caso específico em Aracaju, o *shopping center* se constituiu em um espaço de sociabilidade segmentada, em um espaço basicamente *direcionado* para as elites, distinto do comércio dito tradicional no centro da cidade.

Cinco anos depois, em 1994, há uma sensível diminuição no número de notícias sobre estes dois temas. Não há um acontecimento de impacto, e por este motivo as poucas notícias trataram basicamente de datas festivas que se refletiam no comércio da cidade, como o Dia das Crianças e Natal, além da Copa do Mundo, em julho. Também em meados deste ano, entra em vigor o Plano Real como parte da política econômica do Governo Federal para contenção da inflação no país, o que provoca um reaquecimento das vendas no comércio. É o que constatamos ao ler em uma matéria do Jornal da Cidade de outubro, informando que teria havido um aumento de 40% de vendas no setor de eletrodomésticos, em função das facilidades de pagamento surgidas com o plano econômico e a nova moeda.

O final do ano é marcado pelas comemorações natalinas, naturalmente, mas também pela expectativa de inauguração da Rua 24 Horas, como já mencionado antes. Em novembro, por exemplo, lemos<sup>315</sup> que a tradicional decoração natalina (com castelo e presépio em tamanho natural na esquina dos calçadões da João Pessoa e Laranjeiras, além de iluminação especial nas principais ruas do centro), será instalada no centro da cidade a partir de 5 de dezembro, em um investimento dos próprios comerciantes através da CDL, mas, na mesma matéria, o seu presidente, Max Andrade, demonstra a expectativa positivas dos comerciantes com a inauguração da Rua 24 Horas, marcada para o mês seguinte (dezembro): “trata-se de uma novidade para os sergipanos. É um empreendimento que veio para mudar a rotina das pessoas, afinal a partir do dia dois os aracajuanos terão um local de lazer 24 horas por dia”. A expectativa era de um aumento em 50% nas vendas, principalmente também por causa do Plano Real.

Por outro lado, desta vez são os lojistas do *shopping* Riomar que demonstram certo temor com a concorrência do centro; no caso, da Rua 24 Horas. Em uma matéria que tratava de problemas com o ar condicionado do empreendimento, eles avaliavam que “se o novo centro comercial tiver mais conforto do que o Shopping Riomar, o esvaziamento será inevitável”<sup>316</sup>.

---

315 “Comércio terá decoração especial este ano”. Jornal da Cidade,

316 “Lojistas entram na Justiça contra o shopping”. Jornal da Cidade, 18/11/1994, p. 6.

A cidade parecia empenhada em prover as condições necessárias para o sucesso do novo empreendimento, ainda que houvesse também motivação político-partidária<sup>317</sup>, já que a Rua 24 Horas era um grande projeto do governador na época, João Alves Filho. Como, pela Lei Orgânica do Município vigente, as lojas só podiam funcionar de segunda a sexta, das 7 às 18 horas, os vereadores aprovam, em novembro de 1994, um “projeto de lei permitindo o funcionamento das casas comerciais e de serviços instaladas no novo comércio durante a noite”<sup>318</sup>, o que evitaria a necessidade de um acordo prévio entre as empresas que iriam ali se instalar e os comerciários.

Chega dezembro de 1994 e, enfim, após a inauguração da Rua 24 Horas, o pagamento do 13º salário para os trabalhadores e com a proximidade das festas natalinas, parece ter aumentado sensivelmente o movimento de pessoas nas ruas e lojas, “transformando o centro da cidade numa loucura total. Os calçadões estão cheios de pessoas circulando de um lado para outro, chega a ser difícil transitar no local”<sup>319</sup>.

O levantamento amostral de 1999 nos mostra que o noticiário sobre os dois eixos de análise aqui tratados não é significativo: apenas 8 notícias referiam-se ao eixo *atividades terciárias* e 10 ao eixo *shopping centers*. Fatos relevantes neste ano são, inicialmente, a crise econômica nacional generalizada, que provoca um grande número de demissões no comércio da cidade, e, no âmbito local, os dois projetos urbanísticos que estavam em curso, conforme já detalhado anteriormente (a recuperação e ampliação dos mercados municipais e o projeto de revitalização do centro).

Um outro aspecto a destacar é que, neste momento, Aracaju já contava com um segundo *shopping center*, o Jardins, inaugurado em 1997. A partir de então, o *shopping* Riomar sente a forte concorrência e neste ano de 1999 já acusa perda de competitividade ao comemorar 10 anos de existência. Por este motivo, busca promover uma reformulação física e administrativa. Em fevereiro, podemos ler que uma empresa especializada em administração de shoppings (a COMAPPS) estava assumindo o Riomar, pretendendo dar “uma nova roupagem” ao mesmo e criar novos atrativos<sup>320</sup>.

Ainda assim, podemos supor que os *shoppings* já haviam se tornado elementos consolidados na paisagem urbana e no cotidiano da cidade. Esta conjectura pode ser reforçada quando

---

317 Independente das questões partidárias, outra motivação parecia estar também no discurso de que a Rua 24 Horas pode contribuir para o desenvolvimento turístico da cidade, como já tratamos na análise do eixo projetos e intervenções.

318 “Mudança”. Jornal da Cidade, 29/11/1994, coluna Periscópio, p. 4.

319 “Consumismo movimentando comércio”. Jornal da Cidade, 23/12/1994, p. 7.

320 “Riomar será administrado por empresa”. Jornal da Cidade, 26/02/1999, p. B-10.

lemos o artigo do jornalista Hugo Costa, no Jornal da Cidade, em agosto de 1999. Optamos por transcrever abaixo boa parte deste artigo por nos apresentar uma contextualização muito interessante de Aracaju, no que diz respeito à situação do setor terciário e a presença dos *shopping centers*:

*“A cidade de Aracaju não comporta dois shoppings, afirmam alguns. Mas a maioria da população discorda e rebate o argumento, na defesa da tese de que a concorrência é positiva para a clientela que frequenta ambos os espaços. Em verdade, os dois empreendimentos engrandecem o comércio local e logicamente a disputa do mercado é o objetivo comum deles. (...) O primeiro shopping – o Riomar – quando foi projetado já era visto como inviável por muitos descrentes que ainda não admitiam o interesse da comunidade local pelo tipo de lojas modernas que era proposto nessa inovação. Grifes, vitrines sofisticadas, marcas famosas? Nada disso. Porém quando se deu a inauguração a cidade inteira foi lá e aplaudiu. (...) Não foi, portanto, nenhuma surpresa que vários anos depois surgisse noutra bairro o Shopping Jardins, um direito legítimo de novos empresários que resolvem investir no ramo com coragem e garra. E hoje temos aí disputando a clientela sergipana esses dois grupos fortes de líderes lojistas, numa valorização incontestada da área comercial. É uma guerra de vitrines, por assim dizer, onde vencerá certamente quem tiver mais fibra e criatividade. (...) Desta forma, o Shopping Riomar, sem nenhum cinema<sup>321</sup>, lutando contra o Shopping Jardins, que esnoba uma noventa deles exibindo lançamentos nacionais, parece até a desventura história do primo rico e do primo pobre. Não é nada disso, entretanto. Os dois são ricos e podem duelar”<sup>322</sup>(grifos nossos).*

Muitas observações podem ser feitas sobre este artigo. Uma delas é: onde está o centro da cidade e seu comércio nesta “guerra de vitrines”? É possível que seja ele um primo pobre que não entra no duelo por um determinado grupo de consumidores, os de maior poder aquisitivo.

Outra observação a ser feita é sobre a carga valorativa que os *shoppings* carregam, tido como empreendimentos que “engrandecem o comércio local” em função das “lojas modernas”. Nesta linha de raciocínio do autor, podemos apenas conjecturar que o comércio do centro, aparentemente, não poderia ter trazido nenhum tipo de inovação para a cidade, se não fosse a existência dos *shopping centers*. Lembramos que, em muitas das falas na mídia, o comércio do centro é denominado “tradicional”, mas, aparentemente, não no sentido de ser aquilo que

---

321 O shopping Riomar havia fechado as suas duas salas de cinema em decorrência da abertura, em 1998, do multiplex Cinemark, no Jardins, com nove salas. Apenas em 2001, após grande reforma do Riomar, foi inaugurado ali o complexo Moviecom, com cinco salas de cinema.

322 Costa, Hugo. “A guerra das vitrines”. Jornal da Cidade, 06/08/1999, p. B-6.

carrega certa tradição, e sim como antônimo de inovador, ou seja, conservador, arcaico.

*“Sem se preocupar com o ‘day after’, a coluna encontrou na sexta, já em início de tarde, precisamente na praça de alimentação do Shopping Jardins e tomando, de leve, um chope (...) o promotor público da cidade de Ribeirópolis, Augusto César Lobão Moreira. Com ele, conversas mil da passeata de protestos dos cem mil [contra Fernando Henrique Cardoso, em Brasília] ao lixo de Aracaju (...)”*<sup>323</sup>.

Ao lermos esta pequena nota do colunista Osmário Santos, transcrita acima, neste mesmo mês de agosto de 1999, imediatamente nos vem à mente o calçadão da João Pessoa e aquelas antigas notas de coluna política, de dez anos antes, quando a rua ainda era palco de conversas políticas e de fofocas. Aquela forma de sociabilidade no espaço público é transportada agora para o espaço privado das praças de alimentação dos *shopping centers*.

A coluna Notas e Comentários, antes tão assídua no relato sobre informações e boatos ouvidos dos “analistas políticos” anônimos da João Pessoa, praticamente não consegue mais estar presente nos novos espaços. Uma das exceções, colhidas no levantamento amostral, é de novembro de 1999: “O médico Manuel Hugo, aposentado da Fundação Nacional de Saúde, frequenta diariamente os dois *shopping centers* da cidade. Tem cadeira cativa na Praça de Alimentação”<sup>324</sup>.

O que acontece neste momento no centro da cidade? Lá assistimos às obras em andamento da “revitalização” do centro e dos mercados e, contraditoriamente, ao mesmo tempo à decadência crescente da Rua 24 Horas, inaugurada com tanta euforia havia apenas cinco anos. O título de uma matéria no caderno Cidades, em novembro de 1999, é esclarecedor: “Clima de Natal não anima Rua 24 Horas”<sup>325</sup>. O relato é de que muitas lojas foram fechadas e outras resistem “no vermelho”. O quadro no local descrito pelo jornal é desolador, apesar da proximidade com o Natal, quando tradicionalmente o comércio se aquece: “vendedores de braços cruzados, lojas vazias e mercadorias sobrando nas prateleiras”. Segundo os lojistas entrevistados pelo jornal, a causa seria a crise econômica nacional. Todavia, se um novo *shopping center* havia sido inaugurado na cidade há apenas dois anos, o declínio da Rua 24 Horas não se explica apenas pela crise econômica, mas passa provavelmente pela mudança de foco das classes médias, que deixa de frequentar aquele espaço quando não mais representa uma novidade.

---

323 Santos, Osmário. Sem título. *Jornal da Cidade*, 31/08/1999, coluna Osmário, p. C-4.

324 Cavalcanti, Jurandyr. “Hugo”. *Jornal da Cidade*, 05/11/1999, coluna Notas e Comentários, p. B-6.

325 “Clima de Natal não anima Rua 24 Horas”. *Jornal da Cidade*, 23/11/1999, p. B-3.

Mas a crise é um fato. Em matéria<sup>326</sup> de Acácia Trindade, publicada em julho de 1999, (inclusive com manchete de primeira página), o Jornal da Cidade descreve a situação crítica do setor varejista no país, fazendo alguma referência à expansão dos *shopping centers* e ao projeto de revitalização do centro. Com o título “mais de 250 comerciários demitidos”, a matéria anuncia que em, apenas 15 dias, quatro lojas foram fechadas no centro comercial de Aracaju, entre elas Huteba, tradicional loja de utilidades, seguido da demissão de 130 funcionários. Outras lojas de capital nacional anunciam demissões, como as Lojas Brasileiras (LOBRAS), que anunciava o encerramento de suas atividades para o mês seguinte, com 64 demissões, e a Mesbla, com 50 demissões. Outras lojas de empresários locais são afetadas pela crise, segundo a reportagem: Ele e Ela, Brilhante e o Lojão das Jóias. Em entrevista, o presidente do Sindicato dos Comerciários, Ronildo Almeida, afirma que nos últimos dois anos foram extintos 2000 postos de trabalho no setor devido ao “enxugamento” das empresas, e só a LOBRAS estava fechando 63 lojas em todo o Brasil. Para o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), Max Andrade, a crise no comércio é gerada pela “carga tributária e falta de incentivos dos governos”, e espera melhorias a partir da revitalização do centro da cidade. Segundo a matéria, economistas apontam a expansão dos *shopping centers* e hipermercados dentro das cidades como causa pela crise no setor terciário.

Em dezembro de 1999, próximo da conclusão dos projetos de revitalização do “centro histórico” e dos mercados, o poder público procura atender a reivindicações de lojistas dos *shopping centers*. Neste mês, o prefeito de Aracaju, João Augusto Gama, promete ajudar a “reerguer o Riomar”, conforme lemos em notícia publicada em 8 de dezembro<sup>327</sup>:

*“criar mais linhas de ônibus passando na porta do shopping, urbanizar a Avenida Delmiro Gouveia [seu principal acesso viário] e enviar projeto à Câmara Municipal solicitando a alteração do Código de Postura, para possibilitar a construção, na área, de prédios com mais de cinco andares”.*

Neste caso específico, busca-se responder a um projeto da empresa administradora do Riomar de construir futuramente um centro de convenções e um hotel com gabarito superior ao atualmente permitido<sup>328</sup>. Outras reivindicações de melhorias em espaços do entorno foram entregues ao Secretário Estadual da Indústria e Comércio, como a urbanização das margens do Rio Poxim, recuperação e pintura da Ponte Godofredo Diniz, entre outras.

Cinco anos depois, em 2004, a crise econômica já fazia parte do passado, o que

---

326 Trindade, Acácia. “Mais de 250 comerciários demitidos”. Jornal da Cidade, 31/07/1999, p. B-3.

327 “Prefeito ajudará a reerguer o Riomar”. Jornal da Cidade, 8 e 9/12/1999, p. B-1.

328 De fato, alguns anos mais tarde foi construído um hotel, atualmente com a bandeira Quality Hotéis.

aparentemente se traduz em um aumento substancial da quantidade de notícias sobre os dois temas, coletadas na pesquisa amostral. Para compreendermos este crescimento, entretanto, temos alguns elementos novos, em relação aos anos anteriores, que devem ser destacados: por um lado, encontramos muitas notícias sobre a movimentação de consumidores no centro da cidade em datas festivas (o que parece ser reflexo da situação econômica estável do país); e, por outro lado, há uma grande quantidade de notas em colunas sociais que anunciam eventos nos *shopping centers*, como parte de estratégias de marketing.

Assim, com relação ao comércio varejista no centro (eixo *atividades terciárias*), do total de 24 notícias registradas, 13 (54%) tratavam das vendas antes ou depois de datas festivas, propícias ao consumo, como Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia das Crianças e, naturalmente, Natal.

Alguns exemplos: “Os centros comerciais da capital estiveram lotados durante todo o dia de ontem, para atender aos filhos que não conseguiram comprar com antecedência o presente das mães. Antes das 9 horas, as lojas do comércio central já estavam com grande fluxo de compradores (...)”<sup>329</sup>. A foto que ilustra esta matéria mostrava o mercado municipal com a seguinte legenda: “expectativa de boas vendas: floristas do Mercado investiram na variedade de flores para o Dia das Mães”. Em setembro, a expectativa era para o Dia das Crianças: “Poucas lojas do centro comercial de Aracaju estão se preparando para o Dia das Crianças, considerada a 5ª melhor data de vendas para o comércio (...)”<sup>330</sup>. Um mês depois, em 12 de outubro<sup>331</sup>, o jornal informava que a movimentação na véspera “no centro comercial e nos shoppings” tinha sido intensa, e os comerciantes previam um aumento de 15% das vendas em função da venda de brinquedos e bicicletas.

No que tange ao eixo *shopping centers*, o crescimento do número de notícias (de 10 registros, cinco anos antes, para um total de 38 neste ano de 2004) deve-se à disseminação de um tipo de estratégia de marketing comercial efetivada através de notas publicitárias em colunas jornalísticas. São pequenas notas com formato jornalístico, sem identificação como publicidade, em meio aos demais comentários, notícias ou opiniões do colunista. No caso, verificamos que a maioria (23, ou seja, 60%) das notícias coletadas no eixo temático *shopping centers* encontra-se na Coluna do Osmário<sup>332</sup>, no formato de pequenos lembretes ou informações sobre eventos e lojas do Shopping Jardins e, em menor número, também do Riomar. Assim, se subtraíssemos estas 23 do total, chegaríamos ao resultado de 15 notícias,

---

329 “Dias das Mães lota as lojas na véspera”. Jornal da Cidade, 9 e 10/05/2004, p. B-5.

330 “Lojas não decoram vitrines: vendas fracas para o Dia das Crianças”. Jornal da Cidade, 16/09/2004, p. B-3.

331 “Dia das Crianças eleva em 15% as vendas das lojas”. Jornal da Cidade, 12 e 13/10/2004, p. B-3.

332 A coluna é escrita pelo jornalista Osmário Santos e publicada diariamente no Jornal da Cidade desde 2001.

uma quantidade compatível com as dos demais anos pesquisados (ver tabela 22). Alguns exemplos:

*“Até o dia 25 deste mês, o Shopping Jardins será palco da 1ª Feira Internacional de filhotes e pequenos animais (...)”*<sup>333</sup>.

*“A empresa cearense Planeta Brinquedo chega a Aracaju e se instala no Shopping Jardins com uma loja de 130m<sup>2</sup> (...)”*<sup>334</sup>.

*“O Shopping Jardins não pára de crescer. Além de incrementar ainda mais a nova praça de alimentação com as inaugurações do Bob’s e da Casa Alemã, o shopping apresenta outras três novas opções de compras: a Sérgio’s, Planeta Brinquedo e a Caneta&Cia”*<sup>335</sup>.

*“Uma boa opção de divertimento para esse final de férias é o parque infantil, instalado no corredor principal do Shopping Jardins. As opções de lazer, bem ao gosto da garotada, vão da cama elástica e do pula-pula ao carrossel com oito pôneis (...)”*<sup>336</sup>.

A respeito do desempenho comercial dos dois *shopping centers* da cidade, ambos os empreendimentos não têm do que reclamar. Em janeiro de 2004, em entrevista à Coluna do Osmário, o superintendente do Riomar, Guilherme K. Neto, aponta um balanço comercial positivo em 2003 e o avalia como uma fase de consolidação do processo de “revitalização” do *shopping*, empreendida para responder à forte concorrência do Jardins: “nós tivemos mais de 50 lojas inauguradas ou reinauguradas, a consolidação do público dos cinemas, que começou muito bem, registrando um público recorde de 2.500 pessoas por dia, número muito acima do que foi previsto”. As operações de lazer, como Boliche e o Game Station, também impulsionaram o crescimento do público consumidor, que, segundo ele, era naquele momento em 500 mil pessoas por mês, um aumento de 56% em relação ao ano anterior e de 120% em relação a 2001<sup>337</sup>.

O Shopping Jardins também apresentava bom desempenho naquele início dos anos 2000, o que o possibilitou de empreender uma ampla reforma e ampliação em 2003/2004, incluindo a construção de uma segunda praça de alimentação. O Jornal da Cidade também repercute este fato: “um cenário cinematográfico. Esta é a sensação de quem vai à nova praça central de

---

333 Santos, Osmário. “Filhotes”. Jornal da Cidade, 06/01/2004, p. B-6.

334 Santos, Osmário. “Inauguração”. Jornal da Cidade, 18/05/2004, p. C-4.

335 Santos, Osmário. “Shopping Jardins”. Jornal da Cidade, 25/05/2004, p. C-4.

336 Santos, Osmário. “Férias no Jardins”. Jornal da Cidade, 23/07/2004, p. C-4.

337 Santos, Osmário. Sem título. Jornal da Cidade, 06/01/2004, p. C-4.

alimentação do *Shopping Jardins*, zona sul da capital. Com flores coloridas e muito verde, a Praça Primavera, como ficou conhecida, é o local ideal para namorados, crianças e turistas. Uma surpresa agradável para homenagear a estação da primavera<sup>338</sup>. Muito embora este texto, pelo teor, aparente ser uma peça publicitária, ele tinha um formato de notícia local e se encontrava no caderno Cidades.

---

338 “Clima de primavera”. *Jornal da Cidade*, 24/09/2004, p. B-3.

## CAPÍTULO 5

---

### REFLEXÕES FINAIS

A discussão a cerca dos espaços públicos na cidade contemporânea e sua relação com os centros de cidades é extremamente rica e entremeada por diversas áreas de conhecimento, o que nos fez optar por alguns caminhos, dentre vários possíveis, para compreender algumas facetas desta questão. Por este motivo, o trabalho aqui apresentado não se encerra nestas páginas.

O espaço público é a matriz fundadora da cidade democrática. É preocupante, portanto, a “naturalização” com que vêm sendo tratadas, no cotidiano das nossas cidades, as diversas formas de recusa e medo dos espaços públicos. Em sociedades desiguais como a brasileira, torna-se imprescindível justamente a existência de espaços públicos onde diferenças e conflitos se estabeleçam e se façam visíveis. De outro modo, teremos sempre uma democracia frágil.

É sobre o espaço público em sua dimensão política, que encerra em si possibilidades transformadoras, que escrevemos este trabalho. Não nos cabe aqui apontar soluções idealizadas para a construção de espaços públicos plenos em nossas cidades, nem tampouco para a reconstrução de centros de cidades plurais, pois estes caminhos futuros devem ser dados pela própria sociedade. Nosso objetivo é, fundamentalmente, colocar luz sobre a situação, chamar a atenção para algumas questões do contexto em que vivemos, ponderar sobre seus diversos aspectos, negativos e positivos.

Se nos perguntarmos qual o papel do arquiteto, a resposta pode estar no parágrafo anterior: não necessariamente construir/edificar espaços e formas, mas chamar a atenção para a despolitização do urbano, para aquilo que faz nossas cidades espaços meramente funcionais e pragmáticos; cidades que apenas reproduzem o *status quo* vigente.

Trabalhar com uma cidade de porte médio teve como objetivo mostrar que fenômenos urbanos como a desvalorização do espaço público e dos centros urbanos, vistos comumente como típicos de grandes cidades e metrópoles, não são necessariamente decorrentes de certos processos, ditos inevitáveis, de reestruturação econômica e/ou de transformações de base tecnológica. O declínio de um centro de cidade, imbuído de um sentido público e das idéias de diversidade e pluralidade, concomitante com a emergência de novas centralidades urbanas onde se distingue, ao contrário, a marca do privado e da segmentação social, têm como elementos norteadores idealizações de fundo claramente cultural e ideológico. Uma cidade de porte médio como Aracaju não precisaria, necessariamente, estar incorrendo nesta opção, porquanto seu centro urbano ainda não apresentava, em determinado momento, sinais de esgotamento (funcional e econômico) e tinha, como ainda hoje o tem, amplas condições para

se renovar.

Um dos elementos mais significativos nesta construção de uma nova cultura urbana é o *shopping center*. Em uma edição de junho de 2009 de um semanário de Aracaju, noticia-se a construção de um *shopping center* de médio porte em N. Sra. do Socorro, um município pobre da região metropolitana. O empreendedor justifica o investimento da seguinte forma: “se você transitar lá à noite, vai perceber que as praças são superlotadas. Percebemos que existe uma demanda reprimida. As pessoas querem locais seguros, limpos, lanchonetes arrumadas, enfim, outras opções”<sup>339</sup>. Nesta fala de empresário está expressa tanto a idéia de que o usufruto de praças públicas não é uma opção espontânea dos indivíduos (talvez não seja mesmo), no sentido de que, se houver uma melhor alternativa, a praça não será o lugar escolhido, quanto a noção de que espaços privados de consumo (“seguros e limpos”) já se transformaram em um objeto do desejo dos indivíduos, sendo bastante apenas produzir ofertas para esta “demanda reprimida”.

Em outra edição do mesmo semanário, encontramos um encarte publicitário<sup>340</sup> sobre o bairro 13 de Julho, um dos mais caros locais de moradia e comércio da cidade, produzido supostamente por lojistas da região. Nele, podemos saber “como o mais elegante bairro aracajuano despontou como um verdadeiro *shopping* a céu aberto”. Se a tipologia *shopping* tornou-se modelo a ser seguido para um bom espaço comercial, a céu aberto ou fechado, que tal ter a sensação de viver dentro (ou de ser parte) de um deles? “Se para muitos, morar perto dos *shoppings* é um privilégio, os residentes da 13 de julho podem afirmar que todo o bairro em que moram é o próprio centro de compras”.

Certo, não nos parece pertinente “demonizar” estes equipamentos comerciais unicamente como um espaço onde relações sociais não se estabelecem, como o *locus* de uma sociabilidade estéril. Não necessariamente o *shopping center* é, por definição, um não-lugar, na assertiva de Marc Augè (sem identidade, sem história, sem perspectiva de relações entre indivíduos e espaço). Observando melhor, sabemos que a possibilidade de construção de relações sociais é inerente aos espaços comerciais de modo geral (mercados, feiras etc.), como vimos no capítulo 1, e concordamos com a noção apresentada no mesmo capítulo de que estes centros de compras são espaços ambivalentes, não sendo apenas mecanismos de exclusão e disciplinamento, mas também uma forma de preencher carências de outros espaços considerados públicos.

---

339 “Shopping Socorro vai gerar cerca de 1500 empregos diretos”. Jornal Cinform. 15 a 21/06/2009, Caderno Emprego e Mercado, p. 1.

340 Bairro 13 de Julho, suplemento especial do Jornal Cinform, edição 1370, julho de 2009, sem indicação de responsáveis ou autoria.

Aqui está, entretanto, o problema. Construímos ou abandonamos espaços urbanos a depender de sua condição de público ou privado, se voltados ao consumo (economia) ou à política. O *shopping center* moderno se constituiu em um símbolo e uma prática de um algo desejável, enquanto as praças públicas podem estar cheias apenas por falta de opção. Zigmunt Bauman nos falou de espaços do consumo, formalmente concebidos para inibir a interação entre as pessoas e encorajar ações ligadas ao consumo, onde cidadão se converte em consumidor. Neles busca-se eliminar a alteridade e homogeneizar comportamentos e formas de agir.

Por outro lado, os espaços públicos das cidades brasileiras são apropriados por grupos sociais de menor poder aquisitivo. Perde-se a perspectiva de espaços comerciais (conjugados com diversas outras funções, como lazer, moradia e trabalho) onde se vislumbre a interação e o embate de formas de pensar e interesses diferentes e divergentes, incluindo conflitos daí decorrentes.

Este caminho trilhado em Aracaju (desvalorização econômica e simbólica do centro da cidade e de seus espaços públicos) é decorrente de uma construção ideológica amplamente disseminada, na qual a urbanidade é constituída por fluxos cada vez maiores e mais rápidos, por paisagens amorfas, pelo somatório de enclaves e segmentos. O compartilhamento do lugar e do cotidiano, como disse Milton Santos, assim como o espaço público do pedestre e do contato face-a-face, constitutivos de uma urbanidade da comunicação entre indivíduos, são resignificados por processos que priorizam uma urbanidade restrita, reservada a alguns específicos e não a muitos diversos. É preciso retomar um caminho de desenvolvimento urbano onde (acionando novamente palavras do pensador baiano) a vida em comum tenha como base a *cooperação* e o *conflito*.

Quando observamos, em Aracaju, os processos de transformação por que passaram os espaços públicos fortes, entendidos como polarizações espaciais de intensa urbanidade, pudemos constatar que, nestas últimas décadas, o único espaço público forte que se renovou e ganhou um novo dinamismo foi o mercado municipal. Os demais entraram em processo de empobrecimento, em termos de significado para o cotidiano da cidade como um todo: as praças cívicas centrais cumprem hoje basicamente uma função contemplativa e museológica; o calçadão da Rua João Pessoa é apenas em parte um espaço de encontro e de sociabilidade, quando muito para os consumidores (repite: consumidores) de baixo poder aquisitivo; o entorno da Rodoviária Velha é ainda um espaço bastante movimentado e diferenciado, mas sem apresentar grandes novidades há muito tempo; a antiga Rua da Aurora (Av. Rio Branco) há muitas décadas vive na banalidade, funcionando apenas como um simples componente do

sistema viário, apesar da privilegiada localização à beira do Rio Sergipe.

As classes sociais mais fortes economicamente detêm um grande poder político na produção da cidade. Alguns espaços de uso coletivo, sejam públicos ou não, quando destinados a um vida pública elitizada, repercutem de maneira significativa em toda a cidade. O raciocínio inverso também pode ser feito: espaços urbanos precariamente apropriados pelas classes mais abastadas merecem pouca atenção da mídia e são apenas esporadicamente objeto de discussões públicas. É o que parece acontecer com o centro de Aracaju, a despeito de ter sido objeto de alguns projetos e intervenções do poder público e da iniciativa privada.

Com exceção do espaço público forte relacionado ao mercado, é possível afirmar – a partir da análise das re-significações do centro principal e do surgimento de novas centralidades – que este período histórico mais recente (da década de 90 em diante) não nos apontou nenhuma nova dinâmica urbana que pudesse ter gerado novos espaços públicos fortes no centro da cidade. Ou seja, podemos dizer que as condições históricas mudaram, mas (quase) nada de novo surgiu no centro. Se, por um lado, isto denota um empobrecimento e um baixo dinamismo do centro, por outro nos conduz à conclusão de que estes espaços protagonistas, que seguramente sempre haverão de existir na vida de uma cidade, estão agora localizados fora do centro, sob outras formas urbanas e, especialmente, sem o sentido político inerente a espaços públicos.

O mercado municipal é, como mencionado, talvez o único dos espaços públicos fortes do centro da cidade que tenha vivenciado um processo de renovação. Como vimos na análise das notícias de jornal, muitas delas citavam o mercado central de Aracaju em função dos grandes eventos que ali passaram a acontecer (um dos objetivos da intervenção de reforma), mas foram encontradas igualmente diversas referências ao cotidiano do lugar, como um espaço para troca de mercadorias e contatos entre indivíduos. Notícias que falavam da diversidade de produtos à venda, das deficiências da infra-estrutura e, também, dos diversos conflitos típicos de um mercado central. Pudemos perceber, por exemplo, a tensão entre o turismo e uma realidade urbana marcada por contradições sociais, como nos relatos sobre a presença de pedintes em meio aos turistas.

O turismo é a grande questão que paira por cima das discussões públicas sobre o centro da cidade. Os projetos de intervenção executados no centro de Aracaju nestes últimos anos, como os de revitalização do mercado e do “centro histórico”, assim como o da Rua 24 Horas, tiveram sempre como parte fundamental de seus objetivos a melhoria da imagem da cidade, inserido-a no rol de cidades que acompanham as transformações do capitalismo

contemporâneo, e, em decorrência, a atração de turistas. Em muitas das falas publicadas nos jornais, foram bastante recorrentes palavras e expressões como turismo e resgate da identidade local. De modo geral, entretanto, estas intervenções não buscavam uma qualificação dos espaços do centro da cidade enquanto espaços políticos, ainda que, em alguns momentos dos discursos sobre revitalização, se tangencia a questão da “volta” das classes mais abastadas para o centro (onde ela dividiria espaço e conviveria com grupos mais heterogêneos).

À parte projetos de intervenção arquitetônicos ou urbanísticos, amplos ou pontuais, pensados pelo poder público, pudemos encontrar novas dinâmicas nas áreas centrais que parecem ser desconhecidas de boa parte da população – pelo menos daqueles grupos sociais já se afastaram do centro da cidade – e que são iniciativas isoladas ou espontâneas, em boa parte sem estar atrelado a algum tipo de intervenção física planejada.

Nas noites durante a semana, após o horário comercial, vendedores ambulantes se instalam no calçadão da João Pessoa e transformam aquele espaço em um autêntico mercado persa. O público-alvo são funcionários do comércio na volta para casa, a caminho dos terminais e pontos de ônibus. Um artigo é publicado na internet sobre isso, com o sugestivo título de “Como usar o calçadão do centro da cidade”:

*“Durante o dia, sempre a partir das 7h e até às 18h, o Calçadão da Rua João Pessoa, recebe um mundão de gente que, de um lado a outro, procuram as grandes lojas estabelecidas no centro da cidade. Mas, quando os sinos da Igreja São Salvador anunciam às 18h, todas as lojas fecham as portas. Aí o Calçadão ficava vazio, tão vazio que dava medo circular por ele. Agora, não mais. Depois das 18h, quando as lojas ainda estão fechando as portas, um batalhão de camelôs toma o Calçadão e instala seus negócios.*

*De onde vêm com tanta rapidez e com tamanha velocidade, não se sabe. Mas instala-se de tudo. Tem vendedor de água de côco, de produtos importados da China, amolador de tesouras e facas, vendedores de frutas (laranjas e bananas, principalmente). Tem até roupa, só não tem provador. É um mundão de gente a vender e outro mundão de gente a comprar. Pelo menos até as 22h o Calçadão não fica mais vazio...”<sup>341</sup>.*

Outro movimento, este ligado à cultura e arte, é a mencionada Rua da Cultura, que desde

---

<sup>341</sup> Valença, Ivan. *Como usar o calçadão do centro da cidade*. Publicado em 13/11/2006. In: [www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br). Acesso em 13/11/2006.

2003 acontece todas as noites de segunda-feira em uma das calçadas do mercado Antonio Franco, com uma programação cultural mais alternativa, especialmente música. Como instituição oficial, a Rua da Cultura já está consolidada, tendo se tornado recentemente um Ponto de Cultura, passando a receber, portanto, recursos públicos do Ministério da Cultura para o desenvolvimento de suas atividades, assim como também se consolidou no cotidiano e na paisagem do mercado das noites de segunda-feira.

Igualmente com a proposta de ocupar espaços centrais ociosos para cultura, temos a iniciativa (bastante recente, e por isso ainda bastante prematuro para uma avaliação) de ocupação do Beco dos Cocos, uma travessa nas proximidades do mesmo mercado, em outubro de 2009 por artistas, agentes culturais, grupos folclóricos, profissionais da música, do circo e do audiovisual, reunidos no Coletivo do Beco. O chamado projeto Beco dos Cocos pretende se realizar todas as noites de sexta-feira na pequena rua, antes um conhecido ponto de prostituição e tráfico de drogas, para apresentações artísticas e culturais<sup>342</sup>.

Esta vitalidade dos espaços públicos deve ser expandida, em contraponto à privatização da vida pública em enclaves urbanos configurados e geridos por instâncias ligadas ao consumo, enxergando os espaços públicos como *potencialidades* para a valorização da cidade e da própria cidadania.

Neste sentido, este trabalho se apresenta como uma contribuição para Aracaju e para as cidades brasileiras, afirmando o diálogo entre centro da cidade e espaço público, buscando a democratização do espaço público sob novas formas, sem recorrências nostálgicas.

---

342 “Beco dos Cocos agora é espaço cultural”. Portal Infonet, 16/10/2009.

In: <http://www.infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=90860&titulo=cultura>. Acesso em 16/10/2009.

## ANEXO

Exemplos de fichas utilizadas para levantamento de notícias do Jornal da Cidade, Aracaju-SE

<b>1989</b>	<b>JORNAL DA CIDADE</b>		<b>DATA</b> 31/01	<b>PG</b> 6
<b>Notícia</b>	interna	<b>coluna</b>	Notas e Comentários	
	1ª pág.	<b>autor</b>	Jurandyr Cavalcanti	
<b>TÍTULO</b> (sem título)				
<b>CONTEÚDO</b> “Comentários do calçado davam conta de que o prefeito Wellington Paixão, pessoalmente, é favorável à candidatura do ministro João Alves Filho à sucessão governamental”				

<b>1989</b>	<b>JORNAL DA CIDADE</b>		<b>DATA</b> 07/11	<b>PG</b> 5
<b>Notícia</b>	Interna X	<b>coluna</b>		
	1ª pág.	<b>autor</b>		
<b>TÍTULO</b> Frentistas ultimam recepção para Lula				
<b>CONTEÚDO</b> Partidários do candidato Lula, da Frente Brasil Popular, preparam a sua chegada a Aracaju, às 16 hs. no aeroporto. Segundo a matéria, haverá carreatá até o centro, com caminhada e showmício na Praça Fausto Cardoso. Banquinha para vender material de campanha será montada no Calçado.				

<b>1994</b>	<b>JORNAL DA CIDADE</b>		<b>DATA</b> 08/03	<b>PG</b> 14
<b>Notícia</b>	interna	<b>coluna</b>	Notas e Comentários	
	1ª pág.	<b>autor</b>	Jurandyr Cavalcanti	
<b>TÍTULO</b> Hotel				
<b>CONTEÚDO</b> “O Hotel Palace de Aracaju, que encerrou suas atividades depois de 32 anos de bons serviços prestados no ramo de hotelaria nesta cidade, deverá ser transformado em hotel-escola. Pertence ao governo sergipano”				

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Sergio Luis. *O processo de significação do espaço público urbano como espaço público político*. Faculdade de Arquitetura – Universidade de São Paulo, 2005 (tese de doutorado).
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (1ª ed. 1958).
- AUGÈ, Marc. *Não-lugares – introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BACH, Lüder. *Stadtplanung in der DDR – eine kritische Bestandsaufnahme*. In: Vereinigung für Stadt-, Regional- und Landesplanung e. V. (org.). *Stadtplanung in Ostdeutschland – eine Diskussion neuer Ziele und Instrumente – Bericht über die Jahrestagung 1990 in Magdeburg*. SRL Schriftreihe, Bochum, 1992.
- BAHRDT, Hans Paul. *Die moderne Großstadt*. Hamburg, 1961.
- BARBOZA, Naide. *Em busca de imagens perdidas – centro histórico de Aracaju 1900-1940*. Aracaju: A Nacional Gráfica, 1992.
- BARRETO, Luiz Antonio. *A mudança da capital*. In: Serigy, a história de um povo, [www.infonet.com.br/serigysite](http://www.infonet.com.br/serigysite). Publicado em 16/03/2006 (a).
- \_\_\_\_\_. *O desmonte do Morro do Bonfim e outras obras*. In: Serigy, a história de um povo, [www.infonet.com.br/serigysite](http://www.infonet.com.br/serigysite). Publicado em 16/03/2006 (b).
- BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BBR - Bundesamt für Bauwesen und Raumordnung (org.), *Raumordnungsbericht 2005*, vol. 21, Bonn, 2005
- BETKER, Frank. *Der öffentlicher Raum in der “sozialistischen Stadt” : Städtebau in der DDR zwischen Utopie und Alltag*. In: Bernhardt, C. et al (org.). *Geschichte der Planung des öffentlichen Raumes*. Dortmunder Beiträge zur Raumplanung 122, Dortmund: Institut für Raumplanung Universität Dortmund, 2005.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Doutrinas e filosofias políticas: contribuições para a história das idéias políticas*. São Paulo: Atlas, 2002.
- Cabral, Mário. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju, Banese, 2001 (1ª edição 1948).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARDOSO, Amâncio. *A cidade de palha*. In: *Revista de Aracaju*, no. 10, 2003, p. 111-115.
- \_\_\_\_\_. *Aurora: uma rua do Aracaju antigo*. In: *Jornal da Cidade*, caderno especial Aracaju 149 anos, 17/03/2004, pg. 2.
- CARDOSO, Ruth. *Identidades e convivência: o centro como ponto de encontro*. In: *O Centro da metrópole*, 2001, p. 37-43.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- CHOAY, Françoise. *Os Destinos da cidade européia: séculos XIX e XX*. In: RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, n. 6 (jul./dez.). Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura, Mestrado, 1996, p. 8-21.
- COSTA, José Eloizio da. *Os sub-centros de Aracaju*. In: Araujo, Hélio Mário et al. (org.). *A ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2006.
- DELGADO, Manuel. Barcelona: o mito do espaço público. Goethe Institut, Humboldt, 2009, in: [www.goethe.de/humboldt](http://www.goethe.de/humboldt).
- DOEHLER, Marta & RINK, Dieter. *Stadtentwicklung in Leipzig: zwischen Verfall und Deindustrialisierung, Sanierung und tertiären Großprojekten*. In: Häußermann, Hartmut & Neef, Rainer. (org.). *Stadtentwicklung in "Ostdeutschland"*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- DOHLER-BEHZADI, Marta. *Plus Minus Leipzig*. In: Revista Polis, caderno 1, 2004: 6-7.
- DOMINGUES, J. M. *Sociologia e modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FEATHERSTONE, M. *O flâneur, a cidade e a vida pública virtual*. In: Arantes, Antonio (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- FERNANDES, Ana. *Centralidade subtraída*. Conferência apresentada no SILACC 2007 (Simpósio Latino-americano sobre Cidade e Cultura), em São Carlos, 2007.
- FIORIN, Jose Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2005
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANÇA, Vera Lucia A., *Aracaju: Estado e metropolização*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 1999
- FRANÇA, Sarah Lucia A. Diagnóstico das Condições Urbanas do Centro Histórico de Aracaju, Etapa II (Caracterização do Centro). In: Projeto Novo Centro, PMA/SEPLAN, 2006.
- FRANZ, Peter. *Suburbanisierung von Industrie und Dienstleistung*. In: Institut für Landeskunde – IFL (org.). *Nationalatlas Bundesrepublik Deutschland* (vol. 5: Dörfer und Städte). Heidelberg/Berlin: Spektrum Akademischer Verlag, 2002.
- FREIRE, C. *Além dos mapas – os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.
- FREITAS, Bárbara S. Gonçalves e. *A ocupação periférica do Quadrado de Pirro: Aribé (1901-1931)*. In: Revista de Aracaju, no. 10, 2003, p. 261-275.
- FRIEDRICH, Jürgen. *Stadtsoziologie*. Opladen: Leske + Budrich, 1995
- FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo. Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HASELPFLUG, Dieter. *Sobre a centralidade urbana*. Portal Vitruvius. In: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq085/arq085\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq085/arq085_00.asp). 2007.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Die europäische Stadt – Mythos und Wirklichkeit*. Münster: LIT, 2000.
- HÄUSSERMANN, H. & SIEBEL, W. *Neue Urbanität*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.

- HÄUSSERMANN, Hartmut. *Von der Stadt im Sozialismus zur Stadt im Kapitalismus*. In: Häußermann, Hartmut & Neef, Rainer. (org.). *Stadtentwicklung in "Ostdeutschland"*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- HUNING, Sandra. Sind Shopping Malls die bessere öffentlichen Räumen? Jahrbuch Stadterneuerung 2003. Berlin: Technische Universität Berlin, 2003, p. 109-123.
- INSTITUT FÜR LANDESKUNDE – IfL (org.). *Nationalatlas Bundesrepublik Deutschland* (vol. 5: Dörfer und Städte). Heidelberg/Berlin: Spektrum Akademischer Verlag, 2002.
- INSTITUT FÜR RAUMPLANUNG (org.). *Neue Gartenstadt für Leipzig*. Dortmunder Beiträge zur Raumplanung P/19. Dortmund: Institut für Raumplanung, Universität Dortmund, 1999.
- JACOBS, J. *Vida e morte de grandes cidades* (1ª edição 1961). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, Paola B. *Espetacularização urbana contemporânea*. In: Fernandes, Ana e Jacques, Paola B. (orgs.). *Cadernos PPG-AU/UFBA. Territórios urbanos e políticas culturais*. Ano 2, número especial. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2004, p. 23-29.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JÜRGENS, U. *Kernstadt versus 'Grüne Wiese' – Einzelhandel im Raum Halle-Leipzig*. In: Karl, Eckhart. & Tzschaschel, Sabine. (org.). *Räumliche Konsequenzen der sozialökonomischen Wandlungsprozesse in Sachsen (seit 1990)*. Berlin: Duncker & Humblot, 2000.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. A presença de Camilo Sitte. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.
- KREHL, Reinhard, STEETS, Silke, WENZEL, Jan. *Leipzig Protestatlas – Text, Bild, Karte*. Lamperswalde: Stoba-Druck GmbH, 2005.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LECHTE, John. *Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora UFS, 2004.
- LEVEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LIBÓRIO, Ana Luiza Prata. *Mercado Municipal de Aracaju: o reforço da tradição local e o resgate da paisagem urbana do centro histórico*. In: Vargas, Heliana C. & Castilho, Ana Luisa H. (org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri-SP: Manole, 2006, p. 223-240.
- LIMA, Sidney Matos de. *Saneamento e higiene como signos de uma urbs moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju*. In: TOMO – Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais / Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, 2002, No. 5.
- LOCK, Stefan. *Leitbild der 'sozialistischen Stadt' und ökonomischen Zwängen*. In: Keim, Karl-Dieter e Werner, Alexandra (org.). *Leipzig – Aufbruch oder Abbruch? Probleme des Übergangs bei der ostdeutsche Stadtentwicklung*. Bamberg: Universität Bamberg, 1991.
- LOUREIRO, Kátia. *A trajetória urbana de Aracaju: em tempo de interferir*. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP, 1983.
- LÖW, Martina. *Spacing – Überlegungen zu räumlichen Neuformationen*. In: Thabe, Sabine (org.). *Räume der Identität – Identität der Räumen*. Dortmunder Beiträge zur Raumplanung, 98, Dortmund, Universität Dortmund, 1999, p. 160-169.
- LÜTKE DALDRUP, Engelbert (org.). *Pläne, Projekte, Bauten – Leipzig 2000 bis 2005*. Berlin: Verlagshaus Braun, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Stadtplanerische Entwicklung in Leipzig*. In: Sächsische Akademie der Künste. *Leipzig – Probleme der Stadtentwicklung unter der besonderer Berücksichtigung des*

- EXPO-Standortes Leipzig-Plagwitz, Dresden, 1999.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MACIEL, Auterives. Nomadização dos espaços urbanos. In: Costa, Icléia T. Magalhães e Gondar, Jô (orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- MAY, Ruth. *Der öffentlicher Raum: Eine sozialistische Interpretation in Stalinstadt*. In: Bernhardt, C. et al (org.). *Geschichte der Planung des öffentlichen Raumes*. Dortmunder Beiträge zur Raumplanung 122, Dortmund: Institut für Raumplanung, Universität Dortmund, 2005.
- MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: J. Andrade, 1999.
- MELINS, Murilo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. Aracaju: UNIT, 2000.
- MEYER, Regina Maria Proserpi. *O espaço da vida coletiva*. In: O Centro da metrópole, 2001, p. 25-33.
- MILES, Malcolm. *Para além do espaço público*. Lisboa: Água Forte, 2001.
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Patrimônio arquitetônico e história urbana: Ensaio sobre o Patrimônio Arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- NUISSL, Henning e RINK, Dieter. *Urban sprawl and post-socialist transformation – the case of Leipzig*. (UFZ-Bericht 4/2003), Leipzig: Umweltforschungszentrum Leipzig-Halle GmbH, 2003.
- NUNES, Verônica. *Aracaju: um olhar sobre o patrimônio*. In: Revista de Aracaju, no. 10, 2003, p. 45-62.
- O CENTRO DA METRÓPOLE: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA A CIDADE DEMOCRÁTICA DO SÉCULO XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- OLIVA, Terezinha Alves. *Aracaju na história de Sergipe*. In: Revista de Aracaju, no. 09, 2002, p. 113-125.
- OSWALT, Philipp (org). *Shrumpfende Städte*. Vol.1: Internationale Untersuchung. Catálogo da exposição Shrumpfende Städte/Shrinking cities, em Halle-Neustadt (19-11-2005 a 22-01-2006), Dusseldorf (primavera de 2006) e Manchester (outono de 2006). Ostfildern-Ruit: Hatje Cantz Verlag, 2005.
- PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006.
- PORTO, Fernando. *A cidade de Aracaju: 1855-1869*. Aracaju: Livraria Regina, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Alguns nomes antigos do Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2003.
- PROJETO NOVO CENTRO. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2006.
- PUYOL, Rafael, ESTEBANEZ, Jose, MENDEZ, Ricardo. *Geografia Humana*. Madri: Cátedra, 1992.
- RANCIÈRE, J. e HÖLLER, C. *Entsorgung der Demokratie*. In: Reader documenta 12 Magazine, nº 1-3, documenta e Taschen, Kassel e Colônia, 2007, p. 449-465.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- RONNEBERGER, Klaus. *Die neoliberale Stadt. Zwischen Konstruktion und Alltagswirklichkeit*. In: Berking, Helmut e Löw, Martina. *Die Wirklichkeit der Städte*. Baden-Baden: Nomos, 2005, p. 211-224.
- ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Sófocles & Antígona*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju na contramão da 'belle époque'*. In: Revista de Aracaju, no. 09, 2002, p. 143-153.

- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton university Press, 1991.
- SCHILLING, Flávia. *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Moderna, 2004.
- SCHROER, Markus. *Räume, Orte, Grenzen – auf dem Weg zu einer Soziologie des Raumes*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.
- SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.
- SENNETT, R. *Carne e pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.
- SHEIKH, Simon. *In the Place of the Public Sphere? Or, the World in Fragments*. In: [http://esferapublica.org/porta/index.php?option=com\\_content&task=view&id=317&Itemid=2](http://esferapublica.org/porta/index.php?option=com_content&task=view&id=317&Itemid=2), 2006. Acessado em 06/06/2008.
- SILVA JR. José Afonso. *Fluxos de notícias e cidades: redes digitais, urbanidade, e o lugar do jornal*. In: Prysthon, Ângela; Cunha, Paulo (org.). *Ecos Urbanos: a cidade e suas articulações midiáticas*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 137-152.
- SILVANO, Filomena. *Antropologia do espaço*. Lisboa: Celta, 2007.
- SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: Velho, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979.
- SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ativa, 1992.
- SOFOCLES. *Antígona*. Trad. Millor Fernandes, São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- STEETS, Silke. *Doing Leipzig. Räumliche Mikropolitiken des Dazwischen*. In: Berling, Helmut e Löw, Martina. *Die Wirklichkeit der Städte*. Baden-Baden: Nomos, 2005.
- STROM, Torsten. *Leipziger Luftbilder – Hinab in den Himmel*. Leipzig: Strom & Strom, 1998.
- TOMADONI, Claudia; SILVA, César H. Matos. *Cidade (pós)industriais na Alemanha (pós)unificada: encolhimento e suburbanização*. In: *Revista Geografias*, v. 3, n. 2. Belo Horizonte: UFMG Departamento de Geografia, (jul/dez), 2005, p. 54-71.
- USBECK, H. *Leipzig und seine Region – Prozesse, Probleme und Perspektiven*. In: Deutsches Institut für Urbanistik (org.), *Urbanität in Deutschland*. Stuttgart, Berlin, Köln: Deutscher Gemenindevlerlag, 1991.
- VARGAS, Heliana & CASTILHO, Ana Luisa H. *Intervenções em Centros Urbanos*. Barueri: Manole, 2006.
- VAZ, Lilian Fessler. *A “culturalização” do planejamento e da cidade*. In: Fernandes, A. e Jacques, P. B. (orgs.). *Cadernos PPG-AU/UFBA. Territórios urbanos e políticas culturais*. Ano 2, número especial. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2004, p. 31-42.
- VÉRAS, M. P. B. *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Nobel: EDUC, 2000.
- VILAR, José Wellington C. *Alguns mitos sobre Aracaju*. In: *Jornal da Cidade*, caderno especial Aracaju 149 anos, 17/03/2004, pg. 17.
- \_\_\_\_\_. *Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação*. In: *Revista de Aracaju*, no. 09, 2002, p. 87-99.
- \_\_\_\_\_. *Evolução da Paisagem Urbana do Centro de Aracaju*. In: Araujo, Hélio Mário

*et al.* (org.). *A ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2006.

VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel: FAPESP: Lincoln Institut, 1998.

VIRILIO, Paul. *A cidade superexposta*. Espaço e Debates, 33, 1991, p. 10-17.

\_\_\_\_\_. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WOLF, Mechhild e REICHERT, Thomas. *Stadtentwicklung in Leipzig*. In: Keim, Karl-Dieter e Werner, Alexandra (org.). *Leipzig – Aufbruch oder Abbruch? Probleme des Übergangs bei der ostdeutsche Stadtentwicklung*. Bamberg: Universität Bamberg, 1991: 5-26.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In: Arantes, Antonio (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.